

I.1.2.4. A proposta de SEURA – David Mangin e Aurélio Galfetti.

Grande vencedora do concurso, a proposta parte, em sua primeira fase, de três pontos principais: a identificação de uma tripla escala de intervenção (a metrópole, a cidade e o bairro); a construção de “*um mais amplo jardim possível*”; e de um “*melhor acolhimento de todos os públicos usuários da região*”. Dentro deste quadro, o jardim é tomado como evidência, sendo o ponto de referência a ser criado para que, em conjunto com três outros monumentos (*Bourse, Saint Eustache e Beaubourg*), estabeleça-se a “*nova centralidade parisiense*”.

Parte-se, portanto, da idéia de *centralidade*, um ponto que é reforçado na segunda fase da proposta, onde questiona-se: “*onde é o centro de Paris?*” Sendo a cidade cosmopolita, atenta-se para o perigo da mesma perder sua alma e seus habitantes, pelos processos de gentrificação e do turismo de massa. Embutida nessa mesma questão, aponta-se para a necessidade da cidade “*desenvolver suas próprias qualidades*”.

Dentro do exposto, entende-se que uma das formas para atingir o objetivo proposto é inserir o *Les Halles* dentro do sistema dos grandes espaços públicos parisienses, fortalecendo as relações de coabitação entre as diversas funções existentes. Esta inserção é proposta a partir de quatro aspectos: o re-estabelecimento do processo de continuidades urbanas, com o incentivo a pedestrianismo; a re-organização do lugar, que passa por uma busca pela sinergia entre a Bolsa do Comércio e jardim. O referido edifício deverá acolher eventos relacionados com a Moda e a Cultura; a requalificação do *Forum*, com todos aquelas premissas enfatizadas pelos projetos anteriores (maior visibilidade e lisibilidade; criação de uma praça, como “*coração vivo do Forum*”; atratividade; e o edifício como elemento referencial na paisagem); por fim, a reestruturação da Estação de Metrô/RER, também procurando estabelecer as premissas enfatizadas pelas outras propostas (visibilidade / segurança / conforto). (VER PRANCHA 19, p. 192)

Finalizando, podemos sintetizar a base da proposta de Mangin e Galfetti, através do discurso dos próprios:

“(...) Este lugar torna-se um espaço público essencial, popular, aberto à todos, convival, compartilhado. O projeto o insere, com as suas particularidades e as suas escalas, no encadeamento dos grandes sítios parisienses; Tuileries, Cour Carré, Palais-Royal, Beaubourg, Praça des Vosges... Este « Cour », estes jardins e este « Carreau », `este teto num jardim', permite que o centro de Paris transforme-se, porém, permanecendo ele mesmo”. (Paris-Les Halles: 2004, 114). Tradução livre.

Esta última proposta pode servir como base para uma síntese de todo o processo: apela-se para o caráter inovador das proposições, inclusive com a necessidade de tornar-se referência/modelo para outras intervenções, porém o resultado é o menos inovador possível. Traveste-se o espaço – e com ele toda uma problemática mais ampla – tornando-o espetacular, *regenerador*, e impactante. Porém, não se atenta para o recado dado pela apropriação *inesperada* da intervenção anterior, posto que a proposta tem como uma das principais características, o reforço à centralidade do local – característica já trabalhada na última intervenção ocorrida na área, e que gerou, como já citado neste trabalho, a possibilidade de acesso da periferia ao “coração” de Paris. A mesma periferia que, atualmente, muito incomoda.

O discurso apresentado por Mangin – e que pode ser estendido aos demais escritórios participantes – por ser estruturado a partir de uma conceituação “correta”, “verdadeira”, idealizada, “sem falhas”, busca calar esse incômodo. A sua materialização tende a legitimar o silêncio. Porém, algumas reações/resistências manifestam-se na perspectiva inversa. Isto porque o espaço *percebido* e *concebido* para ser apropriado tendo em vista uma determinada finalidade, acaba muitas vezes sendo apropriado para outros fins, alguns inclusive com fortes vínculos com determinados usos que tentaram ser negligenciados e/ou excluídos, durante a elaboração do discurso. Ao analisarmos este caso – a partir do confronto entre concepção e realidade, desafio presente no projeto anterior, e das proposições apresentadas no concurso 2004 –, é possível perceber a relevância da questão.

As apropriações inesperadas – resistências e resignificações ao/do espaço, definidas pelas práticas sociais, são as formas pelas quais busca-se garantir, como nos afirma Ribeiro (in

PPGAU-FAUUFBA: 2005, 102), a circulação e a permanência do Outro nos espaços públicos. Conforme a autora, “*é indispensável reafirmar a circulação e a permanência como dimensões essenciais do direito à cidade, frente à crise do trabalho, ao aumento da exclusão social e à difusão de ideários de segurança que ampliam a segregação sócio-espacial e cultural*”.

No caso em questão, a proposta de centralidade, a necessidade de ênfase da atratividade dessa área, acabam reforçando também a presença da periferia no centro, dando continuidade às formas de resistências já existentes, ou seja, acaba reforçando a condição do lugar enquanto *espaço diferencial*. E a “nova modernidade” já nasce caduca, visto que as apropriações “indesejáveis”, já se fazem presentes, antes mesmo da implementação do projeto. Sobre esse aspecto, vale citar Jeudy, quando se reporta às questões relativas a apropriações “inesperadas”: “*A cidade resiste ao que se espera dela, sobretudo quando não se espera mais nada, e ao que vão fazer com ela, sobretudo quando se crê poder decidir o que ela se tornará*”. (Jeudy: 2005, 100)

E numa extrema sensação de *dejà vu*, citamos: “*aqui tudo parece construção, mas já é ruína...*”

ANEXO II
PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 2 –
PARTE I

2.1. PARTE II. A MATRIZ CATALÃ: DO *URBANISMO DEFENSIVO* AO *URBANISMO OFENSIVO*.

A gestão urbana contemporânea em Barcelona pode ser entendida como a junção entre a matriz empresarialista norte-americana identificada em estudos como o de Hall [1995(1988)] e a matriz francesa, caracterizada pelos investimentos maciços nos processos de renovação por meio da inovação cultural (Sanchez: 2003). Porém, um dos pontos que chama a atenção no discurso orientador dessa nova forma de urbanismo é a presença marcante de elementos de linguagem vinculados à busca da concretização de um ideário de *equidade* e de *justiça social* na cidade.

Essa perspectiva pode ser justificada a partir da possibilidade que se abre para um processo de redemocratização do país, com a queda do regime autoritário franquista. Assim, a partir da década de 1970, vislumbra-se uma nova era na gestão urbana com o retorno político das comunidades autônomas regionais (Almeida: 2005), impulsionando o fortalecimento da cidadania e dos movimentos sociais urbanos. O novo rumo aponta também para a possibilidade de uma efetiva participação pública da sociedade civil nas propostas relativas às políticas urbanas. Ao mesmo tempo, inicia-se o processo de discussão acerca da integração da Espanha na União Européia, e a possibilidade de inserção do país no contexto da globalização.

Neste sentido, vale também salientar as questões relativas à inserção de Barcelona – como representante da Catalunya – no contexto da globalização, tendo como mote a afirmação de uma identidade cultural catalã. A valorização do lugar é entendida, portanto, na perspectiva de um separatismo. É a Catalunya globalizada, e identificada culturalmente, como diferenciada do restante da Espanha. Ao traçar um paralelo com a matriz francesa, tem-se a

sensação de que ambas caminham para o lado oposto: enquanto uma, cria uma forte rede no território, e o foco dessa rede converge para a centralidade de Paris, a outra, cria uma espécie de Estado Catalão que busca afirmar-se num contexto globalizado: é a Catalunya, fortificada culturalmente, que se abre para o mundo.

Por este período, Barcelona passava por um momento de retração econômica, com conseqüências inexoráveis no quadro urbano, a caracterizar uma imagem de crise da cidade, expressão muito recorrente nos discursos das correntes que pregavam a necessidade do estabelecimento de novos paradigmas para a gestão urbana, a fazer frente ao urbanismo modernista, tido como autoritário, anti-historicista e centralizador.

Tendo em vista a redemocratização das ações o governo municipal de Barcelona, de orientação socialista, integrou em seu quadro técnico, muitos profissionais com uma reconhecida trajetória de esquerda, comprometidos em pensar uma sociedade mais justa e equilibrada.

As primeiras orientações dessa nova fase de gestão urbana partem, portanto, de uma imagem de *urbanismo defensivo*, onde prevalecem a busca ao resgate à normalidade administrativa e à ética na gestão (Sanchez: 2003). Neste âmbito Almeida (2005) constata que nos primeiros anos de autonomia administrativa na Catalunya, os eixos de ação partem de dois conceitos: a idéia de “*cidade pública*” e a necessidade de “*afirmação cultural*”.

A atuação dos profissionais de esquerda passa a se tornar um marco dentro da perspectiva da constituição de uma nova forma de pensar e agir sobre a cidade: Jordi Borja aponta para a necessidade da constituição de um “*projeto forte de cidade*”, com um setor público capacitado tanto para a definição de um “*marco técnico*” – essencial para a definição dos “*projetos urbanos*” – como no marco “*institucional*”, que possibilite um processo onde a participação cidadã seja fortalecida; Já Joan Bousquets se apresenta como um dos ferrenhos defensores da idéia de “*passagem do plano para o projeto*”, gerada a partir de uma crítica à atuação funcional/sistêmica do modelo anterior, e propondo como alternativa

uma atenção a situações particularizantes, fazendo destas, elementos potencializadores para uma imagem positiva da cidade.

As ações instituídas no âmbito do *urbanismo defensivo* são promovidas a partir de uma orientação de uma “*reforma urbana interior*”, onde o *Ayuntamiento* adotou como estratégia “(...) *a recusa da extensão urbana e a decisão de intervir sobre a cidade existente por meio de projetos de renovação urbana com um forte impacto sobre a cidade já construída*” (Almeida: 2005, 110). Portanto, projetar sobre a cidade existente torna-se o princípio orientador da fase que passa a ser identificada como período de “*revisão do passado*” – entre 1980 e 1992 – que tem como instrumento de gestão os “*Planos Especiais de Reforma Interior – P.E.R.I.s*”.

Mas ... de que passado estamos falando? Que passado é este que deverá ser base para a “*afirmação da identidade cultural barcelonesa?*”

Dentre os setores da cidade selecionados como representativos nessa lógica de afirmação cultural, temos os P.E.R.I.s dos bairros de *Santa Catarina* e do *Raval* como estratégicos, “(...) *dentro da linha da conservação e remodelação de estruturas urbanas e edifícios monumentais precedentes*” (Almeida: 2005, 112). As ações pensadas para estas intervenções seguem uma conceituação baseada na “*dimensão histórica do lugar*”, que evidencia o entendimento dos centros históricos como “*matéria viva*”, como “*processo*”, procurando distanciar-se da idéia de imutabilidade do espaço. Neste sentido, as ações devem levar em consideração a prática preservacionista como negociação entre as pré-existências e o novo.

No caso do bairro do *Raval*, essa perspectiva da lógica preservacionista “*aberta*” justifica a seleção do espaço como representativo dentro do ideal da afirmação cultural barcelonesa⁶⁶. Afinal,

⁶⁶ Com relação aos setores da cidade selecionados como representativos da lógica de afirmação cultural barcelonesa, consideramos necessário justificar – a partir das considerações feitas pela professora Eloisa Petti durante a qualificação desta Tese – que, quando utilizamos o bairro do *Raval* como objeto de estudo, não estamos querendo afirmar que lá estão as intervenções mais significativas ou simbólicas no âmbito da

“(...) como explicar que um bairro, reconhecido como barreira da relação da cidade com o mar, como local e atividades marginais, como um bairro pouco conhecido pelos barceloneses, como uma área de valor histórico mas comprometida por degradação física e funcional; se transforme em centro de identidade da cidade e atrativo de fluxo turístico internacional? Talvez, parte da resposta esteja dada pelos planejadores: todo o Raval mantém um valor histórico para a cidade, mais pelo seu caráter geral que forma a parte da memória de todos, que pela situação ou valor de seus edifícios”. (Almeida: 2005, 114)

A partir da definição como área a ser alvo de intervenções, os Planos de Ação propostos para o *Raval* têm um direcionamento para dois eixos: o campo da identidade e o campo do espaço público. Neste processo, impõe-se uma seara de seletividade, identificada a partir de três formas de percepção do espaço: diagnosticam-se *“tecidos relevantes”*, que deverão ser mantidos, e *“tecidos degradados”*, que deverão ser demolidos, a partir de dois níveis de transformação: **1.** reabilitação do tecido interior relevante/reconversão e remodelagem de antigos edifícios institucionais; **2.** renovação do tecido urbano não relevante, no interior, que não aflora no tecido relevante; renovação por esponjamento de tecido urbano denso.

Sob esse aspecto, percebe-se que, malgrado toda uma crítica estabelecida ao planejamento modernista, o corpo de propostas dos P.E.R.I.s seguiram o mesmo caminho do modelo criticado, com procedimentos de acepção funcionalista de zoneamento, gerando o mesmo caráter de funcionalismo sistêmico. É com muita convicção que Almeida (2005) aponta que, a partir do discurso elaborado no âmbito das intervenções preservacionistas no bairro do *Raval*, a construção de uma “Identidade” que se apresenta a partir de uma concepção museográfica e homogeneizante, *“não há lugar para a diferença”*. Complementando este pensamento, apontamos para a existência de graus e níveis das *“diferenças”*, que permeiam entre as *“aceitáveis”* e as *“indesejáveis”*. A estas reservam-se a tarefa de serem excluídas.

gestão urbana empresarial. A escolha se deu porque tivemos a possibilidade de vivenciar a área e, como falado anteriormente, pudemos constatar claramente os preceitos estabelecidos pelo discurso da matriz catalã, e nessas condições, pudemos estabelecer a orientação metodológica seguida na Tese, que consta da articulação entre experiência sensorial e experiência cognitiva.

A perspectiva que se instaura é de “*crítica da crítica*”, ou do “*avesso que vira do avesso*”: a partir da abertura para uma nova forma de gestão, que na concepção de Almeida (2005) passa do “(...) *domínio da autoridade municipal à perda ou esquecimento de um modelo teórico a favor da iniciativa privada*”, junto às noções de uma cidade mais justa e equilibrada vão abrindo espaço para outras formas de linguagem, onde há a preocupação por parte das autoridades governamentais, de adesão ao projeto neoliberal. Esse momento passa a ser identificado como a fase do *urbanismo ofensivo*, que passa a ver a cidade como “*espaço de gestão e de consumo*”. É a fase de “*preparação para o futuro*” – compreendida entre os anos de 1992 e 2000.

Os parâmetros estabelecidos para essa nova fase de gestão urbana apresentam-se de forma clara em Almeida (2005, 109), em um momento anterior, na “*Conferência de Barcelona sobre Grandes Cidades*” (ocorrida entre 25 de fevereiro e 02 de março de 1985), mas que já delineava um novo caminho:

“Estão aí delineadas as balizas para a formulação do destino das cidades de fim de século: inserção competitiva, fundamentada na oferta de um produto diferenciado, com a afirmação de particularidades culturais e a eliminação de fenômenos e patologias fora de controle. Para empreendê-la, só falta a força do convencimento da qualidade do produto e da eficiência no agenciamento de sua comercialização. Um produto bom, bonito e caro, a cidade da economia capitalista mundial, todavia, reproduz uma tradição mais do que antiga na história da cidade moderna a eliminação de dissonâncias ou sua renovada incorporação. Um outro aspecto próprio ao planejamento estratégico está presente na conferência de 1985: a indicação da necessidade de operacionalizar uma nova forma organizacional para a definição de seus fundamentos”.

O “*abraçar a lógica do neoliberalismo*” tem na abertura para a iniciativa privada um dos pontos estratégicos, fato que fica explícito na mudança de direcionamento nos planos de ação, haja vista que a implementação do *Plano de Ação Integral*, ao se diferenciar dos P.E.R.I.s, pois admitia a realização de medidas por particulares, desde que subvencionadas por fundos públicos, constituiu-se como um dos marcos iniciais de atuação vinculada à

gestão urbana empresarial, “(...) a qual pode ser identificada com a descentralização do poder urbanístico e arquitetônico, com a diluição dos critérios operativos de origem disciplinar, especialmente dos âmbitos da arquitetura e da urbanística, e a com a recuperação da autonomia dos promotores privados”. (Almeida: 2005,117).

A estratégia da elaboração do consenso parte, portanto, da busca da legitimação de um discurso originado a partir de uma apreensão pré-concebida do espaço determinada pelo que Lefebvre (1974) conceitua como “*espaços dos códigos de especialistas*”. A base do pensamento da gestão urbana empresarial, portanto,

“(...) identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças das cidades, relativas às diversas áreas de ação dos governos e coalizões, a partir das quais são definidos objetivos, metas e estratégias. A subordinação do método ao empenho eficaz dos governos urbanos em termos de ganhos de competitividade da cidade esvazia a dimensão política da ação pública e reduz as demandas sociais à sua dimensão técnica”. (Sanchez:2003, 378).

Neste âmbito, faz-se interessante apresentar uma relação aproximada entre a teoria e a prática desta forma de gestão urbana, onde a presença de nomes como os de Manuel Castells – renomado sociólogo espanhol, autor de uma obra que se tornou uma espécie de “bíblia” a ser seguida pelos líderes dos movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980⁶⁷ - e de Jordi Borja – profissional de renomada competência, integrante do quadro técnico do *Ayuntamiento* de Barcelona no período em questão, também autor de diversas obras relacionadas com o período da gestão urbana em vigor – ambos buscaram estabelecer este vínculo, ao proporem, conjuntamente, regras para a gestão das cidades⁶⁸.

⁶⁷ Trata-se da obra “*A Questão Urbana*”, escrita em 1975. Neste trabalho, a referência feita é a da publicação da Editora Paz e Terra, lançada no ano de 1983.

⁶⁸ É necessário enfatizar a importância das referências às obras de Castells e Borja nesta Tese, a partir da constatação de que os dois fizeram parte do quadro de elaboração e difusão desse pensamento de uma maneira marcante. Jordi Borja atuou, como consultor do CIDEU, em diversas cidades, inclusive as da América latina. O pensamento de Castells evidenciado na obra *A Sociedade em Rede* (1999), apresenta uma mudança de postura do autor, frente à relação da produção do espaço na cidade contemporânea. A partir desta nova forma de encarar estas questões, a referida obra ganha uma considerada relevância. Consideramos também que, as premissas estabelecidas em *A Sociedade em Rede*, abrirão o caminho para o estabelecimento do ideário neoiberal apresentada em outra obra de Castells, em parceria com Borja, denominada *Local y Global*, a qual nos reportamos frequentemente neste trabalho.

São os próprios autores citados que, em obra a ser analisada a seguir⁶⁹, evidenciam o argumento de autoridade exercido para o estabelecimento destas regras como ponte entre teoria e prática:

“A dificuldade dos problemas apresentados marca o laborioso andar deste livro, resultado da investigação, reflexão e experiência profissional de seus autores em relação com as cidades e sua administração. (...) Como fazer das cidades, dos cidadãos e de seus governos os atores dessa nova história é o tema deste livro”.
(Borja & Castells: s.r., 9) Tradução livre.

Manuel Castells, em sua obra *A Sociedade em Rede*⁷⁰ propõe a elaboração de uma análise voltada para a “*significação social do espaço e do tempo*”, na denominada “*sociedade em rede*”, análise esta que não se limita às estruturas sócio-técnicas. Parte-se da premissa de que a relação espaço-temporal está sendo transformada pelos paradigmas da “*tecnologia da informação*” e pelos “*processos sociais induzidos pelo processo de transformação histórica*”. Entretanto o autor alerta, que tais transformações extrapolam o determinismo tecnológico e não excluem “*a transformação na base material das cidades*”, ou seja, podemos trazer esse debate para a análise da transformação das cidades, esta como agente legitimador dos novos paradigmas.

Essa transformação segue uma nova lógica, a qual o autor denomina de *espaço de fluxos*, que passa a determinar um modelo espacial diferente, caracterizado, ao mesmo tempo, pela *concentração* (pontos nodais, importantes áreas metropolitanas) e pela dispersão (adesão de novas unidades – por conta da expansão da economia global, centros regionais, mercados emergentes). Nesse sentido, Castells afirma que o fenômeno da cidade global não pode ser reduzido aos pontos nodais, e sim numa rede de cidades que apresenta uma

⁶⁹ A obra que utilizamos aqui não foi o livro *Global y Local* propriamente dito, mas uma apostila elaborada para um seminário que aconteceu em São Paulo, fato que comprova a importância de Borja como difusor do ideário apresentado.

⁷⁰ CASTELLS, Manuel. (1996) *O Espaço de Fluxos*, in *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

crescente relação de interdependência entre seus territórios. Nas palavras do autor, a cidade global não é um lugar, e sim, um processo:

“Um processo por meio do qual os centros produtivos e do consumo de serviços avançados e suas sociedades auxiliares locais estão conectados em uma rede global embora, ao mesmo tempo diminuam a importância das conexões com suas hinterlândias, com base em fluxos da informação”. (Castells: 1999 [1996], 412).

Partindo do entendimento de que as modificações na sociedade geram novas formas e processos espaciais, visto que “(...) *O espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão [e] O espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade*” (Castells: 1999 [1996], 435) o autor, ao propor uma nova teoria social do espaço vinculada aos preceitos da sociedade em rede, enfatiza-se a predominância do “*espaço de fluxo*” perante o “*espaço de lugar*”, pois neste “(...) *O espaço da experiência se encolhe para dentro de casa, enquanto que aqueles assumem posições temporais e espaciais crescentes*” (Castells: 1999 [1996], 449). Castells dá a entender que o lugar, ao sofrer transformações, estas revelam-se no nível do “*para dentro*”, fechadas em sua disposição tradicional. Enquanto que o espaço de fluxos é antenado com o “*de fora*”, daí em constante processo de transformação a partir de questões exógenas.

Na obra *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*⁷¹, Castells se associa a Borja na intenção de consolidar a lógica dos espaços de fluxos como dominante no processo de transformação das cidades na era da informação. Em um mundo onde o processo de urbanização foi generalizado, os autores atestam o importante papel das cidades neste contexto. Porém, na “*cidade global*”, o conceito elaborado de cidade extrapola a sua condição física:

“A cidade global não é Nova York, Londres ou Tóquio, mesmo sendo os centros direcionais mais importantes do sistema. A cidade global é uma rede de nós urbanos de nível distinto e com distintas funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo

⁷¹ BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Sem referencias.

de geometria variável ao qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades.” (Borja & Castells: s.r., 30) Tradução livre

Complementando este pensamento, os autores definem as “*Megacidades*” como expressão do processo espacial referente à era dos “*espaços de fluxo*”:

“As megacidades são algo mais que gigantescas aglomerações territoriais de seres humanos (...) Pois o tamanho não é o que realmente define as megacidades. São, na realidade, os nós da economia global e das nações mais poderosas. Em seu território concentram as funções superiores de direção, produção e gestão do planeta; os centros de poder político; o controle dos meios de comunicação; e a capacidade simbólica de criação e difusão das mensagens dominantes”. (Borja & Castells: s.r., 37) Tradução livre

Entretanto, na perspectiva de que “*o sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide*” (Borja & Castells: s.r., 30), os autores procuram enfatizar a necessidade da construção de uma relação dinâmica e criativa entre o *local* e o *global*, que se apresentam não como excludentes, mas como complementares, como criadores conjuntos de sinergia social e econômica. Sendo assim, atesta-se nessa relação, uma característica de conectividade, e não de hierarquias.

A obra em análise apresenta como objetivo, portanto, atestar a importância estratégica do *local* no sistema técnico-econômico vigente. Dentro dessa ótica, observamos alguns pontos positivos para investir no âmbito das localidades, a partir do entendimento de que estas

“(...) gozam de uma maior capacidade de representação e de legitimidade com relação aos seus representados; (...) gozam de muito mais flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas mutantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos.” (Borja & Castells: s.r., 8-9) Tradução livre.

É importante salientar, no entanto, que a orientação do pensamento de Borja e Castells institui que a lógica do espaço de fluxo não exclui outras lógicas, porém impõe-se como dominante. A partir deste pensamento, passamos a indicar que, neste processo de

articulação entre o *global* e o *local* existe a necessidade de uma adequação do mesmo, perante a lógica vigente.

Esse condicionamento fica claro quando os autores apontam um conjunto de atribuições – leiam-se *deveres* – que são destinadas aos governos locais dentro do processo: capacidade de estimular a produtividade e a competitividade econômica; capacidade de estimular a integração sócio-cultural, trabalhando no sentido tanto de manter as identidades culturais diferenciadas, como também no estabelecimento de códigos de definição entre as distintas culturas; e poder de representação e gestão política, com ênfase na articulação entre a relação público-privado. Levando em consideração este último condicionante, torna-se clara a intenção da utilização do Estado como instituição legitimadora, porém retirando deste, cada vez mais, o poder decisório, haja vista que a predominância das decisões parte da iniciativa privada.

A partir do entendimento de que a lógica da sociedade de fluxos passa a exigir pré-requisitos para que as cidades insiram-se nos padrões vigentes estabelecidos, é apontado, como necessidade básica para a transformação urbana, o conceito de “*Projeto de Cidade*”, pautado nos seguintes fatores: a partir da atestação de uma sensação de *crise*, prima-se pela concertação amparada no consenso cidadão. Neste âmbito os governos locais deverão construir este conceito sob forma de um governo promotor, considerando que as políticas urbanas, para além da gestão devem atuar como políticas de promoção. Assim sendo, estabelece-se uma possibilidade das localidades figurarem no novo mapa-mundi.

Assim sendo, como na constituição de fórmulas demiúrgicas, os autores definem o que é um “*rol promotor de governo local*”, a partir de 4 critérios:

ROL PROMOTOR DE GOVERNO LOCAL

- a. “*A promoção da cidade até o exterior desenvolvendo uma imagem forte e positiva e apoiada em uma oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, econômicos, culturais, segurança, etc.) que*

atraia visitantes e usuários solventes⁷² à cidade e que facilite suas 'exportações' (de bens de serviços, de seus profissionais, etc). (...) O rol promotor é precisamente criar as condições que facilitem sua realização por agentes públicos ou privados (via planejamento, campanhas políticas, compensações econômicas, etc.);

- b.** *a concertação com outras administrações públicas e a cooperação público-privada como meios de realizar tanto a promoção exterior citada como aquelas obras e serviços que os déficits acumulados, os novos requerimentos urbanos e a troca de escala da cidade exigem;*
- c.** *a promoção interna na cidade para dotar seus habitantes de 'patriotismo cívico', de sentido de pertença, de vontade coletiva de participação e de confiança e ilusão no futuro da urbe;*
- d.** *a inovação político-administrativa para gerar múltiplos mecanismos de cooperação social e de participação cidadã". (Borja & Castells: s.r., 108-109) Tradução livre.*

Como princípios legitimadores deste governo promotor, evidencia-se portanto, “a *política de proximidade, a concertação e a diversidade / complexidade*”. Neste âmbito, um “*Projeto de Cidade*”, para ser elaborado, parte da compreensão da existência de uma demanda de cidade que responda a três tipos de exigência: “*competitividade, qualidade de vida e governabilidade*”, que expressam também uma demanda de “*democratização, de governo de proximidade, de descentralização e desburocratização, de participação cívica e de cooperação social*”

Este convite a “*Fazer Cidade*” a partir destas citadas premissas busca, portanto, aliar “*competitividade, sustentabilidade e coesão social*”, tendo como instrumento de implementação o “*Planejamento Estratégico*”, que em sua concepção, parte de três

⁷² Segundo Vainer (in Arantes: 2000), o usuário solvente é o que tem condições de fazer usufruto do produto-cidade, preparado pela gestão urbana empresarial. Diferencia-se, portanto, do que entendemos por *cidadão*.

princípios: a definição de objetivos urbanos a partir das dinâmicas em curso; a dialética permanente entre objetivos-projetos-impactos; a concertação de atores públicos e privados em todas as fases do processo de elaboração e execução.

Se nos detivermos sobre a questão da utilização destes conceitos – palavras-chaves – no discurso elaborado pelos gestores urbanos dos Planos Estratégicos, perceberemos que estes conceitos aproximam-se dos que são utilizados pela matriz francesa, sob o mesmo ponto de vista, da apropriação do discurso proveniente de áreas afins, como a sociologia e a antropologia, permeados pelos conceitos de cunho econômico, empresarial e mercadológico. Podemos entendê-los, também, a partir da crítica estabelecida por Jeudy (2005), acerca da metaforização destes conceitos, onde o autor considera que o artifício da metaforização é extremamente superficial e redutor das realidades das cidades e dos indivíduos que fazem dela o seu habitar.

No discurso proferido por esses gestores urbanos, busca-se enfatizar questões fundamentais para a eficácia deste pensar e agir sobre as cidades, tais como:

1. ênfase na prática da participação cidadã, vista inclusive a partir da instância do desenvolvimento político-legal;
2. revalorização da dinâmica local;
3. ênfase dada à cooperação público-privada;
4. consolidação das cidades como elementos de atratividade e competitividade;
5. ênfase na necessidade do respeito à diversidade e multiculturalidade (particularismos). Entretanto, alerta-se para que se evitem os *riscos* dos extremismos, das exacerbações. Busca-se, portanto, inserir estes elementos numa proposta de coesão social, numa espécie de senso comum, ou seja, identifica-se os particularismos a partir de uma codificação consensual, transformando-os, a partir de uma espécie de seletividade, em imagens-marca.

Neste sentido, a proposta da “*glocalização*” – globalização aliada aos princípios de proximidade – como a fórmula mais adequada para a obtenção de bons resultados no processo de urbanização atual sugere, no nosso entendimento, alguns questionamentos

com relação ao seu objetivo principal – coincidente com o da obra aqui analisada, a saber: o da possibilidade da construção de uma relação dinâmica e criativa entre *local* e *global*, pois o que se percebe é a tentativa de inserção da escala do local no caráter regulatório internacional, a partir de uma relação constante de subordinação.

Voltando ao pensamento de Castells sobre a relação global-local – apresentado individualmente, em *A Sociedade em Rede*, e ratificado, em parceria com Borja, na obra *Local y Global* – onde os autores notificam a existência das duas instâncias, mas estabelecem uma relação de hierarquização baseada no predomínio do espaço de fluxos sobre o espaço de lugar – podemos contrapor com o pensamento de Milton Santos, que, anterior ao pensamento de Castells, já identificava a constituição do espaço a partir da relação entre fluxos e fixos, porém, a partir de uma relação de aproximação entre opostos (Santos: 2003 [1996]). Já na obra *Por uma outra Globalização (2000)*, o autor identifica uma grande possibilidade de transformação a partir das relações estabelecidas na escala do lugar. Ainda sob a perspectiva apresentada por Santos (2003 [1996]), Ribeiro (in Caderno CRH-UFBA: 2005), apresenta uma distinção entre “*local*”, vinculado a uma perspectiva de hierarquização (verticalidade), e “*lugar*”, atrelado a uma perspectiva de nivelamento (horizontalidade)⁷³.

Inserido na perspectiva da relação hierárquica entre global e local, o pensamento de Castells e Borja, reforça a idéia de que a valorização do local deve surgir a partir da adequação deste à lógica do global. O global e o local são tratados a partir de uma relação dual, são dois mundos, duas ordens. A articulação proposta ignora o que está entre a ordem próxima e ordem distante. Valoriza-se uma ordem distante, onde o modelo preparado evidencia a escala do global, a lógica dos fluxos.

⁷³ “O trabalho com a complexidade (...) tem permitido questionar a retificação das escalas da vida coletiva, que estimula a compreensão do cotidiano e do lugar como realidades híbridas, na medida em que, no micro, é possível reconhecer diferentes manifestações do macro: decisões relativas à aplicação dos recursos públicos, influências institucionais, orientações culturais, interesses econômicos e políticos. Para as finalidades deste texto, a valorização destas manifestações submete-se à observação de relações sociais que se desdobram no cotidiano e no lugar. Esta opção apóia-se na distinção analítica entre local (verticalidade) e lugar (horizontalidade), na configuração do espaço banal (Santos: A Natureza do Espaço, 1996), e na tensão ordem-desordem”. Ribeiro (in Caderno CRH-UFBA: 2005, 412)

O espaço de fluxos é restritivo: é necessária a inserção, a conectividade, o estar na rede. Faz-se necessário também seguir o que evidências a lógica capitalista, das grandes empresas e da iniciativa privada, com anuência do Estado. Neste aspecto, o espaço de fluxos propagado por Castells passa a ser entendido a partir da ótica Lefebvrina da constituição do *Espaço abstrato*.

Na produção do *espaço abstrato* – como no espaço de fluxo – escapa-se do entendimento do espaço como totalidade. Retoma-se à condição dual, de opostos. O local, por ser entendido como um ponto de conexão no sistema-mundo, só pode ser valorizado a partir de sua inserção na lógica mundial, ou seja, o global justifica e explica o local. Dessa forma, a transposição de idéias e de modelos, pode ser feita sem mediações em outras escalas. O local torna-se um *dado*, entendido e produzido a partir de um *a priori*, do *concebido*, que apresenta-se como homogeneizante e consensual.

Sob o ponto de vista da busca de um “pacto de coalizão”, por parte do Plano Estratégico, em prol de uma garantia de implementação das ações de regeneração na cidade, é incentivada a constituição de uma representação desta cidade que, conforme já citado, busca-se, a “identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças das cidades”, a partir de uma apreensão desta cidade, sob uma lógica dominante: a da transformação do espaço em atratividade. Entretanto, conforme nos alerta Jeudy (2005, 103), “*querer definir o que está em potência na configuração territorial implica negar que um espaço urbano seja também ‘uma aliança de contrários’, pois a coerência não é o único fruto da resolução das contradições próprias às metamorfoses da cidade*”.

Tendo em vista aprofundar as discussões sobre a relação entre a concepção deste modelo de gestão urbana, a materialização do ideário – através da implementação dos projetos – e as resignificações feitas ao concebido e implementado, criadas pela prática social, discutiremos a implementação de alguns projetos no Bairro do Raval.

Tentando aproximar o objeto empírico de análise entre as cidades de Paris e Barcelona – receptáculos das ações de implementação das matrizes de gestão urbana representadas

pelos Grandes Projetos urbanos e pelos Planos Estratégicos, recorreremos à figura dos *buracos*, estes definidos como os grandes vazios criados para a instalação desses grandes projetos, entendidos como a materialização do ideário apresentado por estas matrizes. No âmbito parisiense, estudamos o *Quartier Les Halles*, que um dia foi um grande mercado, que virou buraco, e agora é pensado pelos gestores urbanos como “coração” de Paris. Em Barcelona, alguns buracos foram criados, na perspectiva de implantação de edifícios e criação de espaços públicos que primam pela afirmação da cultura barcelonesa. Curiosamente, é nesses espaços que percebemos, a partir das resignificações a eles atribuídas pela prática social, como se revela a multitude de fluxos que o atravessam.

II.1. AS INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS: OS BURACOS DE EL RAVAL.

Inciaremos as análises sobre as intervenções realizadas no *Raval*, ocorridas a partir da década de 1980, retomando a orientação traçada pelos Planos Especiais de Reforma Interior (PERs), especificamente o PER I, que seguiu o princípio do “*projetar sobre a cidade existente*”. Neste âmbito, o bairro do *Raval* apresenta-se como área de intervenção selecionada, como forma de afirmação da identidade cultural barcelonesa. (VER PRANCHA 20, p. 216)

A lógica de preservação que orientou as intervenções a serem realizadas – inspirada nos princípios seguidos nas intervenções em Bolonha – seguiu a perspectiva “aberta”, onde busca-se um processo de “negociação”, entre o preservar e o renovar:

“O valor de um monumento ou edifício de interesse histórico (...) não impede em princípio de continuá-lo, de completá-lo, de mudá-lo em parte, (...) e pela mesma razão de um setor histórico da cidade, construído em base de processo evolutivo, feito de estratificações de adições sucessivas, de destruições [e] excluídos aqueles edifícios e partes urbanas que se pretende conservar com precisão arqueológica, admitem intervenções de complemento (...), de adaptações, de transformação [...], não somente por critério de uso ou por consistência e importância histórica dos edifícios mas também por considerações de definição dos edifícios ao plano tipológico e

de arquitetura, sendo necessário intervir com clareza na eleição rigorosa com os critérios tipológicos e arquitetônicos” (Almeida: 2005, 113)

A partir dessa perspectiva, estabelece-se para o bairro um processo seletivo de relevância de trechos do tecido urbano, onde na hierarquia criada, o que é considerado tecido relevante passará por intervenções de manutenção, e os tecidos considerados degradados serão alvo de renovação e/ou demolição. São estabelecidos também os níveis de transformação desses tecidos urbanos, que se dividem em: reabilitação do tecido interior relevante, com reconversão e remodelagem de antigos edifícios institucionais; renovação do tecido urbano não relevante, no interior, que não aflora no tecido relevante, e; renovação por esponjamento de tecido urbano denso.

Vinculado também à lógica da “abertura” e da “negociação”, cria-se uma perspectiva de trabalhar o caráter cenográfico da área: a cidade como um museu a céu aberto, onde a arquitetura tradicional é identificada e apresentada a partir da sua riqueza simbólica, em diálogo com as novas arquiteturas implementadas, estas revelando a inovação e a força tecnológica.

Vale salientar também que, a partir das transformações ocorridas nas políticas de gestão urbana em Barcelona, através da implementação dos Planos de Atuação Integral, onde se passa de uma perspectiva mais “defensiva” – cujo planos e projetos elaborados primavam para uma melhoria das estruturas urbanas existentes e por uma ênfase de ação nos espaços públicos – para uma orientação de ação mais “ofensiva” – onde prevalecerão as ações relacionadas à liberação do solo e à urbanização.

Neste segundo momento, foi dada ênfase aos seguintes aspectos: ao papel atrator da arquitetura, ou seja, às intervenções arquitetônicas, é dada uma tarefa de, a partir do caráter cenográfico, atrair a atenção dos usuários do espaço; e o solo liberado, como tentativa de esponjamento de áreas com aura de insegurança, violência e marginalidade. Dentro deste contexto, serão instalados alguns equipamentos de cunho sociocultural no bairro e em suas imediações, trazendo na lógica de implementação uma fórmula que busca aliar, a partir da

arquitetura, a relação de diálogo entre tradição e inovação, incrementada pela lógica do mercado.

Neste âmbito, passaremos a tecer alguns comentários sobre a implementação de alguns projetos no referido bairro, comentários estes que estão vinculados à figura dos “buracos” que são criados, visando a construção dos equipamentos que primam pela requalificação do espaço, sob a égide do uso sociocultural dos edifícios, com o intuito de reverter a imagem “marginal” atribuída ao lugar, habitado, predominantemente, por imigrantes. Entretanto, as “operações destes usuários”⁷⁴ nestes espaços transformados sob a égide demiúrgica da requalificação, nos apresentam “contra-usos”⁷⁵ desses espaços, que os resignificam a partir de outras lógicas. Passaremos, a partir de então, a identificar a relação de aproximação e distanciamento estabelecida entre a lógica do concebido e a resignificação atribuída pelo vivido, nas intervenções cirúrgicas implementadas no *Raval*, a partir da criação e / ou preenchimento dos “buracos”. As análises serão estabelecidas a partir de observações efetuadas durante os percursos realizados na área em questão, onde resolvemos aceitar o convite realizado a partir da indução feita pelas próprias lógicas da gestão urbana utilizada, que define o espaço como um museu a céu aberto, a apresentar as obras e os percursos, que são utilizados como atratores.

II. 1. 1. Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA) e *Casa de Caritat*.

Analisamos a criação do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA), a partir da premissa de renovação do tecido urbano não relevante e o projeto da *Casa de Caritat*, no âmbito da reconversão e remodelagem de antigos edifícios institucionais. Essas intervenções fazem parte de uma proposta de requalificação espacial e fortalecimento da

⁷⁴ Expressão utilizada pelo historiador francês Michel de Certeau, na obra “*A Invenção do Cotidiano*” (1996[1980]). Certeau aponta para a necessidade de se explicitar, nos estudos sobre o espaço, o que ele identifica como as ‘maneiras de fazer’, definidas pelas práticas cotidianas. Estas ‘maneiras de fazer’, supostamente entregues à passividade e à disciplina, “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelos técnicos da produção sócio-cultural” (Certeau: 1996 [1980], 41), estabelecendo assim, uma nova construção do espaço requalificado.

⁷⁵ Expressão utilizada pelo sociólogo Rogério Proença Leite, na obra “*Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*”.(2004)

identidade cultural barcelonesa, a partir de intervenções impactantes, de cunho sociocultural, e que revelam uma condição de transformação da cidade em museu, onde a ação do “percorrer” o espaço mostra-se como uma atividade indispensável para que o objetivo de atratividade a ele atribuído, seja alcançado. Sobre esta estratégia de construção da idéia de “percurso”, Almeida (2005, 125) comenta:

“Adotando a forma de uma passagem estreita e fechada, o novo passeio ‘urbano’, uma transversal travessia, é uma tentativa projetual de inserção do novo edifício na existente rede urbana de caminho de pedestres em que se tornou o bairro do Raval. Um gesto que pode ser avaliado como uma redenção”.

Projetado a partir de 1987, pelo arquiteto Richard Meier, o MACBA faz parte de uma operação que visa potencializar o sentido sociocultural a ser atribuído à área, articulado a uma perspectiva de transformação da área em atrativo, também potencializando o caráter mercadológico. O MACBA, portanto, passa a se configurar como âncora na apropriação dos espaços com fins culturais, atrelando a este valor, o consumo cultural. No caso do edifício em questão, a sua arquitetura apresenta-se como o potencial atrativo, *“transformada em elemento chave das operações estratégicas de regeneração econômica”.* (Almeida: 2005, 113)

A composição do edifício partiu da idéia de ênfase do caráter de “passeio”, conforme indica Almeida (2005, 126):

“No MACBA, como em outros projetos de Meier, mais uma vez, o passeio arquitetônico é o principal elemento da composição utilizado para essa vinculação. Ao estruturar o mapeamento visual de percepção do espaço arquitetônico, a grande superfície da rampa-passeio, junto com as pontes e passadiços, mas também com as janelas e outras superfícies de vidro, mobiliza um processo de visualização que insere, simultaneamente, a cidade medieval, e em específico o sítio monástico organizado a partir da Igreja de Angels, no circuito museográfico do edifício”.

O artifício da visualização a partir do “espelhamento” – muito utilizado por arquitetos como o francês Jean Nouvel, que, inclusive, utiliza-se deste expediente em alguns edifícios

propostos para a requalificação do *Quartier Les Halles*, em Paris, também objeto de estudo nesta tese – faz-se presente também, na intervenção ocorrida no pátio central da *Casa de Caritat*, onde, para além da possibilidade de complementação visual do próprio edifício – em que a reflexividade apresentada pela fachada de vidro funciona como forma de complementação física do próprio edifício – o transpasse e a inclinação da cortina de vidro que fecha o espaço do pátio, cria a possibilidade de visualização do *Montjuic*, e por conseguinte, a possibilidade de integração entre os símbolos da cidade. A partir do reflexo na fachada de vidro, o *Montjuic* se aproxima do Raval. A cidade está no edifício, e o edifício absorve a cidade. (VER PRANCHA 21, p. 217)

É também na perspectiva da visualização dos espaços selecionados como referências da identidade cultural barcelonesa, que são apresentadas as necessidades da criação de espaços amplos, abertos, de forma a garantir a percepção de espaço requalificado. As dimensões do “buraco” aberto para criação da praça que dá acesso ao MACBA, pode ser entendido neste âmbito. A partir desse contexto, justifica-se a intervenção cirúrgica, em uma área que tem como uma das principais características físicas, o adensamento propiciado pelos edifícios, e como característica social, de ser um espaço habitado por imigrantes, portanto um espaço considerado “marginalizado”.

Entretanto, é da utilização que esse usuário colocado “à margem” faz do espaço regenerado, que são construídas ressignificações deste mesmo, utilizações “inesperadas”, às vezes de caráter simples, que abrem caminho para outras leituras desses espaços. Nos reportando à Jeudy (2005, 108), ao apontar que “*a cidade, apesar da uniformização de sua configuração produzida pela semelhança dos projetos urbanos, torna sempre possível uma subversão do olhar*”, identificamos que esta subversão do olhar possibilita uma subversão do lugar: o espaço concebido transforma-se, pelas práticas sociais, em espaço vivido, a partir de ações espontâneas, a “viração”, segundo Ribeiro (in Cadernos SRH – UFBA: 2005, 421): “*Em contraste com esses frutos de racionalização fragmentadora e fragmentada, expandem-se, em decorrência da desregulamentação, a ação espontânea, o ato tentativo, ‘a viração’*”.

Consideramos, por exemplo, o pequeno gesto do uso do espaço da praça contígua ao MACBA – um rasgo no tecido urbano denso da área, para dar visibilidade ao edifício – por grupos praticantes de esportes radicais – utilizando, inclusive, a rampa de acesso ao edifício, como rampa de skate – como um destes atos de “viração”. O edifício, portanto, passa a ser visto e agregado às diversas práticas sociais definidas por esta e por outras “virações”, o que leva a identificá-lo como *espaço diferencial*.

II. 1. 2. A RAMBLA DEL RAVAL, E OUTROS ESPONJAMENTOS

Como prática de renovação por esponjamento de tecido urbano denso, são identificadas intervenções como a da *Rambla del Raval* e as demais aberturas de “buracos” percebidas no tecido existente, justificadas pelos gestores urbanos a partir da constituição de uma *representação* onde busca-se evidenciar a melhoria dos espaços públicos, a partir destas intervenções.

Nesta *representação constituída*, em que os gestores urbanos revelam a necessidade de liberação do solo como tentativa de combate, por meio dos “esponjamentos” propostos, à imagem que vincula esses espaços à aura de segurança, violência e marginalidade da área, transformando esta ação em base legal para ajudas financeiras e reabilitação de habitações particulares e públicas, admitindo-se a atuação da iniciativa privada subvencionadas por fundos públicos.

Observando o espaço criado a partir do “buraco” aberto em outro espaço adensado do bairro, para formar a *Rambla del Raval* – ação empreendida a partir de meados da década de 1990 – percebemos o caráter de limpeza do quadro anterior, entendido como espaço de degradação. Na leitura que fazemos da intervenção, percebemos a ênfase dada à perspectiva de visibilidade dos espaços simbólicos – como é o caso da possibilidade de visualização, a partir da *Rambla del Raval*, tanto do Seminário Salesiano-escalonia Tididabo, como da torre de telecomunicações projetada pelo arquiteto inglês Norman Foster –, bem como a tentativa de atribuir a este espaço requalificado, uma perspectiva de utilização da área como espaço de consumo de lazer e de cultura, haja vista a proliferação

de espaços que denotam esse caráter em seu uso. A escultura do imenso gato, assinada por Fernando Botero, também revela essa condição dada pelo espaço, de ser “consumido culturalmente”. (VER PRANCHA 22, p. 218)

Se continuarmos a caminhar pela área, passamos a perceber também que, para além destas ações de impacto na estrutura urbana e social do espaço, podemos observar outros “pequenos gestos” provenientes de quem o habita, e o vivencia em suas práticas cotidianas. É nessa perspectiva que observamos, que a estes usuários não se atribui uma condição de passividade frente a estas transformações. Como exemplo que podemos apresentar, está a existência de cartazes-convites afixados na cerca que limitam os terrenos alvos das intervenções, onde a população é convocada para o debate sobre a intervenção proposta (no caso aqui citado, a construção de piscinas públicas).

Como forma de ampliar o quadro que explicitar os atos de “viração” observados no *Raval*. Citamos também a “ocupação” realizada pelos grafiteiros em vários “buracos” criados no bairro. Nesse caso, nos reportamos à afirmação de Ribeiro (in Cadernos SRH – UFBA: 2005, 420), onde a autora considera indispensável a explicitação dessas formas de reação à ordem imposta, para uma melhor compreensão da sociabilidade dos lugares:

“Na busca de sintornia com processos que denotem enfrentamento da crise urbana, é indispensável escutar as letras dos raps, apreender as mensagens dos grafites (...) e conversar com aqueles que habitam as ruas das grandes cidades, inclusive para que a análise sociológica do presente não se perca em modelos que, por pretenderem substituir teorias e trabalhos de campo, não iluminam a sociabilidade. A adesão a modelos desenraizados das práticas sociais impede a compreensão dos vínculos, mesmo que articulados a determinantes estruturais, não se ajustam com facilidade aos níveis, esferas ou campos em que as teorias, por vezes, pretendem confiná-los. Ao contrário, a sociabilidade, ao mesmo tempo em que resulta das relações sociais regradas, pode apresentar frutos inesperados quando a vida não mais se orienta pela rotina ou pela repetição”.

No desenrolar do item deste capítulo, buscamos analisar as lógicas reguladoras das matrizes urbanísticas contemporâneas francesa e catalã, à luz do ideário proposto por esse

modelo, bem como os principais atores, a difusão desses ideários, a materialização do pensamento a partir da implementação de alguns projetos, e as resignificações criadas a partir das práticas sociais estabelecidas pelos usuários dos espaços alvos das intervenções aqui apresentadas. Atentamos para o fato de que estas resignificações necessitam ser explicitadas no processo de avaliação das intervenções, no intuito do estabelecimento de novas posturas a serem tomadas, tendo em vista as futuras intervenções a serem propostas.

Pretendemos, no próximo item, discutir esta relação entre os caminhos de entendimento dos *a priori* conceituais estabelecidos pelos modelos propostos, e os desdobramentos surgidos a partir da confrontação destes modelos com a realidade apresentada pelo espaço vivido, no campo das políticas preservacionistas contemporâneas. Nesse sentido, voltamos à escala do território brasileiro, onde analisaremos a política estabelecida pelo programa MONUMENTA, cujo objetivo geral aproxima-se do que identificamos nas matrizes urbanísticas estudadas: o da reversão de um quadro de degradação apresentado pelos espaços a serem transformados, tendo em vista a sua requalificação, a partir de uma condição de atratividade.

ANEXO II
PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 2 –
PARTE II

2.2. A INCORPORAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA GESTÃO URBANA EMPRESARIAL NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS.

As discussões sobre as articulações estabelecidas entre políticas de planejamento urbano e políticas de preservação do patrimônio cultural, iniciadas no capítulo I, são aqui retomadas, no intuito de elucidar as questões já apontadas no referido capítulo, a saber: como as premissas definidas no modelo gestão urbana empresarial estão penetrando na seara da prática patrimonial, materializadas nas intervenções nos sítios históricos; e como a prática está incorporando o modelo estabelecido pela gestão urbana contemporânea e, por conseguinte, incorporando as representações geradas por esse modelo.

Neste âmbito, fez-se necessário resgatar, dentro do processo histórico vivenciado pelas práticas preservacionistas, as primeiras iniciativas que buscaram, em seus objetivos, enfatizar a articulação entre política de planejamento urbano e política de preservação do patrimônio, no âmbito das cartas patrimoniais.

Retomando as questões apresentadas no capítulo I, lembramos que a Carta de Paris, de 1962, trouxe em seu escopo questões referentes à gestão e ao controle dos sítios históricos, numa perspectiva urbanística, visto que as ações empreendidas pelas sociedades estavam cada vez mais configurando-se como prejudiciais às paisagens dos sítios históricos, fato que exigia providências necessárias à preservação e conservação destes sítios. Nesse contexto, passa-se a enfatizar que as ações a serem empreendidas, visando a conservação/preservação desses sítios deveriam ter o caráter que evidenciasse a necessidade da constituição de uma prática urbanística que possa reger esses sítios históricos.

As premissas estabelecidas pela Carta de Quito, de 1967, passam a atribuir a esses sítios históricos, uma função que vai além de uma condição de significação cultural, atribuindo a estes uma condição de recurso econômico, de forma a buscar, a partir dessa atribuição, a possibilidade de captação de recursos, tendo em vista a manutenção física de seus acervos edificados. Segundo Duarte Jr (2005), a Carta de Quito, ao associar a necessidade de

proteção do acervo edificado dos sítios históricos, à sua condição de recurso econômico, passa a privilegiar uma cultura urbanística do patrimônio,

(...) ao qual associa os cuidados com a proteção do acervo edificado às funções que devem ser exercidas de forma adequada nesses locais, valorizando ainda as dimensões cognitiva e operacional (diagnósticos/estudos/procedimentos) do planejamento urbano em termos de gestão e controle do uso do solo, bem como definindo formas sustentáveis para torná-lo exequível” (Duarte Jr.: 2005, 48)

Os princípios estabelecidos pela Carta de Quito dão conta de que, em seus pressupostos, vão estar sendo estabelecidas as premissas da necessidade de que esses sítios históricos garantam, enquanto recursos econômicos, uma condição de *sustentabilidade*, palavra esta considerada como peça-chave nas premissas estabelecidas pelo modelo de gestão urbana empresarial aqui estudado.

O conceito de *sustentabilidade* é utilizado no sentido de apresentar-se como a possibilidade de inversão de um quadro de degradação. Devemos considerar que as questões analisadas dizem respeito a um contexto marcado por um momento onde foi marcante a crítica direcionada aos princípios do urbanismo modernista, em que os propagadores dessa crítica atribuem aos defensores do modernismo, uma situação de crise vivida pelas cidades e, por conseguinte, os problemas vividos pelos centros históricos destas cidades.

Estes mesmos propagadores apontam como um caminho para a reversão do quadro de crise, a partir da correção dos erros causados pelo urbanismo modernista autoritário, um retorno ao contextualismo, como forma de revalorização da cidade pré-existente, ou seja, o preservar em detrimento do destruir para renovar, do fazer “tabula rasa do passado”.

Nessa perspectiva, buscou-se dar ênfase à qualidade do espaço que se encontrava degradado, a partir da transformação deste espaço em atrativo, primando por sua requalificação. Os sítios históricos, como espaços a serem valorizados, deveriam apresentar, portanto, esta função de atratividade.

Atrelada a esta questão, a valorização dos sítios históricos enquanto fator de atratividade – gerando a possibilidade da sua sustentabilidade –, ainda sob o aspecto da necessidade de apresentação de novas formas de gestão do espaço urbano, aponta-se para a necessidade de uma nova postura do estado perante o gerenciamento de ações: prima-se por uma *gestão compartilhada*, mais democrática, com a participação ativa de outros atores no processo, com ênfase na parceria público-privado.

Em síntese: ao identificarmos nas premissas apresentadas pelas políticas de preservação do patrimônio cultural, elementos vinculados à prática da gestão urbana empresarial, atrelados aos princípios da sustentabilidade – notadamente, econômica –, da atratividade, da gestão democrática compartilhada e mais aberta às parcerias público-privadas, consideramos que existe uma forte imbricação entre os dois âmbitos, ou seja, os princípios utilizados pela gestão urbana empresarial, também se mostram aplicados às políticas de preservação do patrimônio, assim como, numa ordem inversa, a lógica patrimonial passa a utilizar os conceitos da gestão urbana empresarial, de forma a garantir um espaço no mundo globalizado.

Nesse contexto, apresentaremos o programa MONUMENTA como nova forma de gestão, no âmbito das políticas patrimoniais, que incorporam os conceitos provenientes da gestão urbana empresarial, aqui apresentados.

2.2.1. O PROGRAMA MONUMENTA E AS REPRESENTAÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.

Podemos considerar que as ações preconizadas pelo PCH, nas décadas 1970 / 1980, deixaram como herança para as ações do programa MONUMENTA no Brasil, uma condição de ampliação e modernização do campo institucional do patrimônio, sob o ponto de vista de que se passa a ter um encaminhamento de que as atividades de preservação do patrimônio não devam ficar restritas ao âmbito do IPHAN.

Ressalta-se, entretanto que, para além da descentralização no âmbito da proposição e da execução das políticas patrimoniais, fez-se necessária uma nova convicção: a criação de um ambiente propício à atração de investimentos privados.

Essa avaliação foi propiciada a partir do relativo sucesso apresentado e difundido pelas intervenções de revitalização, ocorrida nos anos 1990, em cidade européias e americanas, que tiveram como mola-mestra a parceria público-privado, onde o setor privado deveria suprir a necessidade de recursos financeiros, condição *sine qua non* para a realização das intervenções. Era necessário, portanto, que a América Latina se adequasse a essa perspectiva, vista como uma alternativa eficaz para a revitalização dos seus sítios históricos.

Dentro deste quadro traçado, se fez premente a condição de que as políticas de preservação patrimonial estabelecessem também uma relação de aproximação com essas premissas. Com relação a associação entre o público e o privado nas políticas patrimoniais, a experiência realizada em Quito, capital do Equador, tornou-se um marco referencial, servindo, inclusive, de parâmetro nas análises empreendidas pelo BID no que diz respeito à viabilidade dos investimentos em áreas históricas.

Conforme Sant'anna (2004), as premissas que nortearam a experiência do centro histórico de Quito, tiveram como princípio fundamental,

“(...)a idéia de que a ação isolada do Estado não é suficiente, no longo prazo, para conservar os bens culturais, sendo, portanto, essenciais o aporte de investimentos privados e a mobilização da sociedade civil. A sustentabilidade das ações do programa foi, então, condicionada à atração de parceiros desde a montagem das operações, bem como à implementação de ações capazes de promover a dinamização econômica e a renovação dos investimentos privados nas áreas de projeto. Os investimentos estratégicos iniciais são assumidos pelo Estado, com vistas à criação de um ambiente físico, institucional e legal atraente e adequado ao desenvolvimento dessas parcerias”. (Sant'anna:2004, 261-162)

A experiência de Quito, apesar da problemática encarada⁷⁶, foi tida como um grande sucesso, inclusive com efeito de replicação para a América latina e para o mundo, tornando-se referência para a criação e implementação do programa MONUMENTA, no Brasil.

Conforme Pedro Taddei, então coordenador do programa MONUMENTA em 1999,

“(...)O MONUMENTA nasceu de uma idéia e de uma experiência quase fortuita. Em 1987 a capital do Equador, Quito, foi devastada por um violento terremoto. Além dos enormes prejuízos sociais e econômicos infringidos ao povo equatoriano, a humanidade viu-se na iminência de perder o Centro Histórico de Quito, um tesouro de valor inestimável. O BID destinou então um empréstimo para mitigar os efeitos da catástrofe. (...) A recuperação do patrimônio histórico de Quito foi o estopim de um processo surpreendente de revitalização econômica, social e cultural”. (Taddei:1999, 1).

Márcia Sant’anna (2004) comenta que as primeiras missões do BID no Brasil, no intuito da criação do programa MONUMENTA, apresentavam que o objeto maior desse novo programa devia centrar-se no compartilhamento mais equitativo da responsabilidade da preservação do patrimônio com a sociedade e, especialmente, com a iniciativa privada, o que representava um ponto de inflexão nas práticas preservacionistas até então preconizadas, centradas prioritariamente na ação estatal, sem garantias de retorno do investimento público ou de geração de recursos para a manutenção do patrimônio recuperado.

Dentro do contexto apresentado pela instituição IPHAN, com indisponibilidade de recursos para bancar as ações de proteção e recuperação do vasto patrimônio sob sua tutela, a

⁷⁶ “A experiência de Quito demonstrou que, em cenários de endividamento político, estagnação e baixo crescimento econômico, o setor público não tem fôlego financeiro para esperar o tempo necessário a que investimentos privados de monta se materializem, e que é muito difícil direcioná-los para áreas arriscadas. A experiência pôs em evidência, em suma, que o modelo ancorado na atração de investimentos privados é problemático, porque supõe um cenário de vitalidade econômica, disponibilidade de investimentos, boa distribuição de renda e valor de mercado do patrimônio que inexistem na maioria dos países da América Latina”. (Sant’anna: 2004, 257)

possibilidade de geração dos recursos a partir de empréstimos financiados pelo BID, apresentou-se como uma interessante solução.

Nesse sentido, o programa MONUMENTA aparece como uma possibilidade de se resgatar e conservar, de forma sustentável, os monumentos identificados como representativos de nosso patrimônio cultural. Este programa surge fortalecido financeiramente e simbolicamente, a partir dos apoios, de BID e UNESCO, respectivamente.

O MONUMENTA ampara-se em determinados princípios, visando a garantia da obtenção dos resultados esperados, a partir dos objetivos traçados, tendo em vista o resgate e a conservação do que nosso patrimônio tem de mais representativo, de acordo com o campo de intervenção do programa, a saber, *“(...) o patrimônio tombado pelo IPHAN, ou seja, sítios históricos, como cidades históricas, centros históricos e setores de grandes cidades que compreendam monumentos tombados formando um conjunto de interesse cênico”*. (Taddei:1999, 1).

Tais princípios podem ser identificados em discursos proferidos pelo então coordenador do programa, Pedro Taddei, notadamente os proferidos na “Conferência de Imprensa de Lançamento Oficial do Programa MONUMENTA”, em 1999, e no artigo “Um Olhar sobre a Cultura Brasileira (Patrimônio: os grandes projetos – BID) (texto sem referências)”. No diagnóstico sobre a atual situação dos sítios históricos brasileiros, apresentados nestes documentos, identifica-se que o mal crônico vivenciado por estes sítios, revelado por uma condição de abandono, tem relação com fatores como a baixa produtividade econômica apresentada nestes lugares, assim como a pouca e/ou escassa ocupação residencial. Segundo Taddei (t.s.r):

“A baixa atividade econômica e pouca ocupação residencial enseja o abandono pelos poderes locais dos logradouros e prédios públicos, até que a área se transforma em ruínas, reduto de população marginalizada e de banditismo. Obsoletos, arruinados, ociosos e abandonados, esses espaços urbanos passam a ser discriminados conterrâneos e evitados pelos turistas; as receitas da atividade econômica e as rendas imobiliárias caem, assim como a arrecadação municipal, faltando meios para a conservação das construções. Segundo dados do IPHAN,

cerca de 50 % dos imóveis históricos sob a tutela federal encontram-se degradados e 25 % estão exigindo alguma obra de recuperação. A mesma fonte indica que aproximadamente dois terços desses imóveis encontram-se abandonados ou subutilizados". (Taddei:t.s.r, 2)

Nesse contexto, Taddei aponta que o MONUMENTA propõe-se a atacar as causas da degradação crônica do referido patrimônio, situadas em geral, "*(...) no baixo nível de atividade dessas áreas, e na reduzida participação da comunidade local na preservação*". (Taddei:1999, 1)

Tendo em vista a necessidade de reversão do quadro de abandono apresentado, Taddei aponta a *sustentabilidade* como princípio-chave a ser adotado, através do retorno econômico proporcionado pela intensificação do uso e da visitação às áreas restauradas, onde propõe-se como objetivo, "*a manutenção permanente das características originais dos bens, sem novos aportes de recursos federais*". A garantia do princípio da sustentabilidade se daria, portanto, a partir da utilização dos aportes provindos das ações compartilhadas, entre governo, iniciativa privada e comunidade.

Nessas afirmações, encontram-se presentes três princípios enfatizados pelo programa: a busca pela garantia da originalidade – feição original – do bem, a descentralização das decisões e das execuções das ações, e a questão do retorno econômico gerado, a partir da vinculação do uso destas áreas, pela atividade turística.

Com relação ao aspecto técnico, o programa apresenta uma proposição de substituição progressiva do maior número possível de obras de restauração, por serviços de conservação, o que, sob o ponto de vista conceitual, configura-se como uma forma de adequação das intervenções a serem realizadas à uma lógica do mercado, distanciando-se de questões mais relacionadas com a natureza específica – de especialização – típicas do universo das obras de restauro, que demanda um tempo mais longo no processo de elaboração e execução das ações.

Em complemento a esses princípios e atribuições técnicas, o programa MONUMENTA também foi estruturado, tendo em vista a realização de ações vinculadas à dimensão educativa, a qual Taddei atrela esta a uma relação com ideais de “civismo e civilidade”, considerando que:

“O modo pelo qual se promove a preservação de bens culturais compreende, além de funções técnicas, uma dimensão educativa. A seleção dos objetos que se quer colocar sob a proteção da lei, em quais deles intervir, como intervir e que usos incentivar para os mesmos, é regida pela mesma escala de valores com que se escolhe o futuro que se quer, como construí-lo e para quem, um projeto de nação. (...) Sob essa ótica, o setor de patrimônio histórico desempenha um papel cívico, que contribui para a tomada de consciência pela população quanto a referenciais e valores da nacionalidade. (...) Por outro lado, a conservação permanente de conjuntos patrimoniais desempenha outra função educativa, a da valorização da civilidade, do respeito aos bens públicos e da cooperação”. (Taddei:t.s.r, 2)

Essa proposta de valorização patrimonial agrega em si, portanto, valores que primam pelo esforço de construção de uma imagem civilizatória onde, a partir de tal premissa, poderia ser buscada *“a construção de uma civilização nos trópicos, respeitada por sua diversidade e exuberância”*. (Programa MONUMENTA: 2000, 8)

Pedro Taddei busca resumir o espírito do programa, da seguinte forma:

“Em conclusão, o Ministério da Cultura, com o Programa MONUMENTA, além de realizar um volume inédito de obras, tem por ambição lançar as bases para o desenvolvimento de uma nova atitude frente à questão do patrimônio cultural, uma atitude pró-ativa, tanto por parte do setor público, quanto da comunidade e da iniciativa privada, dando o exemplo, apontando soluções, mostrando caminhos, difundindo conceitos, critérios, casos e personagens exemplares do cotidiano da preservação, com nossa contribuição peculiar ao aprofundamento do civismo e da civilidade no seio do povo e das elites brasileiras. (...) Um marco inequívoco nos 500 anos do Descobrimento. (...) Usando as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso: ‘O Brasil é reconhecido no mundo todo, não só apenas por

suas belezas naturais, mas porque fomos capazes de construir uma civilização nos trópicos, motivo de orgulho para todos nós'. (...) Saibamos respeitá-la".
(Taddei:1999, 4-5)

Essa nova atitude apregoada por Taddei, pró-ativa, frente às políticas de preservação patrimonial, para ser implementada, deveria passar por adaptações em relação a uma estrutura existente na instituição IPHAN. Diante deste quadro apresentado, fez-se necessária a construção de um diagnóstico sobre a instituição, tendo como objetivo obter dados para propor o seu re-aparelhamento, adequando-se às premissas impostas pelo BID.

O diagnóstico apresentado, traçado a partir de consultorias realizadas – denominadas “Missões” – identificou pontos, que deveriam ser levados em consideração na busca da adequação pretendida, a saber: a necessidade de dotar a instituição de melhores condições de trabalho, incluindo capacitação pessoal e orçamento adequado para o desempenho das tarefas; e, considerar a ineficiência apresentada pelas esferas estadual e municipal, no que diz respeito à elaboração e execução das políticas preservacionistas.

Levando em consideração estes pontos, e considerando a necessidade imperiosa de garantir a idéia de descentralização das políticas preservacionistas, o programa MONUMENTA passou a ser estabelecido, a partir dos seguintes condicionamentos:

- Aparelhamento do IPHAN em nível nacional, buscando o seu fortalecimento institucional;
- Elaboração de um trabalho de base de documentação do patrimônio a ser conservado / resgatado, com produção de normas destinadas a qualidade das intervenções;
- Instalação de Unidades Executoras de Projetos (UEPs) em todas as cidades a serem contempladas pelo programa, objetivando um maior controle e fiscalização na execução das obras;
- Divisão das atribuições, cabendo ao IPHAN uma função de coordenação dos projetos, e à estrutura terceirizada, a tarefa de execução.

Dentro do exposto, passamos a estabelecer um quadro crítico acerca dos princípios estabelecidos pelo programa, pautados em análises acadêmicas elaboradas por pessoas que estiveram à frente de cargos de direção na instituição IPHAN: trata-se da dissertação de mestrado do arquiteto Romeu Duarte Júnior, ex-superintendente da regional do Ceará, e da tese de doutorado da arquiteta Márcia Sant’anna, atual diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do referido órgão, e também ex-superintendente da regional cearense.

Conforme Sant’anna, a estruturação adotada pelo programa MONUMENTA, que apresenta-se como “(...) *um caso de política pública coordenada por estrutura paralela terceirizada e sem vínculo permanente com qualquer instância do estado*” (Sant’anna: 2004, 263), se, por um lado, criou condições para a implementação da descentralização das atribuições, por outro gerou, em boa parte do quadro do IPHAN, uma situação desfavorável, visto que coube à instituição, um papel eminentemente técnico, de orientação e fiscalização dos aspectos estritamente relacionados à conservação do patrimônio tombado:

“A instituição não exerce nenhuma função de formulação, planejamento ou gerenciamento do programa, funcionando como instância de assessoria e cumprimento de tarefas específicas. É responsável pela execução, através da UNESCO, apenas do componente destinado ao seu próprio fortalecimento institucional, relacionando-se com o gerenciamento central do programa por meio de um grupo de trabalho – denominado ‘Grupo Tarefa’ – composto também de consultores contratados”. (Sant’anna: 2004, 263)

Outras críticas, de âmbito mais geral, são apresentadas pela autora, as quais indicamos:

- Equipes técnicas terceirizadas e bem remuneradas não são garantia de agilidade administrativa ou boa execução;
- Pouca atuação da iniciativa privada, apesar da tentativa de atração do setor, para investimentos na área patrimonial, haja vista a idéia formulada que, “(...) *partindo-se de projetos sustentáveis e dos investimentos públicos estratégicos realizados, a*

iniciativa privada seja atraída e se torne efetivamente parceira, investindo na conservação dos imóveis sob sua responsabilidade”. (Sant’anna: 2004, 268);

- Pouca articulação entre as instâncias de coordenação e de execução. Para Sant’anna, a ação das Unidades Executoras de Projetos, em cada cidade não alcançou o objetivo traçado:

“A idéia inicial em que as UEP tivessem um espectro de atuação mais amplo, funcionando, à semelhança da Empresa Centro Histórico de Quito, como instâncias de compartilhamento, com o setor privado, das ações nas Áreas de Projeto, de captação de recursos e viabilização de empreendimentos. Diante da impossibilidade legal de implantação de tais organismos no Brasil, o papel das UEP foi bastante reduzido”. (Sant’anna: 2004, 264);

- Pouca capacidade de contrapartida, apresentada pelos municípios.

Romeu Duarte Júnior também apresenta um quadro elucidativo com relação às dificuldades de implementação do programa MONUMENTA no Brasil, no qual são identificados os seguintes pontos:

- *“A tentativa da UCG em suplantando a direção nacional e as superintendências regionais do IPHAN, ao negociar diretamente com as prefeituras, ação causadora da dificuldade de diálogo entre as instituições;*
- *O esforço desenvolvido pela UCG para transformar as superintendências regionais do IPHAN em meros órgãos burocráticos, voltados à análise de projetos e à vistoria de obras;*
- *O caráter centralizador e burocrático da UCG, impeditivo para o estabelecimento de parcerias com os diversos agentes do processo;*
- *A visão exageradamente financeira do problema da sustentabilidade do patrimônio, desconsiderando aspectos globais da economia dos locais onde se implantou;*

- *O lamentável estado técnico, administrativo e financeiro da maioria das prefeituras municipais participantes do programa, não oferecendo condições para a adequada condução dos trabalhos;*
- *A desorganização e a baixa eficiência do IPHAN, reveladas na dificuldade de apresentar respostas adequadas às solicitações de informações do BID, sem que se fale em sua débil estrutura técnico-administrativa para assuntos urbanos;*
- *A prioridade para a execução de obras de restauro em bens isolados, colocando-se em plano bastante inferior a elaboração de planos de preservação e reabilitação urbana, esses de instrumentos definidores, a seu tempo, das ações a executar;*
- *A ausência de critérios para definir os sítios e conjuntos históricos a serem contemplados com a ação do programa;*
- *A baixa qualidade dos projetos apresentados, freqüentemente desconectados dos planos diretores e dos planos de preservação previstos para as cidades contempladas;*
- *A baixa qualidade das obras, muitas vezes resultantes de processos licitatórios irregulares e/ou fraudulentos desenvolvidos pelas prefeituras municipais para premiar empresas construtoras sem acervo técnico específico”. (Duarte Jr.: 2005, 95-96)*

Apresentado este quadro crítico, pretendemos aprofundar as discussões nas questões relacionadas ao princípio de sustentabilidade, apresentado pelo programa, em que identificamos uma forte relação entre a definição de sustentabilidade ao viés econômico, e no caso do MONUMENTA, teremos no turismo a atividade que irá propiciar a condição favorável para a implementação das ações formuladas. Nesse sentido, a criação de um quadro representativo, definindo o que vai ser selecionado, e os direcionamentos apresentados pelos processos metodológicos a serem seguidos nas intervenções, deveria passar, em princípio, impreterivelmente, pela condição de utilização dos espaços para os usos turísticos e culturais.

Esse direcionamento seria o mais adequado para que fosse possível o efeito pretendido, de reversão do quadro de degradação apresentado pelos sítios históricos e conjuntos urbanos representativos de nosso patrimônio cultural, colaborando assim, para a erradicação do “mal crônico” vivenciado por esses lugares. Embutida nesse ideário, identificamos, por parte dos idealizadores do MONUMENTA, a premissa da valorização do local, da cidade como sujeito, do Fazer Cidade, palavras-chaves muito presentes no discurso e na elaboração das políticas definidoras dos Planos Estratégicos, alvos de discussões aqui estabelecidas, no início deste capítulo.

Nesse sentido, ao nos reportamos à seleção dos municípios a serem contemplados pelo programa, identificamos que, no processo de valorização do lugar, este lugar deve se mostrar preparado para atender às premissas estabelecidas pelo BID, com relação a viabilidade dos investimentos, apresentando contrapartida financeira, condições para operacionalização das ações e viabilidade de uso a ser destinado aos bens. Conforme Sant’anna:

“Para demonstrar a sustentabilidade do projeto, já na Carta Consulta, o município deve identificar os usos a que estarão destinados os imóveis e logradouros na Área de Projeto e apresentar ‘evidências’ do interesse de parceiros privados de intervenção”. (Sant’anna: 2004, 264)

Diante deste quadro, Sant’anna indica a existência de conflitos entre IPHAN e BID, com relação ao que seria prioridade, ou seja, quais as cidades que seriam identificadas como representativas e, por conseguinte, contempladas pelo programa, e como consequência, qual seria o procedimento metodológico seguido nas intervenções a serem executadas nos referidos espaços selecionados.

Conforme as premissas do BID, o modelo de seleção deveria seguir uma prioridade de cunho financeiro, fato que ocasionou uma reação dentro da instituição IPHAN, onde se estabelecia que o bem cultural não deveria ser tratado como um “objeto” qualquer. O bem cultural traz em si especificidades que deveriam ser levadas em consideração.

Tais preocupações podem ser identificadas nos textos utilizados na elaboração dos Cadernos Técnicos, definidos pelo programa MONUMENTA. No Caderno Técnico 3, referente aos “Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (Minc / MONUMENTA: 2005), no item “Procedimento da Análise”, indaga-se: *“Ora, representatividade histórico-cultural não é um critério que possa ser facilmente transposto para uma escala numérica. Como classificar grandezas incomensuráveis? Este foi o desafio posto a nossa equipe pelo projeto Monumenta”*. Nesse sentido, foi necessário pensar a estrutura conceitual subjacente à moderna gestão do patrimônio histórico, a partir de premissas a serem estabelecidas, que partiram dos seguintes pontos:

1. *“Patrimônio não deve ser entendido, como até aqui, pelo ângulo da propriedade, da imobilização no tempo / espaço, mas em termos de sua apropriação e de produção. Isto é, como um recurso cultural muito específico, pois pode e deve gerar renda, mas gera também cultura, que é um benefício não conversível em moeda;*
2. *Patrimônio não tem sentido em si. Seus múltiplos sentidos são socialmente produzidos. Como em todo processo de memória, dar sentido ao patrimônio representa dar significado a uma parte do presente, cristalizando-a como símbolo do passado. Patrimônio é, assim, produção de memória, modo de conferir inteligibilidade ao presente e identidade aos seus possuidores ou consumidores;*
3. *Entendido como produção de sentido, a preservação patrimonial é um ato político, pois representa a produção de uma visão do passado, entre várias possíveis. Logo, é preciso tomar partido, opções;*
4. *Até hoje privilegiaram-se os alvos da história tradicional: fatos, personagens, nosso passado branco, nossas elites, nosso cristianismo. Essa visão é insuficiente e tornou-se inaceitável. Devemos buscar o pluralismo. Uma alternativa fácil seria inverter os pressupostos, mas isso seria incorrer no mesmo erro, apenas trocando os sinais. Ou, ainda, valorizar um aspecto menos explorado da constituição de nossa nacionalidade, como as contribuições das várias etnias presentes no território, ou mesmo, os processos econômicos e impessoais. Todas essas alternativas tem seus pontos interessantes, mas são incompletas. Nossa posição, que defenderemos de modo argumentado no produto final, é a de*

valorizar a diversidade e a complexidade da realidade social, fugindo à teleologia que domina nossa História.

5. *Nosso patrimônio histórico representa uma narrativa sobre nosso passado. É preciso entender como essa narrativa se constituiu e que representa hoje para nós, para que possamos recompô-la, nega-la, apresentar alternativas".* (Minc/MONUMENTA: 2005)

Apresentado este quadro de natureza conceitual, foi elaborado um quadro de seleção preliminar, que passava, em princípio, pela definição da natureza dos bens a serem selecionados. Sobre esse aspecto, os bens foram divididos em dois grupos:

- Sítios Históricos Urbanos Nacionais: conforme definição do Contrato de Financiamento, corresponde ao Sítio Histórico Urbano Tombado em nível Federal, em conformidade com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais: conforme definição do Contrato de Financiamento, corresponde ao Grupo de Monumentos Nacionais, situados dentro do perímetro urbano, que guardam entre si relação de proximidade.

Neste contexto, foi estabelecido um universo de 80 cidades concorrentes, onde, neste primeiro quadro, pretendia-se contemplar situações representativas das problemáticas de conservação existentes no país, englobando setores urbanos degradados, cidades médias tombadas e conjuntos de monumentos em centros metropolitanos. (Sant'anna: 2004)

Nessa perspectiva, os critérios de avaliação, em princípio, se ampararam em aspectos técnicos e sociais, revelados a partir de um relatório apresentado à coordenação do programa, em que cada município deveria traçar um quadro realístico da situação do sítio histórico e / ou conjunto urbano, onde adotou-se, como critério, a conjugação das seguintes condições:

- Presença de, no mínimo, 02 (dois) Monumentos Tombados em nível Federal;
- Presença de fatores que contribuam para a configuração do Conjunto Urbano, tais como: a inserção em estrutura urbana de interesse de preservação, a ocorrência de

elementos urbanísticos catalizadores ou articuladores, assim como a existência de unidade histórica e morfológica do tecido urbano; e,

- Inserção em sítio protegido pelos níveis estadual ou municipal ou onde se registre a presença de monumentos protegidos por esses níveis.

De acordo com esses critérios, foram selecionados, em um primeiro momento, 23 cidades, a saber: Olinda, Ouro Preto, Recife, Rio de Janeiro, Cachoeira, Congonhas, Corumbá, Goiás, Icó, Lençóis, Pelotas, Penedo, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Diamantina, São Francisco do Sul, Alcântara, Natividade, Oeiras, Laranjeiras, Manaus e Mariana. Este quadro sofreu uma ampliação em 2003, com mais 10 cidades selecionadas, perfazendo um total de 33 cidades.

Quanto à referida seleção, Márcia Sant’anna aponta que, no decurso da implementação do programa, os critérios foram se modificando, saindo do âmbito traçado pelos objetivos do programa e da identificação de uma problemática urbana e patrimonial, que “(...) *resultou de avaliação de natureza cultural, política, estética e histórica que, embora importantes e pertinentes, não encaminham situações adequadas ao modelo de intervenção proposto pelo programa*”. (Sant’anna: 2004, 261)

Ao analisarmos os materiais de divulgação elaborados pelo programa MONUMENTA/Minc/BID e UNESCO, no ensejo das primeiras ações a serem desenvolvidas nas cidades selecionadas, percebemos que são destinadas aos sítios históricos e conjuntos urbanos, em sua grande maioria, atividades de natureza turístico-cultural, conforme apregoados nos discursos idealizadores do Programa, tornando-se o padrão utilizado, independente da realidade apresentada por estas cidades, e em detrimento à política difundida, enquanto discurso, de valorização do lugar⁷⁷.

A tese de Márcia Sant’anna abre uma discussão acerca das premissas de valorização desses lugares, tendo como alvo de estudo cidades de grande porte no âmbito nacional – no caso,

⁷⁷No decorrer da implementação das ações, algumas mudanças de foco foram apresentadas, onde temos como exemplo propostas de implementação de universidades em determinados sítios históricos, como Cachoeira/BA.

Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador – apontando que, na verdade, a idéia de valorização passa pelo âmbito da transformação desses lugares em fatores de atratividade econômica, compreendendo que a aposta que se fez, através do Programa, de que a participação privada e a geração de renda, via usos culturais e turísticos, assegurariam a resolução do “mal crônico” vivido por nossas cidades históricas, apresenta-se extremamente falha.

Na perspectiva de ampliarmos o quadro de discussão sobre o assunto, estabeleceremos, no capítulo seguinte, um quadro de reflexão e análise crítica sobre a implementação de programas de cunho requalificador nas cidades históricas cearenses. As discussões se pautarão no contexto traçado durante este capítulo, que buscou estabelecer uma relação entre as políticas e as práticas determinadas pelos modelos de gestão empresarial no âmbito urbano, e as políticas e práticas preservacionistas que são orientadas a partir dos mesmos princípios norteadores da referida gestão urbana.

Neste contexto, as intervenções realizadas nas cidades históricas de Icó e Sobral – a primeira, diretamente vinculada ao Programa MONUMENTA, com suporte técnico do IPHAN, e a segunda, vinculada prioritariamente às ações realizadas pela Prefeitura Municipal, também articuladas ao IPHAN – serão analisadas a partir de um contexto mais abrangente, que diz respeito à implementação, por parte do governo do estado, de um ideário de cunho modernizador, visando a reversão de um quadro negativo apresentado pelo Ceará, onde predomina uma imagem de pobreza, miséria e atraso.

Neste contexto, onde se fará premente a modernização administrativa / territorial do estado, aponta-se também a necessidade das políticas estaduais induzirem um ordenamento territorial mais equilibrado e o fortalecimento de uma rede de cidades com a descentralização e o dinamismo no interior de atividades industriais e de serviço, o que ocasionará a criação do PROURB – Programa de Urbanização dos Municípios Cearenses.

As análises a serem apresentadas no próximo capítulo darão ênfase às ações oriundas da política de desenvolvimento urbano estabelecidas nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios cearenses, articuladas às ações de preservação

dos sítios históricos cearenses tombados como patrimônio nacional, estabelecendo as relações de aproximação e distanciamento entre as políticas – e, conseqüentemente, as ações derivadas destas –, assim como, entre as representações constituídas pelas instâncias gestoras, bem como da apropriação – no âmbito do uso do espaço – que a população fará destes espaços requalificados, a partir das práticas sociais estabelecidas.

CAPÍTULO 3

REDESCOBRIRAM O CEARÁ? OS SÍTIOS HISTÓRICOS SERTANEJOS CEARENSES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.

APRESENTAÇÃO

Entre os anos 1987 e os dias atuais, é marcante o fortalecimento do ideário empresarial na gestão governamental do estado do Ceará, que tem como premissa básica, uma proposta de modernização administrativa/territorial do estado, com o intuito de propiciar condições para que o empresariado industrial queira nele investir, gerando a possibilidade de migração do setor industrial para o Nordeste.

Nessa perspectiva, se fez preemente a necessidade das políticas estaduais induzirem um ordenamento territorial mais equilibrado e o fortalecimento de uma rede de cidades com a descentralização e o dinamismo no interior de atividades industriais e de serviço, sendo criado, nesse âmbito, o PROURB – Programa de Urbanização dos Municípios Cearenses. O referido programa abrangeu 44 municípios (posteriormente incorporou outros 5 municípios), em 5 regiões estratégicas. Partindo de premissas apresentadas em Termos de Referências, alguns projetos estruturantes foram executados e passaram a representar o “sucesso” da política implementada.

Os discursos sobre esses projetos apresentam bons resultados, tendo em vista a imagem positiva apresentada por estes, de requalificação dos espaços degradados. As análises a serem aqui apresentadas deram ênfase às ações oriundas da política de desenvolvimento urbano estabelecidas nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios cearenses, articuladas às ações de preservação dos sítios históricos cearenses tombados como patrimônio nacional, tendo como foco as cidades sertanejas de Sobral e Icó.

O objetivo deste capítulo constitui-se na análise da implementação das ações propostas para os sítios históricos destas cidades – reconhecidas como *Patrimônio Nacional* e, por

consequente, representantes legítimas do *lugar-Sertão* – a partir da lógica de produção do *espaço abstrato*. Essas ações estão pautadas nas *representações constituídas* a partir dos encaminhamentos relativos aos discursos e ações instituídos no âmbito dos planos estratégicos e no âmbito dos programas de valorização cultural, tendo em vista a busca da compreensão dos elementos intrínsecos a estas duas instâncias que ora identificam pontos em comum, ora identificam situações confrontantes.

Dentro desse contexto, as reflexões estabelecidas neste capítulo objetivam também enunciar a existência de tensões entre as lógicas que regem todo o quadro da produção do *espaço abstrato* aqui apresentado por suas *representações constituídas*, e a instância do *vivido*, do cotidiano estabelecido pelas práticas sociais instituídas nas duas cidades, consideradas *Patrimônio Nacional*. É no uso atribuído a estes espaços, através das resignificações estabelecidas pela prática social, que verificamos as respostas mais perceptíveis, dadas por essas práticas sociais relacionadas à lógica do *concebido*.

3. 1. INTRODUÇÃO: O IDEÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (ANOS 1990-2000)

A partir de meados da década de 1980, o Estado do Ceará passa a ser tomado como paradigma das atribuições relacionadas com o planejamento empreendedor, quando se esboça uma nova forma de governar com base nos princípios de gestão empresarial. A “*Era Jereissati*”, já surge, como denota a auto-titulação “*Governo das Mudanças*”, com uma afirmação: parte-se de uma situação de crise – ocasionada por décadas de desmandos da política dos coronéis – e constata-se a necessidade de um novo direcionamento, só possível através do que se propõe na “*era empresarial*”. A premissa básica do “*Governo das Mudanças*”, que se estende aos dias atuais, constitui-se em uma proposta de modernização administrativa/territorial do estado, visando dar condições para que o setor industrial venha nele queira investir.⁷⁸

Nessa perspectiva, alguns fatores foram apresentados como atrativos para possíveis investidores, tais como: baixos salários; a existência de mão-de-obra habilidosa, com perspectiva de pagamento de salários baixos; garantia, por parte do governo, de alguns benefícios, como por exemplo, a redução dos impostos e possíveis doações de terreno para a implementação das unidades de produção. É também nessa perspectiva que a elaboração/criação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como elemento que irá justificar o investimento do setor industrial no Ceará, tendo nesse ideário uma condição de legitimação técnico/científica, referendada por pesquisas, que tinham como base, a elaboração de diagnóstico sobre a situação sócio-econômica do Nordeste, buscando identificar causas que geram a condição de pobreza que predomina na região, e a

⁷⁸ Este período inicia-se no momento político conhecido como “*Era Jereissati*”, em que se identifica a entrada, no cenário político, de nomes provenientes do cenário empresarial do estado do Ceará, notadamente do CIC, onde o nome de Tasso Jereissati é a principal referência. Jereissati governou o estado do Ceará nos períodos 1987-1990, 1995-1998, 1999-2002, bem como foi importante figura política durante o Governo Ciro Gomes (1991-1994), e principal responsável pela eleição de Lúcio Alcântara para o governo do estado (gestão 2003-2006). Vale salientar que durante o governo Ciro Gomes, tivemos a eleição de Beni Veras – uma das principais cabeças pensantes do CIC – para o Senado Federal, o que ajudou no fortalecimento do ideário empresarial na gestão governamental do Estado do Ceará. Atualmente o Ceará é governado por Cid Gomes – irmão de Ciro Gomes –, que, apesar de pertencer a um partido político que fez oposição ao PSDB nas últimas eleições, segue as premissas estabelecidas pelo ideário desenvolvimentista implementado durante a “*Era Jereissati*”.

partir de então, estabelecer elementos que propiciem a reversão do quadro diagnosticado, apostando-se em um quadro de modernização administrativa.⁷⁹

A realidade do Ceará, apresentada a partir de uma imagem vinculada a um “mar de pobreza”, com problemas de cunho político (tradição coronelista que precisa ser revertida), econômico (predomínio da agricultura de subsistência) e social (pobreza/miséria), dava ao estado a possibilidade deste ser tratado como um grande laboratório de experiências financiado pelo Banco Mundial. As novas experiências propostas deveriam, portanto, orientar-se no sentido de buscar reverter o quadro desfavorável em que vivia o estado, a partir da procura de uma situação “desejada”, apresentada por estudos técnicos/científicos, que tem por meta o incentivo a investimentos nos seguintes setores: Indústria; Agropólos; Turismo; Agricultura Rural; e Cidades.

O quadro de estruturação organizacional, citado a seguir, apresentado pelos governos vinculados à Era Jereissati, tendo como principal fator a instituição e fortalecimento de secretarias vinculadas aos setores citados, nos aponta o caminho tomado pelo estado:

QUADRO DE ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL-GESTÃO EMPRESARIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (ERA JEREISSATI)	
SETOR	SECRETARIA
Indústria	Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)
Agropólos	Secretaria de Agricultura (SEAGRI)
Agricultura rural	Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)
Turismo	Secretaria de Turismo (SETUR)
Cidades	Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), transformada em Secretaria de Infra-estrutura (SEINFRA), transformada em Secretária do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR), transformada em Secretaria das Cidades (já no governo Cid Gomes).

⁷⁹ É o caso do projeto ÁRIDAS, vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do governo federal. Inúmeras foram as pesquisas elaboradas no âmbito desse projeto, tendo como objetivo principal a apresentação de soluções, a partir de diagnóstico realizado, baseados em parâmetros técnico-científicos, para a redução da condição desfavorável apresentada pelas áreas com baixos índices de desenvolvimento econômico, incluindo o nordeste do Brasil e, por conseguinte o estado do Ceará.

O aumento da produtividade na economia do estado durante a consolidação do novo sistema governamental vinculam o mesmo a uma imagem de “estado-sucesso” e, como consequência, à produção estratégica de uma imagem de “lugar que deu certo”. Elabora-se, a partir do discurso estabelecido e com respaldo na mídia, uma forte *representação* de um estado modernizante e promissor. O anúncio “*Governo das Mudanças*” transforma o Estado e imprime-lhe a marca de “*um Ceará melhor*”, que prima, portanto, pela continuidade.⁸⁰

Uma das atribuições da gestão empresarial dos governos perpassa pela preparação dos lugares para funcionarem como elementos aptos às condições de produtividade e competitividade. O “*Ceará melhor*”, portanto, não apenas adota a idéia, como difunde os resultados para o Brasil e o mundo, pretendendo-se “*global*”. Os lugares são transformados em atrativos, gerenciados, basicamente, por três instâncias:

1. O incremento do setor industrial, trazendo consigo a necessidade de consolidação de um estado modernizador, produtivo e desenvolvimentista, criador da imagem de uma nova era, desvinculada da época do atraso. São sintomáticas as ações de incentivo à criação de distritos industriais no estado, ancorados em políticas de incentivo fiscal, que ocasionam, por exemplo, a migração de várias fábricas do sul-sudeste do país. É notória a intenção em passar uma imagem de incentivo ao setor industrial a partir da construção de um imaginário que busca vincular o Estado à era industrial: em campanha publicitária nos anos 1990, o governo enfatiza que o trabalhador cearense havia sofrido uma transformação modernizante: não é mais o vaqueiro, homem sofredor do sertão, nem o pescador, de feição sofrida, queimada pelo sal e pelo sol litorâneo. Ele é agora o metalúrgico das fábricas, feliz e sorridente com o seu emprego, digno da era em que o estado demonstra um alto grau de civilidade.

⁸⁰ A continuidade pode ser mais identificada como continuísmo, se vista a partir da proposta política apresentada pelo PSDB para as eleições governamentais de 2002, que foi guiada pelo slogan “*Por um Ceará cada vez melhor*”.

2. O fortalecimento do setor turístico, com a criação da Secretaria do Turismo, imbuída dos princípios da gestão empresarial e fortalecida a partir do entendimento de que a atividade consolida-se a partir de seu papel aglutinador. A partir destes dois aspectos, estrutura-se toda uma política de incremento da atividade que, como importante fonte geradora de emprego e renda, irá contribuir para a garantia da melhoria da qualidade de vida e do bem estar social do cearense. Tais metas deverão ser alcançadas a partir de uma visão inserida na lógica empresarial. Alguns elementos identificados no documento produzido pela SETUR são elucidativos.⁸¹

3. A importância da Secretaria de Infra-estrutura do Governo do Estado do Ceará, como elemento que irá instrumentalizar e capacitar o Governo na implementação dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, tendo como elementos constituintes os Planos Estratégicos, Planos de Estruturação Urbana e Termos de Referências, instrumentos reguladores da “*intervenção na paisagem*”.⁸²

Estruturados a partir de tais instâncias, reforça-se a inserção do estado na sociedade em rede, procurando estabelecer tanto o fortalecimento dos pontos nodais (no caso, Fortaleza, a grande metrópole), a constituição das conexões e, também condições para o

⁸¹ Vejamos alguns itens indicados no documento produzido pela SETUR, em setembro de 1998, intitulado “*O Turismo: uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará (1995 – 2020)*”: **1.** Marco referencial: desenvolvimento do “*produto Ceará turístico*” – aspectos naturais, ambientais, históricos, sócio-culturais, hospitalidade, segurança; implantação da infra-estrutura básica e turística; campanha promocional, “*Ceará, terra da Luz*” – litoral, serra e sertão (voltados para os mercados nacional e internacional); qualificação de mão-de-obra e “*desenvolvimento cultural*”; gestão em parceria; captação de negócios e investimentos turísticos (econômicos e sociais); **2.** Embasamento: Cluster Econômico – “*Agrupamento de empresas líderes que comercializam produtos e/ou serviços competitivos em mercados estratégicos, e que são abastecidas por uma rede de fornecedores de insumos e serviços, apoiados por instituições que oferecem recursos humanos capacitados, recursos financeiros, tecnologia e infra-estrutura física*”. **3.** Objetivo: Capacitação dos Estados do Nordeste em relação ao Mercosul; forma de posicionar e manter os produtos e/ou serviços competitivos nos mercados nacionais e internacionais estratégicos.

⁸² A partir do ano de 2003, com a administração do governador Lúcio Alcântara (PSDB), é criada uma nova Secretaria – Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR) – que herdará algumas atribuições da SEINFRA, sempre no intuito de fortalecer a imagem do Estado modernizante. Atualmente, no governo Cid Gomes – governo que se elegeu com o discurso de “oposição” ao PSDB – apoiado pela base do PT que segue a orientação da prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins – mas que fortalece a orientação do gerenciamento empresarial, a SDLR foi transformada em Secretaria das Cidades.

estabelecimento dos fluxos entre tais elementos, trabalhados na perspectiva de *concentração e dispersão*, ou na ótica da *centralização e da descentralização*.⁸³

Neste sentido, a capital, Fortaleza terá sua posição política e econômica evidenciada e com um nítido rebatimento no espaço físico, através de inúmeros projetos urbanos, levando em consideração a sociedade em rede. As inúmeras intervenções programadas para o centro da cidade e imediações – que por sinal estão dentro da lógica do *projeto urbano*, em contraposição ao *plano convencional* – não se constituem, portanto, em obras do acaso: fazem parte desta lógica de fortalecimento da cidade como ponto nodal, com todas as suas afirmações e suas contradições.⁸⁴

Como projetos de requalificação espacial do centro da cidade de Fortaleza, podemos elencar as seguintes obras: Centro Cultural Dragão do Mar; Novo Mercado Central; Av. Monsenhor Tabosa e Praia de Iracema; Centro de Feiras e Eventos; Praça do Ferreira; Projeto Cores da cidade; Projeto Fortaleza Histórica; Centro de Referência do Professor; Projeto Parque da Cidade. Além das citadas, podemos indicar outras obras que não estão fisicamente contíguas à região central, porém inserem-se na lógica de valorização, a partir da idéia de *dispersão*, a saber: a ponte sobre o Rio Ceará, o Projeto Costa Oeste, com a criação de uma via paisagística – ambos com o claro objetivo de favorecer a ligação de toda a orla marítima e, por conseguinte, gerar a valorização imobiliária do litoral – a via expressa, gerando áreas de segregação sócio-espacial; o projeto METROFOR, desprovido de qualquer outra intenção que não seja a utilitária.

Dentro da lógica de pensamento estabelecida, convém agora identificar o movimento de *dispersão* que ocorre no âmbito do estado do Ceará. Esta ação se torna evidente a partir da análise de programas de ação estabelecidos pelos órgãos governamentais, na busca da

⁸³ Os referidos conceitos de *concentração e dispersão*, *centralização e descentralização* são tidos como referências no pensamento de Manuel Castells, um dos principais expoentes do planejamento estratégico catalão, conforme visto no capítulo anterior.

⁸⁴ Como afirma o próprio Castells (1999 [1996], 429): “É esta característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local que torna as megacidades uma nova forma urbana”.

valorização das diversas regiões do Estado como pontos de *produtividade, atratividade e competitividade*.

O movimento de dispersão pode ser identificado de início, a partir da política de valorização do litoral do Estado, tendo como órgão gestor a Secretaria de Turismo. Sob esta ótica serão implementados planos como o Programa de Desenvolvimento Turístico do Litoral Cearense – PRODETURIS – e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR. Neste sentido, a Fortaleza Global⁸⁵ – “*a loura desposada do sol*” – e o litoral estão sendo preparados como espaços felizes e sedutores, reforçando a imagem positiva do Estado.

A afluência cada vez maior do setor turístico no Estado, e por conseqüência o benefício trazido pelo mesmo, “como uma das maiores fontes de emprego e renda”, justificam a expansão da atividade rumo às demais microrregiões: com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT), serra e sertão passam também a ser valorizados, a partir da necessidade de fortalecimento das instâncias de poder local.

Como ação modernizadora, esse empreendimento deverá seguir conceitos contemporâneos, atuais. Daí a inserção nas discussões sobre “*sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e descentralizado*”, conceitos estes trabalhados como consenso, sem uma maior reflexão acerca de definições e aplicações. A partir de tais determinações, programas como PRODETUR, PNMT e PROURB (Programa de Urbanização dos Municípios Cearenses), interagem na busca da valorização de lugares ora desconhecidos – no caso das faixas litorâneas e serras – ora “*regiões-problema*”, lugares de vulnerabilidade e de crise, no caso, o sertão, sempre vinculado ao estigma da seca.

Concomitante a essa perspectiva de valorização e fortalecimento dos setores industriais e da atividade turística, a gestão de cunho empresarial, apresenta também uma perspectiva de enxugamento da máquina estatal, levando em consideração a noção do estado mínimo,

⁸⁵ O documento intitulado “*O Turismo: uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará (1995 – 2020)*”, fortalece a função de Fortaleza como ponto nodal, quando a identifica, em quase todos os mapas do mesmo, a cidade como “*portão de entrada do turismo nacional e internacional*”.

muitas políticas públicas foram municipalizadas, contudo, sem dar condições de estruturação organizacional / administrativa para os municípios. Nesse sentido, foi criada uma estrutura viciosa, que é mascarada por uma suposta autonomia, mas que passa a depender dos investimentos externos, tais como os do Banco Mundial.

Passaremos a partir de então, a direcionar a discussão em torno do quadro justificativo que foi criado, tendo em vista a necessidade de identificar a reestruturação das cidades como um dos principais elementos utilizados para a concretização do ideário de modernização do estado.

Em trabalho realizado pela Secretaria do Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Ceará (SEPLAN-CE) e pela Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE)⁸⁶, foi traçado um breve histórico sobre as primeiras ações de reestruturação espacial do estado do Ceará, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a partir das quais, foram apresentados pontos relativo à fundamentação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o estado, correspondente ao período 1995-1998, a saber:

“princípios, objetivos, diretrizes estratégicas e prioridades para alcançar o desenvolvimento sustentável, apoiado em vetores de intervenção estruturantes, dentre os quais, o reordenamento do espaço”. (SEPLAN-CE/IPLANCE: 2002, 5)

No histórico traçado e apresentado no referido trabalho, foi estabelecido um quadro revelador da acentuação das diferenças entre os espaços urbano e rural, onde o

⁸⁶ O referido trabalho foi produzido no ano de 2002, e teve um objetivo mais amplo que a elaboração do histórico referido neste artigo. Partiu da necessidade de apresentação de um quadro de propostas e ações que atenuassem a estrutura macrocefálica do estado, em termos demográficos, econômicos e de oferta de serviços essenciais e outros que atendessem às demandas do processo de urbanização. A principal proposta do documento consistiu em uma proposta de reestruturação espacial do estado, através dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDRs), tendo em vista “(...)uma reestruturação básica do sistema urbano a partir de um conjunto de pólos intermediários fortes e do efeito de sua “metropolização” na sua área de influência direta ou mais próxima. Sobrepondo-se ao território estadual, se desenhará o sistema urbano, com sua rede de cidades interligadas, em função de suas relações econômicas, de serviços básicos, administrativas, políticas e outras, facilitando à população do Interior do Estado o acesso aos bens de serviços essenciais e ampliando as oportunidades de sua inserção no mercado de trabalho”. (SEPLAN-CE/IPLANCE: 2002,21). Esta proposta surgiu a partir do que foi indicado na avaliação feita em cima dos resultados do programa PROURB – alvo de análise deste artigo – onde se questionou: porque foi feito um planejamento fragmentado para cidades, e não um planejamento de âmbito regional?

desequilíbrio espacial cearense é evidenciado nas desigualdades entre a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e o interior, e neste espaço não metropolitano, entre os meios urbano e rural, revelando um quadro de supremacia esmagadora de Fortaleza e Região metropolitana no contexto econômico do Estado.

Nessa perspectiva, fez-se preemente a necessidade das políticas estaduais induzirem um ordenamento territorial mais equilibrado e o fortalecimento de uma rede de cidades com a descentralização e o dinamismo no interior de atividades industriais e de serviço. É nesse âmbito que foi criado o PROURB, tendo o direcionamento dos investimentos, atrelado as três pontos principais: **1.** Permitir a interiorização industrial; **2.** Criar centros de suporte ao programa de agricultura irrigada; **3.** Promover o desenvolvimento do turismo, sobretudo no litoral. Dentro deste âmbito, passaremos a analisar as ações do PROURB no estado do Ceará, que primam por uma adaptação das políticas territoriais urbanas (e, por conseguinte, das cidades contempladas com essas políticas) às demandas dos investidores.

3.1.1 O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CEARENSES (PROURB-CE)

Tomaremos por base, uma publicação elaborada pela Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará (SDLR-CE), no ano de 2004, que apresenta um quadro de resultados obtidos pelo Programa, dentro de seu objetivo de descentralizar e dinamizar o interior do estado do Ceará.

A análise empreendida pela SDLR apresenta, de início, objetivos e justificativa utilizados para a implementação do programa, a saber, respectivamente:

“Objetivo: melhoria dos padrões de atendimento das populações urbanas com a requalificação das cidades cearenses e redução da pobreza, através da geração de trabalho e renda, criando uma nova perspectiva de futuro, incluindo a participação da sociedade civil na elaboração dos trabalhos. (PROURB: 2004,11)

Justificativa: (...) constatação de que o Ceará vivenciou, nos últimos 30 anos, um acelerado processo de urbanização, que superou em velocidade o Nordeste e o Brasil, mas que por outro lado, quanto à evolução dos padrões de vida da população, esse crescimento ficou abaixo dos índices observados no País”.

(PROURB: 2004,11)

O quadro de objetivo e justificativa apresentado acima, foi traçado a partir da indicação de algumas constatações, que diziam respeito a pontos como: a compreensão de que a falta de qualificação dos centros urbanos e a ausência de uma rede de cidades mais estruturada, em todo o território cearense, eram entraves ao desenvolvimento pretendido; os indicativos de desempenho macroeconômico, de diversas situações no estado, mostraram a necessidade de um novo modelo de interiorização das ações governamentais, que incluísse a obrigatoriedade da descentralização das atividades econômicas, o incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais e regionais, além do fortalecimento de cidades-pólo e regiões estratégicas como contraponto à excessiva concentração na Região Metropolitana de Fortaleza, que nas últimas décadas tem atraído a maioria dos investimentos públicos e privados, a exemplo do que ocorre em todos os grandes aglomerados urbanos do país. (PROURB: 2004)

Nesse âmbito, as análises empreendidas apontaram fatores que influenciaram na Política Urbana implementada pelo Governo, e que se transformaram em bases da estruturação do PROURB, a saber: a perspectiva de um crescente processo de urbanização no Ceará, a exaustão do modelo urbano brasileiro que privilegiou as grandes cidades, especialmente as capitais e áreas metropolitanas, e a necessidade de interiorizar o desenvolvimento urbano, consolidando as cidades-pólo e regiões estratégicas. (PROURB: 2004)

O programa PROURB teve em sua estruturação, duas vertentes de abordagem: o Componente Urbano, que objetivava o fortalecimento das cidades-pólo, e o Componente Hídrico, que pretendia estender o fornecimento de água para o consumo humano a todos os núcleos urbanos. Inicialmente, sob a mesma coordenação, o referido programa passou por uma divisão, em duas partes, no ano de 1997, assim definidas: PROURB / ÁGUAS DO CEARÁ, responsável pela implementação e gestão de ações vinculadas ao setor de

recursos hídricos, e PROURB / CIDADES DO CEARÁ, responsável pela reestruturação das cidades do interior do estado. É sobre este segundo braço do programa que vamos nos debruçar.

O PROURB / CIDADES DO CEARÁ consistiu em um Programa, realizado através da parceria do Governo do Estado com 44 municípios, (posteriormente incorporou outros 05 municípios), e em 05 regiões estratégicas, e que definiu como principal ação, conforme a obra já referenciada, *“a estruturação urbana de um conjunto de cidades prioritárias, de forma polarizada ou em rede, em todo o Estado, para dar suporte ao processo de desenvolvimento econômico e social, com a obrigatoriedade da preservação ambiental e a convivência com o Semi Árido para melhoria de qualidade de vida da população”*. (PROURB: 2004, 17)

Como critérios de seleção para formulação da listagem de municípios contemplados pelo programa, foram observados os seguintes itens: população urbana preferencial acima de 20.000 habitantes, de acordo com as recomendações da Constituição Federal; Função regional da cidade; Presença ou perspectiva de implantação de atividades econômicas destacadas como: industrialização, turismo, agricultura irrigada, centros universitários e de serviços especiais, principais vetores econômicos incentivados pelo estado. (VER PRANCHA 23, p. 310)

Ainda conforme dados apresentados pelo PROURB, com relação ao gerenciamento do Programa, O PROURB foi gerenciado no âmbito geral pela SDLR / Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, através da Coordenadoria de Políticas Urbanas, responsável pelo desenvolvimento do Programa, tanto em nível estadual como municipal, apresentando para o gerenciamento do componente de desenvolvimento institucional, as Gerências de Planejamento Urbano, Gestão Municipal e de Monitoramento, e para o gerenciamento da área de infra-estrutura, a Gerência de Infra-Estrutura, auxiliada por técnicos terceirizados.

A SDLR ficou diretamente responsável pelos custos, licitações, contratações e acompanhamento da execução dos projetos, planos e consultorias diversas. Em cada município foi nomeada uma equipe técnica do PROURB responsável pelas diversas áreas de atuação do Programa. As Prefeituras ficaram responsáveis pela licitação, contratação e acompanhamento da execução dos Planos Diretores, Projetos Estruturantes, Ações de gestão Municipal, e execução de Obras de Infra-Estrutura, sob a supervisão da Coordenação Geral do PROURB.

Dentro deste quadro apresentado, o Banco Mundial acenou a possibilidade de empréstimo para essas políticas, com direcionamento às obras. Era necessário, antes de tudo, planejar como seria investido esse recurso, levando-se em consideração que quem contrai o empréstimo é o município, que precisa capitalizar-se (para ter como pagar), sendo este ônus dividido com a população.

Neste sentido, as primeiras ações a serem executadas consistiam na elaboração de um cadastro multifinalitário (levantamento cadastral dos imóveis), onde abre-se a possibilidade de criar parâmetros para a cobrança de impostos relacionados aos imóveis (IPTU) e, por conseguinte, a possibilidade de geração de recursos para o pagamento do empréstimo.

No ideário do PROURB, estava embutida a concepção de Cidade Estratégica, proveniente da experiência implementada em Barcelona – modelo, conhecido como “*urbanismo catalão*”, que foi difundido em boa parte do mundo, sendo bastante reverenciado na América Latina – onde foi trabalhado com esmero o lema “*Fazer Cidade*”. (Borja & Castels: s.r.)

Esse “*Fazer Cidade*” segue orientações que primam pela busca da descentralização das ações, tendo em vista um projeto de valorização dos municípios do interior do estado, no intuito de transformá-los em municípios estrategicamente fortes, atrativos e competitivos. Nesse sentido, atesta-se que o discurso utilizado embute a necessidade de o modelo adaptar os municípios à lógica da gestão empresarial, tendo como uma das características a ênfase dada à implementação de projetos de impacto, na busca de obtenção de um resultado mais

imediatos. Nesse contexto, os lugares a serem transformados consistiram basicamente nas sedes dos municípios, locais mais propícios à implementação dos projetos estruturantes estabelecidos.

Com a orientação elaborada a partir do modelo FOFA (apresentação de um quadro a revelar pontos Fortes, Oportunidades, pontos Fracos e Ameaças), os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano foram elaborados a partir de uma concepção “evolucionista”, estruturados da seguinte forma:

- Caracterização / diagnóstico
- Planos estratégicos (elaboram-se as estratégias e os projetos a serem selecionados)
- Plano de Estruturação Urbana (elaborado em função dos projetos selecionados *a priori*, que são identificados, mas não executados)
- Legislação Urbana
- Termos de Referência (no máximo 5, para ser executado 1)
- Estratégia de Implementação.

A atuação pontual das propostas – cada um dos municípios foi contemplado com o seu Plano Diretor –, em detrimento de uma prática vinculada a uma visão de conjunto – territorial/regional –, bem como a fragilidade da organização administrativa dos municípios – provocada pelo não alcance do objetivo traçado de modernização e fortalecimento do aparato administrativo das instituições governamentais municipais, contribuem para a constatação da deficiência do modelo proposto: os municípios continuam fragilizados, e a situação de desequilíbrio sócio-econômico entre a capital e a região metropolitana e o restante do Estado é bastante acentuada. A divulgada descentralização, de fato, não se consolida.

Retomando a questão do discurso, a aproximação feita do modelo catalão, a partir do discurso estabelecido nos planos estratégicos dos municípios cearenses, transforma-se em mera retórica, a medida que: a concepção de rede, defendida pelos catalães, não se

consolida no caso cearense: poucos são os municípios que se adaptam às condições impostas de inserção na lógica dos espaços competitivos. A influência do modelo torna-se algo que beira o “utópico”. Estabelece-se um verdadeiro contra-senso no ideário apontado pelos representantes da gestão urbana empresarial, defensores do planejamento estratégico e do projeto urbano.

Alguns projetos estruturantes, contudo, foram executados e passaram a representar, na materialidade, o “sucesso” da política implementada. Os discursos proferidos sobre esses projetos apontam para a obtenção de bons resultados, tendo em vista a imagem positiva apresentada, de requalificação dos espaços degradados. Salientamos que uma boa parte destes projetos constituíram-se em propostas de requalificação de áreas consideradas de relevância histórica.

Dentro dessa perspectiva, a atuação do IPHAN enquanto órgão detentor do saber especializado no âmbito do reconhecimento e preservação das áreas de significação cultural, será de extrema importância para as ações que envolvem a valorização do “*lugar-Sertão*”: nas décadas de 1990 e 2000 foram tombados pela 4ª Superintendência Regional do IPHAN/CE, 04 (quatro) conjuntos urbanos (Icó, Sobral, Aracati e Viçosa do Ceará), além do Conjunto dos Monólitos de Quixadá. Esta prática, para além da valorização do espaço enquanto significação cultural, desencadeia a possibilidade de obtenção de recursos, a partir de propostas que buscam viabilizar alguns programas de reabilitação / regeneração / revitalização urbana dos espaços relacionados, tais como os Programas MONUMENTA.

Tais ações passam também a funcionar como referência para o estabelecimento das propostas e objetivos contidos nos Planos Estratégicos e Termos de Referências – elementos constituintes dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – responsáveis pelas formulações das propostas de intervenção na paisagem, tendo estas o intuito de “(...) *recuperar áreas degradadas com a execução de obras de infra-estrutura e recuperação urbana*” (Plano Estratégico/Icó – doravante PES/Icó: 2001,03).

As ações, por ora citadas, estabelecidas pelos Planos Diretores – contidas nos Planos Estratégicos e Termos de Referências –, pela prática dos Projetos Urbanos, vinculadas às políticas e programas de valorização do Patrimônio Cultural estabelecidas pelo IPHAN e parcerias, não são aqui tomadas de forma aleatória: elas guardam alguns pontos em comum.

São ações que revelam e buscam respaldar uma condição de “*valorização do lugar*” e que atestam a necessidade da construção de uma imagem positiva desses espaços, que demonstrem a possibilidade de regeneração urbana; todas estas ações trabalham de maneira a evidenciar que a potencialidade e atratividade desses espaços partem do reforço e/ou criação de uma imagem idealizada que tem como foco a “*História*” e a “*Cultura*”. Neste âmbito, as propostas de intervenção espacial passam a legitimar essas premissas.

Sendo o objetivo deste capítulo, a elaboração de análises sobre a implementação dessas ações, e a enunciação da existência de tensões, tanto entre as lógicas que regem todo o quadro da produção do *espaço abstrato* aqui apresentado por suas *representações constituídas*, como também a existência de tensões entre as lógicas regidas pelo *espaço abstrato* e a instância do *vivido*, realizamos análises que tiveram como foco, os elementos que foram identificados como formuladores das *representações constituídas*, no caso:

1. As instruções de tombamentos elaboradas pelo IPHAN;
2. Os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs) em suas partes constituintes (caracterização do lugar, Plano Estratégico, Plano de Estruturação Urbana, Projetos Estruturantes e os Termos de Referência decorrentes destes últimos, vinculados à questão da valorização do Patrimônio Cultural);
3. A atuação das Prefeituras Municipais;
4. A ação dos Escritórios Técnicos;
5. Outras ações, como no caso de Icó, o Programa de Reabilitação de Imóveis Privados, financiados com recursos do Programa MONUMENTA.

Levando em consideração a *representação constituída* de que as ações analisadas têm por objetivo a “*valorização dos lugares*”, optamos pela análise dos elementos apresentados em cada cidade em separado. Será estudado primeiramente o caso de Icó e *a posteriori*, o de Sobral.

A opção por essa forma de apresentação não impede o estabelecimento de relações entre cada aspecto aqui evidenciado: poderemos também confrontar as análises, e estabelecer aproximações e distanciamentos, por exemplo, sobre as formas de ação exercidas nos Escritórios Técnicos de Icó e Sobral; nas *representações constituídas* entre as premissas que direcionaram a elaboração da instruções de tombamentos das duas cidades, etc.

Lembramos que o foco das análises é direcionado para o entendimento de como essas *representações* primam pela idéia de “*valorização do lugar*” e de como esse conjunto de ações refletem, dentro desse intento, na definição de pontos em comum, embora as contradições e conflitos gerados a partir das tensões estabelecidas pelo confronto que estas *representações* travam umas entre as outras, e entre as tensões geradas a partir da implementação dessas *representações* no âmbito do *vivido*, a gerarem reações as mais diversas, quer de absorção ou resistência.

Consideramos importante que as análises de cada caso em questão fossem principiadas a partir de uma síntese histórica de cada cidade, tendo em vista o entendimento da situação econômica-política-social em que se encontravam as mesmas, no período em que se iniciam as referidas propostas de “*valorização do lugar*”, objetos de análise deste capítulo.

PARTE I - AS AÇÕES EM ICÓ

I.1. APRESENTAÇÃO DO LUGAR ICÓ

O Município de Icó está situado no sertão centro-sul do Estado do Ceará, na posição geográfica correspondente à latitude 6° 24' e longitude 38° 52'. Dista, por rodovia – BR 116 – 375 Km da capital do Estado, Fortaleza. Possui, conforme o Censo de 2000, 63.262

habitantes⁸⁷. A área do município corresponde a 1967 Km². A denominação toponímica mais recorrente indica que o nome Icó vem de uma das tribos da nação dos Cariris – os índios Icós e significa “*água ou rio da roça*”.

O processo de conformação territorial do núcleo urbano está vinculado ao projeto implementado pelo estado português, de inserção da Capitania do Ceará na lógica mercantilista de produção. No caso específico, o povoamento do Ceará tem como elemento de propulsão o incentivo dado pela Coroa a determinados “homens de bem”, através da doação de terras para a produção pecuarista, terras estas habitadas por tribos indígenas, praticamente dizimadas pela intervenção dos segmentos que viriam a se tornar os principais agentes conformadores do espaço urbano dos núcleos que viriam a surgir, a partir da fixação e consolidação da atividade pecuarista no sertão, ou seja: Igreja, Estado e atividade comercial.

O núcleo de Icó surgiu como parte integrante desse sistema, consolidando-se a partir do fortalecimento econômico possibilitado pelo aparecimento do binômio gado - algodão, tornando-se uma espécie de centro econômico da região jaguaribana e principal centro produtor do século XVIII, mantendo relevada importância também durante o século XIX. A política que prima pela hegemonia de Fortaleza dentro do quadro territorial do estado provoca a decadência do vale do Jaguaribe, e por consequência, da cidade de Icó, que, por conta de uma fragilidade estrutural nas instâncias política e econômica, passa por períodos de reaquecimento e queda, findando o século XX, com um quadro econômico tido como pouco promissor.

No final dos anos 1990, dá-se início a elaboração de propostas, tanto no âmbito da política de preservação, quanto no âmbito das práticas de planejamento urbano, que primam pela condição de “*valorização do lugar*”. Em 1997, conclui-se o processo que objetiva a elevação de seu sítio histórico à condição de “*Patrimônio Nacional*”. Um pouco antes, no ano de 1996, dá-se início à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do referido município, concluído em 2001. Deste Plano surgem os Termos de Referência,

⁸⁷ Dados obtidos em consulta ao site do IBGE (www.ibge.gov.br).

tidos como ação prioritária dentre as propostas elencadas. Um dos Termos de Referência objetiva a requalificação urbana do Largo do Theberge, espaço tido como referencial dentro da conformação urbana de Icó.

No ano de 2002, o sítio histórico de Icó é contemplado, num reduzido quadro de 23 sítios históricos, para receber recursos provenientes do programa Monumenta, cujo objetivo era a recuperação do seu quadro urbano, que embora referencial, encontra-se degradado. Nesse âmbito, as propostas definidas no Termo de Referência para a Requalificação do Largo do Theberge serão incorporadas ao programa Monumenta, que terá como alvo de intervenção o espaço referente à esplanada delimitada pela área de tombamento rígido proposta pelo IPHAN, inclusas as edificações mais significativas, tidas como “*edificações destacadas*”. A área complementar, referente à continuidade da grande esplanada, será contemplada com recursos provenientes do PROURB / BIRD, assim como o Mercado Público – edifício tombado pelo IPHAN como “*monumento isolado*”, que passará por um processo de requalificação a partir do ano de 2004.

No ano de 2004 é implementado o Escritório Técnico da 4ª SR/ÍPHAN em Icó, com o objetivo de acompanhar as obras de intervenção a serem realizadas no referido sítio histórico, e por consequência, procurando amenizar os problemas relacionados com o distanciamento e desarticulação entre as instâncias governamentais responsáveis pela proteção e preservação da área tombada.

O sítio histórico de Icó também passa a ser contemplado, a partir do ano de 2006, com um programa vinculado ao Monumenta, que objetiva a recuperação de imóveis privados situados dentro das áreas de proteção, e que se encontram em processo de degradação.

É dentro desta perspectiva que começam a ser desenvolvidas propostas de “*valorização de lugar*” empreendidas no município, e que terão na possibilidade de valorização de seu patrimônio cultural – notadamente o patrimônio edificado, representado pelo sítio histórico tombado – uma condição de solução para a crise na qual está mergulhada a cidade.

I.2. O PROCESSO RELATIVO À ELABORAÇÃO DA INSTRUÇÃO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE ICÓ

Conforme identificado no Capítulo 1, o processo relativo à elaboração dos elementos que irão justificar a inserção do sítio histórico da cidade de Icó no rol das “*Cidades Patrimônio-Nacional*”, teve origem já na década de 1970, dentro do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH. Conforme visto, este programa entendia, a partir das premissas preconizadas pelas recomendações da Carta de Quito de 1967, que as cidades históricas deveriam ser tratadas, para além de sua significação cultural, como recursos econômicos. Neste âmbito, foram iniciados estudos preliminares sobre os sítios históricos de Aracati e Icó, sendo abertos processos para estudo de tombamento dos conjuntos urbanísticos das referidas cidades no ano de 1978, porém arquivados, sem uma resposta imediata com relação ao tombamento das mesmas.

Passadas praticamente duas décadas, o processo relativo aos estudos para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Icó foi reaberto, tendo como justificativa o fato de que o referido conjunto podia ser considerado como um testemunho material do processo de colonização do Sertão nordestino, e mais especificamente, do Ceará, conforme atesta o documento intitulado “*Icó: estudo para tombamento federal*”, elaborado em 1996, pela 4ª Coordenadoria Regional do IPHAN, no Ceará:⁸⁸ “(...) *A documentação histórica revela a proeminência da Vila de Icó no cenário de ocupação do sertão nordestino e nisso, em última análise, reside o seu valor como patrimônio nacional*” (Icó: estudo para tombamento federal – doravante ETF-Icó: 1996, 32).

Do mesmo documento retiramos a afirmação da importância do núcleo histórico, ao ser atribuído a este um valor semelhante aos sítios históricos já tidos como consagrados:

“A 4ª Coordenação Regional entende que o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento, em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estará completo em sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão nordestino. Sem

⁸⁸ A 4ª Coordenadoria Regional do IPHAN (4ª CR/IPHAN), com sede no Ceará, passou a ser 4ª Superintendência Regional (4ª SR/IPHAN), no ano de 1982.

nenhuma dúvida, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país”. (ETF-Icó: 1996,36)

Neste âmbito, identifica-se que a *representação constituída* que justificará o tombamento do sítio histórico de Icó a nível nacional é a condição que este sítio ostenta de representar o processo de conformação territorial do Sertão nordestino.

A elaboração de tombamento parte, portanto, da premissa básica de identificação das características singulares da referida cidade, a partir dos elementos que configuram o seu sítio histórico, e a partir, por conseguinte, da materialidade apresentada pelo conjunto arquitetônico e urbanístico – materialidade esta onde podem ser identificadas as determinantes sócio-econômicas que caracterizam o espaço sertanejo – onde são identificadas as singularidades / particularidades representativas da cidade de Icó.

O *Estudo para Tombamento Federal* (ETF-Icó) foi pautado nos elementos que tradicionalmente estruturam os estudos desta natureza, estes elaborados pelo IPHAN, que objetivam o tombamento de conjuntos urbanísticos e arquitetônicos, constituindo-se, basicamente, dos seguintes elementos:

1. Pesquisa histórica, onde é traçado um estudo sobre a evolução urbana da cidade, sintetizada graficamente em mapas que atestam o desenvolvimento da cidade em diferentes períodos históricos;
2. Análise arquitetônica, onde identifica-se no quadro urbano, retratado nos diferentes períodos históricos, as principais manifestações no âmbito da arquitetura;
3. Justificativa de tombamento, amparada nos dois itens anteriores.
4. Documentação fotográfica, a respaldar, a partir de rica coleção de imagens, os itens anteriores.

O item “*Pesquisa Histórica*” – elaborado a partir do quesito “*Evolução Urbana*” – é estruturado a partir de tópicos referentes aos diversos períodos históricos do núcleo, identificados a partir de recortes temporais. Neste contexto, apresenta-se os “*Séculos XVII e XVIII*” como referentes ao período da “*Ocupação do Ceará*”, este definido como o

momento em que se inicia de forma efetiva a ocupação da Capitania, regida por um processo onde destacou-se o estabelecimento da pecuária como atividade econômica estável, tendo as ribeiras dos principais rios como área de maior significação, como locais onde se implementaram as primeiras fazendas de criar, e por conseguinte como locais onde se travaram com maior intensidade os confrontos entre desbravadores e índios. Neste contexto, a Ribeira do Icó apresenta-se como uma das principais áreas de desenvolvimento da atividade pecuarista.

O “*Século XVIII*” também apresenta o núcleo urbano na perspectiva da criação (1729) e regulamentação (1736) da Vila do Icó, como também de sua condição representativa como ponto estratégico situado no cruzamento das principais estradas do Ceará colonial. Destaca-se também o início da construção dos primeiros edifícios públicos (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação; Casa de Câmara e Cadeia; Igreja de Nosso Senhor do Bonfim). Por fim, destaca-se a tentativa do estabelecimento da normativa urbanística portuguesa na Vila, identificada pela Carta Régia de 1736.

Já no “*Século XIX*”, a antiga Vila é elevada à cidade, dentro de um contexto de transformações político-econômicas que atestam o desenrolar de um processo desencadeado que primava pela hegemonia da cidade de Fortaleza com relação às demais regiões do território cearense, exercendo influência sobre outras áreas produtivas, vinculadas ao sistema algodoeiro. Esse processo, à época, no entanto, não excluiu a possibilidade de aquecimento econômico do Vale do Jaguaribe, e a cidade de Icó exemplifica essa assertiva a partir do desenvolvimento de seu quadro urbano, e tendo na instituição do Código de Obras e Posturas, em 1850, um dos elementos disciplinadores de uma ordem formal buscada.

Esse período é também identificado como o momento em que os viajantes entraram em contato com as paragens mais distantes do país, sendo a cidade de Icó alvo de apreciações tanto de viajantes estrangeiros, como também de relatos elaborados pelos membros da Comissão Científica de Exploração de 1859, em especial, os relatos de Francisco Freire Alemão, coordenador da expedição, que fala com destreza sobre as principais construções,

com ênfase dada ao Teatro da Ribeira dos Icós, construído em 1860; às igrejas e algumas residências particulares. Além disso, Freire Alemão discorre sobre os sistemas construtivos, as formas de construir, materiais empregados e mobiliários encontrados nas edificações; fala sobre os costumes, ambiente cultural e composição étnica da população.

A constatação de importantes transformações urbanísticas, tais como o processo de construção do Mercado Público e as alterações decorrentes do parcelamento dos lotes urbanos, principalmente na região correspondente à rua do Meio, são também identificadas no período referente ao século XIX. É no final do referido século também que se constata o início do declínio da cidade, “(...) *relacionado diretamente à crise da produção algodoeira, seu principal produto de exportação, numa economia cujos influxos externos eram decisivos, dada a incipiência do mercado interno*”. (ETF-Icó: 1996, 15)

O “*Século XX*” é definido no referido estudo como um período de declínio e transformações, onde identifica-se, *a priori*, aliados à crise algodoeira, mais dois fatores que geraram o início do processo de decadência da cidade de Icó: a construção dos ramais ferroviários, que não contemplou a região do vale do Jaguaribe e, por conseguinte, Icó, e a quebra da relação entre proprietários de terras da região do Jaguaribe e os comerciantes do Recife, fatores estes que favoreceram a hegemonia de Fortaleza perante as cidades componentes da região do vale do Jaguaribe.

Desta feita, apresentando um quadro de instabilidade econômica, a cidade de Icó passa por inúmeras crises no plano sócio-econômico, intercalada por pequenos períodos de desenvolvimento. O ETF-Icó identifica algumas intervenções de cunho mais amplo, mas que acabam por interferir negativamente na qualidade do espaço urbano, a saber: a construção da Ponte Piquet Carneiro, sobre o rio Salgado, que gerou a “(...) *desintegração da malha viária antiga, do conjunto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte e cemitério*” (ETF-Icó: 1996, 22~23); o início da construção da Igreja Nova, na década de 1950 (concluída somente no final dos anos 1990), que “(...) *alterou substancialmente a configuração de um dos espaços mais peculiares de Icó: a enorme e larga esplanada que tinha início na praça da cadeia e do teatro e se estendia até a proximidade da Igreja do*

Rosário, hoje interrompida por esta edificação em seu centro". (ETF-Icó: 1996, 23); a construção do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos, na década de 1970, que tinha por objetivo o estabelecimento do bem estar econômico e social das comunidades rurais, mas que na verdade "(...) acabou por beneficiar apenas alguns proprietários agrícolas e provocar um aumento significativo da população de baixa renda da cidade, com o afluxo de famílias em busca de melhores condições de vida, que foram se instalando precariamente na periferia da cidade (ETF-Icó: 1996, 23)". Além do mais o Perímetro Irrigado acabou por inibir o crescimento da cidade, que hoje encontra-se encravada entre este a BR-116.

O referido estudo de evolução urbana termina de forma a evidenciar que estes aspectos de caráter negativo para a dinâmica da cidade acabaram por ocasionar a preservação de algumas características urbanísticas mais fortes das antigas cidades cearenses: "(...) a sua implantação dependente mas "de costas" para seus cursos d'água. Esse traço, tão forte e determinante no urbanismo colonial do sertão, pode ser ainda claramente percebido em núcleos como Aracati e Sobral, cidades do mesmo período e pertencentes ao mesmo contexto histórico de formação". (ETF-Icó: 1996, 24)

Os preceitos indicados pelo ETF-Icó são corroborados pelos diversos pareceres que recomendaram a homologação do processo, onde podemos citar o parecer de 17/10/1997, que destaca a importância do tombamento através: da representatividade do espaço no que diz respeito ao processo de povoamento e consolidação do interior do país e do estado do Ceará; a riqueza arquitetônica e urbanística do espaço, como fonte documental; a permanência do seu traçado urbano original, facilitando a identificação e delimitação do centro histórico.

O documento acima é corroborado pelo parecer de 24/10/1997, denominado "*Impressões da Cidade*", onde a arquiteta Cláudia Girão Barroso, chefe da Divisão de Proteção Legal – DEPROT – relata sua visita à cidade, concluindo que:

"O conjunto arquitetônico e urbanístico dessa cidade que surgiu no caminho do gado e se expandiu com as plantações de algodão, bem como com a

comercialização de produtos de outras plagas, conforma uma paisagem urbana peculiar, assinalada pela força dos contrastes que sintetiza”. (Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº O65/97, de 24 de outubro de 1997, p.17).

O espaço a ser preservado, portanto, se aproxima muito do delimitado pelos edifícios analisados por Rescala em 1941 e pré-estabelecidos nos estudos realizados pelo IPHAN a partir do ano de 1978, durante a fase de pré-tombamento, concentrando-se na formação do espaço pecuarista – século XVIII – e suas eventuais transformações relacionadas com o processo civilizatório vinculadas à política do Império, pelas quais passaram as cidades brasileiras no século XIX. (VER PRANCHA 24, p. 311)

Analisando esse processo em sua Dissertação de Mestrado, o arquiteto Romeu Duarte Júnior⁸⁹ revela a coerência dos estudos realizados, onde a cidade é percebida a partir de camadas de construção histórica, relacionadas a modos de ser e de fazer específicos, e onde enfatiza-se a relação interessante entre as contribuições do erudito e do popular, em igual medida. Outros pontos identificados pelo autor são as referências feitas para a caracterização da arquitetura colonial cearense a partir de elementos como a singeleza, o despojamento e o utilitarismo dos espaços urbanos e dos edifícios. O autor afirma: “(...) *portanto, mesmo rústicas, são as balizas excepcionais desse percurso físico e textual que se constituem nos valores que irão definir a área do sítio histórico passível de preservação e servirão de justificativa à sua proteção no âmbito federal*”. (Duarte Jr: 2005, 145).

O autor afirma que a coerência do método utilizado – apesar da constatação de algumas falhas a serem corrigidas – o tornará um elemento a ser seguido nas demais elaborações de instrução de tombamento dos sítios históricos cearenses:

“Com base nas cifras de imóveis na área de preservação rigorosa e outros na envoltória, mostra-se claramente a adoção de uma linha de atuação preservacionista que privilegiou o rigor e a economia entre os seus critérios de seleção, não avançando, entretanto, nas recomendações de restauro, adaptação ou requalificação física do sítio histórico. Porém, como se tentará mostrar, são esses

⁸⁹ Romeu Duarte Júnior foi Superintendente Regional da 4ªSR, estado do Ceará, entre os anos de 1998 e 2007.

conceitos que acabarão por compor um modelo de apropriação e interpretação de sítios históricos, desenvolvido posteriormente à exaustão nas demais instruções de tombamento elaboradas pela regional para os conjuntos protegidos cearenses”.
(Duarte Jr: 2005, 164-165).

Entendemos, no entanto, que a justificativa de tombamento elaborada não foi direcionada para a análise da cidade no contexto atual, com problemáticas resultantes das transformações ocorridas em períodos recentes, onde os vetores de ordem sócio-econômicas irão configurar importantes transformações no espaço urbano, tendendo à depreciação do mesmo. Podemos destacar a inserção do perímetro irrigado Icó/Lima Campos e seus reflexos de ordem sócio-econômica – aumento do contingente populacional representando um excedente de mão-de-obra que irá gerar o aumento das atividades no setor informal.

Além do mais, apesar da preocupação em vincular a preservação do referido núcleo histórico às abordagens conceituais contemporâneas através da ênfase na riqueza arquitetônica e urbanística do espaço como fonte documental, pode-se perceber ainda uma tendência a valorizar os espaços como monumentos, na tentativa de retratar a imagem de fausto e magnificência do passado. É o que podemos atestar quando deparamos com a não inserção do traçado da Rua Dr. Inácio Dias na área de tombamento rígido, visto que este espaço caracteriza o caminho do gado e escoamento das boiadas, a forma mais completa da apropriação do espaço e marca indelével da presença do boi no quadro urbano.

O Parecer de 24/10/1997 atesta, por um lado, esta condição quando relata que

“(…) Não foi, contudo, a Igreja Matriz, nem a Casa de Câmara e Cadeia ou qualquer outra construção que se pretendeu destacar no núcleo da vila criada em 1736, mas o próprio arruamento, amplo o bastante para comportar fluxo contínuo de manadas e tropeiros nas estradas que para ali confluíam. A amplidão da rua Dr. Inácio Dias realmente surpreende, sobretudo quando comparada à pequenez do casario. A própria Matriz que serviu de referência para a ereção da vila acaba por se subjugar espacialmente a esse eixo largo e longitudinal que domina a paisagem e testemunha o planejamento norteado para o desenvolvimento de uma

sociedade urbano-rural pecuarista que, mais tarde, esgotados os pastos, voltou-se para a agricultura, dedicando-se à produção do algodão” (Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 065/97, de 24 de outubro de 1997, p.03)

Por outro lado, o mesmo parecer tenta justificar a não inserção desse espaço na poligonal de uma forma que deixa implícita a prioridade dada ao histórico e monumental, sem maior vínculo com o presente e com os eventuais perigos em relação à perda da qualidade ambiental, como é o caso da construção da Igreja Nova, visto apenas como elemento de divisão do espaço:

“Prossegue-se pela rua Dr. Inácio Dias e o cenário urbano se modifica. A par de alguns sobrados e casas assobradadas, ali predominam as ‘pequenas casas térreas, de pouca frente, muito fundo e duas águas apenas, alinhadas ao longo das ruas’, lembrando a conhecida definição de Lúcio Costa .(...) Ao se percorrer metade dessa extensa rua, passa-se por outra igreja do Senhor do Bonfim, conhecida como ‘igreja nova’ ... [que] ... constitui-se na única edificação a se situar no eixo da rua Dr. Inácio Dias, indicando , por sua implantação e dimensões monumentais, o propósito oficial de se dividir a rua em dois ainda amplos mas distintos conjuntos de praças, demarcando dessa forma o final do agrupamento que começa no Largo do Theberge, próximo à primitiva Matriz, para o qual a igreja nova é voltada. Esse sítio, coincidentemente, corresponde à ocupação mais antiga da cidade ...[além do mais] ... a ausência de construções que possam constituir referenciais urbanos expressivos (...) mais fazem pensar em fim, do que em início de rua [justificando-se assim porque] ... a indicação de tombamento restringiu-se à parte mais antiga e o perímetro não inclui a igreja nova e o prosseguimento da rua Dr. Inácio Dias”.
(Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 065/97, de 24 de outubro de 1997, pp.09/10/26).

Dessa forma, identificamos que, apesar do processo de elaboração do tombamento estar vinculado a uma metodologia que enfatiza a necessidade da identificação e valorização das diversas camadas históricas, bem como a necessidade de valorização da mescla entre as contribuições do erudito e do popular, o resultado indica que a noção de *Monumento* passa a compreender o conjunto urbano, hierarquizado a partir dos elementos que atendam aos quesitos: originalidade, autenticidade e integridade. (VER PRANCHA 25, p. 312)

As ações empreendidas no espaço selecionado, portanto, seguirão essa *representação constituída*, respaldadas pelo saber especializado, o IPHAN. O processo referente à tentativa de legitimação dessa *representação*, no entanto, revelarão diferentes tensões e conflitos, ainda mais evidentes quando confrontados com a sua materialização e as reações apresentadas pelas lógicas que regem o *espaço vivido*. Apresentaremos, nos próximos itens, alguns elementos que revelam as referidas tensões.

I.3. AS PRIMEIRAS AÇÕES DO IPHAN

Dentro de uma política que identifica a necessidade de “*democratização das ações*” tendo em vista a intenção de “*valorização dos lugares*”, a “*participação local*” é um aspecto que precisa ser evidenciado, através do diálogo. A elaboração do documento intitulado “*Icó: Patrimônio de Todos – roteiro para a preservação do patrimônio cultural*” (Paiva (coord.):1998), apresenta-se como um dos elementos que tenta buscar este diálogo com a população, no intuito de colocá-la a par do que seja *Patrimônio* e o porquê da necessidade de sua preservação.

A dupla função do estabelecimento do diálogo e do caráter conscientizador também vai estar presente nas primeiras intervenções realizadas pelo IPHAN no referido centro histórico, conforme indicado nas propostas de restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação, onde fica clara a intenção de se despertar na população ...

“(...) uma nova consciência preservacionista de que será objeto o próprio sítio histórico onde vários edifícios públicos e privados reclamem intervenções semelhantes, que, em conjunto, conformam um importante projeto de estruturação e de desenvolvimento sustentável para o município”
(Jornal O Povo, matéria O Barroco Sertanejo, 14 de abril de 2000).

É através dessas intervenções que o discurso vai estar exposto sob forma material, palpável, real. Nelas também estarão explícitos o saber especializado em sua concretude, este funcionando como elemento direcionador da transformação do espaço. A lógica dessas

intervenções priorizará os prédios públicos, visto que os mesmos deverão funcionar como veículos propagadores, ou agentes conscientizadores.

Dentro desta premissa, estabelece-se uma hierarquização, onde os edifícios destacados são priorizados como elementos que atestam a condição de espaço tradicional que tende a ser recuperado. Podemos tomar como exemplo os trabalhos de restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação, um dos edifícios com mais força simbólica na cidade, como marco do surgimento do povoado e palco dos atos de religiosidade ligados ao cotidiano da vida sertaneja. A proposta de restauro foi endossada pela comunidade através de abaixo-assinado e confirma o valor aferido a esta edificação.

Fazia-se necessário, portanto, que o IPHAN demonstrasse, a partir desse restauro, os meios a serem utilizados em suas propostas de intervenção, pautados no caráter de cientificidade⁹⁰ postulados pela Carta de Veneza de 1964: “(...)As obras ora utilizadas tiveram o caráter de restauro, observando-se porém intervenções posteriores que deixaram a marca de seu tempo e não comprometam a leitura do monumento”. Prosseguindo, percebe-se que todo o trabalho foi pautado em “(...)informações históricas referentes ao edifício ...(e) ... prospecções ... (executadas) ... durante as obras de restauro” (Jornal O Povo, matéria O Barroco Sertanejo, 14 de abril de 2000).

Munidos com esse aparato documental, os técnicos do IPHAN buscaram justificar perante a comunidade, as intervenções feitas no edifício, que ora tendiam à volta da forma original – madeiramento do telhado refeito, deixando-o à mostra; portadas que buscam o aspecto original; paredes caiadas e portas pintadas de verde, resultados da prospecção – ora atestam e denunciam as intervenções posteriores e contemporâneas – a arcaria que foi aberta posteriormente, que foi preservada, deixando-se, no entanto, registrada a marca da antiga parede no piso; a colocação de um novo piso mais compatível com a singeleza do edifício,

⁹⁰ Atesta-se tal caráter de cientificidade, amparado nos postulados da Carta de Veneza: “Art. 2º. – A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e todas as técnicas que podem concorrer para o estudo e a proteção do patrimônio monumental; Art. 9º. – A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos. Termina aonde começa a hipótese”. (CARTA DE VENEZA, in Cury (org.), 2000).

no caso, uma lajota similar à original que foi encontrada na prospecção, contudo, optou-se por não restaurá-la visto que se encontra um palmo abaixo do nível do piso atual; nichos de madeira contemporâneos, porém, integrados à antiga arquitetura, realizados devido à impossibilidade de se restaurar os originais. (VER PRANCHA 26, p. 313)

I.4. O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ICÓ: INSERÇÃO DO ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÃO CULTURAL NO AMBIENTE COMPETITIVO.

A elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Icó, teve início no ano de 1996, e término no ano de 2001, sendo elaborado pelo escritório Espaço Plano, sob a responsabilidade técnica da arquiteta e urbanista Maria Clara Caminha.

Conforme identificado na introdução deste Capítulo, Os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano das referidas cidades são estruturados basicamente a partir de um modelo que trabalha com os seguintes itens: análise e caracterização do objeto cidade, elaboração do Plano Estratégico e do Plano de Estruturação Urbana, Legislação, elaboração dos Termos de Referência e de Estratégias de implementação desses Termos de Referência. Todos estes itens são elaborados tomando como base a necessidade de identificar as potencialidades dessas cidades – que devem ser reforçadas –, assim como seus pontos fracos – que devem ser atenuados e/ou excluídos –, e as tendências possíveis no sentido de tornar o “*produto-cidade*” mais eficaz.

De início, é importante salientar a ênfase dada à necessidade de compreender as cidades a partir de um ambiente de “*competitividade*”. Assim constata-se essa característica no Plano Estratégico de Icó, quando se conceitua o lugar como “(...) *elemento propulsor das novas estratégias perseguidas pelos administradores públicos e a economia urbana, promovendo um melhor nível de competitividade*” (Plano de Estruturação Urbana – PEU / Icó, 2001:07).

A cidade que foi o principal entreposto comercial cearense dos séculos XVIII e XIX, entra em decadência a partir do terceiro quartel do século XIX, vinculada ao processo de hegemonia da capital do estado, Fortaleza. Perde também o posto de centro regional para o município vizinho de Iguatu. Estagnada, embora elevada à condição de Patrimônio Nacional pelo IPHAN, procura através desta condição e da possibilidade de articulação com as metas estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-Icó), uma reabilitação econômica e, por conseguinte, física e social.

Como elemento de modernização pautado na política de desenvolvimento sustentável, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó – PDDU / Icó – atuará como uma maneira mais eficaz de reversão do quadro de estagnação e decadência vivenciado atualmente pelo município, apoiando-se nos seguintes aspectos: Necessidade de articulação entre os poderes públicos, em busca da descentralização; capacitação da população local para o aproveitamento das oportunidades de geração de emprego e renda; melhorias nas obras de infra-estrutura, além de ações públicas para reverter o quadro de degradação ambiental; modernização do setor agroindustrial e aproveitamento das potencialidades do setor agropecuário, notadamente a bacia leiteira, estes dependendo basicamente da oferta de água dos reservatórios hídricos, que segundo o diagnóstico do Plano Estratégico, estão bastante comprometidos; e, finalmente, o incremento na atividade turística do município.

A constatação de que o turismo caracteriza-se como “(...)um dos segmentos mais dinâmicos e capaz de responder, no curto prazo, aos investimentos públicos e privados, em termos de geração de renda e emprego” (Plano Estratégico – PES / Icó, 2001:12), evidencia a possibilidade de inserção desta atividade no processo de desenvolvimento em busca do caminho mais rápido para que se atenda a meta desenvolvimentista esperada.

Há que se considerar, entretanto, que o município está situado numa região inóspita, em pleno Polígono das Secas, e com uma considerável distância da capital do Estado – cerca de 375 Km. É necessário, portanto, uma política que justifique tal empreendimento, que aqui denominamos de estratégias de convencimento, tendo os poderes governamentais fundamental importância, ao atuarem como principais articuladores.

A atividade turística aparece, neste âmbito, como solução decisiva para o rápido desenvolvimento econômico, sobressaindo-se sobre as demais atividades propiciadoras do desejado desenvolvimento. É neste sentido as proposições do Plano Estratégico são colocadas – funcionando como instrumento de ação do Governo do estado – e indicando a atividade turística como meio de atração, e a Cultura, representada pelo acervo arquitetônico, como o objeto:

“Icó integra o elenco dos vinte municípios históricos no Brasil, selecionados pelo Ministério da Cultura para ter prioridade nos investimentos destinados a restauração do acervo arquitetônico e cultural. Icó figura, ainda, como o único município cearense incluído no programa desse ministério⁹¹. (...) A transformação de Icó em um destino turístico, no entanto, está condicionado à transformação dos elementos da cultura e os atrativos em atrações turísticas. (...) Com efeito, esses atrativos culturais, para trazerem resultados no campo do turismo, deverão ser estruturados como atrações turísticas, que comporão a matriz econômica do município. A transformação dos atrativos em atrações fomentará diversos outros segmentos da economia do município, como a agricultura, o comércio, os transportes e os serviços em geral” (PES, 2001:12)

Sob esta ótica, passa-se a evidenciar o acervo arquitetônico como elemento de destaque – ou elemento atrativo –, bem como se estabelece, dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, diversas propostas de valorização do mesmo, sobretudo através dos Planos de Prioridades.

Os projetos sugeridos como prioridades para a requalificação urbana de Icó, contidos no Plano Estratégico, Plano de Estruturação Urbana e Termos de Referências, ratificam a condição ocupada pela atividade turística como elemento propiciador de um processo de rápido desenvolvimento socioeconômico, haja vista a indicação intensa da utilização desta atividade no corpo das propostas, ficando as demais atividades restritas a um papel secundário.

⁹¹ O texto refere-se ao Programa Monumenta.

O direcionamento e o sentido das ações são dados, tendo em vista a *tematização dos espaços*, que se desenvolve em dois níveis: no primeiro aponta-se para a busca de valorização do espaço que tem como principal elemento caracterizador o que estamos denominando de *espaço tradicional*, ou seja, o espaço cujos valores simbólico/culturais estão atrelados à condição de existência do patrimônio considerado nacional – a “*cidade-documento*” tombada pelo IPHAN – cuja permanência dos usos originais atestam o fortalecimento dos elementos caracterizadores do lugar, consistindo estes em espaços edificadas e não edificadas.

Estes figuram e são tratados de uma maneira hierárquica dentro das propostas, ou seja, busca-se de maneira clara a recuperação desses espaços pelo fato de serem representativos de um passado que deve ser preservado. A transformação de Icó em destino turístico está condicionada basicamente à valorização do espaço histórico, através do “(...) *desenvolvimento de roteiros tematizados, que recuperem e representem os principais fatos e personagens que compõem a história da colonização do Ceará e o apogeu econômico da cidade de Icó, nos séculos XVIII e XIX*”. (PES, 2001: 12).

Aponta-se para uma idealização do espaço que aparece como imagem recuperada de um passado próspero, no intuito de se atingir a partir do mesmo a imagem de uma cidade com um futuro promissor, como consequência da prática da atividade turística, ou seja, definida a imagem – a “*cidade-documento*” – tratar-se-á de valorizá-la, vinculada ao turismo e à tematização.

A busca de valorização da imagem recuperada deste espaço abre precedente para o surgimento de uma segunda instância, onde, enfatizando-se a hierarquização indicada, as intervenções contemporâneas – seja restauro, reforma, recomposição, acréscimo, nova construção – têm o compromisso de afirmarem a imagem de cidade – documento. Em outras palavras, pautado na recuperação da imagem da cidade próspero ciclo do couro e do algodão, o desenho da paisagem contemporânea – conforme (PEU, 2001:07) –, aponta para a (re)invenção da imagem do espaço tradicional.

Uma abordagem prioritária nesses aspectos relacionados com a definição do centro histórico como uma *representação idealizada*, onde o mesmo passa a ser visto muito mais como “(...)aquilo que parece, representa e oferece aos nossos sentidos” (Fortuna in Fortuna, 1997:233), afasta-se cada vez mais da necessidade do tratamento deste espaço como elemento integrante – condicionador e condicionado – da dinâmica da cidade, caracterizada por sua totalidade.

Aliado a este aspecto, uma crítica que se faz a partir do IPHAN, é de um completo desconhecimento por parte dos elaboradores do PDDU, das relações de articulação entre a área definida como sendo o sítio histórico e as demais áreas da cidade. Segundo Duarte Jr., o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano elaborado em 1996 com implementação a partir de 2001, apresenta desconexão com o sítio histórico, apesar deste estar sempre sendo referido como atrativo. O sítio histórico é entendido como “*área sob jurisdição do IPHAN*”: “*Resultante de um processo burocrático e formal de planejamento urbano, para o qual a 4ª SR / IPHAN não foi convidada, encontra-se hoje em vias de revisão através dos ditames do Estatuto da Cidade*”. (Duarte Jr.: 2005, 356)

I.5.ICÓ, IPHAN E MONUMENTA

I.5.1. A CIDADE DE ICÓ COMO PRIORIDADE NO PROGRAMA MONUMENTA

Conforme citado no capítulo 2, o sítio histórico de Icó, juntamente com os de Aracati e Sobral, e o conjunto urbano de Fortaleza, foram os bens que concorreram, pelo estado do Ceará, no processo seletivo para a obtenção de recursos oriundos do Programa MONUMENTA, em parceria com o Ministério da Cultura e UNESCO. Desta listagem, apenas Icó foi contemplada no referido processo seletivo.

Segundo análise realizada a partir dos critérios definidos na “*Lista de Prioridades de Conservação*” (Brasil/MinC/Monumenta: 2005), apresentada aos coordenadores do Programa MONUMENTA, a *representação* elaborada pela instância municipal, em

parceria com a regional do IPHAN no estado do Ceará, identificou o sítio histórico a partir dos pontos ressaltados nos próximos parágrafos.

Partiu-se da identificação que o conjunto urbanístico referente ao sítio histórico de Icó constitui-se num *“elemento fundamental na documentação do sertão nordestino”*, possuindo, portanto, uma considerável relevância histórica. Segundo as informações fornecidas no questionário, a cidade apresenta um bom nível de preservação, sendo apresentadas como causas, o enfraquecimento econômico e político do município, e a constatação de que a orientação para expansão urbana não está direcionada no sentido do sítio histórico.

Com relação ao estado geral de conservação dos imóveis situados no sítio histórico, o documento considera um nível estável de conservação, onde já foram realizadas, inclusive, intervenções restaurativas em alguns imóveis. Por outro lado, salienta-se: *“entretanto, o centro histórico está a merecer cuidados compatíveis com suas características arquitetônicas”*, constatação esta indicada com mais ênfase nos itens “fatores de degradação e descaracterização do sítio” e “processos de degradação localizados”, onde são pontuados alguns edifícios – públicos e privados – em processo de degradação a partir de intervenções consideradas negativas, sob o ponto de vista da qualidade arquitetônica. Esses processos, no entanto, são definidos como “reversíveis”, a partir da proposição de intervenções de cunho regenerativo.

Com relação às ações de ordenamento e disciplinamento do sítio histórico, o documento informa sobre o desenvolvimento de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para o município, bem como o início da realização de estudos visando elencar normas e critérios de intervenção no sítio histórico, que servirá de apoio ao tratamento da área tombada.

O documento também identifica questões relativas à um aparato institucional de fiscalização e controle ineficiente, à necessidade de um trabalho de conscientização perante a comunidade, e o pouco interesse do setor privado com relação a investimentos na cidade, sendo este último fator passível de reversão, pois, *“acredita-se que o reconhecimento da*

importância histórica de seu núcleo pelo tombamento possa impulsionar a uma política de apoio ao turismo cultural da área”.

O fato é que, aliando as condições de relevância histórica, bom nível de preservação, nível estável de conservação – porém a merecer cuidados, por conta de um processo atual de degradação e descaracterização – e possibilidade de alavancamento econômico, a partir da atividade turística com fins culturais –, o sítio histórico de Icó foi inserido no rol dos sítios de relevância nacional a serem contemplados com os recursos do Programa MONUMENTA, visando a ações de requalificação.

Esta indicação gerou a possibilidade colocar em prática algumas propostas definidas por outras instâncias de atuação no âmbito do urbano, conforme podemos identificar nas ações referentes ao projeto estruturante de urbanização do largo do Thebérge, definido pelo Termo de Referência integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó.

A entrada do Programa MONUMENTA em Icó também foi responsável por estabelecer a necessidade da criação de um Escritório Técnico na cidade, com o objetivo de criar um aparato institucional mais eficiente, com relação ao controle e fiscalização das obras do Programa, buscando uma articulação mais consistente entre IPHAN e a Unidade Executora de Projetos (UEP – Monumenta), a ser instalada em Icó.

O desenvolvimento das ações no referido sítio histórico, geraram a possibilidade de expansão das ações do MONUMENTA, de forma que, a partir do ano de 2006, foi iniciada a 1ª etapa de ação de recuperação dos imóveis privados de Icó.

Essas ações geradas a partir da entrada do Programa MONUMENTA – a saber: urbanização do largo do Thebérge, implantação do Escritório Técnico do IPHAN, e ainda, a recuperação de imóveis privados –, passarão a ser analisadas com um maior aprofundamento, nos itens a seguir.

I.5.2. A URBANIZAÇÃO DO LARGO DO THEBERGE COMO PROJETO ESTRUTURANTE

I.5.2.1. TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO DO LARGO DO THEBERGE

Tendo como objetivo geral, “(...)orientar a elaboração de propostas de projeto para reestruturação dos espaços urbanos da área do largo do Theberge, valorizando seu patrimônio arquitetônico e contribuindo para valorizar suas potencialidades urbanísticas e turísticas” (TDR Largo do Théberge, 4), o “Projeto de Recuperação Urbana do Largo do Théberge” foi realizado através da execução do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – PROURB-CE, entendido este como

“(...)um instrumento da política de planejamento do Estado, voltado para o fortalecimento institucional das Prefeituras Municipais e Órgãos Estaduais, para a urbanização das áreas do interior do Estado, para o gerenciamento de recursos hídricos e a oferta de água para os centros urbanos, recebendo o financiamento do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a contrapartida do Governo do Estado e Municípios envolvidos”. (TDR Largo do Théberge, 7).

O referido projeto foi considerado estratégico a partir da seguinte justificativa:

“A reestruturação do Largo do Theberge, associada à implementação de um plano de ação turística e à adequada ocupação das áreas restauradas, terá efeitos positivos na Cidade e no Município de Icó, dentre os quais: geração de empregos diretos e indiretos relacionados à atividade turística; elevação do nível cultural e da qualificação profissional da população; valorização do patrimônio arquitetônico, com sua possível acomodação a novas atividades na Cidade; dinamização da economia municipal, especialmente dos serviços; elevação da autoestima da população de Icó”. (TDR Largo do Théberge, 7)

Com relação à justificativa apresentada para a escolha do projeto como prioritário, em relação aos demais concorrentes, tomamos como base a afirmativa contida no TDR:

“Icó constitui-se no primeiro sítio histórico tombado pelo IPHAN no Ceará e o primeiro do Semi-Árido do Nordeste. Entretanto, um de seus elementos de maior valor arquitetônico e cultural, o Largo do Theberge, passa por um processo de degradação física, prejudicando a população e desvalorizando a região como atrativo cultural e turístico”. (TDR Largo do Théberge, 7)(...)“Esse sítio tem valor cultural, histórico e arquitetônico não apenas para o Município, mas para todo o Estado do Ceará e para o País. O seu elevado potencial turístico e paisagístico, ainda inaproveitado, e o seu conseqüente potencial de melhoria da qualidade de vida urbana e de contribuir para o desenvolvimento de Icó são, portanto, importantes justificativas para a seleção do projeto como prioritário”. (TDR Largo do Théberge, 8)

Em decorrência do estabelecido, são propostas as seguintes intervenções: requalificação e integração do Largo do Theberge ao conjunto edificado do entorno; recuperação das edificações de valor arquitetônico, atualmente degradadas; demolição de edificações incompatíveis com a proposta de requalificação do patrimônio para a área tombada pelo IPHAN; implantação de mobiliário urbano adequado às novas funções da área; paisagismo de toda a área, incluindo ruas e praças; criação de áreas de lazer; melhoria do acesso e circulação no trecho tombado pelo IPHAN; melhoria da iluminação pública.

No corpo de proposta urbanística, deverão ser seguidas as orientações indicadas pelo IPHAN, que se podem ser resumidas às seguintes ações:

- a.** redesenho da Praça Pública – reconfiguração paisagística para o espaço público que liga os edifícios do sítio histórico, abrangendo um novo adro para a Igreja Nossa Senhora da Expectação; acessos e estacionamento; demolição do mobiliário e das construções irregulares e incompatíveis existentes; a recuperação dos paramentos externos das demais edificações; projeto paisagístico; e retirada da proteção e aterramento de fiação, além da rede de drenagem;
- b.** restauração do Sobrado do Canela Preta, do Teatro da Ribeira dos Icó, da Casa de Câmara e Cadeia, da Igreja Nosso Senhor do Bonfim e da Casa Paroquial;
- c.** as edificações lindeiras precisam ser restauradas e recuperadas em graus diferentes de intervenção com adequação, quando possível, a novos usos.

Os projetos de restauro e adaptação de cada edificação deverão especificar o uso adequado dos prédios, sendo a estes estreitamente associados, dando-se preferência às atividades de natureza cultural, educacional, de lazer e turística, tais como escolas, oficinas de arte, biblioteca, museus, teatro, loja de artesanato, bares e restaurantes.

No âmbito aqui analisado, podemos estabelecer alguns aspectos contidos na elaboração desse Termo de Referência, com relação à tentativa de constituição de uma “*representação vinculada ao reforço à uma imagem da cidade dos séculos XVIII e XIX*”. Nessa perspectiva, podemos considerar as seguintes propostas de compatibilidade visual através de demolição: a demolição de edificações incompatíveis com a proposta de requalificação do patrimônio para a área tombada pelo IPHAN, contidas nas propostas de restauração do Largo do Theberge; a proposta de “*Recuperação, integração e compatibilização do Largo do Theberge com o Patrimônio Histórico e Arquitetônico situado em seu entorno*”, contida no TDR/Largo do Theberge (2001: 04); as ações direcionadas nos projetos executivos de recuperação das edificações históricas contidas no TDR/Largo do Theberge, que sugerem “*(...)a demolição das edificações que se configurem obstáculo visual no largo, tais como restaurantes ao lado e atrás do Teatro, os quiosques e a Igreja Nova(ver a propósito a sugestão de estudo de solução paisagística que evite a demolição)*” (TDR/Largo do Theberge ,2001: 22/23).

Com relação à recomposição estilística, pode-se citar dentro da mesma proposta de ação citada acima “*(...)a recuperação das edificações incluindo seus parâmetros externos (recomposição de ornatos e elementos arquitetônicos, pintura de fachadas, recuperação de cobertas, etc.); adequação das fachadas das demais edificações aos padrões do sítio histórico*” (TDR/Largo do Theberge ,2001: 22/23).

O termo de referência também estabelece hierarquias entre as edificações. No caso, será dada ênfase as ditas edificações destacadas, entendidas como

“(...)aquelas que pertencem ao grupo monumental do sítio histórico, a maioria delas de uso público. Na área em questão são exemplos dessas edificações: o

Sobrado do Canela Preta, a Igreja do Bonfim, a Cadeia, o Teatro da Ribeira e a Casa Paroquial. Afora essas ou assemelhadas, as demais edificações podem receber melhoramentos e reconstituições dos seus paramentos externos”.(TDR/Largo do Theberge, 2001: 04). (VER PRANCHA 27, p. 314)

Ainda segundo o TDR/ Largo do Theberge, as edificações estão também hierarquicamente divididas, conforme o seu estado de conservação e manutenção, em três níveis, a saber:

*“**Íntegras:** aquelas que mantêm o seu perfil original ou resultante da adição sem conflitos de outros elementos no decorrer do tempo (ex: Igreja Matriz e Teatro da Ribeira); **Descaracterizadas:** aquelas que mantendo algumas linhas originais (fachada no limite do lote, cobertura original etc), apresentam alterações significativas no seu desenho (esquadrias rasgadas, revestimentos incompatíveis, tratamentos de fachadas etc), podendo ser recuperadas mediante prospecção e pesquisa histórica (ex: casas do lado esquerdo da Matriz); **Desconformes:** aquelas que resultam de reformas radicais e que já não mantêm qualquer relação com a antiga implantação (casas do outro lado do adro da Matriz, recuadas com 2 pavimentos). Ainda conforme o mesmo documento, “os trabalhos de recuperação devem valorizar as 2 primeiras categorias de edificações”. (TDR/ Largo do Theberge, 2001: 26).*

A proposta vencedora ao processo de licitação foi a apresentada pelo Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados, tendo como premissa básica a valorização dos imóveis destacados, através das propostas de restauro e de adequação aos novos programas e necessidades, bem como através da proposta de paginação de piso que reforce o caráter de centralidade e de referência dos bens significativos, como é o caso da valorização do Cruzeiro da Igreja Matriz.

As análises referentes ao processo resultante entre o que foi proposto e o que foi executado serão realizadas em item posterior, e serão baseadas nos parâmetros estabelecidos pelo

Termo de Referência, e o que foi analisado pelo IPHAN, a partir da emissão de Pareceres acerca da execução das obras⁹².

I.5.3. A CRIAÇÃO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO E A RELAÇÃO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ E IPHAN: (DES)ARTICULAÇÃO?

A prefeitura de Icó pouco fez, a partir de seus recursos próprios, com relação às ações de preservação e conservação do sítio histórico tombado, nos primeiros anos após o tombamento. Coube a esta, a atuação em projetos elaborados e / ou financiados por outras instâncias, como é o caso das obras do MONUMENTA/PROURB. Para Duarte Jr⁹³, até o início do ano 2006, o tombamento ainda não tinha significado melhoria na gestão urbana, pois a Prefeitura busca sempre incorporar o “bônus”, mas não o “ônus”, com relação às atribuições vinculadas à gestão do referido sítio histórico, sendo sintomático o problema relacionado à provisão de recursos, que sempre é repassado ao IPHAN.

Ainda segundo Duarte Jr, não houve, de início, uma preocupação por parte da Prefeitura, nem mesmo com relação às ações de estratégia de marketing e publicidade, muito menos com relação à ações que objetivem a educação patrimonial. Exemplificando tal questão, Duarte Jr. cita que a “*Cartilha*” – como é mais conhecida a publicação “*Icó: Patrimônio de Todos – roteiro para a preservação do patrimônio cultural*” – foi elaborada sem o aval da prefeitura, que não ajudou nem na distribuição. Com relação à fiscalização / controle de obras, a própria prefeitura passou a aprovar projetos, sem passá-los pelo crivo do IPHAN, o que indica um descompromisso da municipalidade com relação às premissas do tombamento do sítio histórico.

⁹² Ver item I.6. CONFRONTOS ENTRE AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES CONSTITUÍDAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS, especificamente, o sub-item I.6.1. O CASO DA RECUPERAÇÃO URBANA DO LARGO DO THEBERGE

⁹³ Vale aqui lembrar que o referido arquiteto foi Superintendente da 4ªSR/IPHAN/CE entre os anos de 1998 e 2007.

Outro exemplo apresentado diz respeito a um quadro apresentado pelos técnicos do IPHAN com relação às questões relativas ao controle e fiscalização de obras no sítio histórico, onde a própria prefeitura passou a aprovar projetos sem passar pelo crivo do IPHAN, o que indicava o descompasso entre o que era pretendido pelo órgão federal e o que sinalizava a Prefeitura.

Essa deficiência de comunicação entre as duas instituições é um dos problemas a ser resolvido, para que haja uma melhor condição de atuação do IPHAN, assinalando dessa forma uma presença mais forte no que diz respeito à proteção do sítio histórico. Podemos encaixar, nesta perspectiva, as preocupações apresentadas pelo arquiteto José Renato Cirino Nogueira Júnior, à época, contratado como consultor da UNESCO, com a atribuição de acompanhar as obras a serem executadas pelo Programa MONUMENTA no Largo do Theberge.

Em Informação Técnica datada do ano de 2004, o arquiteto aponta para a necessidade de criação de um Escritório Técnico em Icó, como o objetivo de “(...) *amenizar uma série de problemas que, em conjunto, contribuem significativamente para a descaracterização dos sítios históricos.* (Infotec 001/04)”. No mesmo documento, são apontados os principais problemas os quais o IPHAN depara-se no referido sítio histórico: “(...) *problemas provenientes da cultura da população que nunca precisou avisar coisa alguma a ninguém quanto às intervenções em seus imóveis, da falta generalizada de informação, da carência de fiscais da prefeitura bem preparados e remunerados, da falta de arquitetos e engenheiros na cidade e da demora na emissão de pareceres a respeito das obras*”. (Infotec 001/04)

A criação do Escritório Técnico de Icó ocorreu, portanto, no ano de 2004, apresentando como atribuição principal a fiscalização e o acompanhamento de obras no sítio histórico, fazendo utilização de instrumentos de controle e regulação, tais como: emissão de Pareceres, Informações Técnicas, Embargos, Termos de Ajustamento de Conduta e pedido de execução de demolições, amparados em parâmetros legais, principalmente o Decreto-lei nº 25/37 em seus Artigos 17 e 18.

Para buscar uma atuação mais eficaz, percebemos que foi dado um direcionamento no sentido de que sejam criados parâmetros que orientem as tarefas de fiscalização e controle das obras. Esses parâmetros passam a ser configurados a partir de uma *representação constituída* acerca do espaço tombado, seguindo as premissas do IPHAN, de modo a legitimar a leitura desse espaço estabelecido pela instrução de tombamento.

Nessa perspectiva, utilizando-se do discurso elaborado pelos documentos de controle e regulação das obras do sítio histórico – com ênfase nos Pareceres e nas Informações Técnicas, documentos emitidos durante os anos de 2004, 2005 e 2006 – identificamos os elementos que irão configurar a *Representação do espaço* formulado pelo Escritório Técnico de Icó:

1. Arquitetura simples, despojada de adornos, como principais traços representativos dos edifícios em Icó;
2. necessidade de preservação dos elementos originais / autênticos. Em alguns casos, utiliza-se da fotografia como prova documental da originalidade / autenticidade dos edifícios, sendo permitida, portanto, a reconstituição e / ou recomposição.
3. restabelecimento dos bens a um estado anterior conhecido (conforme a carta de Burra – Austrália, 1980); propõe-se em alguns casos a demolição de elementos tido como desconformes;
4. necessidade da preservação da visibilidade e ambiência dos bens representativos;
5. necessidade de preservação do ritmo existente entre os telhados, onde identificamos uma solução que se tornou comum em Icó: não se pode alterar a inclinação do pano da cobertura original, todavia o pano frontal pode ser interrompido para a construção de varanda que torne possível a ventilação e iluminação dos cômodos. Esta solução, entretanto, não é permitida em edificações de esquina;
6. necessidade de constituição dos ritmos e dos alinhamentos das fachadas;
7. a pintura dos edifícios deverá ser executada de forma discreta e em tons claros (neutros).

Neste âmbito, identificam-se algumas interferências que devem ser evitadas, para que seja garantida a leitura clara da *representação constituída*. Não é recomendável, portanto:

1. A utilização de placas de comunicação visual que interfiram na visibilidade do bem;
2. utilização de materiais muito chamativos nas fachadas, tais como cerâmicas, granitos, mármore, porcelanatos, tijolos de vidro;
3. a utilização de portões em alumínio (sugestão: ferro e madeira). As esquadrias devem ser de madeira (veneziana ou do tipo “ficha”);
4. a alteração na percepção do ritmo original do plano das cobertas e das fachadas;
5. a descaracterização da regularidade do ritmo e da escala das fachadas;
6. a utilização de elementos que se projetam sobre as fachadas, tipos marquises, etc;
7. a execução de caixa d’água situada acima da linha de cumeeira. Este elemento deverá ficar abaixo da cobertura;
8. a utilização de elementos com desenhos rebuscados, que se configuram como agressão ao caráter rústico e singelo da arquitetura tradicional.

Com relação à rigidez na aplicabilidade desses parâmetros, a análise da documentação identifica que na área de entorno permite-se uma maior liberdade de ação, tendo sempre como principal premissa a ser seguida, o respeito à escala do sítio histórico. Entretanto, apesar de tentar seguir à risca a normatização estabelecida por esses parâmetros, identificamos alguns precedentes abertos, como, por exemplo, a recomendação feita nos Pareceres 027/05 e 028/05: mesmo situada na área de entorno, negou-se a abertura de vão para garagem em uma residência, porque isso implicaria na descaracterização de sua fachada singela. Em outro caso, relativo ao Parecer 017/06, indica-se que o pavimento adicional proposto à edificação configura-se como “*elemento estranho*”. O imóvel em si não é relevante, mas está inserido em paisagem relevante (área de preservação rigorosa), ou seja, o que interessa não é o imóvel em si, mas sim a paisagem.

Contudo, apesar da criação do Escritório Técnico e, como consequência a elaboração e busca de implementação dos parâmetros estabelecidos, em prol de uma maior eficácia no

controle dos elementos responsáveis pela descaracterização do sítio histórico, alguns problemas persistem, os quais podemos citar:

1. A falta de profissionais qualificados no quadro técnico da Prefeitura;
2. A falta de profissionais qualificados na cidade, que atendam a demanda de projetos solicitados, haja vista que *“(...) Por mais que o Escritório Técnico consiga educar a população no sentido de seguir os trâmites corretos para a aprovação dos projetos de reforma, a falta de profissionais competentes na cidade inviabilizará todo o processo, tornando inevitáveis as ações de embargo, que já estão se tornando cada vez mais numerosas”*⁹⁴. (Infotec 003/04)
3. A constatação da desarticulação entre Prefeitura Municipal e IPHAN: Em Informação Técnica de nº 04/05, o Chefe do Escritório Técnico informa sobre o descaso da Prefeitura para com o IPHAN com relação à cerimônia de re-inauguração do Teatro da Ribeira dos Icós, onde o IPHAN, como parceiro na obra de restauro, não foi sequer informado da data do evento; corroborando com esta constatação, o parecer 010/05, aponta que: *“(...)Apesar das incontáveis recomendações anteriores do IPHAN ao Prefeito de Icó, aos fiscais do município e ao próprio responsável pela pasta para que trabalhemos em comunhão, somando esforços no sentido da preservação do sítio histórico, encontramos, há muito, extrema resistência daquela instância municipal no atendimento às nossas solicitações, fato este que tem provocado inestimáveis prejuízos aos proprietários dos imóveis situados na área por nós fiscalizada”*.
4. A atitude de boa parte dos proprietários, que geralmente alegam desconhecer as atribuições referentes tanto ao estatuto do tombamento, quanto à necessidade de elaboração de projetos para aprovação, e alegam também desconhecerem a legislação e/ou a necessidade de consulta prévia à Prefeitura e ao IPHAN;

⁹⁴ Para tentar solucionar essa questão, foi contratado, por parte da Secretaria de Cultura do Município, no ano de 2006, um arquiteto para compor o quadro técnico da referida instituição.

5. Outro problema levantado pelos proprietários é a afirmação de que a Prefeitura é omissa, tanto com relação à informação destas atribuições, quanto à tarefa de fiscalização e análise dos projetos e obras;
6. Na mesma linha, atribui-se ao IPHAN, através de seu instrumento de regulação – o tombamento – um caráter autoritário, de cerceamento do direito de propriedade, apresentando-se esse órgão, portanto, como empecilho às aspirações pretendidas pela população;
7. Por fim, o que o Chefe do Escritório Técnico identifica como o principal problema relativo ao sítio histórico de Icó, o qual receia que não seja resolvido: “(...)a profunda pobreza da população de cidades como Icó. Pobreza esta, que impede as pessoas de contratarem profissionais qualificados para a realização dos projetos para suas obras”. (Infotec 001/04)

Tendo em vista esse quadro desfavorável, algumas ações foram promovidas, para além daquelas, de controle e fiscalização –, visando uma maior aproximação entre a instituição IPHAN e os segmentos da sociedade icoense e, por conseguinte, visando a reversão desse quadro. É o que podemos identificar a partir da análise dos pontos discutidos na Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Icó, apresentada na Infotec nº 22/05.

Participaram da referida Audiência: o Vereador Vilfrido Leite Ribeiro (representante do Presidente da Câmara Municipal); Romeu Duarte Júnior (Superintendente da 4ªSR/IPHAN); José Renato Cirino Nogueira Júnior (Chefe do Escritório Técnico da 4ªSR/IPHAN em Icó) e, cerca de 80 pessoas da comunidade, dentre os quais, representantes da Prefeitura Municipal, da paróquia, moradores, comerciantes, dentre outros.

Em sua fala o Superintendente da 4ªSR/IPHAN/CE, arquiteto Romeu Duarte Júnior, traçou um histórico sobre o processo de tombamento da cidade; comentou sobre a importância da elaboração das Cartilhas, tendo o objetivo de esclarecer aos cidadãos icoenses moradores

do sítio histórico os direitos e deveres a eles atribuídos; informou que o tombamento gerou oportunidades de injeção de recursos na cidade (como é o caso do Programa Monumenta, por exemplo); apontou para a positividade do efeito replicador das ações preservacionistas nos espaços públicos da cidade: evidenciando a valorização dos imóveis privados e a melhoria da qualidade de vida da população; contudo, lembrou a ausência da Prefeitura no processo de gestão e a necessidade de constituição de um corpo qualificado no quadro da Prefeitura.

O arquiteto José Renato Cirino ressaltou, em sua fala, que a partir da ação do Escritório Técnico do IPHAN no sítio histórico de Icó, houveram alguns avanços com relação à proteção do núcleo tombado, que para ele se configuram-se como conquistas árduas, pois na cidade não existe “a cultura da preservação”. O arquiteto esclareceu que a ação desenvolvida pelo Escritório Técnico não quer prejudicar e/ou atrapalhar ninguém, e sim ajudar na tarefa da preservação do patrimônio cultural da cidade.⁹⁵

Nos pronunciamentos feitos pelos representantes da comunidade, foram apontados: a falta da consciência da preservação por parte da comunidade; a necessidade de maior participação da população nas audiências; a insatisfação gerada pela redução do direito de

⁹⁵ A fala dos dois representantes do IPHAN revela um pensamento que é reforçado na Infotec 22/06, onde, em resposta ao Ofício 340/2006/PRMLN-CE, de 22.08.2006, informa-se o seguinte: Depois da homologação do tombamento em nível federal (1997), o IPHAN empreendeu algumas ações que primavam pelo reconhecimento do estatuto do tombamento do referido sítio histórico (ações de restauro de imóveis destacados); Cita-se o convênio firmado entre a Prefeitura, o Monumenta/BID e o Minc, para a recuperação de uma gama de imóveis destacados, situados no Largo do Theberge; Cita-se a criação do ET-Icó, na tarefa de fiscalização e orientação das ações desenvolvidas no referido sítio histórico, emissão de documentos de análise / fiscalização / propostas de projetos; Cita-se a realização de audiência públicas, com o objetivo de apresentar o trabalho de preservação empreendido pelo órgão e as respostas às dúvidas da comunidade; Cita-se a reedição da publicação da Cartilha Icó, Patrimônio de Todos: roteiro para a preservação do patrimônio edificado (2ª Edição, 2006); Cita-se a execução de serviços de demolição de obras irregulares no sítio histórico.

Indicam-se os principais problemas e dificuldades enfrentadas, a saber: inexistência de profissionais qualificados na Prefeitura; inexistência em Icó, de profissionais habilitados para a elaboração dos projetos solicitados; negligência das Leis referentes ao uso e ocupação do solo, aos códigos de obras e posturas; dificuldade de entendimento das atribuições referentes ao sítio histórico, por parte da comunidade, que comumente perguntam: “*por que não posso fazer o que quero, naquilo que é meu?*”; ações realizadas à revelia do IPHAN. Informa-se, por fim, que esses problemas são comuns nos demais sítios históricos do Brasil, e apresenta-se como solução, a necessidade do fortalecimento institucional do IPHAN e dos demais órgãos estaduais e municipais ligados à preservação do patrimônio cultural.

propriedade observada nos sítios históricos, tendo como um dos pontos mais tocados, a impossibilidade de abertura de vãos de acesso para veículos nas residências situadas na área de proteção rigorosa; a solicitação de proposta de redução de IPTU; a solicitação de informações acerca do projeto de recuperação dos imóveis privados.

Este quadro de insatisfação apresentado pela população nos revela o contexto de distanciamento em que se encontram as formas de compreensão sobre a cidade, sob o ponto de vista de sua significação cultural. Ao IPHAN, interessa garantir uma *representação constituída*, que identifica o sítio histórico em sua relevância histórica, a partir de características de cunho formal. Já para a comunidade, a relação que esta estabelece com esse espaço, é definida por práticas cotidianas, em que, por muitas vezes, não se identifica, neste espaço, a *representação constituída* pelo IPHAN.

Uma ação que procurou atenuar este distanciamento entre IPHAN e comunidade, esteve também vinculada aos recursos do Programa MONUMENTA. Definida como “*ações em imóveis privados em Icó*”, a referida ação teve como objetivo, promover a possíveis investimentos em imóveis privados, de relevância histórico-arquitetônica e em estado de degradação, cujos proprietários não se encontravam em condições financeiras para assumir os custos da intervenção. Discutiremos esta questão no item a seguir.

I.5.4. O PROGRAMA MONUMENTA E AS AÇÕES EM IMÓVEIS PRIVADOS EM ICÓ

O sítio histórico de Icó é alvo também de intervenções em imóveis privados, numa ação conjunta do Programa MONUMENTA e da UNESCO, tendo o IPHAN como órgão responsável pela avaliação dos projetos elaborados para os imóveis contemplados no processo de seleção.

De acordo com a Cartilha do MONUMENTA,

“a mobilização de interesses privados, associados à proteção e à utilização do patrimônio, tende a tornar permanente a sua preservação. O Monumenta tem, dentre seus pressupostos, o de contribuir para a execução de projetos privados. Periodicamente, são escolhidos, através de processos públicos, proprietários interessados em receber financiamento para recuperação de seus imóveis e implantação ou melhoria de seus negócios, e grupos habilitados a realizar eventos que contribuam para intensificar a atividade e o uso de áreas do Programa”. (Brasil/ MinC/Monumenta : 2005, 5)

Esta ação pode vir a se tornar a solução para o problema da falta de recursos financeiros por parte dos proprietários dos imóveis situados no sítio histórico, que devido a isso encontram-se impossibilitados de investir em seus imóveis, problema relatado nos documentos produzidos pelo Escritório Técnico de Icó. Configura-se, portanto, como um investimento realizado no âmbito da propriedade privada, estendendo o raio de ação do programa Monumenta, antes reduzido à esfera do espaço público.

A primeira etapa dos “projetos em imóveis privados no sítio histórico de Icó” – ação conjunta MONUMENTA/UNESCO, tendo o IPHAN e a Caixa Econômica Federal como organismos responsáveis pela seleção dos imóveis, e o IPHAN como órgão responsável pela análise dos projetos selecionados – contemplou em sua primeira etapa 23 projetos, e tem a segunda etapa em fase de elaboração, levando em consideração, prioritariamente, imóveis em estado avançado de degradação, tendo como objetivo principal, a reconstituição mais aproximada possível da feição original do imóvel, conforme atesta o Edital de Seleção (UEP N° 001/2005), quando apresenta o objetivo da referida seleção: *“Para fins de obtenção de apoio financeiro para restabelecimento das características históricas, artísticas e cênicas, obedecidas às normas de regência e as disposições de ditos imóveis”.*

Partindo do objetivo exposto, são apresentados as obras e serviços a serem executadas nas edificações contempladas no processo seletivo. Estas intervenções são definidas no âmbito

formal (recuperação de fachadas e coberturas, com possíveis demolições de elementos descaracterizadores da edificação), no âmbito estrutural (estabilização estrutural da edificação), no âmbito da adequação à legislação sanitária, e no âmbito da adequação da edificação ao uso do imóvel, para geração de renda.

Com relação à seleção dos imóveis, são realizadas as seguintes análises, conforme a cartilha informativa “*Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados: conheça as condições que o Programa Monumenta oferece*”(s.r.):

- **Análise econômico-financeira:** a equipe técnica da Caixa avaliará a capacidade de pagamento do financiamento tendo como base as informações sobre sua renda formal e informal, suas despesas e compromissos e sua situação cadastral;
- **Análise jurídica:** a equipe técnica da Caixa verificará a condição legal do imóvel;
- **Análise técnica:** os técnicos da UEP e do IPHAN aprovarão o projeto arquitetônico, cronograma e orçamento da obra.

Estas análises observam como pontos de valoração nas propostas, os seguintes quesitos:

- Com relação à relevância histórica do imóvel, observa-se que quanto maior a sua relevância, a nível nacional, mais condições ele terá de ser selecionado;
- Com relação ao estado de conservação do imóvel, é dada ênfase ao imóvel que está em pior estado de conservação;
- Com relação aos rendimentos dos proprietários, leva vantagem quem apresentar um rendimento mais baixo;
- Com relação ao percentual de contrapartida, leva vantagem quem oferecer o percentual maior.

Fazendo uma síntese destes dois quadros apresentados, percebemos que é dada uma ênfase aos imóveis de maior relevância histórica, que estejam em um estado de considerável de degradação – a merecer uma requalificação – e cujos proprietários não possuem condições próprias de investir no imóvel, a não ser em caso de obtenção de empréstimo. Esta

condição é garantida pelo financiamento do Programa, porém, o proprietário passa a ter a responsabilidade de garantir a contrapartida.

A ação, iniciada em 2006, e com andamento previsto para o ano de 2007⁹⁶, tem, sob o ponto de vista técnico, os seguintes encaminhamentos: o IPHAN solicitou a contratação de um profissional, por parte da UNESCO – e a ser selecionado pelo MONUMENTA –, para a elaboração dos projetos arquitetônicos, sob a justificativa de não haver na cidade um corpo de profissionais habilitados para elaborar os referidos projetos.

Este profissional elaborou os projetos a partir de levantamento gráfico e fotográfico de todas as edificações, e a partir da orientação e aprovação do Escritório Técnico da 4ºSR/IPHAN/CE, sendo também analisados pelos técnicos da UEP –Icó, que examinam a viabilidade de execução das obras, sob o ponto de vista econômico e estrutural, bem como elaboram uma planilha de custos e serviços e do acompanhamento de sua execução.

Os projetos elaborados buscam contemplar as seguintes intervenções: ações de recuperação das características originais das fachadas dos imóveis com a substituição de esquadrias degradadas ou descaracterizadas; a reconstituição de elementos arquitetônicos e ornatos; a remoção de materiais desconformes, tais como os revestimentos cerâmicos; a pintura dos paramentos das fachadas principais e do interior dos imóveis; o reforço e a consolidação de elementos componentes da estrutura das cobertas e dos muros de alvenaria, com a substituição de peças degradadas.

Neste quadro traçado, percebe-se que as obras são direcionadas a garantir a regeneração de uma *representação constituída* que garanta uma imagem vinculada às características tradicionais das edificações do sítio histórico. A partir do investimento garantido em edifícios degradados, cujos proprietários estejam economicamente impossibilitados, garantir o nível de preservação da imagem representativa do sítio histórico, o Programa

⁹⁶ Conforme relatório produzido pelo Escritório Técnico da 4ºSR/IPHAN/CE, dois imóveis da 1ª etapa foram finalizados, em 2007.

MONUMENTA procura revelar a sua preocupação com a requalificação do espaço de significação cultural.

A finalização dos serviços nos dois primeiros imóveis da 1ª etapa da ação, foi vista pelo Escritório Técnico da 4ªSR/IPHAN/CE, como um importante passo do Programa MONUMENTA, no âmbito das ações de preservação do sítio histórico de Icó e, neste sentido, recomenda-se que as ações saiam de uma condição de “projeto-piloto”, para tornarem-se prática corrente. Neste sentido, considerando que boa parte dos imóveis situados nas áreas urbanas sob tutela federal é de propriedade privada, e que poucos detém os recursos necessários para a devida conservação desses bens, essa ação, *“tornada algo costumeiro e difundido, poderia provocar uma revolução na prática da conservação dos bens culturais tombados no Brasil”*.

Essa perspectiva regenerativa, apresentada pelo Escritório Técnico da 4ªSR/IPHAN/CE, já mostrava-se presente quando os técnicos da UEP – Icó , na Ata da sessão de abertura e habilitação das propostas relativas à primeira etapa da ação, recomendava a continuidade do Programa, *“por motivo da excelente receptividade dos proprietários locais, bem como pelo interesse de vários outros, os quais, no momento da cerimônia de abertura, disseram de sua intenção de participar do processo em uma nova rodada”*.

No mesmo documento, observamos a identificação da ação como um elemento a contribuir para a requalificação dos sítios históricos, *“assim como para a adoção, por parte de moradores e proprietários, de novos e salutareos comportamentos preservacionistas”*.

No presente momento, consideramos ainda prematura uma discussão acerca da vivência do espaço requalificado, devido ao pouco tempo de implantação do Programa, e das poucas obras finalizadas. Entretanto, é preciso salientar as tentativas de aproximação, entre os arquitetos responsáveis pela elaboração dos projetos e o proprietário, aproximação necessária, posto que o projeto é desenvolvido a partir de um programa de necessidades estabelecido pelo segundo.

Convém lembrar que o projeto já parte de premissas estabelecidas pelo Programa (com ênfase, nas questões formais, que buscam evidenciar uma representação, vinculada ao caráter de relevância histórica do bem, a partir de um padrão formal pré-estabelecido). Em algumas situações, essas premissas estabelecidas pelo MONUMENTA, quando cruzadas com os parâmetros seguidos pelo Escritório Técnico do IPHAN, acabam por gerar, determinados conflitos, que são considerados interessantes objetos de análise, sob o ponto de vista da constituição das *Representações* que ambos buscam configurar.

Esta questão ficou clara em um projeto enviado para análise do Escritório Técnico, onde foi proposta uma intervenção em uma edificação, considerada de relevância histórica, mas situada na área de entorno. Neste caso, a proprietária solicita a abertura de uma garagem, o que gera a necessidade da abertura de um vão que quebra o ritmo da fachada, considerada original. Sob o ponto de vista dos parâmetros seguidos pelo ET-Icó para a área de entorno, esta solicitação é aceitável. Entretanto, segundo a representação criada a partir das premissas do MONUMENTA, não é permitido descaracterizar os elementos considerados originais. Neste caso, observou-se uma confrontação entre as *Representações constituídas*, por IPHAN, Monumenta, e pela necessidade advinda da proprietária do imóvel.

I.6. CONFRONTOS ENTRE AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES CONSTITUÍDAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.

I.6.1. O CASO DA RECUPERAÇÃO URBANA DO LARGO DO THEBERGE

Após o resultado da licitação que definiu o Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados como vencedor do processo referente à proposta de Requalificação Urbana do Largo do Theberge, o referido escritório elaborou um relatório, datado de junho de 2002, denominado “*Recuperação Urbana do Largo do Theberge*”, onde são expostos os objetivos e os procedimentos necessários à implantação do projeto, bem como um Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV – necessário à legitimação da proposta perante as questões ambientais estabelecidas.

A análise deste Relatório nos revela que a equipe responsável pela proposta seguiu de uma maneira geral as premissas estabelecidas pelo Termo de Referência – tendo este como suporte o saber especializado instituído pelas premissas do IPHAN. É de convir, entretanto, que, tomando por base análises realizadas a partir de pareceres emitidos pelo quadro técnico do IPHAN, em alguns aspectos as propostas contidas no Relatório serão desaprovadas pelo referido órgão, instituindo-se pontos de tensão no processo. Consideramos, interessante, portanto, o confronto entre os referidos documentos, no sentido de identificarmos as diferentes *representações do espaço constituídas* nesse processo, identificando aproximações e distanciamentos entre elas.

1.6.1.1. A PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO URBANA DO LARGO DO THEBERGE APRESENTADA PELO ESCRITÓRIO NELSON & CAMPELO ARQUITETOS ASSOCIADOS: ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL

Tendo como objetivo “(...) *Promover a revitalização do Largo do Theberge, ordenando e disciplinando o uso do solo neste sítio histórico, avaliando os erros e acertos cometidos no passado e prospectar o futuro* (Nelson & Campelo: 2002, 10)”, a proposta apresenta-se como possibilidade de restabelecimento da dignidade e amplitude do espaço que confere singularidade à cidade de Icó, bem como busca promover a revitalização e continuidade do generoso espaço existente que se encontra mal utilizado.

Como partido urbanístico, o projeto baseia-se nos princípios estabelecidos pelo Termo de Referência, onde o espaço a ser recuperado é dividido hierarquicamente em três setores distintos, cuja ênfase é dada ao setor 1, abrangendo o trecho que é tombado pelo IPHAN, onde estão situadas as edificações destacadas.

As intervenções previstas para o Setor 1 contemplam os seguintes aspectos:

1. A necessidade de reforçar o caráter simbólico da área, através de um desenho que estabeleça o sentido de convergência para a área; a proposta de um desenho concêntrico, cujo centro é o Cruzeiro original do século XVIII, ocasionando a

formação da Esplanada do Cruzeiro, que “(...) *com uma arborização e espaços amplos livres, favorece o uso da população e amplia as perspectivas e as visuais em todas as direções do Largo*”. Neste âmbito, objetiva-se o resgate da relação espacial entre a Matriz e o Cruzeiro, prevendo-se a eliminação de um trecho da rua Inácio Dias;

2. os trabalhos de restauro e adaptação das edificações identificadas como destacadas, analisadas posteriormente;
3. previsão de anfiteatro com capacidade para 250 pessoas sentadas (complementação da área destinada ao evento conhecido como “*Forricó*”);
4. previsão de Play-Ground para crianças e mobiliário urbano, oferecendo condições para o lazer contemplativo;
5. padronização dos pisos e passeios.

Com relação ao Setor 2, a proposta busca, dentro da premissa de *compatibilização visual* expressa pelo Termo de Referência, atenuar o impacto visual causado pela Igreja Nova, através do uso intensivo de vegetação de porte e soluções de caráter paisagístico que ajudem a escondê-la. Propõe-se também, nas áreas perimetrais, uma proposta de área para estacionamento, área sombreada por pérgulas e vegetação, equipada com mobiliário urbano dedicado a jogos de mesa, bem como é previsto um espaço de convivência e entretenimento para pessoas idosas.

Já para o Setor 3, uma área tida como predominantemente residencial e de feição modesta, são feitas previsões de equipamentos e mobiliário urbano destinados ao lazer, à recreação e à prática de esportes, bem como são propostos elementos como calçadão, quiosques, quadras esportivas, play-grounds, equipamentos para ginástica, jardins e áreas sombreadas por pérgulas e densa arborização, tendo em vista a redução da sensação de aridez.

A questão relativa à valorização do espaço como autenticidade – apresentando-se como espaço representativo da arquitetura e do urbanismo colonial cearense – é claramente manifestada em alguns itens do Relatório. Percebemos essa intenção no item denominado “*Remoção de Interferências*”, onde é proposto: a retirada de todos os postes e da fiação

aérea existentes no Setor 1; a remoção do coreto, do chafariz e dos dois quiosques existentes no Setor 1, bem como o mobiliário urbano e vegetação incompatíveis existentes; a demolição do restaurante e do telheiro que ocupam respectivamente a lateral e os fundos do Teatro, e das pequenas “puxadas” que comprometem a lateral da Casa de Câmara e Cadeia e a frente do Sobrado do Canela Preta; todas essas ações visando ao restabelecimento da “(...) *integridade do espaço que o circunda*”. (Nelson & Campelo: 2002, 13)

Com relação aos aspectos vinculados ao *Paisagismo e Arborização*, as proposições contemplam aspectos de cunho formal e funcional, levando sempre em consideração as peculiaridades do lugar. Na lista de proposições, figuram: uma ênfase dada à utilização das espécies nativas da região; propõe-se também a utilização de outras espécies ornamentais nativas e exóticas aclimatadas, empregadas da seguinte forma:

- a. Definindo as áreas de caráter monumental; valorizando as edificações destacadas;
- b. formando anteparo contras as edificações que não são compatíveis com o valor histórico da área;
- c. assegurando lugares de sombreamento permanente para as áreas de estar da praça e dos play-grounds, em ilhas de repouso e anexo aos quiosques, “(...) *conferindo-lhes beleza e sossego, fundamentais para a saudável convivência entre as pessoas. Os “bougainvilleas” de cores variadas deverão ser amplamente utilizados*” (Nelson & Campelo: 2002, 14);
- d. formando anteparos contra o sol leste-oeste minimizando o reflexo nas quadras esportivas;
- e. ocasionando um amplo aproveitamento da vegetação existente, “(...) *devendo ser sacrificada somente algumas espécies que estejam causando interferência indesejável com a intervenção proposta*” (Nelson & Campelo: 2002, 14).

No relatório, é destinado um amplo espaço para a apresentação das intervenções propostas para as edificações destacadas, sendo estas identificadas caso a caso.

Neste sentido, na proposta para o Teatro da Ribeira dos Icós tem como objetivo o efetivo uso do edifício como teatro e auditório, podendo servir como cine-teatro. Segundo o

Relatório, “(...) *não foram necessárias grandes alterações no edifício para que fosse viabilizado o seu uso*”. (Nelson & Campelo: 2002, 15)

Com relação à Casa de Câmara e Cadeia, foi constatado que o edifício encontrava-se em precário estado de conservação e com função incompatível com o local que está implantado (no caso, cadeia pública e delegacia de polícia). Propôs-se como uso compatível à implantação de um Centro Turístico e Cultural, com Centro de Referências e Informações, transformando as celas em lojas e com previsão para um pequeno restaurante. Complementando a intervenção, propôs-se a criação do Memorial do Icó, a instalação da Biblioteca Pública e, por fim, de uma Casa do Cidadão.

Para o Sobrado do Canela Preta, propôs-se como programa de necessidades, a instalação de um Centro de Atividades Educacionais/Culturais voltados para o apoio e o aprimoramento intelectual da criança e do adolescente. A partir da constatação de que a edificação de relevante interesse arquitetônico está em processo de degradação, sugere-se que, a partir da existência de vasta documentação gráfica e fotográfica, seja feita a reconstituição volumétrica do edifício, constituindo-se este caso num dos exemplos em que comprova-se a autenticidade do bem a partir de fontes documentais, sendo a reconstituição permitida, não se configurando como “*falso histórico*”.

Para a Igreja do Rosário, a proposta prima pelo resgate das funções originais do edifício (celebração de missas, casamentos e batizados). Propôs-se também a realização de prospecções para subsidiarem a elaboração do projeto executivo.

No caso do Mercado Público, o Relatório não indica quais serão as premissas de intervenção, ocorrendo apenas uma descrição do histórico da construção do edifício, dos aspectos construtivos, e das funções nele exercidas. Importante salientar a citação que se faz a respeito da forma antiga de utilização do pátio interno, que “(...) *no passado era utilizado como feira móvel de produtos variados dos arredores do Icó, como cestaria e cerâmicas decorativas e utilitárias*”. (Nelson & Campelo: 2002, 17)

Com relação ao item que configura o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), a abordagem que o documento faz, demonstra, no âmbito geral, o caráter positivo da intervenção proposta, pautado na premissa da busca do caráter original do espaço a ser valorizado: tendo como objetivo geral a revalorização da zona central da cidade de Icó, particularmente seu núcleo inicial, que apresenta uma conformação singular, distinguindo-a de outras áreas centrais das cidades do Ceará, “(...) *a requalificação a ser empreendida pressupõe intervenções físicas de melhoramento dos espaços públicos e do seu mobiliário urbano, assim como, medidas normatizadoras das permissões de construção nas proximidades das edificações históricas e de manutenção de suas feições originais*”. (Nelson & Campelo: 2002, 19)

O caráter de positividade da intervenção é identificado no item Paisagem Urbana, onde informa-se que (...)

“A intervenção prevista deverá proporcionar uma ação gradual de melhoria das edificações lindeiras e dos prédios situados no interior do perímetro de impacto direto da urbanização do Largo. A partir da melhoria do ambiente urbano deverá ocorrer a atração natural de alguns tipos de comércio, com o surgimento de negócios mais sofisticados como boutiques, lanchonetes, restaurantes e até hotéis, segundo expectativa do Programa Monumenta, que inclusive destaca estas atividades como preferenciais para a área, não constituindo nenhuma incompatibilidade com uso residencial atual. Deve ser destacado, neste aspecto a implantação do Hotel da Ribeira dos Icó, em local predeterminado nas proximidades da Esplanada do Cruzeiro”. (Nelson & Campelo: 2002, 23)

A intervenção também é identificada como elemento de atratividade, atuando, inclusive no aumento da auto-estima do icoense e, como consequência, sendo alvo de elevação do orgulho do morador com relação à cidade, quando este

“(...)aprenderá a se dirigir com maior freqüência a área do Largo do Theberge nos horários noturnos e nos domingos e feriados, quando o prazer de apreciar a nova paisagem urbana requalificada e o desfrute das opções de lazer oferecidas serão a motivação principal. (Nelson & Campelo: 2002, 23). O Fator de atratividade do espaço também é identificado a partir da proposta de urbanização de local

específico para grandes eventos com pátio adequadamente pavimentado e com anfiteatro, que (...)atrairá os moradores de toda a cidade e de outros centros urbanos da região, o que consolidará a cidade do Icó como centro de difusão artístico cultural e, apoiada numa programação de eventos ao longo de todo o ano concretizará sua aspiração de se tornar um pólo turístico de importâncias estadual”. (Nelson & Campelo: 2002, 23)

Até mesmo com relação aos *Recursos Naturais*, particularmente no que diz respeito ao Rio Salgado e imediações, onde constatamos um elevado grau de depreciação da área, comprometida por conta do completo e aparente descaso do poder público com relação aos problemas apresentados, o Relatório apresenta uma perspectiva de regeneração a partir de proposta que não vai a fundo nas causas que estão gerando os problemas mais contundentes:

“A intervenção decorrente do projeto de Recuperação Urbana do Largo do Theberge não agrava a situação atual, pelo contrário, até recupera, em parte, um pouco da identidade da cidade com sua região , uma vez que todo o trecho reurbanizado será arborizado com espécimes de flora local, servindo, inclusive como vitrine para a arborização de outros logradouros públicos no restante da cidade, particularmente na Avenida Paisagística do rio Salgado, no trecho correspondente à área de intervenção, também considerado Projeto Estruturante do PDDU-Icó para o futuro da cidade”. (Nelson & Campelo: 2002, 24)

Por fim, no item Repercussões mais Impactantes sobre a Vizinhança Imediata e sobre a Cidade como um Todo, a *Representação constituída* prima pelo caráter regenerador da proposta. Assim sendo, analisando as intervenções de maior impacto, atesta-se que a urbanização da grande praça monumental tem a vantagem de funcionar como “*paisagem integradora*” dos principais monumentos históricos e que “(...) *atrairá, principalmente a população da cidade, intensificando o seu uso com lazer contemplativo, ponto de encontro e socialização das comunidades dos diversos bairros da cidade.* (Nelson & Campelo: 2002, 24)”; por outro lado, a implantação do Pátio de Eventos – local destinado a receber as diversas manifestações artísticas – Forricó, Carnaval, Festival de Violeiros, Festas Juninas, etc. – deverá gerar uma repercussão que “(...) *extrapolará os limites da sede*

urbana do município, atingindo as demais comunidades distritais e a população dos municípios vizinhos”. (Nelson & Campelo: 2002, 24)

“Estas duas intervenções, assim como a reforma e adequação do Teatro da Ribeira e dos prédios da Casa de Câmara e Cadeia e do Sobrado do Canela Preta, destinados a abrigar um Centro Cultural e Centro de Apoio ao Estudante, respectivamente, servirão de suporte à uma Programação Nacional de eventos distribuídos por todo o ano que, por certo, contribuirá para dinamizar as atividades turísticas vinculadas ao patrimônio histórico da própria cidade, assim como criará as condições objetivas de mercado para o surgimento de equipamentos de hospedagem e refeições que servirão de apoio ao turismo ecológico e de repouso com grande potencial na região”.

Fazendo uma leitura sobre as premissas que nortearam a proposta apresentada pelo Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados, percebemos que esta proposta atendeu aos principais pontos estabelecidos pelo Termo de Referência e as premissas estabelecidas pelo IPHAN, no que diz respeito às propostas de valorização do patrimônio cultural. A orientação primeira, de *“Valorização do Lugar-Sertão”* é seguida pelas duas instâncias. Entretanto, uma análise referente às documentações que relatam a continuidade do processo, passando do projeto à execução, aponta para a constatação de alguns distanciamentos no que diz respeito às *Representações constituídas* por essas duas instâncias.

Ao IPHAN interessa a garantia do caráter de sobriedade e despojamento dos espaços, que são elementos configuradores do caráter de originalidade/autenticidade do sítio histórico tombado. Já na proposta apresentada pelo Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados – que, como proposta vencedora do processo de licitação, passa a representar a lógica estabelecida pelo Termo de Referência – o objetivo da requalificação está mais vinculado à condição de atratividade pela qual a área deverá se constituir, o que permite que se extrapole a condição de respeito à simplicidade do sítio histórico. A análise de alguns Pareceres emitidos pelo quadro técnico do IPHAN com relação às propostas elaboradas para a área a partir do projeto vencedor, tornam-se elucidativas.

I.6.1.2. O POSICIONAMENTO DO IPHAN: A GARANTIA DO CARÁTER DE SIMPLICIDADE E DESPOJAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO

Após a aprovação do Relatório Final, tendo início as obras, algumas questões relacionadas às tensões entre formas de entender o “*espaço de significação cultural*” começam a aflorar, tornando-se elementos de fundamental importância na identificação dessas tensões.

Em Parecer Técnico de nº 036/02, datado de 02 de julho de 2002 – portanto, antes da criação do Escritório Técnico – referente à resposta dada ao Ofício nº 05/2002/ Programa MONUMENTA/UEP, a arquiteta Célia Maria Perdigão Coutinho (DITEC /4ª SR/ IPHAN), faz uma apreciação acerca do Projeto de Recuperação Urbana dos Largos do Theberge e do Rosário, em solicitação feita pelo Dr. José Kildare Felinto Colares (Coordenador UEP/Icó – CE). No referido Parecer, antes de fazer uma apreciação sobre o que propõe o projeto apresentado, a arquiteta faz uma explanação acerca das características singulares dos espaços a serem transformados.

Conforme a arquiteta, o Largo do Theberge historicamente conformou-se como espaço da feira do gado, o que justifica o seu super-dimensionamento. No cotidiano, esse espaço configurou-se, ao longo do tempo como área onde ocorreram embates entre índios e colonos, como também se transformou em área reservada às procissões e festas cívicas.

Atualmente, segundo a arquiteta, o espaço encontra-se em estado de depreciação, devido às intervenções consideradas como negativas (construção da Igreja Nova; arborização inadequada, como “*obstruções visuais*”, que “*desfazem a continuidade do espaço assaz singular*”, fato que justifica a necessidade de intervenções que busquem regenerá-lo:

“(…)Salientamos também que esses largos eram originalmente espaços vazios, onde eventualmente surgia alguma vegetação espontânea. A necessidade imposta pelos novos usos associada às imposições climáticas do presente nos fazem admitir intervenções que melhorem sua qualidade ambiental, desde que não venham a ferir os conceitos de integridade e autenticidade”.

Entretanto, o que a arquiteta constata a partir da análise da proposta apresentada para a requalificação do Largo, é que “(...)o projeto em análise não contempla os itens mencionados”. A arquiteta apresenta as seguintes justificativas para a afirmação indicada:

1. O excessivo parcelamento do espaço do Largo, originalmente um areal de grandes proporções, subtrai-lhe suas características principais: a generosidade, a possibilidade de percepção por inteiro e as relações de adjacências entre as edificações.
2. A introdução de elementos alheios aos nossos largos coloniais, tais como a rosácea e a evolução de curvas em múltiplas posições, cria novos atrativos que, ao contrário de valorizar os edifícios antigos, passam a competir com eles.
3. O traçado proposto desfaz a relação que deveria existir entre as edificações mais importantes daquele espaço.
4. A inadequação entre o desenho sugerido e o material proposto induz ao emprego de grande quantidade de peças quebradas para obtenção das inúmeras formas irregulares. Esta postura determinará grande perda de material, desnecessário encarecimento da execução da obra e acabamento nem sempre de boa qualidade.
5. A inadequação das espécies vegetais escolhidas para compor o paisagismo do sítio histórico.

A partir da análise e das constatações feitas, a arquiteta recomenda, para o Largo do Theberge:

- a. Que sejam redesenhados os pisos do Largo, pelo menos até a altura do final do seu afunilamento (próximo à residência do pároco).
- b. Que seja criada uma densa barreira verde entre a parte mais larga da esplanada e a desproporcional Igreja Nova com árvores diversas, de modo que o templo edificado mais recentemente torne-se oculto em relação ao observador que se posicionar na área do Largo, onde se situam os edifícios históricos mais relevantes.
- c. Que seja proposto um revestimento de piso no seu grande canteiro central, cujas linhas construtivas sejam decorrentes da geometria regular do traçado urbano do

trecho em questão, contornado por calçadas de desenho harmônico com o restante da área.

- d. Que as áreas pavimentadas sejam dominantes em relação às arborizadas e/ou gramadas, de modo a transmitir, com maior ênfase possível, a idéia de homogeneidade e continuidade no tratamento do Largo.
- e. Que as árvores sejam utilizadas em grupos, situadas de modo a não perder importantes visuais dos monumentos de maior relevância ali situados e ao mesmo tempo assegurando o melhor possível a continuidade do piso e a sombra necessária aos usuários.
- f. Que as árvores existentes sejam preservadas, salvo em casos que impliquem em grande descaracterização do espaço ou impeçam a visibilidade dos monumentos, a exemplo dos ciprestes.
- g. Que ao invés da bouganvília hibridada sejam utilizadas variedades comuns que por sua simplicidade são mais condizentes com o ambiente no qual poderão ser inseridas.
- h. Que ainda em relação aos flamboyants e bouganvílias, cuide-se para não mesclar cores em demasia.
- i. Que seria indicado o uso de bromélias (macambira e croatá) e cactos (xique-xique, mandacarus) para também compor a grande esplanada.

E, finalmente, “(..) *que o Largo do Theberge se apresente após a execução dos trabalhos com feição tão simples quanto o grande areal de outrora, cercado de vetustas construções*”.

Com relação ao Largo do Rosário, a análise a cerca do processo histórico de construção do espaço identifica que Igreja do Rosário configurou-se como pólo de expansão da cidade no século XIX, conformando um espaço que desde o início foi constituído por construções populares. Nesse âmbito, a arquiteta afirma que a proposta apresentada para a área não valoriza estas características, justificando a assertiva da seguinte forma:

1. Novamente foram sugeridos meios-círculos na pavimentação do adro da igreja. Ao invés de valorizá-lo, o novo desenho passa a confundir o observador no que toca à

sua originalidade, e desvia a atenção do objetivo central, a frontaria do templo religioso. Pisos de adros de igrejas históricas apresentam-se de aspecto uniforme ou em alguns casos com desenhos muito simples, geométricos ou compostos de discretas fiadas de cor diferenciada do restante do adro, relacionadas com os componentes de destaque das frontarias, tais como cunhais, pilares, etc. somando-se ou não pequenos elementos centrais. Como no caso da Igreja Matriz, a simplicidade no tratamento do piso se constituirá no melhor caminho para a sua valorização.

2. Neste caso o uso da palmeira-imperial torna-se ainda mais danoso que no Largo do Theberge. Além de constituir uma falsificação histórica, vinculando um passado fictício, essas árvores, com fustes de grande diâmetro e enorme porte, interferem na visibilidade do monumento, sobretudo se plantadas em suas laterais. Podemos associá-las a verdadeiras chaminés colocadas nas laterais e na perspectiva da praça defronte da igreja. (...)

Diante do exposto, as recomendações seguem as seguintes orientações:

- a. Que seja refeita a paginação do piso do adro da igreja de Nossa Senhora do Rosário com desenho mais simplificado.
- b. Que sejam substituídas as palmeiras-imperiais por espécies vegetais mais adequadas.
- c. Que a área situada nas laterais e defronte à igreja (no Largo propriamente dito) comporte apenas paginação de desenho simples. (...)
- d. Que permaneçam árvores previamente existentes, à exceção de estarem localizadas em visuais importantes para a fruição da igreja.

Seguindo o processo, os arquitetos responsáveis pelo projeto fizeram reformulações na primeira proposta apresentada, definindo uma segunda proposta a ser analisada pelo IPHAN.

Seguindo as discussões, o arquiteto Romeu Duarte Júnior, Superintendente Regional /4ª SR/ IPHAN – em solicitação referente ao Ofício nº 15/2002/ Programa MONUMENTA/UEP, apresentado pelo Dr. José Kildare Felinto Colares (Coordenador UEP/Icó-CE) – emite Parecer de nº 054 / DITEC / 4ª SR / IPHAN, datado de 19 de setembro de 2002, acerca do “*Projeto de Reforma e Recuperação do Largo do Theberge*”, reformulado a partir das recomendações do IPHAN. O conteúdo do referido Parecer enfatiza a *representação constituída* pelo IPHAN no que diz respeito às características referentes aos sítios históricos coloniais cearenses. Transcrevemos aqui alguns trechos do documento, que atestam a afirmativa acima mencionada. Segundo Romeu Duarte Júnior:

“Ao analisarmos a nova proposta para o Largo do Theberge, principal espaço público do sítio histórico de Icó, vemos que vários itens tidos como inaceitáveis, no entendimento anterior da equipe técnica desta Regional, foram considerados e modificados. Assim é que, em vez da excessiva fragmentação do desenho da praça, das faixas de piso e dos jardins, temos uma composição espacial quase simétrica e bastante íntegra, que tem na valorização do cruzeiro da Igreja Matriz, primeiro edifício construído na cidade, o elemento definidor do arranjo espacial radial do logradouro. No lugar da grande quantidade de elementos, possíveis obstáculos a uma percepção e a uma fruição mais completas do Largo, observamos uma grande redução de seu número, o que valoriza o importante conjunto arquitetônico, considerada ainda a permanência da arborização existente, já plenamente incorporada ao setor urbano e testemunho da passagem do tempo e das transformações de uso e ocupação porque passou. Se em essência permanece a concepção “rayonnant” do espaço, tendo como centro o cruzeiro e elemento de maior valorização visual a Igreja Matriz, sua organização se mostra bem mais atenuada e configurada como uma palheta de materiais adequados ao desenho sugerido, em que se destaca o emprego da pedra portuguesa em panos e linhas de cores diferentes. (...)

Cumprе igualmente assinalar que o arranjo paisagístico proposto para o Largo procura também servir às novas demandas da comunidade quanto ao lazer passivo e ativo, que se registra na existência de passeios, arborização, canteiros, sombras, bancos, anfiteatro e outros equipamentos públicos. Estacionamentos também são providenciados, devidamente protegidos da forte insolação.

Por fim, a imagem urbana que a proposta apresenta é a de um arranjo radial equilibrado, em que a disposição simétrica dos elementos, a pontuação da vegetação, a extensão das linhas organizadoras do desenho e a presença destacada da Igreja Matriz são suas marcas mais características”.

Levando em consideração os aspectos evidenciados, o Parecer aprova a proposta apresentada.

Entretanto, seguindo as modificações decorrentes do processo de execução da obra, os pedidos de reformulação da proposta original continuam. É o que nos mostra o Ofício nº 66 / 2003 – Programa Monumenta / UEP, apresentado pelo Coordenador MONUMENTA – UEP / Icó, datado de 28 de agosto de 2003, ao Superintendente 4ª SR / IPHAN / CE. No referido documento, o Coordenador envia para análise e emissão de parecer às seguintes modificações propostas para o “*Projeto de Urbanização do Largo do Theberge*”:

Abaixo descrevemos as modificações propostas:

- 1. Substituição do ladrilho hidráulico das praças por pedra portuguesa, tendo em vista que a quantidade de ladrilho fabricado não atende à demanda da obra, vindo a ocasionar o atraso para a conclusão da mesma, além da queda da qualidade do produto. O piso das calçadas será mantido conforme a proposta original (ladrilho hidráulico).*
- 2. Modificação da geometria da praça do “forricó”, distanciando o anfiteatro da Igreja Matriz, além da utilização de piso industrial no local destinado para a realização de festas dançantes.*

Em resposta ao Ofício, a arquiteta Célia Maria Perdigão Coutinho (DITEC/4ª SR/IPHAN), em Parecer nº 041/03/DITEC/4ª SR/IPHAN, datado de 23 de setembro de 2003, aprova as modificações, porém, comenta a inapropriação do uso de granito polido na paginação do piso.

A análise do processo de implementação da urbanização do Largo do Thebérge, nos revelaram algumas confrontações entre as *Representações do espaço*, definidas pelas instâncias do *concebido*. A proposta inicial apresentada pelo Escritório Nelson & Campelo, buscou, a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Termo de Referência, valorizar os edifícios destacados, entretanto, apresentando, nas novas intervenções, um desenho com formas impactantes, com materiais que destoam do caráter de simplicidade e despojamento, estes definidos pelo IPHAN como sendo o caráter autêntico do espaço. Para o IPHAN, portanto, a *Representação do espaço* que deve ser valorizada é a de sobriedade e autenticidade. É esta *Representação* que está materializada no espaço em questão. (VER PRANCHAS 28 e 29, pags. 315 e 316)

A execução dos projetos definidos no Termo de Referência foi – e está sendo – bastante difícil. Neste processo estão aflorando problemas referentes às questões específicas da ação do restauro⁹⁷, e problemas de gestão das obras.

Com relação aos usos pensados para o espaço, percebemos que a ênfase inicial dada à necessidade de transformação do referido espaço, tendo em vista à atividade turística, precisou ser redimensionada. O espaço transformado apresenta-se, sob o ponto de vista formal, como um espaço “limpo”, onde buscou-se valorizar os edifícios destacados, retirando ou amenizando qualquer “interferência negativa” que por acaso existisse neste espaço. Esta “limpeza” visual complementa a característica particular da área, enfatizada pelo IPHAN: a sobriedade. À primeira vista, o espaço “é bonito de se ver”. O turista ficaria surpreso com a imagem. Entretanto, ao que nos parece, o que continua sendo complicado é o turista chegar a Icó.

Esse espaço, portanto, foi pensado e transformado para dar suporte ao turista. E enquanto este não chega, o espaço continua sendo apropriado pela população que ali vive, pela população que nele encontra as opções de lazer, do encontro, das comemorações, visto que o largo do Theberge configura-se como o espaço público mais utilizado da cidade. De

⁹⁷ Citamos como exemplo, a intervenção na Casa de Câmara e Cadeia, que ocorreu sem o rigor metodológico que intervenções de restauro desta natureza necessitam.

modo que, podemos perceber, simultaneamente, o espaço “limpo”, sóbrio, preparado para o turista, e o espaço definido pela articulação entre os edifícios destacados e as casinhas de porta e janela, onde as pessoas ocupam os largos passeios com suas cadeiras e bancos, fazendo deste passeio a extensão de suas salas de estar. Há os que até preferem sentar na praça, mas geralmente levam, de casa, a sua cadeira.

I.6.2. O CASO DO MERCADO PÚBLICO: TENSÕES ENTRE O *CONCEBIDO* E O *VIVIDO*

O Mercado Público de Icó, considerado pelo IPHAN Monumento Nacional, como “*imóvel isolado*”, a partir do ano de 1997, passou por um processo de requalificação iniciado no ano de 2004, recuperado com recursos do PROURB/BIRD do Governo do Estado do Ceará.

A partir do que aponta a Informação Técnica nº 06/06, constatamos que a situação em que se encontrava o edifício antes da intervenção era tida pelo IPHAN como caótica, posto que o local encontrava-se profundamente descaracterizado, apresentando uma grande desorganização quanto aos usos e elementos tidos como descaracterizadores do bem, tais como os toldos de proteção contra intempéries, tanto na área interna como na externa. Notifica-se também, em processo de execução no pátio interno, uma construção entendida como irregular, por “*prejudicar a leitura arquitetônica da edificação*”.

O referido documento noticia o embargo dessa obra, realizado pela Prefeitura Municipal de Icó, apontando que a partir desse embargo, evidencia-se a necessidade de uma proposta para o edifício tendo em vista a “*requalificação de sua ambiência*”, a qual foi realizada a partir das premissas estabelecidas pelo IPHAN, onde foi elaborada uma proposta contemplando os seguintes aspectos:

1. Remoção de construções irregulares existentes no pátio central, e na área externa, em frente à lateral leste;
2. execução do piso da praça em torno do edifício do mercado em pedra cariri;

3. remoção de pontos de venda irregulares situados nas circulações internas. Sobre esse último ponto, o IPHAN ressalta que *“(...) os mencionados pontos resultaram de ocupação espontânea e tradicional verificada no decorrer do tempo, jamais embargada pelas autoridades competentes. Alguns dos comerciantes removidos ocupavam a área há várias décadas. Na época de sua retirada, havia a promessa da Prefeitura Municipal de serem transferidos para o novo mercado que estava sendo construído em terreno localizado no lado oposto da rua do antigo entreposto (igualmente com os recursos oriundos do PROURB/BIRD). Esse compromisso, entretanto, jamais foi cumprido”*.

Por outro lado, os comerciantes afirmam que a prática comercial centenária, e portanto tradicional, desenvolvida no interior do mercado, foi completamente extinta, fato que gerou um grande descontentamento por parte dos moradores, que afirmam que o antigo mercado, ao invés de ter sido recuperado, foi, na realidade, descaracterizado, perdendo, com isso, vitalidade e interesse. Diante desse fato, ocorreu forte uma pressão por parte da população, para que as áreas internas do mercado fossem reutilizadas para a prática comercial.

A partir desta reivindicação, o IPHAN propôs a construção de 12 pontos adicionais de comércio, que deverão seguir a determinação de parâmetros formais, e disciplinadores de uso e ocupação:

“Por esse motivo, reafirmamos a convicção de que os pontos adicionais de comércio, em número de 12 (doze), executados em conformidade com o projeto anexo, elaborados pela DITEC-ETI/4^{SR}/IPHAN, instalados nas circulações internas do antigo Mercado Público de Icó, e concedidos por intermédio da Prefeitura Municipal de Icó – segundo seus próprios critérios – contribuirão de forma decisiva para a efetiva revitalização de suas atividades comerciais e, desta forma, para a manutenção da integridade física desse importante monumento nacional, fazendo valer, portanto, as atribuições desta Regional”.

No ano de 2006, em continuidade aos projetos que visam a requalificação do referido bem, foi proposta a construção de uma bateria de banheiros situada na área externa do mercado. Entretanto, essa proposta recebeu contestações diversas dos proprietários dos pontos comerciais, fato registrado no corpo da Informação Técnica de nº 17/06, no qual se indica que o chefe do ET-Icó foi chamado a prestar declarações referentes aos serviços de execução dos referidos banheiros, a partir de um abaixo-assinado elaborado pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais, onde demonstra-se a insatisfação destes perante a execução da obra.

Na referida Informação Técnica, é indicado que os comerciantes alegam que a construção dos banheiros *“(...) acarretará uma série de problemas para os comerciantes ali estabelecidos bem como para a população icoense em geral tais como: mau cheiro exalado, ações de depredação e vandalismo, promiscuidade sexual, facilitando a prática de atos libidinosos e atentado ao pudor no período noturno, bem como o local servirá de ponto para consumo de drogas”*.

A resposta dada pelo chefe do Escritório Técnico, baseou-se no fato de que os problemas levantados estavam amparados em suposições e não em questões técnicas. Informa que é sabido que a solução indicada não é a melhor, e que outra proposta anteriormente elaborada pelo PROURB se mostrava mais condizente, mas que não foi executada. Nesse contexto, é proposta a paralisação das obras para que se estude uma proposta mais condizente, alertando que *“(...) caso essa solução se demonstre inviável, seríamos obrigados a desistir de sua execução”*.

Em seguida, a Informação Técnica nº 18/06, informa sobre a paralisação dos serviços de construção dos banheiros públicos na área externa do mercado, devido à solicitação do Promotor de Justiça da Comarca de Icó, fato acatado pelo IPHAN que, na Informação Técnica nº 21/06, recomenda que, em atendimento à solicitação dos proprietários dos pontos comerciais localizados no antigo Mercado Público, não sejam mais executados os banheiros públicos situados na área externa do estabelecimento. O mesmo documento

Também informa que pelo fato da Prefeitura não estar em condições de desapropriar um dos pontos comerciais para a construção dos referidos banheiros:

“(...) o IPHAN encontra-se, desta feita, impossibilitado de continuar a execução dos banheiros, por ausência de espaço adequado à sua implantação. Desta forma, é sugerido que os freqüentadores do antigo Mercado Público de Icó utilizem as instalações sanitárias do novo Mercado Público situado no lado oposto da rua. Recomenda-se também que os recursos que deveriam ser liberados para a execução dos banheiros sejam permutados para execução de outros serviços de infra-estrutura”.

Atualmente, se percorrermos o edifício, iremos perceber, de maneira clara, a simultaneidade apresentada entre a lógica do *concebido*, que prima pela disciplinarização do espaço: veremos o espaço interno reestruturado, o piso do pátio bem definido, os toldos padronizados, o edifício pintado em cores e material adequados a este espaço tradicional. Perceberemos as intervenções que visaram valorizar este bem, de maneira que este encontra-se apresentado nos postais elaborados pelo IPHAN. (VER PRANCHA 30, p. 317)

Ainda neste percurso, perceberemos também que o comércio já se estendeu – novamente – para cima da praça, e que, a cada dia, cresce em número e em repertório de produtos; que os toldos, para além da função de proteção contra as intempéries, já voltou a ser área de exposição de produtos. O espaço da disciplina, portanto, a cada dia, transforma-se, é resignificado. E cada vez mais é identificado não só pelos produtos à venda, mas também pelos sons e pelos cheiros. (VER PRANCHA 31, p. 318)

ANEXO IV
PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 3 –
PARTE I

PARTE II. AS AÇÕES EM SOBRAL

II. 1. APRESENTAÇÃO DO LUGAR SOBRAL

O município de Sobral, com área de 2.123 Km², e população de 176.895 habitantes, está localizada geograficamente na zona norte do estado, na Latitude sul – 3° 42' e Longitude – 40° 21', distanciada da capital, Fortaleza, por 224 Km da rodovia denominada BR-222⁹⁸.

O nome primitivo do povoado estava vinculado a uma fazenda de cria, situada à margem do rio Acaraú, denominada “*Caiçara*”, ponto inicial de localização do povoado. As fazendas representavam de forma material o início do processo de povoamento do Ceará, e tiveram sua implementação amparada na política do Estado português, que primava pela inserção da capitania cearense no processo de produtividade colonial. A base econômica gerada, portanto, era pautada no sistema de produção pecuarista, tempos depois atrelado à base de produção algodoeira. Ao binômio gado-algodão deve-se a consolidação da atividade comercial na região, tendo a cidade de Sobral como um dos pólos de atração.

Amparado nessa lógica, o desenvolvimento do núcleo teve como principais agentes de organização espacial, o estado, a Igreja e a atividade comercial, instâncias estas que, amparadas em diversos instrumentos de ordenação territorial – que dizem respeito às dimensões político-administrativa e socio-econômica-cultural – deixaram como legado as manifestações físicas e os hábitos e costumes, que são ao longo do tempo reapropriados.

Mesmo depois da consolidação do processo de cunho político-econômico que objetivou a transformação de Fortaleza em núcleo hegemônico no cenário do estado do Ceará, Sobral continua sendo apresentada como um importante centro, sendo destaque no âmbito estadual e constituindo-se hoje num importante pólo regional de serviços, com uma vasta área de influência na região norte do estado.

⁹⁸ Conforme dados do Censo 2000, pesquisados no site www.ibge.gov.br;

A partir do final dos anos 1990 iniciam-se as propostas de valorização do lugar, num período em que a administração pública do município de Sobral é identificada pelas premissas do planejamento empreendedor, de modernização do estado, com o estabelecimento de parâmetros que visem à instituição da representação da cidade-sucesso, através de ações que identifiquem na materialidade, este estado de espírito.

As referidas propostas giram em torno de ações que visam a preservação do patrimônio edificado da cidade, e de ações relativas a projetos urbanos de impacto que ocasionam a reconfiguração da paisagem urbana. Constituem-se nas seguintes ações: elaboração da Instrução de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral; Elaboração e execução dos Termos de Referência provenientes das ações prioritárias identificadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral – das quais resultaram as bases para o Edital do Concurso de Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú; as ações empreendidas pela Prefeitura de Sobral no âmbito dos Restauros e dos Projetos Urbanos; a ação do Escritório Técnico da 4ª SR/IPHAN em Sobral.

Essas ações se constituirão como elementos que irão referenciar uma *representação positiva* do quadro urbano reconfigurado. E, dentre várias propostas de valorização, a realizada na margem esquerda do rio Acaraú é tida como a de maior impacto e a mais significativa no contexto urbano, sendo alvo de intervenções tanto no âmbito das políticas preservacionistas, como no âmbito das políticas de planejamento urbano de cunho empreendedor, fato que justifica as análises acerca das referidas ações de valorização do lugar, apresentadas como fechamento das questões discutidas neste capítulo.

II.2. ESTUDO PARA TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DA CIDADE DE SOBRAL

Os princípios que nortearam a elaboração do Estudo Para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Sobral – doravante ETF-Sobral, datado do ano de 1998 – apontam para uma nova perspectiva na forma de apreensão do sítio histórico enquanto Espaço de Significação Cultural. Partindo dos parâmetros que evidenciam o conceito de

“*Cidade-documento*”⁹⁹ – em detrimento do conceito de “*Cidade-monumento*”, tradicionalmente utilizado pelo IPHAN –, preconiza-se “(...) *o estudo das etapas de formação e desenvolvimento do núcleo urbano e a identificação das marcas deixadas no espaço pelos processos históricos mais importantes, [gerando entre outras coisas], (...) a possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até este momento*”. (ETF-Sobral: 1998, 3)

O documento aponta que, apesar das mais recentes instruções de tombamento trabalharem no sentido de ampliar e recolocar os termos da seleção do acervo a ser preservado, revelam-se também alguns pontos falhos nesta abordagem, tais como deixar em segundo plano a análise dos aspectos relativos à dimensão morfológica do espaço urbano e a geração de alguns problemas de legitimação social do ato do tombamento na medida em que este sempre esteve, em decorrência da própria prática do IPHAN, tradicionalmente vinculado ao valor estético do objeto alvo da proteção.

Nesse âmbito, o estudo realizado para Sobral, ao basear-se no pressuposto básico de que “*tombiar uma área urbana não é a mesma coisa que tombiar um edifício ou uma obra de arte*”, optou pela utilização de uma metodologia capaz de superar essa visão tradicional utilizada pela instituição. Assim sendo, no método utilizado para a apreensão do espaço urbano, “(...) *Além do levantamento de dados históricos sobre a formação e a evolução da cidade, foram utilizadas técnicas de análise e apreensão do espaço urbano que permitiram listar as características morfológicas que a identificam, bem como as intervenções que contribuem para realçar ou prejudicar o seu desempenho*”. (ETF-Sobral: 1998, 4)

A seleção de áreas para preservação, foi, estabelecida, portanto, a partir dos seguintes pontos: estudos sobre processos socioeconômicos e históricos de formação e

⁹⁹ Conceito este amplamente discutido pela arquiteta Márcia Sant’anna, em sua dissertação de Mestrado denominada “*Da Cidade Monumento à Cidade Documento: trajetória de normas de preservação nas cidades do Brasil (1937-1990)*”, apresentada na FAUUFBA, no ano de 1995. Vale salientar que Márcia Sant’anna era a Superintendente Regional da 4ªSR/IPHAN/CE, no período em que foi elaborado ETF-Sobral, e que a metodologia seguida na elaboração do referido estudo teve a arquiteta como principal defensora.

desenvolvimento da cidade; e, identificação das características morfológicas que lhes conferem caráter e identidade.

O documento informa também que houve inicialmente a intenção de desenvolvimento de estudos sobre as principais manifestações culturais existentes na cidade. Seriam também realizadas entrevistas com moradores das cidades, *“apontados pela comunidade como detentores de conhecimento, para a obtenção de relatos e depoimentos sobre as referidas tradições.* (ETF-Sobral: 1998, 6). *[Porém], (...) por problemas de recursos e falta de pessoal qualificado, não foi possível desenvolver esse aspecto do trabalho”.* (ETF-Sobral: 1998, 6)

Na metodologia adotada, a partir da análise da *“morfologia urbana”*, *“(...) buscou-se identificar as qualidades espaciais que conferem caráter próprio à cidade e são responsáveis pela produção de configurações espaciais dignas de preservação”.* (ETF-Sobral: 1998, 6), através das técnicas de análise e apreensão do espaço urbano utilizadas: baseadas nas obras de Maria Elaine Kohlsdorf e Philippe Panerai. Esta abordagem constitui uma nova postura frente aos estudos tradicionalmente elaborados pelo IPHAN, onde geralmente buscava-se evidenciar o espaço físico das áreas em estudo.

Dentro desse contexto, o Estudo passa a definir as técnicas de apreensão do espaço urbano a serem aplicadas ao estudo para a delimitação de áreas de preservação na cidade de Sobral, a partir dos três níveis de percepção apontados por Kohlsdorf: o da *“percepção”*, o da *“formação da imagem mental”* e o das *“informações secundárias”*. Ainda baseado no método citado,

“(...)No nível da percepção, o espaço é apreendido em sua totalidade, a partir de informações sensivelmente captadas que conduzem à formação de conceitos. No da imagem, ocorre uma representação do espaço em função da percepção dos elementos que o qualificam e se gravam com maior ou menor intensidade na mente do observador. O nível das informações secundárias representa o espaço com maior aproximação a suas características matemáticas, fazendo uso das geometrias euclidiana e projetiva. Nele se dá o cruzamento dos dados reunidos nas etapas anteriores do processo de conhecimento (níveis de percepção e da imagem)

com as informações empíricas disponíveis sobre o espaço em estudo". (ETF-Sobral: 1998, 8)

Neste sentido, evidencia-se, nesta proposta, o papel essencial da “*percepção*” nos estudos sobre preservação do patrimônio cultural, pois “*(...) é pela percepção que as pessoas em geral apreendem os bens sob proteção e que tomam conhecimento da memória social inscrita no espaço*”. (ETF-Sobral: 1998, 8). Apresentam-se, portanto como nível de apreensão, os seguintes aspectos: 1. forma física aparente; 2. uso; 3. significado.

Sob o ponto de vista dos elaboradores do ETF-Sobral, a aplicação desse método mostra-se mais eficiente com relação aos métodos tradicionais utilizados, pois este “*(...) pode ajudar a identificar, para além dos marcos arquitetônicos ou formais historicamente consagrados, os marcos espaciais que atualmente têm significado ou importância para a população. Enfim, podem identificar os bens referenciais para os moradores e, ao mesmo tempo, analisar o modo como esses objetos a eles se apresentam*”. (ETF-Sobral: 1998, 9)

Partindo dessas premissas, a análise realizada em Sobral foi elaborada levando em consideração dois pontos de vista: “*à distância*”, e “*no interior do espaço urbano*”, a partir dos níveis da “*percepção*” e das “*informações secundárias*”¹⁰⁰. Quanto ao nível da “*percepção*”, foi trabalhado com a “*análise seqüencial*”, a partir da apreensão dos “*efeitos topológicos*” (de localização no espaço) e “*perspectivos*” (de composição cênica).

Com relação ao “*ponto de vista à distância*”, os estudos focalizaram os seguintes pontos: a apreensão do papel dos elementos naturais (vegetação, hidrografia e geomorfologia) na configuração da paisagem; as relações volumétricas e da escala entre as diversas áreas da cidade; as relações entre sítio natural e massa construída e, finalmente, as características e qualidades das partes que se destacam. Os pontos de vista foram selecionados a partir das principais vias de acesso à cidade e em locais que proporcionam vistas gerais do conjunto ou de partes morfologicamente identificáveis.

¹⁰⁰ O documento revela que devido ao tempo e aos recursos financeiros disponíveis, não foi possível trabalhar no nível da imagem.

Já ao nível do “*interior do espaço urbano*”, foram focalizadas as áreas apontadas pela análise sequencial realizada à distância, como dominantes ou importantes na configuração paisagística, e as indicadas mediante informações históricas e arquitetônicas, como representativas da evolução urbana do sítio.

Com relação à “*análise da objetivação dos dados apreendidos*”, foram trabalhados os seguintes itens: 1. Sítio físico; 2. planta baixa; 3. composição dos planos verticais; 4. tipologia das edificações; 5. elementos acessórios ou complementares; 6. estrutura interna do espaço.

Identificado o método a ser seguido, o ETF-Sobral apresenta uma análise aprofundada dos itens elencados, sendo distribuídos na seguinte ordem, de acordo com os três volumes integrantes desta instrução de tombamento:

1. Volume 1: Apresentação, metodologia para elaboração de pesquisa, meio físico, e etimologia, história e evolução urbana, cartografia da evolução urbana e análise morfológica (nível de percepção: análise à distância);
2. Volume 2: Análise morfológica (nível de percepção: o interior do espaço urbano), nível das informações secundárias, resumo da cartografia da análise morfológica, resumo do cruzamento dos dados históricos e morfológicos, recomendações, justificativa da proposta de tombamento, descrição e mapas das poligonais de tombamento e entorno, bibliografia e ficha técnica;
3. Volume 3: Fotografias das principais edificações e espaços do sítio histórico.

Consideramos que uma análise sobre os principais itens do corpo deste documento torna-se de fundamental importância para o entendimento dos princípios que embasam a constituição de uma *representação do espaço de significação cultural*, a ser reconhecido como Patrimônio Nacional.

No item “*Histórico e Evolução Urbana*”, contido no Volume 1 do referido documento, foi elaborada uma leitura do processo de conformação urbana da cidade ao longo dos séculos

XVII, XVIII, XIX e XX, a partir das premissas instituídas pelos principais agentes modeladores do poder.

Nesse sentido, o item “*A Ocupação do Vale do Acaraú*” identifica o processo de ocupação que ocorreu na ribeira do Acaraú, como parte integrante das ações de apoio da coroa portuguesa dado aos colonos para instalarem as fazendas de gado e, atrelada a essa ação, o apoio no combate aos índios: “(...) *Os indígenas eram submetidos por armas ou por aldeamentos missionários como o da Serra da Ibiapaba, um dos maiores da América Latina*”. (ETF-Sobral: 1998, 19). Identifica-se também a presença, nos limites da sesmária concedida na área correspondente à atual cidade de Sobral, em 1702 – que media “*03 léguas seguindo o curso do rio Acaraú, com meia légua de largo para cada banda do rio*” – em sua margem direita, as fazendas Várzea Grande e Marrecas, e na margem esquerda, Caiçara, Cruz do Padre e Pedra Branca.

No item “*A Fazenda Caiçara e o Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú*”, atesta-se a localização privilegiada da referida fazenda, o que justifica a formação de um núcleo em torno da mesma, atraindo mercadores viajantes que viviam da venda de seus produtos na região sertaneja. A ligação entre o povoado e o porto de Acaracu acaba por abrir possibilidade do desenvolvimento comercial da região.

A prosperidade do povoado gera a preocupação por parte da coroa portuguesa, de fixação da população tendo em vista um futuro ordenamento / disciplinamento do espaço, tendo a Ordem Régia de 22 de julho de 1766, determinado “(...) *a necessidade da existência de, no mínimo, 50 fogos na sede da povoação a ser transformada em vila. No início da década de setenta, a povoação já contava com 75 casas, o que indica uma relativa prosperidade, e com um núcleo estruturado que possibilitava a instalação de mais atividades e a atração de um número maior de pessoas*”. (ETF-Sobral: 1998, 22). Em 1773, o povoado da Caiçara é elevado à “*Vila Distinta e Real de Sobral*”.

Nesse item identifica-se também a prática religiosa como outro aspecto relevante para a compreensão do processo de ocupação do Vale do Acaraú e posterior consolidação de Sobral como núcleo urbano, constituindo-se a Matriz de Caiçara, construída na primeira

metade do século XVIII, como ponto aglutinador dos primeiros habitantes da região. Aponta-se também como aspecto importante, o fato do povoado da Caiçara se estabelecer como sede do Curato de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú, no ano de 1742. O ETF-Sobral, portanto, informa: “(...) Assim, a criação de gado; o estabelecimento da Igreja Católica, exercendo o controle religioso sobre as pessoas e os grupos; e o comércio, inicialmente do couro e depois do algodão, definiram, durante o século XVIII, a ocupação do Vale do Acaraú e a constituição do núcleo que viria a ser, mais tarde, a cidade de Sobral”. (ETF-Sobral: 1998, 25)

Levando em consideração a importância dos espaços religiosos na configuração da vila, o item “A Constituição dos Núcleos da Matriz e do Rosário” informa que a escritura da doação das terras para a construção da Matriz, em 1776, já indica que, para além da construção do templo, existe a necessidade de estabelecimento de um povoado. O crescimento do quadro urbano evidencia, por parte do poder público, a necessidade de organizar a vila nas áreas que estavam se configurando como pontos de concentração. A área do Rosário passa, no final do século XVIII, a se configurar como um segundo núcleo urbano, tendo como vetor a construção da capela do Rosário, templo vinculado a um sentimento de devoção por parte dos negros, conforme citado na seguinte passagem:

“(...) Em 1777, foi construída, neste local, Igreja do Rosário, hoje a mais antiga existente em Sobral. Este templo, provavelmente, aglutinou também negros das outras fazendas da circunvizinhança da Caiçara, como o Córrego da Onça, a Cruz do Padre e a Várzea Grande, criando-se, assim, um espaço de sociabilidade e construção de identidades por ocasião de festas da padroeira, casamentos, batizados e outros atos litúrgicos”. (ETF-Sobral: 1998, 28)

Neste âmbito, o núcleo do Rosário passa a consolidar-se como área de predomínio da função comercial, ficando o núcleo da Matriz como região predominantemente residencial.

No item “Ocupação e Expansão do Espaço Urbano de Sobral nos Séculos XIX e XX”, identifica-se a importância da expansão da produção algodoeira para a economia de Sobral, por conta da incorporação de novas áreas com fins produtivos. O binômio algodão-gado caracterizou a economia cearense do século XIX, mas coube ao algodão um papel

relevante na pauta de exportações do mercado internacional. Sobral passa a destacar-se nesse contexto, tendo em vista a ampla produtividade alcançada pela região da serra da Meruoca, tendo como consequência, nas primeiras décadas do século XIX, a sua consolidação de Sobral como núcleo preponderante da região norte do Estado, tendo em vista a rápida expansão deste setor produtivo.

O estudo passa a apresentar alguns dados relativos às transformações urbanas ocorridas no referido período: por volta de 1816, Sobral tinha uma Casa de Câmara e Cadeia por acabar e 237 casas; com relação às preocupações com o espaço de enterramentos, atesta-se a construção, em 1861, do cemitério São José; entre os anos de 1818 a 1821 realiza-se a construção de um novo mercado, elemento importante na definição espacial da Cidade: *“(...) O mercado continuou a agrupar, na sua área, a principal concentração comercial da cidade e, portanto, um considerável contingente de pessoas que para ali convergia, até 1938, quando o prédio foi demolido. O novo mercado foi inaugurado em 1940, no subúrbio do Junco”*. (ETF-Sobral: 1998, 31-32)

No século XIX ocorrem também as transformações de alguns nichos de orações em igrejas: a capela das Dores (1818); a Igreja de Santo Antônio (1853), assim como a Construção da Igreja do Menino Deus (iniciada em 1810).

A Vila é elevada à condição de cidade em 1841, apresentando no seu quadro urbano, 14 ruas, 6 travessas, 14 becos e algumas poucas praças. Nesse período são identificadas algumas preocupações de caráter disciplinador do espaço urbano. A cidade apresenta outros equipamentos de porte, tais como: o Teatro São João (início em 1875); o Teatro Apolo (1867 – fechado em 1910); e o Hipódromo (década de 1870).

No Século XX, Sobral apresenta-se como o maior centro ferroviário e rodoviário da região, sendo a ocupação do espaço urbano marcada pelos processos decorrentes da industrialização da cidade. Ocorre a implantação de grandes complexos industriais, tais como a CIDAIO e a Fábrica de Tecidos Sobral. Como complemento, são estabelecidas nas

proximidades dessas fábricas, algumas vilas operárias. É notória a expansão do perímetro da cidade. O comércio, entretanto mantém sua posição de destaque no contexto urbano.

Em 1915, ocorre a criação da Diocese de Sobral e D. José Tupinambá da Frota aparece como figura de fundamental importância por ser o responsável pela construção de várias edificações que redefiniram a lógica urbanística da cidade: “(...) *O Seminário Diocesano (hoje UVA – Universidade do Vale do Acaraú) e a Santa Casa de Misericórdia, construídos por D. José e localizados em pontos opostos da cidade, distantes da área mais densamente ocupada, contribuíram para sua expansão*”. (ETF-Sobral: 1998, 36). Além desses edifícios constata-se a existência de outras obras importantes vinculadas a D. José: Palácio Episcopal (doado e ampliado para a instalação do colégio Santana); prédio do atual Museu D. José; abrigo sagrado Coração de Jesus; Seminário Menos da Betânia; Arco do Triunfo.

Em 1954, realizou-se a construção da Estrada de Ferro Sobral-Fortaleza que, no início, estabeleceu um limite de separação entre a cidade e sua área periférica. Atualmente, a cidade vem crescendo e ultrapassando os trilhos da estrada de ferro. A cidade, ainda hoje, é considerada como “(...) *o maior centro ferroviário e rodoviário do Norte do estado e um dos maiores do Ceará*”. (ETF-Sobral: 1998, 36)

O primeiro volume do referido estudo finaliza, identificando no núcleo histórico as características que garantem a apreensão de sua estrutura urbana original:

“(...) A cidade ainda guarda, seja no traçado de suas ruas centrais, seja em muitas edificações, a estrutura urbana original de seu núcleo e as marcas da lenta construção e expansão de seu tecido urbano, com suas diversas ocupações e usos. A riqueza e importância de Sobral ao longo dos anos faz-se visível, inclusive, na rica paisagem que compreende a Serra da Meruoca e a silhueta de suas edificações. A importância das estradas, bem como a centralização do poder religioso, caracterizaram a dinâmica de sua formação desde a origem e, ao mesmo tempo, revelam como ocorreu o processo de ocupação do sertão do país”. (ETF-Sobral: 1998, 36)

O segundo volume do Estudo inicia apresentando os percursos a serem realizados, apreendidos a partir do método de “*análise seqüencial*”, e que se configurarão como elementos representativos do espaço estudado. Para a realização dessa tarefa, foi estabelecido um quadro conceitual referente à metodologia empregada, constando este de: “*objetivo, pontos, efeitos topológicos, efeitos perspectivos e tramos*”.

O objetivo das apreensões realizadas nos percursos consta do registro das cenas contidas nos vários cones visuais que compõem estes percursos, identificados como “*os mais significativos das áreas apontadas, pela análise à distância e pelas informações históricas, como representativas da identidade paisagística da cidade e da evolução urbana do sítio*”. (ETF-Sobral: 1998, 49).

Antes da elaboração dos roteiros, identificaram-se os elementos que compõem a área, no contexto de apreensão da área à distância: 1. mancha urbana existente até aproximadamente meados do século XX (história); 2. os principais elementos constituidores da paisagem urbana em sua apreciação global: a vegetação urbana e da várzea do Rio Acaraú; a “moldura” constituída pela Serra da Meruoca; o Rio Acaraú; os marcos visuais mais importantes e as áreas que mais claramente apresentam as características de horizontalidade, acentuação e tecido urbano homogêneo.

Os percursos foram selecionados, a partir de sua capacidade de condensar e conter a maior parte das características acima listadas.

Definidas e realizadas as apreensões dos percursos, o resultado foi apresentado no item “*Sínteses das Estruturas Morfológicas dos Percursos*”, a partir de uma linguagem representativa da metodologia apresentada que, em princípio, mostra-se clara para os elaboradores do Estudo, porém, em alguns momentos, para quem não é familiarizado com

a referida linguagem, a apreensão do espaço a partir dos parâmetros indicados torna-se uma tarefa difícil.¹⁰¹

A partir do conjunto de dados identificados através da abordagem metodológica utilizada, o estudo identificou os elementos formadores de sua identidade urbana e paisagística, bem como as situações que reforçam ou prejudicam o desempenho desses elementos, e a partir desses elementos foi constituído um quadro de Recomendações a serem apresentadas aos poder público municipal, no intuito de serem adotadas medidas complementares à instituição do tombamento, na perspectiva do reforço às ações de preservação no plano federal, e da contribuição para que o desenvolvimento urbano e as futuras intervenções na cidade ocorram em harmonia com esses objetivos.

Nesse âmbito, foram destacados os elementos que desempenham papel significativo na estrutura morfológica e paisagística da cidade:

1. *“Torres das igrejas e chaminés das fábricas que marcam de forma significativa a silhueta da cidade, quando de sua observação à distância;*
2. *A homogeneidade do tecido urbano nas áreas de interesse para preservação paisagística, decorre da manutenção do antigo parcelamento do solo, da implantação das edificações sem recuos frontal ou lateral e do controle de gabaritos;*
3. *A Serra da Meruoca, atuando como moldura da paisagem e ponto focal de perspectivas no interior do espaço urbano;*
4. *Edificações de valor arquitetônico, que apesar de não formarem compacto e sim pulverizado dentro da cidade, são importantes referenciais culturais quer como elementos balizadores da estrutura urbana quer como marcos visuais ou documentos históricos”.* (ETF Sobral, 1998: 106).

Em seguida, são recomendadas algumas providências no sentido de garantir a manutenção desses referenciais culturais e paisagísticos:

¹⁰¹ Essa discussão será ampliada posteriormente, no item referente à apresentação de diferentes *Representações* de uma área integrante do setor tombado no sítio histórico de Sobral, correspondente à área ribeirinha do rio Acaraú, caracterizada por ser um setor de caráter popular, com casas apresentando um baixo nível de qualidade arquitetônica (rua 25 de setembro).

- *“Manter em volta dos elementos identificados como marcos visuais ou referenciais, um gabarito compatível com sua apreciação;*
- *Manter o alto grau de contigüidade das paredes da rua, não permitindo, mesmo em construções recentes, que a mesma seja rompida;*
- *Não permitir remembramentos de terrenos dentro da área delimitada no Mapa 35, de forma a não descaracterizar o padrão de parcelamento existente;*
- *O clima quente e ensolarado de Sobral requer um estudo de vegetação nos espaços públicos, de forma a permitir o sombreamento nos locais de intensa circulação, respeitando-se, entretanto as prioridades na apreciação de edificações de valor cultural, quando necessário;*
- *Fortalecer a presença dos elementos do sítio físico, através do controle do gabarito nas ruas de visada para a Serra da Meruoca e através de tratamento paisagístico adequado da área ribeirinha do rio Acaraú;*
- *Preservar as encostas da Serra da Meruoca, através de vegetação adequada, bem como a integridade da Serra como um todo;*
- *Manter um programa de tratamento do Rio Acaraú, tanto paisagístico quanto ecológico, de forma a permitir o resgate de sua fauna e flora ribeirinha, evitando situações de poluição como lançamento de esgoto, lixo ou dejetos em geral;*
- *No tratamento paisagístico do Rio Acaraú, não permitir a execução de via marginal que o integre à malha urbana como forma de se preservar uma das características principais da cidade, que, tradicionalmente, lhe volta “as costas”, abrindo-se, contudo, em locais estratégicos, belvederes ou pontos de convívio que o reforcem como elemento de lazer e fruição paisagística;*
- *Retirar os elementos descaracterizadores das fachadas na área comercial, bem como a intensa poluição visual causada pela propaganda existente, através de um programa de educação coletiva que valorize os aspectos formais, históricos e climáticos das edificações;*
- *Propor iluminação pública adequada, de forma a valorizar os edifícios de valor arquitetônico e não interferir no espaço urbano.*
- *Localizar nos espaços adjacentes à Estação Ferroviária um parque urbano”.*
(ETF Sobral: 1998, 107)

Com referência aos elementos que irão justificar o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral, nos reportaremos ao exposto na publicação “*Sobral: Patrimônio Nacional*” (Prefeitura Municipal de Sobral: 2000), onde são identificados os seguintes valores:

1. Valor histórico – documental:

A partir do entendimento de que a história da ocupação do território do Ceará e do Nordeste deverá ser compreendida a partir da produção do espaço, identifica-se que (...)

“O que norteia a proposta de proteção do núcleo histórico de Sobral e, em última análise, a justifica, é a necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino. Não possuindo a arquitetura deslumbrante de Ouro Preto nem a riqueza do centro histórico de Salvador, como objeto patrimonial, Sobral pode ser melhor comparada a cidades como Laguna cujo núcleo foi tombado pelo IPHAN em 1985, pelo seu valor como documento histórico a testemunhar a escolha criteriosa de um sítio, o papel de um núcleo urbano na consolidação do território nacional e a forma urbana resultante desse processo”. (PMSobral: 2000, 94)

Ressalta-se ainda que a justificativa apresentada entende a área urbana selecionada para além de sua identificação como “*monumento arquitetônico e urbanístico de valor artístico excepcional*”. O seu valor estará atrelado ao fato de que o sítio histórico, como “*objeto patrimonial*”, “*(...) deve conter em seu espaço urbano uma alta concentração de informações históricas relevantes para diversas áreas do conhecimento humano*”. (PMSobral: 2000, 94/95)

No decorrer da história do Ceará, a cidade de Sobral foi tomada como exemplo em ações de vanguarda econômica, política e cultural durante os séculos XVIII e XIX, fato que pode ser percebido nas manifestações arquitetônicas apreendidas em seu quadro urbano. No entanto, as transformações identificadas nesse quadro, principalmente a partir da segunda metade do século XX, estão gerando preocupações com relação à perda e descaracterização

desses bens e, por conseguinte a necessidade de preservação, exemplificada a partir de um documento Abaixo-assinado, encaminhado pela população, solicitando medidas urgentes de preservação, apresentado pela proposta de justificativa de tombamento como sendo o mote para a abertura do processo de Tombamento.

2. Valor urbanístico

O estudo considera como ponto principal relativo ao “*Valor Urbanístico*” do conjunto, a “*excelência do seu traçado urbano*”, corroborado pela afirmativa do Professor José Liberal de Castro, que vê na fusão entre os velhos traçados medievais lusitanos e formas novas (difundidas por Pombal, de malha xadrez), o diferencial de Sobral com relação às demais cidades do Ceará. Em suma, é a “*suave costura*” das vias que liga os aglomerados primitivos (Matriz e Rosário) a um traçado rigidamente ortogonal que dá o caráter de singularidade ao conjunto urbanístico de Sobral. Arelado a essa referência, atesta-se uma interessante relação de contraste entre o casario baixo e a verticalidade das igrejas e dos demais monumentos.

3. Valor arquitetônico

O Estudo comprova a inexistência de um conjunto contínuo, mas os edifícios notáveis constituem “*(...)referência fundamental para a identidade do lugar e para a percepção de sua morfologia*”. (PMSobral: 2000, 91) Esse conjunto se apresenta fragmentado, porém com edificações pontuais de referência, a *representarem* a arquitetura dos três grandes ciclos econômicos (pecuária, algodão, indústria).

O estudo também cita os principais problemas com relação à desvalorização da arquitetura, a saber: **a.** valorização de uma vulgar e equivocada noção de progresso, responsável pela “*(...)mutilação do belo conjunto arquitetônico da cidade*” (PMSobral: 2000,.92); **b.** A “praga” dos anúncios e dos letreiros.

4. Valor paisagístico

Como “*valor paisagístico*”, sobressai-se o contraste entre horizontalidade da massa construída e verticalidade das igrejas, característica já citada no item “*valor urbanístico*”.

Cita-se também a característica de “*Emolduramento*”, gerada “(...) *pela imponente e sinuosa Serra da Meruóca*”. (PMSobral: 2000, 92) Salienta-se, porém, que a preservação dessa paisagem “(...) *depende de medidas drásticas de controle da altura das edificações numa área relativamente vasta*”. (PMSobral: 2000, 92)

Tendo em vista os itens enunciados, propôs-se uma “*delimitação da zona de proteção rigorosa*”, configurando-se como o trecho referente à área central da cidade, identificado pela área de influência dos principais monumentos: Praça da Matriz / Largo do Rosário / Antiga Praça do Mercado / Trecho da Av. Dom José / Praça do Patrocínio. Nessa área concentram-se todos os valores indicados nos itens anteriores.

Com relação à “*área de entorno*”, foi levando em consideração os elementos e aspectos que ambientam o conjunto urbanístico de Sobral, sendo os demais marcos visuais identificados nas análises visuais feitas à distância, constituindo-se em uma área que o gabarito e ocupação devem passar pelo controle rigoroso, levando em consideração a preservação das características paisagísticas do sítio histórico.

Por fim, o estudo apresenta recomendações para tombamento estadual as seguintes edificações: Santa Casa de Misericórdia; Estação Ferroviária; Vila Operária da Fábrica de Tecidos Sobral, propondo-se também a incorporação da legislação de preservação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Conforme pode ser visto, a proposta elaborada pela equipe da 4ª CR/IPHAN/CE para o tombamento do conjunto urbanístico e arquitetônico de Sobral, ao se pautar na abordagem metodológica da “*análise seqüencial*”, que privilegia – para além dos dados objetivos sobre o espaço – os valores “*topoceptivos*”, a partir dos níveis da percepção, formação da imagem mental e das informações secundárias, aponta para uma nova forma de construção dos valores *representativos* dos sítios históricos (VER PRANCHA 32, p. 368), o que acabou por gerar uma polêmica entre os integrantes do quadro técnico da 4ª CR, conforme relata Duarte Jr.:

“Por oportuno e revelador, cumpre relatar nesse ponto que não foram exatamente tranqüilas ou plenas de consenso as discussões mantidas entre os membros da equipe técnica da 4ª SR/IPHAN no desenrolar do processo de instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral. As entrevistas realizadas revelaram muita discordância e até mesmo de conflito, como se verá na apresentação das poligonais de preservação, principalmente no que tange aos conceitos e à consideração de valores que pudessem ser eleitos como adequados à avaliação do conjunto urbano”. (Duarte Jr.: 2005, 339)

As discussões giraram em torno de duas concepções diferentes acerca dos elementos de valoração a serem enfocados. Nessa perspectiva, uma proposta alternativa é esboçada, baseada na valoração de critérios históricos e artísticos, definida por Duarte Jr. como uma ação *“(...)conduzida por um olhar treinado e sintético que considera o tombamento como ato distintivo e parcimonioso outorgado por uma instância administrativa plena de poderes regulatórios e restritivos, de cujo arsenal resulta o redesenho das áreas tombadas”* (Duarte Jr.: 2005, 350), postura essa atrelada ao modo de pensar mais ligado às ações estabelecidas no período *“heróico”* da instituição, e que vai de encontro com os procedimentos adotados pela equipe que elaborou o ETF-Sobral, caracterizada pela incorporação de uma gama extra de valores àqueles empregados tradicionalmente nas instruções de tombamento elaboradas pela instituição, e que segundo Duarte Jr.(2005), apresenta procedimentos mais vinculados à Academia do que à instituição IPHAN. (VER PRANCHA 33, p. 369)

Em meio a um quadro marcado pela polêmica entre as distintas *representações constituídas* no quadro interno da 4ª CR, a proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral foi aprovada, constituindo o seu sítio histórico de um impressionante número de cerca de 1200 imóveis, dos quais apenas cerca de 250 são identificadas como bens que atestam um bom grau de preservação.

II.3. O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SOBRAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Elaborado pelo Consórcio de Escritórios de Urbanismo Fausto Nilo / Espaço Plano, e iniciado a partir do ano de 1999, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral enfatiza à necessidade de compreender as cidades a partir de um ambiente de competitividade.

No item denominado “*conceitos e princípios de planejamento estratégico municipal*”, onde o Plano Estratégico é entendido como um instrumento que busca uma “(...) *posição competitiva favorável e duradoura para o município*” (Plano Estratégico – PES / Sobral: 1999, 12), vemos através da conceituação indicada, a ênfase a esta característica:

“(...)Estratégia – Diretrizes de busca de uma posição competitiva favorável, duradoura, consistente e sustentável; Forças competitivas – vetores existentes nos contexto regional e global que determinam a posição de cada competidor; Vantagem competitiva – posição competitiva superior fundamentada na interação entre as forças competitivas; Ambiente competitivo – conjunto de elementos formadores dos mercados, em que o município está inserido”. (Plano Estratégico – PES / Sobral,1999:16).

Complementando a definição de ambiente competitivo, estabelecem-se parâmetros para a compreensão do mesmo: quanto à estrutura – oferta: que produtos e serviços o município oferece ao mercado? Quem são os principais municípios concorrentes? Demanda: onde estão e quem são os clientes desses produtos e serviços? Como tem evoluído o mercado desses produtos e serviços? E quais são as questões que definem as estratégias de desenvolvimento? Resposta: onde competir e como competir.

Conforme já explicitado, a cidade localizada na região norte do Estado, importante centro pecuarista e algodoeiro dos séculos XVIII e XIX, mantém, atualmente, relativa importância no cenário estadual, como centro regional. Devido investimentos nela

implementados, é uma das cidades cearenses, onde mais pode ser evidenciado o seu tratamento como “*cidade-sucesso*”.

O diagnóstico do Plano Estratégico identifica no item “*base econômica*”, uma hierarquização entre setores econômicos que privilegia o setor industrial, sendo este setor identificado – junto com a boa situação financeira do município – dentro do ambiente competitivo, como ponto positivo, a ser potencializado.

Como Estratégias, ações e projetos, foram identificadas três linhas de ação, a saber: **1.** Sobral será um município de serviços regionais de qualidade; **2.** Sobral terá uma economia industrial forte e descentralizada, com produtos de valor agregado cada vez maior; **3.** Sobral será um município atraente e equilibrado física e socialmente. Com base nestes aspectos, sintetiza-se:

“O município de Sobral deve obter o seu desenvolvimento econômico sustentável com justiça social através da oferta de serviços regionais de qualidade e de produtos industrializados de valor agregado cada vez maior, fornecendo aos moradores e visitantes uma cidade atraente e equilibrada física e socialmente”.

(PES / Sobral, 1999:48).

Essas premissas vão estar presentes no corpo do discurso orientador das ações referentes aos Termos de Referência a serem implementados na cidade, onde o expoente maior é o Termo de Referência elaborado para o projeto de urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú.

II.3.1. O TERMO DE REFERÊNCIA RELATIVO À URBANIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ

As propostas relativas à urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú foram constituídas a partir de um Termo de Referência integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral, elaborado pelo Escritório de Urbanismo Consórcio Fausto Nilo, em 1999. O referido Termo tem como projeto estruturante a reurbanização da margem oeste do rio Acaraú, pensado, a princípio, em dois segmentos: o parque do Rio

Acaraú e a via paisagística, no intuito de promover uma “urbanização moderada” nas margens do rio e o incremento de áreas de lazer e espaços urbanos.

A análise do discurso contido neste Termo de Referência revela uma grande proximidade com as *Representações constituídas* e difundidas pelos parâmetros da gestão urbana empresarial: fica clara a idéia de tentativa de requalificação urbana de uma área de significação histórico-cultural, porém em processo de degradação; é clara também a necessidade que se apresenta de integração à vida contemporânea, numa nítida intenção de se vincular passado e presente; é importante salientar também o caráter pontual e de eficácia a qual a ação se propõe, numa típica absorção do discurso, a partir da utilização da metáfora da “*metástase benigna*” e da “*acupuntura urbana*”:

“Esse projeto, em conjunto com uma série de outras ações públicas e privadas, requalificará o ambiente local, induzindo novos usos condizentes com a ‘contemporaneidade’, com a valorização de seu patrimônio histórico, garantindo também um melhor aproveitamento de seu espaço público, uma maior acessibilidade e restabelecendo uma imagem positiva para o centro da cidade de Sobral. (...) O projeto, além de propor intervenções pontuais, pretende preparar o cenário para que novos investimentos privados sejam atraídos e justificados e venham a somar na requalificação da área central da cidade de Sobral, obtendo a execução de um programa edificatório que se traduzirá em incentivo à construção de habitação (alta densidade), Centro Cultural, ‘Trade Center’, incentivo à construção de unidades de Hotelaria com vistas para o rio, novo terminal rodoviário com urbanização do seu espaço circundante, entre outros”. (TDR Sobral: 1999, 8)

A referida proposta também prima pela garantia de uma imagem urbana vinculada ao seu patrimônio histórico-arquitetônico, que apresenta-se como referência no contexto da cidade:

“A cidade de Sobral, em função dos dois bloqueios à sua expansão, que são a linha férrea e o rio Acaraú, tem conseguido manter ainda uma grande

vitalidade na sua zona central, cuja imagem traduzida pelo Comitê Municipal está fortemente relacionada ao seu patrimônio histórico arquitetônico, representado por praças, igrejas, prédios e monumentos. Os edifícios históricos são arquitetonicamente destacados à distância, permanecendo legível a imagem urbana”. (TDR Sobral: 1999,14)

Observa-se, portanto, uma necessidade de revalorização da imagem da área não somente sob o ponto de vista físico, mas também simbólico. Em suma, “(...)essa intervenção possibilitaria a criação de uma silhueta urbana da cidade, vista do leste, dando-lhe a feição contemporânea em diálogo com seu perfil histórico, e ao mesmo tempo promoveria a requalificação ambiental local, ensejando aí a criação de novas iniciativas imobiliárias”. (TDR Sobral: 1999,17)

Neste âmbito, são apresentados como elementos estruturantes do projeto: **a.** Parque / via paisagística / estacionamentos; **b.** Zona de hotelaria / habitação de alta densidade (com vista para o rio); **c.** Centro Cultural, próximo ao Largo das Dores; **d.** Novo terminal rodoviário; **e.** Centro de negócios (“Trade Center”). Estes elementos deverão obedecer algumas recomendações, a saber: **a.** Área entre duas pontes: urbanização leve, “(...)sem nenhuma edificação de caráter permanente”. (TDR Sobral: 1999,19); **b.** Largo da Igreja das Dores: tratamento paisagístico leve (realce ao valor histórico da edificação); **c.** Parque propriamente dito: pode ter edificações permanentes (esportes / lazer / cultura).

Ao analisarmos os elementos estruturantes deste projeto, percebemos que, enquanto o Termo de Referência é justificado levando em consideração a importância histórica do rio, e a valorização cultural do mesmo – inclusive, com a implantação de um centro cultural –, as diretrizes pensadas em termos de disciplinamento e ordenamento urbano apresentados para a área, a partir do PDDU – com proposição de uma zona de hotelaria e zona de ocupação de alta densidade, além de um “Trade Center” –, revela a intenção de inserir a área na lógica do mercado. Se observarmos o mapa nº 01 do PDDU – denominado “Reurbanização da Margem Oeste do Rio Acaraú – Zona Central” (VER PRANCHA 34, p. 370) – perceberemos a ênfase dada ao aspecto mercadológico da proposta, acima citado.

Poderemos observar também que, nem mesmo a poligonal de tombamento do referido sítio histórico é indicada, fato que revela uma desconsideração, por parte do PDDU, da condição adquirida pela área, como patrimônio nacional.

São estas premissas que irão reger o Edital referente ao “*Concurso de Anteprojeto para Urbanização da Margem Esquerda o Rio Acaraú*”, a ser analisado a seguir.

II.3.1.1. O CONCURSO DE ANTEPROJETO PARA URBANIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ

Dando prosseguimento ao processo, a Prefeitura Municipal de Sobral e o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Seção Ceará, ancorados no já citado Termo de Referência, promovem no ano de 2000, um Concurso Público de Anteprojetos a nível nacional para a área, que corresponde a uma faixa verde de 3,5 hectares, ao longo da margem oeste do Rio Acaraú, entendida esta como área que integra o rio ao “*(...) importante sítio histórico da Área Central da Cidade, um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*”. (VER PRANCHAS 35, 36 e 37, pags. 371, 372 e 373)

Como forma de justificar a abrangência do concurso a nível nacional, aponta-se que o rio Acaraú foi um elemento determinante no processo de expansão urbana de Sobral, encontrando-se hoje em franco processo de degradação, o que gera a necessidade de reversão deste quadro, na perspectiva de reintegração deste recurso hídrico à vida da cidade:

“Sobral tem uma dívida histórica com seu estimado Rio. Dívida que deverá ser resgatada a partir da realização do empreendimento objeto deste Concurso. A Municipalidade pretende realizar a reconciliação da Cidade com o Rio, integrando o Centro Histórico, com seu casario e igrejas, à margem oeste do Acaraú, com a construção de uma área de lazer com relevante aporte paisagístico”.

Nesta perspectiva, o espaço previsto “(...) *deverá ser uma apropriação de uso contemporâneo, o lazer, que se consolide como área de transição entre os ambientes da cultura (o Centro Antigo) e o natural (o Rio). Desta forma atendendo a complexa necessidade de manter-se a tradição, respondendo aos apelos da modernidade*”.

A partir dessas premissas, propõe-se um programa de necessidades a ser desenvolvido pelos concorrentes, mais específico se comparado ao que se pedia o Termo de Referência:

1. Anfiteatro descoberto com capacidade mínima para 500 (quinhentas) pessoas;
2. Passeio público com pavimentação permeável, além de área não pavimentada com massa vegetal de ajardinamento, bancos coletivos e postes de iluminação;
3. Parque infantil, com mobiliário destinado ao lazer para crianças;
4. Duas quadras poliesportivas nas dimensões oficiais para os principais esportes de quadra com pavimentação em concreto;
5. Campo de futebol com piso em grama natural e dimensões máximas correspondentes as oficialmente aplicadas ao esporte;
6. Espaço descoberto, para comercialização de produtos artesanais com área mínima de 3.000m² e pavimentação permeável.

Cumprе ressaltar aqui que a referida proposta, que tem como resultado a elaboração deste concurso, define com clareza o processo de “afunilamento” do que foi inicialmente pensado, a partir dos estudos de diagnóstico e caracterização do município, elaborados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. De todo um quadro apresentado, onde se definem as prioridades de execução, há um primeiro “afunilamento”, onde é selecionado um quadro de projetos estruturantes passíveis de implementação. A partir destes projetos serão estabelecidos Termos de Referência que, de acordo com a viabilidade de recursos, serão executados. O projeto em questão tornou-se viável, a partir dos seguintes pontos: da disponibilização, por parte da Prefeitura Municipal de Sobral, de recursos financeiros para realização do concurso, bem como para execução do projeto vencedor; do apoio dado pelo IPHAN e CREA, no sentido de viabilizar, sob o ponto de vista técnica, o referido concurso.

II.3.1.2.SÍNTESE DA PROPOSTA VENCEDORA: ESCRITÓRIO CAMPELO COSTA

A proposta vencedora do concurso, elaborada pelo Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados, apresenta os seguintes aspectos gerais: a possibilidade de contribuição para a integração da área ribeirinha com a massa edificada, sem entretanto descaracterizar a implantação desta, tradicionalmente “de costas” para o rio; a utilização do rio como espaço / equipamento de lazer, esportes e cultura, entendidos como fundamentais para a qualidade de vida das diversas camadas sociais e faixas etárias e, ainda que preservando uma das características da cidade, *dando as costas ao rio*, procurou-se aproveitar os locais estratégicos para pontos de convívio, belvederes, espaços cívicos e de lazer, importantes para a fruição da paisagem.

Partindo desse referencial, foi definido um zoneamento que consistiu na divisão da área em 3 trechos distintos: 1. da ponte José Euclides ao limite noroeste da linha do tombamento; 2. o trecho central, sob proteção federal; 3. do limite nordeste da linha de tombamento até a ponte Othon de Alencar. Enfatizou-se na divisão definida, a necessidade de resguardar com maior ênfase a paisagem urbana do segundo trecho.

No primeiro trecho, foram feitas as seguintes proposições: a criação de uma enseada para prática de esportes aquáticos; a construção de um pequeno “farol”, a funcionar como marco visual de demarcação do início da área de urbanização; a conformação de um caminho que leva ao “farol”; a previsão de estacionamento de veículos e área de embarque e desembarque de embarcações; a previsão, junto à enseada, de uma escola de esportes aquáticos, ancoradouro, lanchonetes, bares, equipamentos urbanos, todos sob uma mesma cobertura com linguagem arquitetônica contemporânea (estrutura metálica com pérgolas em madeira); a criação de um Play-ground, destinado ao público infantil. Sugeriu-se também que alguns dos equipamentos previstos fossem geridos a partir de parcerias público-privado.

Para o segundo trecho, que corresponde ao trecho central, onde dá-se a articulação com área tombada pelo IPHAN, o tratamento proposto é singelo, quase um caminho, preservando o verde da margem do rio e o casario existente, sem elementos que se destaquem na paisagem. Nos pontos extremos deste trecho, coincidentes com os limites da área tombada foram localizados marcos simbólicos referentes à cidade de ontem e de hoje: a Esplanada Cívica e o Marco do Tombamento.

A Esplanada Cívica se configura como o elemento mais significativo da intervenção e foi projetada como um grande espaço aberto onde devem se localizar e demarcar os registros mais importantes da história da cidade e de sua distinção como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nesta perspectiva, serão apresentadas no projeto algumas “sugestões” que têm como objetivo auxiliar na leitura/apreensão da área como *espaço representativo* da cidade do século XVIII e XIX, motivo pelo qual esse espaço é considerado Patrimônio Nacional pelo IPHAN:

1. sobre o piso da Esplanada será gravado o mapa da cidade correspondente à área tombada com seus limites e marcos históricos referenciais;
2. proposta de construção de um conjunto escultórico, em bronze ou concreto e em escala natural, representando a boiada, na travessia do rio em direção ao núcleo da Caiçara;
3. construção de um anfiteatro, cujo vértice coincide com a linha imaginária, limítrofe do tombamento;
4. sob a estrutura do anfiteatro, em concreto armado, foi localizado o memorial da Cidade, contendo de forma didática os dados relativos à sua história e a seu povo. Esse espaço, abrigado do sol e da chuva, aberto para a Esplanada, convida a população para o conhecimento da sua memória.

Outro elemento relevante na composição da proposta é o mirante / belvedere a ser construído no encontro da rua Ernesto Deocleciano com a Esplanada Cívica, de onde se domina toda a paisagem recriada. Segundo os propositores, este mirante, em concreto

armado, sem interferir no traçado existente ou no casario, permite a correta distinção entre o novo e o antigo.

Durante o trajeto que é criado margeando o leito do rio, estabelecem-se três ilhas de repouso, buscando-se assim a integração entre percurso e contemplação.

Buscando-se assegurar a tradição local da travessia entre as duas margens do rio por meio de canoas, é proposta a construção de um ancoradouro em madeira com acesso valorizado pela presença de um pergolado também em madeira como ponto de espera dos usuários.

Com relação ao Marco do Tombamento, este se constitui num elemento de cunho referencial, que tem a função de evidenciar a linha demarcatória da área de tombamento, tendo como fechamento um amplo espaço destinado aos artistas e artesãos para exposição e comercialização da sua produção, apresentando acesso fácil pela rua Mont'Alverne.

O terceiro trecho tem o uso definido pelas atividades de recreação e lazer, apresentando no final deste trecho a implantação de um complexo poliesportivo constituído por campo de futebol gramado, duas quadras polivalentes, equipamentos para ginástica, edificação destinada à escolinha de esportes e vestiários.

A intervenção por ora apresentada é tida como um ponto de inflexão dentro dos projetos de intervenção urbana na cidade de Sobral, pois *representa* de uma maneira clara, na materialidade, a transformação de uma imagem de um espaço deteriorado, desqualificado, para uma imagem de requalificação, de regeneração de uma área intrinsecamente ligada à história de Sobral, que é devolvida para o cidadão e reintegrada à vida cotidiana da cidade. (VER PRANCHAS 38, 39 e 40, pags. 374, 375 e 376)

Aos olhos do IPHAN – parceiro na elaboração do concurso – a intervenção foi tida como exemplar, por se identificar com os preceitos estabelecidos pela instituição no que diz respeito à questão da boa articulação entre passado e presente, tanto no âmbito da

composição formal da cidade, como no âmbito do uso do espaço, devolvido à sociedade apresentando um alto nível de qualidade urbano-arquitetônica.

Para a Prefeitura Municipal, a obra vai representar um ganho imensurável sob o ponto de vista político, de afirmação de uma preocupação inquestionável com relação às questões da preservação do patrimônio cultural da cidade, bem como sob o ponto de vista econômico, quando se estabelece uma clara definição do espaço como área de atratividade dentro do quadro urbano. Aliado a esse aspecto, a intervenção também apresenta-se como elemento gerador de um sentido de “*feito de replicação*”, onde legitima-se uma *representação* de um espaço que “deu certo”. Fato que comprova essa afirmativa é a possibilidade que é vislumbrada atualmente, da implementação de um projeto de urbanização da outra margem do rio, tendo em vista a transformação da área a partir de parâmetros que aproxime, em termos de qualidade espacial, a área hoje definida pelo Bairro Dom Expedito – que apresenta um caráter popular – da área beneficiada pela intervenção proposta a partir do resultado do concurso.

Entretanto, apesar de constatararmos uma aproximação entre essas instâncias, no sentido dado à *representação constituída* por estas, que prima pela *valorização do lugar*, são constatadas algumas tensões entre o que essas instâncias identificam como elementos que irão reger a pretendida valorização. Enquanto o IPHAN valoriza a garantia do despojamento e da simplicidade do “*espaço de significação cultural*”, elementos estes que definem o espaço na instância do “*autêntico*” e do “*original*”, as outras instâncias responsáveis pela produção do espaço no âmbito do *concebido*, buscam a valorização do mesmo a partir das condições impostas pelo mercado, que tenciona apreender o espaço a partir da lógica da atratividade. Permeando essas *representações*, a lógica do *vivido*, a partir das formas de apreensão e apropriação da comunidade, influenciam de maneira significativa para a constituição do *espaço diferencial*, constituídos a partir da sobreposição das diversas *representações constituídas*. Aprofundaremos essa questão mais adiante, tomando como exemplo as intervenções propostas para a área identificada nas imediações da rua 25 de setembro, caracterizada por ser uma região situada dentro da área tombada onde predominam as edificações de cunho popular e que tem sido alvo de

proposições, por parte da Prefeitura Municipal, que tencionam a transformação dessa imagem. (VER PRANCHA 41, p. 377)

II.4. A AÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL

Em Sobral, a atuação da Prefeitura com relação à preservação do patrimônio cultural da cidade acontece de uma maneira diferenciada da que foi levada a cabo pela Prefeitura de Icó. No caso de Sobral, foi estabelecido um diálogo muito aproximado entre a gestão empreendedora alavancada na gestão do prefeito Cid Gomes (1997-2004), e as políticas de preservação do patrimônio cultural, articulados pelo interesse comum da valorização do lugar. Para que seja facilitado o entendimento sobre articulação, faz-se necessário uma pequena síntese sobre o modelo político seguido na gestão de Cid Gomes, considerando o fato de que se tomará a prática da preservação patrimonial como um dos campos de ação prioritários na referida gestão.

No âmbito geral, tornou-se senso comum a identificação de que as premissas seguidas por Cid Gomes provêm do modelo empreendedor estabelecido pela “*Era Jereissati*”, a partir do ano de 1987, à frente do Governo do Estado do Ceará. É notório perceber também que essa política é vista com bons olhos por boa parte dos representantes da sociedade civil sobralense, o que indica um alto grau de identificação dessa sociedade com o seu mais alto representante.

Tomamos por base o pensamento do Padre José Teodoro Soares, que durante seu mandato como Reitor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA – escreveu algumas obras objetivando apresentar o momento de inflexão vivido por Sobral a partir dos anos 1990, dentre elas o livro “*A idéia da Modernidade em Sobral*” (2000), onde o autor aponta que a gestão Cid Gomes em Sobral representa os bons frutos gerados pela política empreendedora implementada por Tasso Jereissati – e pelo grupo político ligado ao empresário, dentre eles o ex-governador do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, irmão de Cid Gomes – e que é caracterizado por “(...) *uma nova visão a embasar todo o projeto de modernização em curso, por quase 20 anos no Ceará*”. (Soares: 2000, 75)

No entender de Teodoro Soares, Cid Gomes representa, portanto, a passagem de um pensamento retrógrado, cuja corrupção imperava, apoiados em vícios políticos estabelecidos pelo regime oligárquico dos coronéis, para uma política de modernização, tanto da máquina administrativa, como dos suportes econômicos do município, pautados no incentivo ao fortalecimento do setor industrial, atrelada a uma política que prima pelo processo de democracia participativa, na qual “(...) *o interesse geral vem através das próprias palavras do povo em assembléias populares, onde os agentes da Prefeitura e os representantes da sociedade civil decidem o que é prioritário e o que deve ser feito*”. (Soares: 2000, 75) Um governo que se apresenta, portanto, como modernizador e democrático ao mesmo tempo, no qual são enfatizados pelo autor três campos de ação prioritários: educação, saúde e cultura.

As ações relativas ao campo prioritário da cultura serão evidenciadas na análise que se segue, onde identificamos as propostas que dizem respeito ao âmbito da preservação do patrimônio cultural inseridas num campo mais amplo, relativo a grandes intervenções de impacto no urbano, com forte conotação sócio-cultural, as quais percebemos uma perspectiva de transformação da cidade em atrativo.

É dentro desse contexto que podem ser inseridas as obras promovidas e financiadas pela prefeitura, com base nas recomendações presentes na instrução de tombamento do sítio histórico), tais como: o projeto no becco do cotovelo (grafado assim mesmo, com 2 cês, pelos sobralenses), que se constitui num dos pontos mais tradicionais do convívio da sociedade sobralense; o restauro do Teatro São João; a construção da biblioteca municipal; o restauro e adaptação da Escola de línguas; o restauro e adaptação da Escola de Música; adaptação da Usina dos Araújo à Escola de Comunicação, Ofício e Artes (ECOA); a execução da Praça de Cuba; a requalificação da Av. Dr. Guarany, conhecida como Avenida do Arco; a urbanização do Largo do Rosário, e a urbanização da margem esquerda do rio Acaraú¹⁰². (VER PRANCHA 42, p. 378)

¹⁰² Esta ênfase na política de valorização do patrimônio cultural, vista a partir da relação com uma política de planejamento urbano atuante, continua sendo prioridade na gestão do sucessor de Cid Gomes, o prefeito Leônidas Cristino, empossado no ano de 2005.

E, para além dos objetivos estabelecidos tendo em vista as instâncias sócio-econômica-culturais, as intervenções são tomadas como *representações* que irão atestar o caráter de positividade das ações, levando-se em conta a política de proximidade estabelecida com relação à população. Nesse aspecto, as diversas matérias veiculadas no “*Jornal Municipal*”, acessadas a partir do site oficial da Prefeitura Municipal de Sobral¹⁰³, são tomadas como forte veículo de legitimação dessa *representação*.

O encaminhamento dado pela Prefeitura de Sobral às questões relacionadas à preservação do sítio histórico da cidade, a partir do ano 2000, abre um campo favorável de aproximação com as ações empreendidas com o IPHAN, de onde se estabelece uma parceria que possibilita a consolidação de bons resultados. A Prefeitura, portanto, apóia e dá suporte as primeiras ações do IPHAN na cidade, tais como o trabalho arqueológico de resgate da localização da primitiva matriz de Sobral e o restauro da casa do Capitão-mor. Em contrapartida, o IPHAN tem uma atuação marcante no processo de elaboração, seleção e execução das obras relativas à urbanização da margem do rio Acaraú, bem como mostra-se presente nas análises relativas à execução das obras de restauro/adaptação/requalificação empreendidas pela Secretaria de Planejamento Urbano.

No entendimento de Duarte Jr, o tombamento do sítio histórico pelo IPHAN em 1999 representa um momento ímpar no âmbito das políticas de preservação do patrimônio cultural no Ceará, isso porque foi incorporado pela gestão do prefeito Cid Gomes,

“(...)como um potente instrumento de desenvolvimento urbano e socioeconômico, forte o bastante também para elevar a auto-estima da população da cidade, esta às voltas com administrações municipais medíocres há quase meio século, e garantir destacada visibilidade político-administrativa, sem prejuízo, evidentemente, de sua função atrativa relacionada aos fundos públicos e privados necessários à recuperação do conjunto”. (Duarte Jr: 2005, 360)

¹⁰³ www.sobral.ce.gov.br

O autor também aponta para a contribuição que a instituição do Tombamento representou no sentido de possibilitar a transformação física e qualitativa do meio urbano, com benefício para a imagem do município, e mais uma vez afirma a imensa contribuição dada pela Prefeitura Municipal, por dispor de pessoal técnico

“(...) preparado para o enfrentamento das tarefas de preservação e de recursos financeiros suficientes para cumprir a sua parte nos convênios decorrentes da proteção federal. Hoje, Sobral, por meio dessa estratégia, não só qualificou o seu espaço urbano como transformou-se num museu vivo da novíssima arquitetura cearense, principalmente com as obras executadas em seu sítio histórico”. (Duarte Jr: 2005, 360-361)

Fechando o quadro favorável à implementação de ações vinculadas às práticas preservacionistas em Sobral, Duarte Júnior aponta também a importância da sociedade civil no processo de valorização do patrimônio cultural da cidade, visto que a iniciativa do tombamento obteve o apoio de diversas instâncias da sociedade sobralense, dentre elas, a Diocese de Sobral, a Universidade Vale do Acaraú (UVA), e a própria comunidade, responsável direta pela solicitação de tombamento, a partir de um abaixo-assinado.

Vale salientar, no entanto que, mesmo com todo esse campo favorável estabelecido, as ações propostas para o sítio histórico de Sobral não são eximidas de tensões e conflitos, que podem ser percebidas a partir da atuação do ET-Sobral, e também a partir da análise de propostas elaboradas para a área situada nas imediações da rua 25 de setembro, conforme já indicado.

II.5. A ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN EM SOBRAL

II.5.1. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A PRESERVAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO CONSTITUÍDA DO SÍTIO HISTÓRICO ENQUANTO PATRIMÔNIO-NACIONAL.

Assim como o de Icó, o Escritório Técnico da 4ªSR/IPHAN em Sobral foi criado no ano de 2004, e também tendo como ação prioritária o acompanhamento e fiscalização de obras nos sítios históricos, no sentido de evitar o processo de descaracterização do conjunto urbanístico e arquitetônico do sítio, utilizando-se da emissão de Pareceres, Informações Técnicas, Autos de Embargo e Termos de Ajustamento de Conduta como instrumentos de ação.

Os parâmetros utilizados nas análises dos projetos enviados ao Escritório Técnico apontam para a necessidade do reforço da imagem representativa do sítio histórico tombado, tendo como foco “(...) a preservação dos edifícios históricos íntegros remanescentes dos séculos XVIII e XIX, que fazem menção ao surgimento, conformação e projeção da cidade de Sobral com relação ao estado e ao país”.¹⁰⁴ Elencamos aqui alguns parâmetros a serem seguidos tendo em vista o objetivo apresentado. Constatamos que boa parte desses parâmetros guarda similaridades com os que já foram apontados quando da análise da atuação do Escritório Técnico da 4ª SR/IPHAN em Icó, e que partem das premissas estabelecidas pelo quadro técnico da instituição, identificados a partir da *representação constituída* sobre os sítios históricos tombados.

Salienta-se, no entanto que, a partir das particularidades apresentadas pelo sítio histórico de Sobral¹⁰⁵, a normatização pretendida acaba sendo “flexibilizada”, haja vista que o referido

¹⁰⁴ Conforme Parecer nº 057/06, referente a análise de um projeto de reforma de edificação comercial em área de proteção rigorosa do sítio histórico de Sobral.

¹⁰⁵ Em Parecer de nº 018/05, referente a análise de reforma de uma edificação institucional situada na área de proteção rigorosa do sítio histórico, aponta-se para a necessidade de preservar o caráter de particularidade do referido sítio: “(...) No caso de uma cidade que possui um sítio histórico tombado como Sobral, é preciso estar atento para que as características essenciais e especiais, aquelas que a tornam diferentes de todas as outras, não desapareçam”.

sítio histórico, se comparado ao sítio histórico de Icó, possui um número maior de edificações, com tipos de usos bastante diversificados, com uma condição de pressão imobiliária bem mais evidenciada, e com alguns aspectos morfológicos diferenciados¹⁰⁶.

Um primeiro parâmetro identificado diz respeito a uma dimensão mais ampla, de paisagem urbana, onde prevalece o propósito bastante enfatizado na instrução de Tombamento, que aponta para uma apreensão predominantemente urbana do sítio histórico, ou seja, deve-se prevalecer a valorização do espaço enquanto conjunto, valendo esse parâmetro, tanto para reformas, como para novas construções.

Nessa perspectiva de valorização de conjunto, constata-se uma hierarquização entre os elementos constituintes, a partir da identificação que se faz de que “*os bens representativos devem ser vistos como pontos focais*”, e as propostas a serem apresentadas deverão reforçar a visibilidade desses bens. A conotação de *bem representativo*, parte da condição destes enquanto “*edifícios originais, exemplos íntegros de qualidade arquitetônica e de valor histórico*”. As propostas apresentadas devem, portanto, tanto garantir a “*informação da configuração original dos edifícios históricos*, como também *garantir a volumetria original do edifício*”, tendo em vista a garantia da perspectiva e leitura dos elementos predominantes do perfil da quadra.

As propostas relativas ao entorno desses bens representativos guardam uma função importante de garantia da visibilidade e ambiência dos mesmos. Reforçando essa premissa, os parâmetros estabelecidos pelo Escritório Técnico também indicam a necessidade de recuperação arquitetônica dos bens identificados como entorno, no sentido de que estes bens condigam com a qualidade apresentada pelos edifícios representativos, e recomendam que as intervenções propostas busquem “*um resultado estético harmônico e*

¹⁰⁶ Sobre esse último aspecto, citamos um trecho da Informação Técnica nº 010/06, referente à construção de edificação irregular situada na área de proteção rigorosa do sítio histórico: “*(...) Lembramos ainda que cada espaço da cidade resultará em soluções diferentes e mais apropriadas para cada imóvel, pois a vizinhança imediata fornecerá elementos balizadores para as futuras intervenções. É incoerente e insensato tratar da mesma forma imóveis do sítio histórico de Sobral quando esses possuem implantações, recuos, cobertas, materiais, estilos arquitetônico e épocas diferentes. Assim, ressaltamos novamente que cada setor do sítio histórico necessitará de soluções peculiares distintas*”.

satisfatório”¹⁰⁷, de modo que o que se proponha de intervenção para o entorno não se configure como “*prejudicial à imagem do conjunto, promovendo uma condição de interação com sobriedade*”¹⁰⁸.

Para que seja evitado o processo de descaracterização da imagem representativa do sítio histórico tombado, o Escritório Técnico lança mão de uma normativa estabelecida com relação à recomendação e desaconselhamento do uso de alguns elementos e materiais nos projetos apresentados para a análise. Nesse âmbito, elencamos os elementos predominantes nessa normatização:

- a. Deve-se garantir a padronização da inclinação das cobertas dos edifícios constituintes do sítio histórico, elemento conhecido como “*5ª fachada*”, definida como a “*(...) continuidade das tipologias dos planos de telhados existentes*” (Conforme Parecer nº 006/05);
- b. não se deve construir caixas d’água do tipo torre. A caixa d’água deverá ficar sob o telhado;
- c. são considerados materiais inadequados para utilização no sítio histórico: granito, cerâmica, metal pintado na cor natural, ou pinturas e texturas em cores vibrantes e fortes, sendo, nesse caso, considerados ideais a utilização de tons pastéis e suaves.
- d. não devem ser empregados nos panos de vidros, esquadrias e vãos externos, vidro fumê com 100% de opacidade, nem espelhado, nem em tonalidades coloridas.
- e. Os elementos em balanço devem ser evitados;

¹⁰⁷ No Parecer nº 18/04, referente a análise de uma reforma com acréscimo de construção em edifício comercial situado na área de entorno do sítio histórico, é citado: (...) Observamos que o volume inteiro da edificação foi elevado, destoando com o perfil dos imóveis e planos de cobertura vizinhos. A nova edificação impede a clara leitura do perfil da quadra, além de possuir fachada sem qualidade arquitetônica. O projeto procura atender todas as exigências de seu programa sem se preocupar com o entorno imediato, ao qual está envolvido.

¹⁰⁸ Conforme Parecer nº 27/04, referente a reforma de uma edificação comercial situada na área de proteção rigorosa do sítio histórico, as edificações novas deverão estabelecer o princípio da “*interação com sobriedade*”: “*(...) mesmo configurando-se como prédio de construção recente, esse deve interagir no espaço tombado de maneira a não criar interferências na leitura da perspectiva das ruas ou do perfil dos demais imóveis, de qualidade arquitetônica ou não, porém incluídos dentro da área de proteção rigorosa do sítio histórico tombado. As novas construções devem se manifestar com sobriedade e discrição, buscando valorizar o “conjunto histórico” e não a si mesmas como imóveis isolados*”.

- f. os engenhos publicitários deverão ser discretos, a evitar a poluição visual, considerados um dos principais problemas do sítio histórico, por afetar de maneira extremamente negativa na visibilidade do conjunto.

Outro ponto bastante enfatizado nos documentos de análise dos projetos apresentados diz respeito a questões relacionadas com o *falso histórico* e o *pastiche*. As recomendações do Escritório Técnico, de uma maneira geral pautadas nos parâmetros estabelecidos nas Cartas de Veneza e de Burra, são de combate a esse tipo de interpretação, haja vista que se distanciam do reforço ao caráter de “*originalidade*” e de “*autenticidade*” enfatizado pelo IPHAN.¹⁰⁹ Nesse âmbito, as recomposições são aceitas e até recomendadas, caso hajam bases documentais e científicas que comprovem a forma original do bem passível de intervenção, ou como atestação da autenticidade do mesmo. Exemplo típico desse caso é o Parecer emitido com relação à proposta referente à intervenção no prédio da Câmara Municipal de Sobral, analisado da seguinte forma:

“(...) Através de registro fotográfico, a Prefeitura Municipal propõe a reconstrução da edificação para atender às novas necessidades da Câmara e desafogar a falta de espaço físico necessário às suas atividades. (...) Originalmente, o imóvel que havia antes não possuía a fachada noroeste, devido ao fato de que era esta a divisa lateral com outra edificação. Esse fato permitiu a elaboração de outra fachada de desenho contemporâneo e sóbrio de seu partido arquitetônico”. (Parecer ET/IPHAN/4ª SR/Sobral, nº 049/06)

Entretanto, em alguns casos constatamos que as discussões acerca das questões relacionadas com a validade do ato de reconstituir a imagem de um bem, ultrapassam uma condição de mensuração/racionalização/normatização, e as justificativas abrangem outras

¹⁰⁹ Com relação ao *pastiche*, informa o Parecer 004/04, referente a análise de projeto para construção de edificação comercial, situada na área de entorno do sítio histórico: “(...) *Tornando-se algo que destoa mais do que se integra ao entorno, o gratuito pastiche de elementos históricos, além de tornarem a edificação chamativa, falseia um cenário na cidade de Sobral que não corresponde aos muitos momentos passados do município, palco de situações relevantes no Estado e objeto do tombamento a nível federal do sítio histórico*”.

Já com relação ao *falso histórico*, assim informa o Parecer 025/06, referente a análise de projeto de reforma de edificação residencial, situada na área de proteção rigorosa do sítio histórico: “(...) *As molduras apresentadas na platibanda não contribuem para originalidade do prédio, visto que o mesmo nunca se configurou de acordo com o que se propõe, portanto, não é uma solução original, mas uma reforma com acréscimo de elementos novos*”.

instâncias, como por exemplo, a simbólico/afetiva. Um caso exemplar é o que foi analisado pelo IPHAN através do Parecer referente à proposta de intervenção na Praça Cel. José Sabóia, situada na área de preservação rigorosa do sítio histórico de Sobral.

O logradouro, mais conhecido como Praça do antigo Mercado, é tido como uma das áreas referenciais para a população sobralense, tendo em vista que ainda permanece como um dos principais locais onde prevalecem as atividades comerciais na cidade. No centro desse logradouro existia uma “*Coluna da Hora*”, que se constituía num marco referencial para a área e que foi demolida em uma das intervenções pelas quais passou a praça, deixando, entretanto, uma imagem marcante para a população.

O projeto de requalificação do logradouro apresenta uma proposta de reconstrução do referido elemento que, a primeira vista, foi tida como não recomendável, por se enquadrar no caráter de falso histórico. De fato, o Parecer analisado identifica que, se tratado de maneira científica, racional e evolutiva como propõem as Cartas de Veneza e de Burra, as proposições de reconstituição e reconstrução não são aconselháveis, pois todo trabalho complementar “*deverá destacar-se da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo*”. Entretanto, o mesmo Parecer aponta que, para além das normativas impostas, “*(...) as comunidades detentoras de bens culturais de interesse movimentam-se para também fazer valer os seus pontos de vista sobre a questão*”.

Feita essa consideração, o Parecer ampara-se na apresentação de vários exemplos de intervenções – nos âmbitos local, nacional e internacional – em bens culturais em que se constata o “descumprimento” do que recomendam as Cartas Patrimoniais, e identifica uma única justificativa para essa atitude: “*(...) o desejo das comunidades de poderem contar, mais uma vez, com, os seus ícones urbanos, destruídos por intempéries ou pela mão do homem, objetos esses divinizados em sua aura afetiva e simbólica num tempo em que a imagem vale tanto quanto a matéria*”.

Nesse sentido, a reconstrução da Coluna da Hora em Sobral é justificada, pois, reclamada por abaixo-assinados e solicitações formais de instituições públicas, se apresenta como

uma prova cabal de que as questões relacionadas ao restabelecimento a um conjunto de um bem de significação cultural perdida, devem considerar também, “(...) *para além das questões meramente físicas, a carga simbólica e afetiva de um determinado trecho urbano e dos elementos que o constituem ou constituíram, mesmo que isso signifique lidar com os perigos do pastiche*”.

II.5.2. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS PELO ESCRITÓRIO TÉCNICO

Conforme já indicado, a condição favorável identificada a partir da política de proximidade estabelecida entre Prefeitura Municipal de Sobral, Governo do Estado, IPHAN e representações da sociedade civil em geral com relação às ações de valorização propostas para o sítio histórico de Sobral não exime de tensões e conflitos esse campo de ação. Tomaremos como base para colocarmos essa questão em discussão, a identificação feita pelo Chefe do Escritório Técnico da 4ª SR/IPHAN/Sobral, arquiteto Francisco Alexandre Veras de Freitas¹¹⁰, dos principais problemas detectados em Sobral.

A princípio, nos pautaremos na Informação Técnica nº 033/04, referente ao relatório de visita às obras de restauro do Teatro São João, que teve a prefeitura como órgão responsável, e que, inclusive, utilizou dessa intervenção como estratégia de marketing com vistas à identificação de ações relativas à preservação do patrimônio cultural da cidade, conforme podemos perceber nas notícias veiculadas no já citado informativo virtual “*Jornal Municipal*”.

Na referida Informação Técnica, constata-se que, apesar de se louvar as ações da Prefeitura¹¹¹, a articulação entre as instâncias responsáveis pelas ações no âmbito da

¹¹⁰ A partir de análises de Pareceres e Informações Técnicas emitidas pelo arquiteto, bem como entrevista realizada no dia 11/09/2006, e apresentação proferida pelo arquiteto no dia 28/01/2007, como parte do ciclo de reuniões técnicas realizado pela Divisão Técnica da 4ª SR/IPHAN.

¹¹¹ Identificada a partir do seguinte trecho do documento:(...) Acreditamos que a inauguração agendada para o fim deste ano possa acontecer, simbolizando também o encerramento da atual gestão da Prefeitura Municipal de Sobral, sob a administração do Prefeito Cid Ferreira Gomes, exemplar para os demais municípios cearenses pelas ações em favor do patrimônio histórico edificado.

valorização do sítio histórico, tida como exemplar, também tem suas fissuras, sendo uma delas identificada no âmbito da qualidade dos trabalhos profissionais executados. Os trechos do documento aqui apresentados revelam um certo descontentamento com relação aos resultados da obra em questão:

“O Teatro São João é um edifício único que se destaca na cidade pela sua implantação e imponência, além de ser um equipamento que marca o refinamento da sociedade de Sobral. Um monumento como esse, de tamanha relevância, deveria ter sido confiado a uma empresa construtora contratada para executar as obras de restauro como um serviço de caráter especial, pela complexidade do programa e a importância histórica do imóvel no município e no Estado. Entretanto, no seu decorrer surgiram algumas distorções com o projeto elaborado, as quais em parte comprometem a qualidade arquitetônica e artística da edificação. (...) Internamente, as obras seguem sem maiores problemas, apesar de não terem sido abertas as janelas no piso da platéia para demarcação, proteção e visualização dos achados arqueológicos constatados pelo Prof. Arqueólogo Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Talvez em um outro momento esse trabalho seja feito, já que os setores onde se encontra o piso original, detectados nas escavações realizadas, foram protegidos com areia e estão adequadamente registrados”.

Outro problema constatado com frequência diz respeito ao embate entre o amparo legal das atribuições do IPHAN e as necessidades apresentadas pelas “*vicissitudes da vida moderna*”, a gerar tensões acerca do que pretendem os proprietários dos bens e o que permite a instituição, amparada nas premissas estabelecidas a partir da constituição de uma *representatividade* do espaço Patrimônio Nacional.

Assim, mesmo amparado no Decreto-Lei 25/37, e contando com o apoio da Gerência de Análise de Projetos, Fiscalização e Concessão de Alvarás e Licenças da Prefeitura Municipal de Sobral na tarefa de fiscalização e controle das obras, o Chefe do Escritório

Técnico aponta como um dos principais problemas enfrentados no sítio histórico: o desconhecimento de uma grande parte dos cidadãos sobralenses quanto aos procedimentos necessários para aprovação e realização de projetos na área do sítio histórico; a execução irregular de reformas e construção de edificações na área do sítio histórico por moradores e detentores de imóveis sem a devida ciência e a aprovação da Prefeitura Municipal e da 4ª SR/IPHAN; e, a desobediência por parte dos proprietários dos imóveis, que por vezes não paralisam as referidas obras, mesmo devidamente informados quanto às irregularidades constatadas pela Prefeitura e pela 4ª SR/IPHAN.

Tomando como base os Pareceres e as Informações Técnicas analisadas, constatamos que também são considerados problemas a serem amenizados e / ou contornados nas obras, os seguintes aspectos:

- a. A grande incidência de poluição visual no setor comercial da área tombada, causada por propaganda publicitária excessiva e pelo posicionamento inadequado de posteamento elétrico e telefônico;
- b. a realização de grandes eventos em espaços eminentemente residenciais e dotados de imóveis de frágil estrutura, como aqueles situados à Avenida Dr. Guarany;
- c. a compartimentação exagerada do interior das edificações, inclusive aquelas de interesse de preservação, presente nos projetos de requalificação apresentados;
- d. o descompasso entre os programas de necessidade e a capacidade dos imóveis tombados receberem essas demandas;
- e. a falta de projeto global de sinalização urbana na área do sítio histórico;
- f. a valorização acelerada de novas áreas urbanas lindeiras ao sítio histórico, tais como a margem direita, as quais se não forem objeto de urgente intervenção e disciplinamento urbanístico, poderão comprometer a paisagem do sítio histórico;
- g. a própria definição das áreas de preservação proposta a partir da instrução de tombamento do sítio histórico, que é alvo, dentro da própria instituição, de inúmeras críticas, fato que é levado à instância da possibilidade de rerratificação das poligonais.

Considerando a complexidade apresentada com relação à tarefa de se garantir a imagem representativa do sítio histórico, a partir das várias lógicas apresentadas pelos diversos segmentos que agem sobre a área, pretendemos ampliar a discussão, apresentando um estudo relativo às diversas formas de apreensão e de proposições elaboradas para a área referente à rua 25 de setembro e imediações, região identificada como um “nicho” de caráter popular inserido numa área consagrada como Patrimônio Nacional.

II. 6. UM EMBATE ENTRE DIFERENTES *REPRESENTAÇÕES*: AS PROPOSTAS PARA A RUA 25 DE SETEMBRO E IMEDIAÇÕES.

A área em questão constitui-se em um trecho de caráter popular situado próximo à margem esquerda do rio Acaraú e que, por conseguinte sofreu alterações a partir da implementação do projeto de urbanização do referido rio. Também é uma área que integra a poligonal de proteção rigorosa do sítio histórico de Sobral. Dentro desse âmbito, sobre esse trecho da cidade incidem perspectivas de valoração que tendem a definir possibilidades de transformação de cunho positivo no seu quadro físico, identificado, em princípio, como degradado.

A análise aqui proposta objetiva realizar o cruzamento entre as perspectivas de valoração do espaço em questão, apresentando as proximidades e os distanciamentos identificados a partir das premissas orientadoras das *representações constituídas* pelas diferentes instâncias que atuam na apreensão e produção da referida área, tendo em vista a sua requalificação enquanto lugar inserido em uma área da cidade contemplada tanto pelas políticas de preservação do patrimônio cultural, como por um projeto urbano de impacto.

Analisaremos como primeiro ponto, a leitura estabelecida sobre a área em estudo a partir da instância do IPHAN, enquanto instituição responsável pela proteção de preservação dos bens de significação cultural no país. Partiremos, portanto, da apreensão do espaço observada a partir do “*Estudo para Tombamento Federal do Conjunto Urbanístico da Cidade de Sobral – ETF-Sobral*”, a partir da metodologia aplicada tendo em vista a

delimitação da área de proteção do sítio histórico da referida cidade. (VER PRANCHAS 43, 44, 45 e 46, pags. 379, 380, 381 e 382)

Sob o ponto de vista do nível de percepção da “*análise à distância*”, a área, por se localizar contígua a um dos elementos marcantes na paisagem – no caso, o rio Acaraú – bem como nas proximidades da área onde predominam dois núcleos referenciais na evolução urbana da cidade – no caso, o núcleo da Matriz e o núcleo das Dores, com suas torres a contrastarem com a horizontalidade da massa edificada – torna-se um ponto evidenciado na apreensão da paisagem, conforme pode ser visualizado nas imagens contidas no documento, referentes aos Pontos de Vista 02 (fotos 4 e 5) e 03 (fotos 6 e 7).

Sob o ponto de vista do nível de percepção “*O interior do espaço urbano*” a área faz parte da estrutura morfológica definida pelo Percurso 01, que engloba o setor definido pela área de abrangência das Igrejas Matriz e das Dores (correspondente ao tramo 02) e o setor definido pela rua 25 de Setembro (tramo 03). Com relação ao tramo 02, prevalecem os efeitos topológicos de alargamentos muito fortes e bem definidos, precedidos de estreitamentos rápidos, e por múltiplos efeitos perspectivos. Quanto ao tramo 03, alvo de nossa apreciação, o ETF-Sobral assim o define:

“Esse tramo corresponde à Rua 25 de Setembro (estações 11 e 12). Trata-se de trecho morfológicamente mais simples e homogêneo, constituído apenas por efeitos topológicos de preparação para estreitamento e estreitamento. Os planos laterais têm definição mediana em decorrência da pouca altura do casario.

Em termos perspectivos, registra-se efeito de visual fechada e de direcionamento, decorrentes do posicionamento das árvores, da pouca regularidade do traçado da via e de sua forma alongada, com apenas dois cruzamentos.

O casario deste trecho é extremamente singelo e miúdo. Verifica-se que a intervenções de remembramento de lotes, como ocorre em trecho da Rua 25

de Setembro, são muito danosas para a identidade do lugar (estação 11)”.

(ETF-Sobral: 1998, 56)

Fazendo uma síntese do “*Nível das Informações Secundárias*”, a partir dos dados apresentados nos Mapas elaborados pelo ETF-Sobral, identificamos que a área tem um uso predominantemente residencial, com grande parte dos edifícios apresentando 1 (hum) pavimento; com relação às tipologias arquitetônicas, predominam na área as edificações de cunho popular, sendo identificadas 02 (duas) edificações com características representativas das 1ª e 2ª fase do processo de evolução urbana. Com relação à originalidade, foram identificadas na área, pelo estudo, cerca de 20 edificações que guardam suas características de origem.

Analisando o “*cruzamento dos dados históricos e morfológicos*”, apresentado no Mapa 36 do referido estudo, identificamos que a área em questão está inserida nas seguintes áreas: área de interesse paisagístico nas visadas à distância; área para controle de gabarito; área com estrutura morfológica de interesse. Além do mais, boa parte da área está contida na delimitação que define as edificações construídas até o ano de 1842, período onde se detectam as principais manifestações arquitetônicas, em seus diferentes momentos históricos.

A partir do cruzamento desses dados, pôde-se identificar que a área se conforma como área de interesse à preservação, fato confirmado a partir da sua inserção na poligonal de proteção rigorosa estabelecida pelo ETF-Sobral.

Entretanto, se analisarmos a “*Proposta Alternativa*”, apresentada ao presente estudo e elaborada sob a ótica mais tradicionalista do IPHAN, a referida área não deveria ser passível de contemplação, enquanto espaço de significação cultural. Haja vista que, segundo a orientação que vislumbra a possibilidade de uma ação jurídico-administrativa que conduza a uma ação de rerratificação das poligonais de proteção do referido sítio histórico, dando ênfase aos “*setores mais íntegros e dotados de maior visibilidade*”.

(Duarte Jr.: 2005) No caso, a área não satisfaz aos parâmetros de integridade e homogeneidade estabelecidos.

Essa questão, no entanto, não chega a estabelecer que a área não seja motivo de preocupações por parte do IPHAN, haja vista que existem recomendações para elaboração de propostas específicas de desenho urbano e de indicadores urbanísticos que atuem como disciplinadores do espaço em questão, considerados necessários a partir do momento em que passaram a ocorrer transformações advindas da implantação do projeto paisagístico da margem esquerda do rio Acaraú, e colaboraram para uma valorização “natural” de uma área antes considerada degradada, fato que poderá também ocorrer na margem direita do rio, a partir da implantação da via urbanística e do projeto de urbanização da área, atualmente entendida como região onde predominam edificações de “*baixíssimo padrão construtivo*”.

Nesse âmbito, passamos a analisar algumas propostas relativas a intervenções na área em questão, apresentadas ao IPHAN para emissão de parecer. As referidas propostas partem de uma condição em comum, vinculada à perspectiva de valorização da área possibilitada a partir da urbanização da margem esquerda do rio Acaraú, mas têm origens diferenciadas.

A primeira diz respeito a uma solicitação feita pelo Sr. José Domingues F. Ponte, proprietário de uma residência situada na rua 25 de setembro, relativa à construção de uma área de lazer nos fundos do lote da referida residência, que está situada na área de preservação rigorosa do sítio histórico. O projeto apresentado propõe que a área de lazer tenha possibilidade de acesso para o calçadão lindeiro à área recém-urbanizada, haja vista o processo de requalificação vivido pela área, evidenciado no Parecer emitido como resposta à referida solicitação.¹¹² Como modificações propostas para a edificação,

¹¹² Conforme o Parecer nº 010/04/DITEC-ETS/4ªSR/IPHAN, emitido em resposta à solicitação pedida, “(...) Devido às obras de urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú, já concluídas, este setor permite agora o usufruto pela população da bela paisagem de um ponto do sítio histórico, antes desvalorizado e sem possibilidades de uso, palco agora de intensas e pulsantes atividades da comunidade sobralense. Vale ressaltar que essas reformas contribuíram ainda para o realce e valorização do perfil da cidade e de seus monumentos, já contemplados por quem acessa a cidade tanto pela CE-362 quanto pela BR-178”.

identifica-se a pintura do muro, em textura na cor salmão, e o acréscimo de um portão de alumínio e brises verticais metálicos na cor preta.

O Parecer emitido em resposta à solicitação feita, salienta a necessidade de que, devido à nova visibilidade conseguida pelo sítio histórico através do referido projeto de urbanização, “(...) *seja revista a relação dos imóveis implantados neste setor com a sua vizinhança imediata, no sentido de que venham a contribuir para a requalificação do ambiente urbano neste ponto da cidade*”, haja vista que, no entendimento do IPHAN, prevalecem na área edificações de qualidade arquitetônica sofrível. Nesse sentido, o Parecer aponta que o projeto apresentado não leva em consideração essa premissa, sendo portanto, desaprovado. Em anexo, é sugerido um desenho para o muro de fundo de lote, contemplando as recomendações feitas no corpo do Parecer¹¹³, que condizem com os parâmetros estabelecidos pelo IPHAN para intervenções no sítio histórico de Sobral, com o objetivo maior de preservação das características de sobriedade e despojamento da área. (VER PRANCHA 47, p. 383)

A segunda proposta diz respeito a um projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Sobral, visando uma remodelação dos muros e fachadas das edificações da rua 25 de setembro cujos lotes fazem face para a área recém-urbanizada, da margem esquerda do rio Acaraú. O referido projeto tem como foco a requalificação do conjunto, entendido como de “*baixa qualidade arquitetônica*”, não condizendo, portanto, com a imagem regenerada da área urbanizada, e parte da premissa de que estão ocorrendo mudanças na área, a partir do processo de redescoberta do mesmo, antes mero local de despejo e outros dejetos, e que depois da urbanização foi transformado num espaço de lazer e contemplação de qualidade inquestionável.

¹¹³ As recomendações são as seguintes: “1. *que seja implantada vegetação adequada que possibilite tanto o conforto e a permanência de seus usuários no ambiente, quanto amenize a visualização dos planos confusos de cobertura do imóvel existente*; 2. *que o portão metálico de acesso à área de lazer seja executado em “tubão” de perfil quadrado ou retangular, e pintado na cor branca*; 3. *que os brises verticais implantados no muro de fundo sejam substituídos por seteiras; que a verga do portão metálico seja alinhada com as vergas das seteiras, harmonizando e dando ritmo ao desenho. Com esta solução, a escada de acesso à área de lazer deverá ser executada externamente ao imóvel, em concreto, conforme desenho proposto em anexo*”.

Desta forma, justifica-se a intervenção amparada na necessidade de aproveitamento da área pela comunidade local, que “*reconhecendo as melhorias qualitativas do bairro acarretadas com as recentes obras de urbanização, apropriam-se do local com a consciência da importância de se preservar o bem público em benefício de todos*”. A intenção da Prefeitura é, portanto, atender aos anseios da comunidade, porém elaborando uma proposta que se configure como requalificação da imagem de uma área, hoje entendida como de baixo padrão construtivo, tornando-a mais condizente com a imagem positiva conquistada para toda a região abrangida pela intervenção, tornando a área, portanto, mais atrativa.

A proposta elaborada apresenta os seguintes itens necessários à reconfiguração da paisagem: 1. a reconfiguração dos fundos de lote de 54 (cinquenta e quatro) imóveis em fachadas voltadas para a margem do rio; 2. a construção de 2 (dois) portais de acesso de pedestres pela rua 25 de Setembro em direção à via paisagística do rio Acaraú, através da subtração de um lote em cada um dos novos acessos; 3. A construção de novos sobrados, que objetivam a marcação dos referidos portais de acesso. (VER PRANCHA 48, p.384)

Em resposta ao projeto apresentado, foi emitido o Parecer nº 019/05/DITEC-ETS/4ªSR/IPHAN, onde são colocados pontos fundamentais para o entendimento das premissas estabelecidas pelo IPHAN no que diz respeito à propostas de reconfiguração da paisagem urbana dos sítios históricos.

Em princípio, o Parecer aponta para a apreensão do espaço em questão a partir de uma condição de “(...) *espaço degradado dentro da área de proteção rigorosa do sítio histórico tombado*”. Em seguida, aponta que as transformações constatadas partem da condição de que a área apresenta um grau de atratividade que outrora não ocorria, fato que leva os proprietários dos imóveis situados na área em questão, a abrirem novos vãos voltados para o rio, reconfigurando os muros em novas elevações.

Nesse âmbito, o Parecer demonstra uma certa preocupação com a imagem que possa resultar a partir dessa reconfiguração, alertando para o fato de que a área está sob proteção

rigorosa do IPHAN e que qualquer nova intervenção proposta deverá garantir a visibilidade e o foco dos imóveis monumentais e dos conjuntos urbanos significativos. Complementando o alerta, indica-se que as intervenções deverão se manifestar da maneira a valorizar e destacar o conjunto tombado com discrição e simplicidade.

A partir dessas premissas o Parecer desaprova o projeto e apresenta algumas recomendações de maneira a buscar uma concatenação entre os princípios seguidos pela instituição e a proposta elaborada pela Prefeitura. Nesse sentido, a proposta de implantação de acessos propostos foi a única a ser considerada como viável, haja vista que a implementação destes, “(...) *diminui as distâncias percorridas pelos transeuntes e descortina, em determinados pontos, a paisagem das margens do Rio Acaraú*”. Entretanto, o referido documento aponta em suas recomendações determinados pontos de discordância no que é proposto e no que seguido pelo IPHAN, amparado em suas Cartas de Recomendações.

Uma questão levantada diz respeito ao falso histórico e ao pastiche: conforme a análise realizada, o projeto apresenta uma concepção indevida da relação cidade / história quando passa a representar uma imagem referente a uma situação que nunca existiu no quadro urbano a partir do momento que propõe a implantação nesse perfil de quadra cópias de estilos arquitetônicos, que induzem a um pastiche gratuito, fato que pode gerar uma condição de competição dessa arquitetura representativa do falso histórico com as arquiteturas originais próximas. Dessa forma, recomenda-se que o partido a ser seguido deverá ser o mais sóbrio e austero possível, de forma a incluir os novos edifícios na malha urbana existente, sem destacá-los na paisagem, nem muito menos torná-los legitimadores de uma configuração urbana que jamais existiu.

Outra recomendação feita pelo Parecer chama atenção para o aspecto relacionado com a utilização da área livre contígua aos fundos dos lotes das edificações em questão, que foi contemplada com as obras de urbanização da margem esquerda do Rio. Entendido como uma obra inquestionável de regeneração, a área recebeu um tratamento paisagístico constituído por passeios e área verde, passando a ser valorizada e utilizada pela

comunidade em geral, e especificamente, pelos moradores e proprietários das edificações contíguas.

O que se configura, a princípio, como uma valorização do lugar, pode, no entanto, ser também alvo de preocupação, haja vista que não é necessário apenas que se garanta a possibilidade de melhoria da qualidade espacial, mas também que se discipline e se ordene a forma de utilização do espaço. Nessa perspectiva o Parecer recomenda:

“(...) Ao se criar acesso de pedestres às residências pelos fundos dos lotes, os proprietários dos imóveis, inevitavelmente, circularão pela área verde pública (gramado), culminando por danificá-la pela freqüente circulação ou até mesmo executando piso sobre a grama. A proposta deverá elaborar uma solução para evitar a apropriação indevida do espaço público com a demarcação de piso e o desgaste de sua vegetação”.

Neste mesmo espaço onde se busca a disciplinarização e a ordem, podemos perceber, a partir da apreensão realizada através da prática do percorrer o lugar, outra lógica de apropriação. Como se fosse um grande tapete verde, os usuários, principalmente os moradores das casas contíguas, transformam este espaço em “*solarium*”, em “*decks*”, em uma grande área de lazer. Neste sentido, observamos, a partir destas análises, um interessante quadro, onde percebemos, no espaço em questão, a simultaneidade entre a materialização da lógica do *concebido* – o espaço requalificado e utilizado para o lazer, a contemplação, a pista de *Cooper*, o anfiteatro, o ancoradouro – e a resignificações apresentadas pelo *espaço vivido* – o “*solarium*”, o “*deck*”, a extensão da área de serviço das casas, representado pelos varais, pela transformação do tapete verde em área de lazer, campo de futebol.

No contexto apresentado pela análise das propostas apresentadas, identificamos que o conceito de Valorização do Lugar, permeia várias instâncias, sendo definido a partir de lógicas múltiplas, e apresentado a partir das *representações constituídas* por essas lógicas. Nos casos apresentados, prevalecem especificamente as representações constituídas a partir da apreensão e produção de uma área que é incluída, ao mesmo tempo, em um espaço de

significação cultural, e em um espaço ao qual foi atribuído um valor enquanto espaço atrativo. Como consequência “natural” proveniente desse processo de valorização, a comunidade passa a utilizar o espaço de determinadas formas que podem gerar uma “apropriação indevida” do lugar, valorizado a partir das *representações constituídas*, tornando necessária a utilização de formas de disciplinarização e ordem que garantam a manutenção da imagem representativa que atesta o caráter positivo da intervenção. O *espaço diferencial*, no entanto, contém, mas extrapola o espaço ditado pela *lógica abstrata* estabelecida.

ANEXO V
PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 3 –
PARTE II

RETORNANDO AO SERTÃO

SOBRAL: SERRA, CIDADE, RIO

Sobral, dezembro de 2007. Já escorre o suor do meio-dia, porém, estamos firmes e fortes, eu e meu companheiro de trabalho Jéferson Tadanori, no intuito de documentarmos aspectos do cotidiano da *Princesa do Norte*. E o fazemos neste horário, não por que estamos imbuídos do espírito penitente barroco brasileiro, mas pelo simples fato de ter ocorrido um probleminha de ordem técnica, que nos deixou sem a câmera de vídeo, no período da manhã. E, como o tempo urge, resolvemos encarar o sol a pino.

Iniciamos o percurso a partir da ponte Otto de Alencar, de onde podemos contemplar de uma maneira geral, boa parte da margem urbanizada do rio Acaraú. Entre os aspectos percebidos, atentamos para a área esportiva, o calçadão, a escultura referente ao marco do tombamento, o grande tapete verde localizado entre o calçadão e a área edificada. Nessa área, percebemos os fundos das casas situadas à rua 25 de setembro.



Um pouco adiante, as construções imponentes das igrejas das Dores e Matriz, com suas torres acentuando o caráter de verticalidade dos edifícios. Mais ao fundo, a Biblioteca Pública Lustosa da Costa e o anfiteatro, em seu formato de concha, adentrando o leito do rio. Esses dois últimos edifícios se configuram

como elementos que buscam a articulação entre o novo e o antigo na área. Bem mais ao fundo, a ponte José Euclides Ferreira Gomes, construída no ano 2000, visando a melhoria do deslocamento entre as duas margens do rio.

No momento em que estamos relatando este percurso, poucas pessoas utilizam o espaço, o que é normal, visto que, como já foi dito, estamos em dezembro, no final do período conhecido como B-R-O-BRÓ, ou seja, o calor impera. Nesse sentido, entendemos que a imagem que mais chama a atenção na paisagem requalificada da área é a da lavadeira de roupa, que segue seu trabalho rotineiro, batendo e estendendo a roupa, tanto no gramado, como na parede de contenção.

Ao continuar o percurso em direção a Avenida do Arco, atentamos para o fato de que o mês de dezembro também é o mês do Natal, e que as lembranças do Natal estão espalhadas em boa parte da cidade, principalmente nos espaços públicos, como é o caso da Avenida do Arco, em que encontramos, na tórrida Sobral, alguns “bonecos de gelo”, corretamente executados – no sentido ecológico – em garrafas PET, bem como alguns “papais noéis” querendo adentrar nas casas, ora escalando as paredes, ora chegando de trenós. Constatamos também que, no local destinado ao palco, foi montada a “casa do Papai Noel”, constituindo-se no local em que as crianças podem fazer os seus pedidos de final de ano.

O espaço da avenida do Arco é multiuso. À noite, torna-se um dos “points” da cidade, onde podemos tanto fazer um “*cooper*”, ou fazer um passeio de bicicleta, como também saborear uma boa comida e uma boa bebida nos bares e restaurantes existentes, tudo sob um refrescante clima, ocasionado pela brisa sempre fresca, que percorre o espaço, agora requalificado, tornando-se um dos referenciais em matéria de requalificação de espaço público, dentre as ações executadas pela prefeitura.

Continuamos o percurso, no sentido leste-oeste, e avistamos logo em seguida o imponente Theatro São João. Paramos na praça contígua ao Theatro, em que

predomina o caráter bucólico. Sentado, vislumbro o gracioso lago, e aproveito para desenhar os edifícios pertencentes ao conjunto formado pela casa de Cultura e pelo Museu Dom José. Avisto, mais ao fundo o imponente edifício do Colégio Santana. Ao atravessar essa esquina, tem-se a impressão que a cultura pulsa na *Princesa do Norte*.

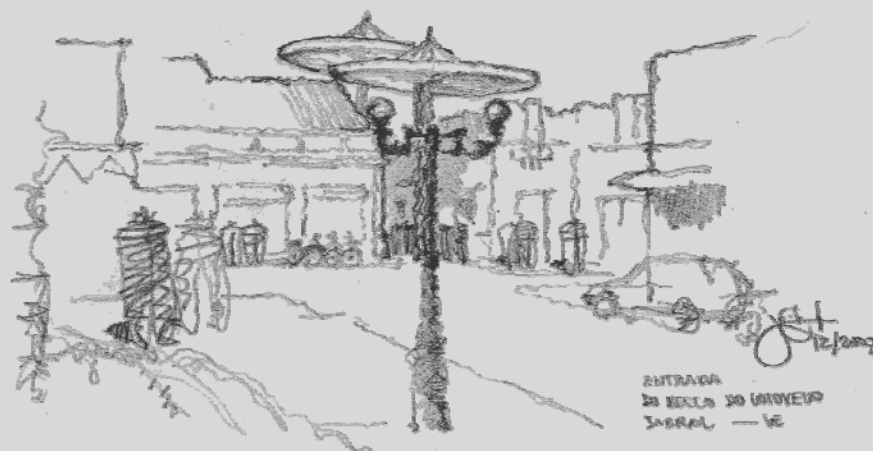


Ao continuarmos o percurso, percebemos que a atividade comercial está pulsando mais devagar, se compararmos com a movimentação por nós presenciada no início do dia. E isto se justifica porque já estamos às 14 horas, e o comércio arrefece aos poucos. Percebemos, pelas ruas, alguns carros e motos ainda na tarefa de fazerem publicidade das lojas.

Cruzamos a praça da Coluna da Hora – outra obra de requalificação de espaço público executada pela Prefeitura. A coluna, refeita, se encontra “novinha em folha”. Ao passarmos, pela manhã, observamos uma exposição de maquetes referentes a outros projetos de requalificação urbana promovidos pela Prefeitura, dentre eles o do Parque do Mocambinho, o projeto do largo do Rosário, e o projeto da praça da Igreja do Patrocínio. Constatamos também a utilização das mesas de jogos existentes na praça.

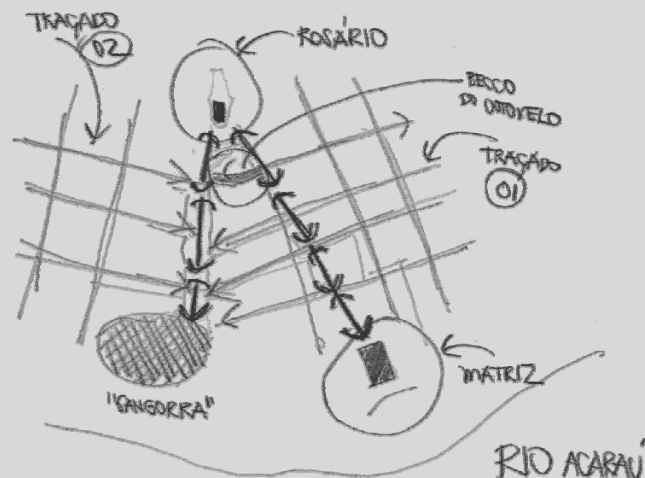
Resolvo sentar, para desenhar a entrada do famoso “Becco do Cotovelo”, onde se

percebe a presença marcante dos elementos de proteção contra as intempéries, localizados no eixo do logradouro, popularmente conhecidos como “guarda-chuvas”. Os referidos elementos, de tão marcantes, acabam por ofuscar os edifícios pré-existentis. Notamos, inclusive, que um dos guarda-chuvas acaba por “morder” a empena de um dos edifícios.



Mas o que mais identifica o Becco não são os guarda-chuvas. No Becco, pulsa a conversa. Além do caráter comercial, onde identificamos bares tradicionais – como o Bar e lanchonete Sobral, do seu Juvenal, lojas comerciais e área de ambulantes, o Becco também é o lugar em que as pessoas colocam a fofoca em dia. No sábado pela manhã, notamos inclusive, a existência de um programa de rádio, cujo palco é montado na calçada de um dos estabelecimentos comerciais. No Becco, a prática social dá o tom da conversa.

Avistamos, nas proximidades, a Igreja do Rosário, caminhamos até o largo, que se constitui em outra obra de requalificação executada pela Prefeitura. Falo ao meu acompanhante sobre a conformação do traçado urbano do antigo núcleo de Sobral, que foi definido pelos percursos existentes entre a Igreja do Rosário, a Igreja Matriz, e o local de chegada das boiadas, denominado “Gangorra”. Estes locais definem os vértices de um triângulo, que passam a orientar o traçado das ruas, que se fundem, dando origem a um conjunto de becos, do qual faz parte o Becco do Cotovelo. Para uma melhor compreensão do meu amigo, esbocei um mapa da área, conforme desenho a seguir.



Ao olhar o mapa que nos orienta no percurso, Jeferson admira-se com a dimensão da área tombada, e sugere que andemos em direção a praça da Igreja do Patrocínio. No caminho, paramos algumas vezes para observarmos a silhueta da serra da Meruoca, que se impõe na paisagem, emoldurando enquadramentos interessantes, como pudemos perceber na área referente ao conjunto de casas da avenida Lúcia Sabóia.



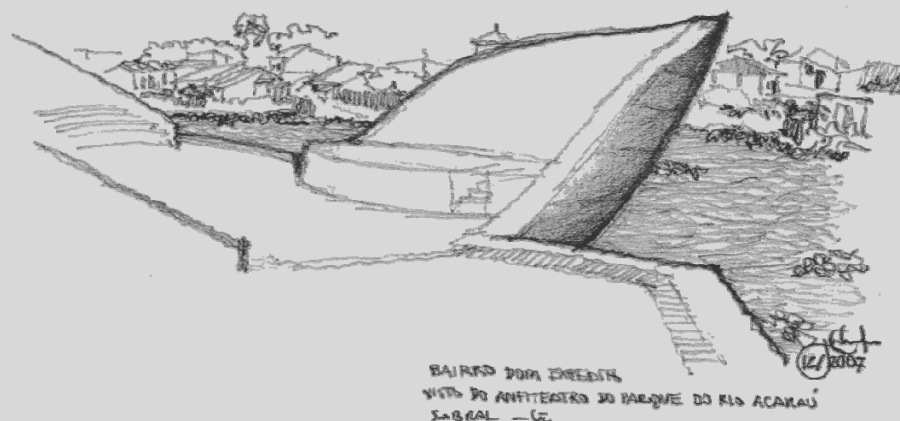
Retornamos à área do Becco do Cotovelo, de onde seguimos em direção da estação rodoviária. No caminho percorrido em direção à Rodoviária – região inserida na área de tombamento –, predominam os usos comercial e de serviços, com uma presença marcante de lojas de autopeças, oficinas mecânicas, bares e armazéns. Jeferson me indaga como se justifica a inserção da área com as características apresentadas, na polygonal de tombamento rígido.

Explico que os elementos que direcionaram a delimitação das poligonais de tombamento, estão vinculados à questões topoperceptivas, em que são enfatizadas as visuais para a serra da Meruóca, a delimitação gerada pelo rio Acaraú, e o traçado urbano. Nesse sentido, o que se procurou resguardar na área em questão – não obstante a qualidade arquitetônica dos edifícios, vinculada ao seu uso –, foi o traçado urbano.

Alcançamos a margem do rio Acaraú. Enquanto Jeferson percorre a parede do ancoradouro, no intuito de captar imagens do ponto extremo do referido elemento, sento para desenhar um trecho da intervenção, na qual podemos perceber a intenção que se fez, no projeto, de buscar uma articulação coerente entre o preexistente e o contemporâneo. Nesse sentido, apreendendo, sob forma de desenho, uma imagem constituída pela Escola de Comunicação e Artes – ECCOA –, uma antiga fábrica, adaptada a um novo, uso; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, com suas torres imponentes, a garantir o caráter de verticalidade do templo; e, a Biblioteca Pública, um projeto contemporâneo, que se tornou símbolo de uma era de compromisso com a requalificação dos espaços públicos, a partir dessa interação entre antigo e novo. Não é a toa que, de um modo geral, as pessoas que nos abordaram nas ruas durante esse percurso, em busca de compreender o nosso intuito de estar documentando a cidade, nos indagam: *“Já foram à Biblioteca? Vocês não podem deixar de ir. É coisa de primeiro mundo!”*



Resolvo desenhar outra imagem do contemporâneo: o conjunto formado pelo anfiteatro e o Museu de Arte Contemporânea de Sobral – MADI, um conjunto de forma escultórica, executado em concreto, que invade as águas do rio Acaraú. Ao fundo, avisto a outra margem do rio, que apresenta uma paisagem marcadamente de cunho popular. Um “outro mundo”? Ao contrário, as diferentes paisagens identificadas nas duas margens revelam uma condição de simultaneidade, de lógicas entrecruzadas. Na “outra” margem – como na margem urbanizada –, observamos também mulheres lavando roupa, e pessoas pescando, revelando assim algumas das práticas sociais que se repetem.



Continuando o percurso, observamos pessoas que irão utilizar dos serviços dos barqueiros para atravessarem o rio. Resolvemos fazer também essa travessia, e aproveitamos para tomar o depoimento do barqueiro que nos conduz ao outro lado do rio. Ele nos fala que, o número de barqueiros chegou a treze, e atualmente se vê reduzido a três. Indago-lhe sobre o motivo da diminuição do número de barqueiros, o obtenho como resposta, a informação de que os barqueiros foram prejudicados com o assoreamento do rio, que ocasionou o aumento de volume de água, dificultando a atividade braçal.

Pergunto a porque os barcos não atracam no píer executado para essa finalidade. Ele me responde que o píer é destinado para a parada de lanchas, enquanto que a escadinha que hoje é utilizada para o acesso das pessoas que procuram o transporte dos barcos, já desempenha a função solicitada.

No percurso de volta, meu olhar consegue abarcar a intervenção executada na margem do rio, de uma maneira abrangente, mas é um detalhe que prende mais minha atenção: em uma das saídas dos canais de escoamento, verifico uma frase inscrita em letras grafitadas na cor preta, com o seguinte dizer: “O ânus da cidade”. Em vários momentos durante o percurso, atentei para a questão da poluição do rio, mas a frase ali inscrita enfatizou de maneira marcante essa situação desfavorável. Não obstante essa situação, as pessoas continuam a pescar e a lavar roupa.

Resolvemos caminhar pelo calçadão criado pelo projeto de urbanização da margem do rio, em direção ao Marco do Tombamento. Durante o percurso, pudemos perceber que as áreas concebidas para a prática do “*Cooper*” e do ciclismo estão sendo bastante utilizadas pelos sobralenses, pelo menos durante o final da tarde, haja vista que em outro período do dia, a área não se torna convidativa para prática de tais atividades, devido não possuir uma boa área de sombreamento, tão necessária para amenizar o calor do sertão. Essas práticas confirmam o que foi pensado para o espaço. Percebemos também que outras práticas se fazem presentes, como, o comércio ambulante que se forma em alguns pontos do calçadão.

No percurso que fizemos, pudemos documentar em vídeo a utilização do espaço contíguo aos fundos das casas da rua 25 de setembro, onde o tapete verde criado vira, ao longo do percurso, campo de futebol, área de descanso e contemplação – durante o nosso passeio, pudemos ver um casal de idosos usufruindo, em suas cadeiras trazidas de casa, a brisa que paira na margem do rio –, área para colocação de varais para secar a roupa lavada no rio. Podemos perceber também

as modificações que estão sendo realizadas nos quintais das referidas edificações, que buscam a valorização desse setor das casas. Em algumas casas, percebemos que já há uma predisposição para a utilização desses espaços como áreas comerciais, como atesta, por exemplo, um verdadeiro “cardápio”, pintado no muro de uma das casas.

Ao percorrer essa área, lembro de duas situações a ela relacionadas. A primeira, se refere às imagens a que tive acesso no acervo do IPHAN, datadas dos anos de 2000 e 2001, que retratam a paisagem em momentos distintos, relativos a um período anterior à intervenção e a um período em que a intervenção se iniciava; A segunda imagem está relacionada à proposta de intervenção para as fachadas de fundos das casas da av. 25 de setembro, proposta pela prefeitura, que objetivava dotar a área de uma imagem mais condizente com o conjunto requalificado do parque, proposta esta reprovada pelo IPHAN, por ser identificada como “pastiche” e “falso histórico”. Assim como foi dito para o “*Becco do Cotovelo*”, as práticas sociais exercidas nesse espaço acabam por revelar que o *espaço vivido* é algo muito mais abrangente que o *espaço concebido*.

Cansados do passeio, que durou cerca de 6 horas, resolvemos continuar o percurso no outro dia, onde poderíamos presenciar como o espaço está sendo utilizado aos domingos, o que, para nossa surpresa, tornou-se complicado, haja vista que, durante todo o dia, predominou o tempo nublado, com esparsas pancadas de chuva. A captação de imagens ficou reduzida às áreas próximas ao marco do tombamento, onde nem a chuva afastou algumas lavadeiras de roupa em sua função, e às imagens referentes à rua 25 de setembro – frente das casas. Durante o percurso pela referida rua, tivemos que nos refugiar do “toró” – como é chamada uma chuva mais forte – no bar da Dona Elza, onde tivemos oportunidade de, em poucos minutos, perceber o como o espaço vivido se faz pulsante. Enquanto tomávamos o guaraná “Del Rio” – anunciado orgulhosamente pelos sobralenses que é de fabrico local –, pudemos presenciar as conversas de bar, os conselhos dados aos boêmios, crianças usufruindo dos “banhos de bica”,

entre outras cenas que dão ao espaço diferencial o caráter de simultaneidade, que lhe é característico.

Do outro lado, no fundo dos lotes, o tapete verde é o espaço em que podemos identificar com mais clareza o caráter de simultaneidade estabelecido entre os espaços *vivido* e *concebido*.

UMA CONCLUSÃO DIALOGADA

Uma longa epígrafe:

O MODELO DOS MODELOS

“Houve na vida do senhor Palomar uma época em que sua regra era esta: primeiro, construir um modelo na mente, o mais perfeito, lógico, geométrico possível; segundo, verificar se tal modelo se adapta aos casos práticos observáveis na experiência; terceiro, proceder às correções necessárias para que modelo e realidade coincidam. Este procedimento, elaborado por físicos e astrônomos que indagam a estrutura da matéria e do universo, parecia a Palomar o único capaz de lhe permitir enfrentar os mais emaranhados problemas humanos, e em primeiro lugar os da sociedade e do melhor modo de governar. Precisava conseguir ter presente por um lado a realidade informe e demente da convivência humana, que só gera monstruosidades e desastres, e por outro lado um modelo de organismo social perfeito, desenhado com linhas nitidamente traçadas, retas e círculos e elipses, paralelogramos de forças, diagramas com abscissas e ordenadas.

Para construir um modelo — Palomar sabia —, é necessário partir de algo, ou seja, ter princípios dos quais derivar por dedução o próprio raciocínio. Esses princípios — também chamados axiomas ou postulados — nós não os escolhemos a posteriori, mas já os temos, porque se não os tivéssemos não poderíamos nem sequer nos pôr a pensar. Mesmo Palomar portanto os tinha, mas — não sendo nem matemático nem lógico — não se dava ao trabalho de defini-los. A dedução era, no entanto, uma de suas atividades preferidas, porque podia dedicar-se a ela sozinho e em silêncio, sem aparelhagens especiais, em qualquer lugar ou momento, sentado numa poltrona ou passeando. Quanto à indução, porém, ele tinha certa desconfiança, talvez porque suas experiências lhe pareciam aproximativas e parciais. A construção de um modelo era portanto para ele um milagre de equilíbrio entre os princípios

(deixados à sombra) e a experiência (inapreensível), mas o resultado devia possuir uma consistência muito mais sólida que uns e outra. Num modelo bem construído, na verdade, cada detalhe deve estar condicionado aos demais, para que tudo se mantenha com absoluta coerência, como num mecanismo em que, parando uma engrenagem, todo o conjunto pára. O modelo é por definição aquele em que não há nada a modificar, aquele que funciona com perfeição, ao passo que a realidade, vemos bem que ela não funciona e que se esfrangalha por todos os lados; portanto, resta apenas obrigá-la a adquirir a forma do modelo, por bem ou por mal.

Por muito tempo o senhor Palomar se esforçou por atingir uma impassibilidade e um alheamento tais que só levavam em conta a harmonia serena das linhas do desenho: todas as lacerações e contorções e compressões que a realidade humana deve sofrer para identificar-se com o modelo deviam ser consideradas acidentes momentâneos e irrelevantes. Mas se por um instante ele deixava de fixar a harmoniosa figura geométrica desenhada no céu dos modelos ideais, saltava a seus olhos uma paisagem humana em que a monstruosidade e os desastres não eram de todo desaparecidos e as linhas do desenho surgiam deformadas e retorcidas.

O que se desejava então era um trabalho sutil de ajustamento, que trouxesse correções graduais ao modelo para aproximá-lo de uma realidade possível, e à realidade para aproximá-la do modelo. Na verdade o grau de ductilidade da natureza humana não é ilimitado como a princípio se pensava; e em compensação até mesmo o modelo mais rígido pode dar provas de uma elasticidade insuspeitada. Em suma se o modelo não consegue transformar a realidade, a realidade deveria conseguir transformar o modelo.

A regra do senhor Palomar foi aos poucos se modificando: agora já desejava uma grande variedade de modelos, se possível transformáveis uns nos outros segundo um procedimento combinatório, para encontrar

aquele que se adaptasse melhor a uma realidade que por sua vez fosse feita de tantas realidades distintas, no tempo e no espaço.

Mas não que Palomar elaborasse ele mesmo modelos ou se aplicasse em empregar modelos já elaborados: limitava-se a imaginar um uso correto dos modelos corretos para preencher o abismo que via escancarar-se cada vez mais entre a realidade e os princípios. Em suma, o modo pelo qual os modelos podiam ser manobrados e dirigidos não entrava em sua competência nem em suas possibilidades de intervenção. Dessas coisas ocupavam-se habitualmente pessoas muito diferentes dele, que julgam sua funcionalidade segundo outros critérios: como instrumentos de poder, sobretudo, mais que segundo os princípios ou as conseqüências na vida das pessoas. Coisa aliás bastante natural, dado que tudo aquilo que os modelos procuram modelar é sempre um sistema de poder;/mas se a eficácia do sistema se mede pela sua invulnerabilidade e capacidade de durar, o modelo se torna uma espécie de fortaleza cujas muralhas espessas ocultam aquilo que está fora. Palomar, que sempre espera o pior dos poderes e contrapoderes, acabou por convencer-se de que o que conta na verdade é aquilo que ocorre não obstante eles: a forma que a sociedade vai adquirindo lentamente, silenciosamente, anonimamente, nos hábitos, no modo de pensar e de fazer, na escala de valores. Analisando assim as coisas, o modelo dos modelos almejado por Palomar deverá servir para obter modelos transparentes, diáfanos, sutis como teias de aranha; talvez até mesmo para dissolver os modelos, ou até mesmo para dissolver-se a si próprio.

Neste ponto só restava a Palomar apagar da mente os modelos e os modelos de modelos. Completado também esse passo, eis que ele se depara face a face com a realidade mal padronizável e não homogeneizável, formulando os seus "sins", os seus "nãos", os seus "mas". Para fazer isto, melhor é que a mente permaneça desembaraçada, mobiliada apenas com a memória de fragmentos de experiências e de princípios subentendidos e não demonstráveis. Não é uma linha de conduta da qual possa extrair satisfações especiais, mas é a única que lhe parece praticável.

Já que se trata de reprovar os danos da sociedade e os abusos de quem abusa, ele não hesita (salvo enquanto teme que, por falar demais, também as coisas mais corretas possam soar repetitivas, óbvias, exauridas). Acha mais difícil pronunciar-se sobre os remédios, primeiro porque gostaria de certificar-se de que não provocariam danos e abusos maiores e que, se sabiamente predispostos por reformadores iluminados, poderiam pois ser postos em prática sem dano pelos seus sucessores: talvez ineptos, talvez prevaricadores, talvez ineptos e prevaricadores a um só tempo.

Só lhe falta expor esses belos pensamentos de forma sistemática, mas um escrúpulo o retém: e se daí decorresse um modelo? Assim prefere manter suas convicções em estado fluido, verificá-las caso a caso e fazer delas a regra implícita do próprio comportamento cotidiano, no fazer ou no não-fazer, no escolher ou no excluir, no falar ou no calar-se”.

Calvino: 1994[1983],97-100.

O Sr. Palomar é um personagem criado por Italo Calvino que traz em seus questionamentos a afirmação de que *“as grandes questões do mundo e da existência também estão presentes em cada objeto que observamos, em cada cena que presenciamos, e que tudo é digno de ser interrogado e pensado”*. Ao fazermos uma análise do texto supracitado, nos deparamos com uma questão cujo tema foi alvo de nossa abordagem durante o desenvolvimento de nossa tese: a constituição e utilização de modelos e o confronto com uma realidade a qual se busca transformar.

Neste âmbito, consideramos que, no que concerne ao nosso percurso teórico adotado, nos aproximamos das questões trazidas pelo personagem de Calvino, quando fazemos uma reflexão metodológica sobre as formas de entendimento da realidade, de onde podemos também derivar formas de ação sobre a realidade e, de modo específico, fixamos nossas

reflexões na observação dos caminhos metodológicos a partir dos quais se constrói o discurso sobre o nordeste e sobre as cidades patrimônio no Ceará.

Neste sentido é que propomos apresentar esta *conclusão dialogada*, onde estabelecemos um diálogo entre Palomar e nós mesmos, refletindo sobre os caminhos de entendimento dos *a priori* conceituais e dos desdobramentos reais, sejam eles referentes a políticas públicas de várias escalas e tempos, sejam eles referentes à nossa própria conduta como pesquisador.

Dentro dessa perspectiva, o texto de Calvino nos mostra um processo de transformação na maneira como o personagem compreende a função de modelo. Nesse processo identificamos três momentos, que servirão como base para o desenvolvimento de nossas considerações finais:

No primeiro momento, é estabelecida a regra a ser seguida: “*primeiro, construir um modelo na mente, o mais perfeito, lógico, geométrico possível; segundo, verificar se tal modelo se adapta aos casos práticos observáveis na experiência; terceiro, proceder às correções necessárias para que modelo e realidade coincidam*”. Identificamos, nessa construção explicitada no primeiro momento, um caráter dual, vinculado ao pensamento do nosso personagem: de um lado, *a realidade informe e demente da convivência humana* – no dizer de Lefebvre, conforme conceituação seguida no decorrer da tese, o *vivido* –, que só gera *monstruosidade e desastres*; de outro, a necessidade da constituição de um modelo de organismo social perfeito – o *concebido*, para Lefebvre –, desenhado com racionalidade, gerado a partir de princípios derivados de postulados, que não são escolhidos, pois já o temos.

Nesse sentido, Palomar explicita a noção de modelo. Para ele, “*o modelo é por definição aquele em que não há nada a modificar, aquele que funciona com perfeição, ao passo que a realidade, vemos bem que ela não funciona e que se esfrangalha por todos os lados; portanto, resta apenas obrigá-la a adquirir a forma do modelo, por bem ou por mal*”. Nestas circunstâncias, o modelo passaria

a ser tomado como verdade absoluta, a ditar as regras, a partir de uma ordem impositiva.

Como desdobramento deste pensamento estabelecido, Palomar constata que, apesar de fazer uso da lógica impositiva do modelo, não ocorre, como previa, o desaparecimento do que considera como “*monstruosidades e desastres*”. Na verdade os “*acidentes momentâneos e irrelevantes*” da realidade estão sempre presentes, e são vistos, pelo nosso personagem, a partir de uma ótica dual, que não considera que a “*busca da perfeição do desenho e as deformações e retorções*” decorrentes fazem parte do mesmo processo.

Já no segundo momento, Palomar passa a apresentar outra forma de compreensão entre a relação modelo – realidade, colocando em cheque o posicionamento dualista, ao constatar a necessidade de um “*ajustamento que trouxesse correções graduais do modelo para aproximá-lo de uma realidade possível e à realidade para aproximá-la do modelo*”. Neste momento, Palomar aponta que o que vai interessar no processo de implementação do modelo é a forma como a sociedade vai absorver e adaptar / adequar o referido modelo em seus hábitos, modos de pensar e de fazer, ou seja, a resposta que a realidade apresenta ao modelo.

Em seguida, no terceiro momento, Palomar, a partir dos desdobramentos gerados a pelos seus questionamentos sobre a relação modelo / realidade, já pensa em “*apagar da mente os modelos e os modelos de modelos*”, no momento em que se depara com a “*realidade mal padronizável e não homogeneizável*”, tendo essa realidade a força de formular, no âmbito do que foi imposto pelo modelo, *os seus “sins”, os seus “nãos”, os seus “mas”,* que irão forçar rupturas e mudanças.

Levando em consideração o processo vivenciado por Palomar, em que o personagem passa de um ponto de vista dualista a uma perspectiva que atribui uma ênfase ao sentido de confrontação entre realidades. Nesse sentido, julgamos oportuna uma aproximação do texto analisado com os questionamentos

apresentados no decorrer dessa tese, visto que nela fazemos uma análise crítica de determinados modelos que constroem representações, tratadas como condições de verdades absolutas, que, entretanto são colocados à prova pelos “*sins*”, “*nãos*” e “*mas*”, estabelecidos pela prática social dos espaços.

Estes questionamentos e reflexões apresentados durante a tese, também fizeram parte de um percurso pro nós seguido. Um percurso de construção metodológica, onde passamos por um primeiro momento, apreendemos o estado das artes inicial apresentado sobre o tema, sob uma ótica dualista, ao dividirmos a produção pesquisada em duas vertentes – as que criticam ferrenhamente, numa perspectiva pessimista, e as que fazem apologia ao modelo de gestão urbana empresarialista –, e ao tomarmos uma destas vertentes – a da crítica – como base para o desenvolvimento da tese.

O desenrolar da pesquisa, particularmente, no que diz respeito aos questionamentos trazidos à pesquisa inicial, a partir da prática da observação do objeto de estudo – os diversos percursos realizados às cidades de Icó e Sobral – nos levou à necessidade de termos outra postura frente às interrogações surgidas, que fosse para além desta lógica dualista. Neste âmbito, uma nova postura teórica se fez necessária. A partir desta constatação, nos amparamos no referencial teórico desenvolvido por Lefebvre – na relação dialógica entre o *concebido* e o *vivido*, o *abstrato* e o *diferencial*, as *práticas espaciais*, as *representações do espaço* e os *espaços de representação* –, para construirmos nossa base conceitual. O diálogo estabelecido nesta conclusão, entre as nossas reflexões e as reflexões do personagem Palomar, passa, portanto, pelas reflexões apresentadas por Lefebvre.

Nesse âmbito, constatamos uma convergência entre nossa postura com o que nos apresenta Calvino, no terceiro momento por nós identificado no texto, em que Palomar percebe que a realidade, através dos *seus “sins”*, *os seus “nãos”*, *os seus “mas”*, irá forçar rupturas e mudanças ao modelo apresentado. A partir desta constatação, o personagem relativiza a sua predisposição em “*apagar da mente os*

modelos e os modelos de modelos". Corroborando com Calvino neste aspecto, entendemos que a explicitação das resignificações feitas ao modelo, a partir dos "sins", dos "nãos", dos "mas", apresentados pela realidade, deverá orientar novas formas de ver, pensar e agir sobre esta realidade.

Dando início ao diálogo proposto, no que diz respeito ao cerne dessa investigação, identificamos que as representações constituídas sobre o Ceará apontam para uma concepção modernizadora do estado, cujo ideário estabelecido parte da constatação de que o Ceará vivencia uma situação desfavorável, com uma forte imagem de pobreza, miséria e subdesenvolvimento. Esta representação negativa do Ceará é gerada principalmente pela sua condição de fragilidade econômica pautada na economia agrária de subsistência. Dentro desse quadro, verificamos, por parte do governo do estado, a necessidade de reversão dessa realidade, a partir de investimentos no setor industrial e em uma grande concentração de esforços na tarefa de modernização administrativa do aparato estatal.

Levando em consideração que o presente trabalho tem como foco as questões relacionadas às análises das políticas de desenvolvimento urbano, buscamos focalizar as questões relativas à implementação do modelo de cunho empresarialista, dentro do contexto das políticas de desenvolvimento urbano, empreendidas no estado do Ceará, a partir da ascensão ao poder do grupo político liderado pelo empresário Tasso Jereissati, no ano de 1987. As discussões aqui trazidas tiveram como período limite o ano de 2006, momento em que os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, produzidos a partir da ótica do Planejamento Estratégico – e principais representações constituídas desse ideário – entram em processo de revisão.

O modelo estabelecido para o estado do Ceará primou pela elaboração de uma política de desenvolvimento, que priorizasse a necessidade de que todos os municípios selecionados planejassem suas ações, tendo em vista os seguintes direcionamentos: dar ênfase ao urbano, em detrimento do rural; criar condições

para que o município angariasse recursos para pagar o empréstimo contraído junto aos organismos multilaterais; dar ênfase ao projeto – mais imediato, de impacto mais rápido –, em detrimento do plano – mais generalista e imprevisível.

Nesse contexto, inserimos as análises relativas às ações que objetivaram materializar as políticas de preservação do patrimônio cultural, haja vista que, no âmbito do modelo estabelecido pela gestão urbana empresarial, as áreas históricas são tratadas como elementos que trazem atrelado a elas a condição de atratividade, propiciando a estas áreas a possibilidade de transformá-las – para além de espaços de significação cultural – em espaços aptos à competitividade, uma das premissas básicas para a inserção destas cidades no mapa-mundi da globalização. Nesse sentido, compreendemos que a articulação entre política de desenvolvimento urbano e política de preservação do patrimônio cultural se apresenta como um dos pontos fortes no âmbito da elaboração do modelo de gestão urbana empresarial.

O quadro traçado pelos elaboradores do modelo de gestão urbana, aplicado no estado do Ceará apresenta, portanto, uma leitura dualista do contexto, onde temos de um lado, uma realidade de pobreza e miséria, e de outro, a solução do problema, com base no processo de modernização – econômica e administrativa – que tem como instrumento propiciador da mudança, no âmbito da política de desenvolvimento urbano, os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, baseados nas premissas do gerenciamento urbano estratégico. Podemos perceber que essa estrutura que se aproxima dos moldes apresentados pelo Sr. Palomar, que identificamos no primeiro momento de análise do conto supracitado, e também com as definições traçadas por Lefebvre – base do referencial teórico utilizado na tese – os conceitos de *espaço abstrato*, *espaço concebido* e *representação do espaço*.

Os Planos Estratégicos – bem como os projetos Urbanos – apresentam, em sua estrutura de execução, um caráter de linearidade, onde se busca uma “evolução”, a partir do quadro diagnóstico apresentado, de uma condição de desfavorável, a uma

condição de requalificação. Desta forma, o diagnóstico apresentado, a partir da caracterização do município, do estabelecimento das “fraquezas, oportunidades, força e ameaças” – onde a leitura e definição destes aspectos são estabelecidas a partir de *a priori* conceituais, vinculadas à lógica do mercado –, direcionam a definições das ações estruturantes, que por sua vez condicionam os projetos estruturantes. Dentre o quadro de projetos estruturantes estabelecido, elegem-se, a partir da viabilidade financeira de execução, alguns projetos que, ao serem executados, servirão como elemento legitimador do sucesso desta política de gestão urbana. Ou seja, o caráter linear a que nos referimos, diz respeito a uma estrutura que se apresenta com “começo, meio e fim”.

Ao nos depararmos com o referencial teórico de Lefebvre, consideramos que uma reflexão sobre este processo estabelecido deveria ir para além de uma análise crítica a este processo linear apresentado por este modelo. Era preciso compreender que o “fim” estabelecido pela lógica apresentada, poderia ser, na verdade, um re-começo, iniciado a partir da resignificação que este espaço sofreria, a partir das práticas sociais estabelecidas pelo *espaço vivido*. Este re-começo significaria a capacidade que de se propor uma transformação sobre o modo de ver, pensar e agir sobre as cidades, a partir da explicitação das resignificações apresentadas. Neste ponto, salientamos o diálogo com Calvino: a explicitação das resignificações feitas ao modelo, a partir dos questionamentos apresentados pela realidade, deverá orientar novas formas de ver, pensar e agir sobre o espaço. Consideramos esta reflexão como a maior contribuição que este trabalho pode dar, a respeito do assunto em questão.

Ao levarmos em consideração que o estabelecimento dos *a priori* conceituais e dos desdobramentos reais, perpassa as várias escalas e tempos, aponatamos para a necessidade de construirmos um capítulo que nos auxiliasse no entendimento do embate entre a busca, no desenrolar da história do Ceará, entre modelos apresentados como instrumentos, no intuito de reverter o quadro desfavorável, e algumas reações apresentadas a estes modelos.

No desenvolvimento deste primeiro capítulo da tese, portanto, identificamos que as representações acerca do Ceará, no decorrer de sua história – que revelam representações de “lugar da pobreza” e da necessidade de ações que revertam esse quadro – foram constituídas no âmbito de um processo historicamente construído. Na construção dessas *representações*, percebemos a força dos direcionamentos dados pelos principais agentes responsáveis pela elaboração dessas representações predominantes. Estas adotam concepções preponderantemente duais, em que existe, em uma realidade apresentada, a necessidade de transformações, a partir de implementação de ações que busquem adequar essa realidade aos propósitos estabelecidos por esses agentes.

Nessa perspectiva, a lógica do espaço concebido busca representar a totalidade do espaço, em que a elaboração e a implantação de um modelo eficaz, seria o suficiente para a reversão do quadro negativo apresentado. Ao estabelecermos um paralelo com o texto de Calvino, temos uma aproximação com o que foi identificado, na nossa análise, como o primeiro momento na concepção de modelo estabelecida pelo personagem Palomar, em que a realidade é percebida como repleta de desajustes, sendo o modelo a condição ideal dessa realidade.

Observamos, no desenvolvimento do primeiro capítulo, que modelo e realidade se conformam como elementos indistintos, ou seja, que a realidade molda e é moldada pelo modelo e vice-versa, sendo este movimento dialético entre espaço concebido e espaço vivido a condição necessária para o entendimento da totalidade do espaço, em que a constatação das relações de aproximação e distanciamento entre o que é concebido e o que é vivido nos aproxima da realidade.

Esse movimento de aproximação e distanciamento nos é revelado na análise que fizemos do texto de Calvino, quando o personagem apresenta uma mudança de pensamento acerca da implementação de modelos, saindo da concepção dualista, constatada no primeiro momento, e chegando a uma concepção em que o modelo e

a realidade devem se adaptar um ao outro, não havendo o desaparecimento de um em detrimento do outro. Dito a partir da ótica Lefebvriana, o espaço concebido e o espaço vivido não se excluem, se fundem, gerando o espaço diferencial.

Nesse âmbito, identificamos, ao longo do que foi desenvolvido no primeiro capítulo, alguns elementos que servirão de balizadores para a compreensão das questões tratadas nesta tese, os quais passamos a apresentar de forma sintetizada:

Ao falarmos do período compreendido entre o século XVIII e início do século XIX, identificamos a existência de uma intenção clara dos governantes da província do Ceará em inseri-la na lógica da produtividade, imposta pela coroa portuguesa. Nesse sentido, as representações constituídas, acerca da província, variavam conforme as intenções estabelecidas pelos representantes do poder, em que as representações do Ceará iam da noção da existência de uma natureza pródiga à um quadro desolador de ruínas.

Em termos de modelação do espaço territorial, os atos de criação de vilas – de brancos e de índios – nos parece ser um dos instrumentos de institucionalização do domínio da coroa portuguesa sobre a província, sendo as Cartas Régias e, por conseguinte, as atas da criação das referidas vilas, a tentativa de materialização desses atos, a partir da imposição de regras, que tinham por objetivo a disciplinarização da prática social.

Em resposta a esta lógica de disciplinarização do espaço e das práticas sociais, indicamos que o modelo de cidade orientado pelas Cartas Régias, tiveram que sofrer adaptações, definidas a partir do embates destes modelos com o meio físico, com a economia, e com as práticas sociais estabelecidas pelo *espaço vivido*. Neste último ponto, lembramos do exemplo citado, o da criação da Vila de Monte-mór-o-Novo – atual cidade de Baturité Esta Vila foi criada para receber os índios paiacús, considerados perigosos e indisciplinados – sendo uma das únicas da província do Ceará onde teve o seu traçado implementado conforme o traço projetado. Entretanto, a população não se adaptou à moradia imposta.

Na segunda metade do século XIX, discutimos sobre a presença da Comissão Científica de Exploração no Ceará (1859-1861), pensada com o objetivo de constituição de um referencial sobre o Brasil, a partir de uma leitura “brasileira” sobre o país, mas que a apreensão da realidade acabou se dando a partir do ponto de vista do modelo, ou melhor, o Ceará relatado era um estado em que a economia estava pautada marcadamente na pecuária e na agricultura de subsistência – com uma presença mínima de metais preciosos – onde prevaleciam os hábitos e costumes patriarcalistas e conservadores, apesar de tentativas de implantação de costumes mais civilizados.

Dentro do mesmo contexto evidenciado pela presença da Comissão Científica de Exploração, vemos, na segunda metade do século XIX, a tentativa de transformação da imagem das antigas vilas, que se tornaram cidades nesse período: uma imagem que tinha como objetivo a suplantação de uma condição de atraso, por uma representação que traduzisse o anseio de civilidade. A materialização desta tentativa pode ser compreendida, a partir da constituição dos códigos de obras e posturas dessas cidades, que primavam tanto pela padronização / uniformização dos elementos formais dos edifícios e também, pela proibição da utilização de determinados materiais, elementos construtivos e formais, característicos de uma prática social tida como atrasada e conservadora.

Voltando ao texto de Calvino, identificamos essas apreensões no momento em que o Sr. Palomar passa a reconhecer que o modelo não pode ser entendido como “fechado”, pois sofre influência da realidade, sendo necessário que modelo e realidade coincidam, porém, a partir do ponto de vista do modelo. Tanto as apreensões realizadas pela Comissão Científica, como a tentativa de padronização das cidades proposta pelos Códigos de Obras e Postura, apesar de levarem em consideração uma realidade particularizada dos hábitos e costumes cearenses, partem do princípio que essa realidade necessita ser transformada a partir da ótica de um padrão civilizatório. A resposta dada, a partir da prática social, revela a força estabelecida pelo *espaço vivido*. Podemos identificar essa força através dos

relatos de Freire Alemão que identificam a manutenção dos hábitos e costumes e a continuidade de utilização de práticas construtivas “rudimentares”.

No período de transição do século XIX para o século XX, tecemos considerações sobre as questões trazidas a partir do ideário e da materialização da política de implementação dos ramais ferroviários no estado do Ceará. Nesse ideário, a condição de dualidade também se impunha: de um lado, uma realidade de um Estado em condições de miserabilidade – ocasionado principalmente pela incidência do fenômeno climático da seca, gerado pela escassez de água, tendo como uma das conseqüências mais graves a “ociosidade” do povo sertanejo – e, de outro, propostas que partiam das instâncias governamentais, amparadas em um discurso técnico, com o intuito de modernização do sistema de transportes e das cidades. Em resposta, podemos conceber os movimentos reivindicatórios dos operários, que apontavam para a necessidade de reavaliação dos métodos de implementação do ideário de civilidade.

Quando problematizamos o início do século XX, estabelecemos, em nossa tese, uma discussão acerca da constituição do discurso oficial regionalista. A definição do Nordeste, enquanto região, surge dentro de uma ótica de diferenciação, entre um sul, em franco processo de desenvolvimento, e um nordeste, no sentido inverso, em decadência, necessitando de ações que revertam essa representação negativa. Com relação ao nordeste, passam a predominar duas formas de representação acerca desse espaço regional, instituídas dentro de um contexto nacional, onde estão sendo travados esforços em busca da constituição de uma imagem de coesão, do país enquanto nação.

A primeira abordagem, dita culturalista ou Freyana, aborda a questão no âmbito sociológico e antropológico e tem como ponto principal a concepção de que o denominado Nordeste consiste na expressão mais autêntica do Brasil, enquanto Nação. Dessa forma, a representação do Nordeste autêntico torna necessária a manutenção dos elementos-base dessa cultura. Esse Nordeste, no entanto, não consiste em todas as suas manifestações, ele é sintetizado na forma como define o próprio Gilberto Freyre, como o

Nordeste Gordo, o da cana-de-açúcar, do sistema monocultor, latifundiário, tradicionalista. Em contraponto, o sociólogo cearense Djacir Menezes tece considerações acerca do Outro Nordeste, o Nordeste Magro, que para além da imagem vinculada à seca, apresenta questões relativas à uma formação sociológica, a gerar fenômenos como o cangaço e o misticismo religioso, entendendo esse fenômeno como uma forma de resistência ao sistema social imposto.

Dentro dessa abordagem, apresentamos uma discussão acerca da institucionalização da memória no Brasil, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela seleção e proteção dos bens representativos de nossa nação, nos âmbitos histórico e artístico. Uma representatividade que priorizou um determinado estilo, de uma determinada época, num determinado lugar, como o caso da arquitetura colonial brasileira, representada prioritariamente pelo esplendor do barroco mineiro. Dentro desse contexto, o esplendor do Nordeste Gordo apresentado por Freyre, a princípio, ficou num plano abaixo.

Com relação ao Nordeste Magro, a descoberta do material referente à vinda de José João Rescala ao Ceará – onde consta o relatório de viagem e as impressões do próprio Rescala acerca do Ceará, em entrevista cedida ao SPHAN – nos parece de fato interessante em alguns aspectos, como: a constatação de que uma região “desconhecida” também foi alvo de apreciações por parte do órgão preservacionista; a confirmação, no depoimento de Rescala, da representação constituída a cerca do Ceará, como “terra distante”, “terra de índio e de cangaceiro” e as surpresas que Rescala apontou, identificando que, para além de “terra de índio e de cangaceiro”, o Ceará apresenta outras representações, de cunho positivo, inclusive dignas de registro, tais como as manifestações que presenciou em áreas de predomínio da cultura indígena, como foi o caso do povoado de Almofala, área com forte influência dos índios Tremembés.

A segunda abordagem, dita desenvolvimentista, apresenta um prolongamento das discussões já estabelecidas no período de transição entre os séculos XIX e XX, observamos que é criada uma representação acerca do Nordeste, em que a solução para o

problema do Nordeste é de âmbito técnico. Nesse contexto, a solução consiste em dotar a região de possibilidades de um abastecimento de água satisfatório, dando assim condições para o restabelecimento econômico da região. Atrelada a esse caráter tecnicista, foi necessária a constituição de um aparato institucional que tinha como objetivo criar as condições favoráveis para a implementação de ações que garantiriam o alcance dessa meta traçada. Nesse âmbito são criados órgãos como DNOCS, CVSF e CHESF.

Dentro desse contexto, o Ceará é um dos estados mais atingidos pela escassez de água, de forma que algumas ações foram promovidas, por parte dos órgãos institucionais, a fim de solucionar os problemas decorrentes desses fenômenos. Tais ações, entretanto, primaram por favorecer o fortalecimento das elites, ocasionando uma forte dependência política e econômica do sertanejo frente aos líderes políticos, gerando o denominado fenômeno do coronelismo.

Continuando sob o viés do desenvolvimentismo, discutimos sobre o ideário apresentado a partir do pensamento do economista Celso Furtado, que critica a forma como a problemática do desequilíbrio econômico da região estava sendo tratada pelas instituições criadas, por gerar a institucionalização da desigualdade econômica. Nesse sentido, aponta que um adequado instrumental administrativo, a ser criado, deverá funcionar como mentor do desenvolvimento, a fim de solucionar as questões acerca de um imenso atraso relativo vivido pela região. Esse instrumental é definido e legitimado por um saber técnico, elaborado e difundido pelos grupos de estudos e pesquisas criados com a finalidade de dar suporte à SUDENE.

Quando relacionamos as questões apresentadas acerca da constituição do discurso oficial regionalista ao texto de Calvino, observamos que o pensamento e as ações estabelecidas pelos agentes definidores das representações constituídas procuram apresentar uma realidade, que não deve ser negligenciada, entretanto, a própria apreensão dessa realidade já é direcionada, tendo como parâmetro o modelo a ser estabelecido. Esse modelo, entretanto, assim como a definição de modelo seguida por Palomar, acaba por não abarcar

a totalidade, abrindo possibilidades para a materialização das diversas formas de manifestação das práticas sociais. Como exemplificação, citamos que, para além das propostas que objetivavam a diminuição das disparidades de ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-sul a partir das políticas de desenvolvimento regional, a questão da reivindicação por reforma agrária surge como um ponto crucial na problemática vinculada à realidade da região, e do país como um todo.

É sob essa ótica do desenvolvimentismo, que abrimos as discussões, nesta tese, sobre a articulação entre preservação e desenvolvimento. Fazemos esta articulação, a partir da análise sobre as ações desenvolvidas pelo Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste do Brasil – PCH. Tal ação teve como parâmetros as novas *representações* estabelecidas sobre Patrimônio. Observamos, dentre as transformações ocorridas, a ampliação do quadro de espaços de significação cultural representativos de nossa cultura, e a utilização desses espaços como formas de inserção na lógica capitalista, como produtos a gerarem rentabilidade.

É durante o período de elaboração e implementação das ações relacionadas ao PCH que as cidades históricas cearenses passam a ser alvos de apreciação, a seguir a lógica capitalista. Nesse contexto, foram iniciados, na década de 1970, estudos que visavam o tombamento dos núcleos de Aracati e Icó, que foram arquivados, e retomados duas décadas mais tarde, sendo ampliado o quadro de sítios históricos passíveis de tombamento. Assim, além de Icó e Aracati, são alvos de estudos os sítios históricos de Sobral e Viçosa do Ceará. Estes sítios, juntamente com o parque dos monólitos do município de Quixadá, foram elevados à categoria de Patrimônio Nacional no período compreendido entre os anos 1990 e 2000, sendo este último tombado como Patrimônio Natural.

Temos a sensação de que todo esse patrimônio, atestado como relevante para a compreensão da história da região nordeste do país, estava *escondido debaixo do tapete* – no dizer Aloíso de Magalhães – e nesse momento é posto à mostra: (re)descoberto. Mas ... (re)descoberto em que contexto? Em que perspectiva?

As ações desenvolvidas pelo IPHAN, em torno do reconhecimento dos referidos sítios históricos, ocorrem no mesmo período, em que as ações promovidas pelo governo do estado do Ceará, no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano, primam pelo estabelecimento do modelo de gestão urbana empresarial, tendo este modelo como principais instrumentos os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, que têm suas concepções baseadas no Planejamento Estratégico: o “Fazer Cidade” é o lema, onde é levado em consideração que a cidade a ser transformada a partir desse lema, deveria se tornar competitiva e atrativa.

Nesse âmbito, ao reconhecermos a cultura como elemento de relevada importância no quadro do urbanismo contemporâneo, tornando-se, inclusive, uma das principais norteadoras das ações implementadas nas principais cidades do mundo, consideramos necessária a construção de um quadro referencial acerca das principais matrizes do urbanismo contemporâneo que evidenciam esse aspecto, tendo em vista a possibilidade dessas matrizes apresentarem em suas lógicas – e em seus modelos –, celebrados e difundidos pelo mundo, determinadas influências ao modelo implementado no Estado do Ceará.

O desenvolvimento do segundo capítulo da tese partiu, portanto, do intento de analisar as lógicas apresentadas das matrizes urbanísticas contemporâneas francesa e catalã. Nesse contexto, apresentaremos alguns aspectos dos modelos estudados, como: o ideário proposto por esses modelos e os principais atores, a difusão desse ideário, a materialização a partir da implementação de alguns projetos e algumas formas de reações apresentadas. Consideramos também que este quadro referencial criado deveria ser balizado pela articulação entre a nossa experiência cognitiva – definida a partir dos nossos conhecimentos prévios sobre a questão – e a nossa experiência sensorial, construída a partir dos percursos realizados nos espaços objetos de estudo, em Paris e em Barcelona.

Sobre a matriz francesa, constatamos, a partir do recorte temporal estabelecido, que se inicia em meados da década de 1960, que dentro de um contexto onde se buscava, a partir das políticas de desenvolvimento urbano-territorial, a afirmação do processo de descentralização das ações, a partir da profusão de projetos em todo o território francês, que seguiram o modelo de gestão estabelecido para as intervenções na escala do urbano. Coube, no entanto, à região parisiense, o maior número de intervenções, principalmente as de âmbito mais impactante, garantindo, assim, a manutenção do processo de hierarquização da capital no âmbito territorial.

Com relação à escala do urbano, constatamos que, apesar da política de valorização de áreas periféricas degradadas, através do reforço da chamada “política de proximidade” entre centro e periferia, essa ação parte de uma concepção em que a apreensão dessa periferia parte da lógica de que essa área deve se adaptar às demandas exigidas de inserção ao modelo de gestão urbana empresarial. Assim, estas áreas devem ser adaptadas para tornarem-se atrativas e, por conseguinte, competitivas. A realidade, portanto, precisa ser adaptada, transformada, modificada para atender as exigências de um padrão estabelecido pelo modelo empreendedorista.

Por outro lado, a idéia de centralidade não é abandonada. Ao contrário, é reforçada. As discussões apresentadas, a partir do estudo do caso da proposta de intervenção no Quartier Les Halles – embora ainda em nível de projetual – exemplificam o quão fortalecida se apresenta atualmente essa política de reforço do centro de Paris, mesmo que o discurso utilizado aponte na direção da descentralização. Em síntese, a política de planejamento territorial francês pode ser compreendida com uma política do “descentralizar, centralizando”.

Constatamos que o estudo do caso “Les Halles” foi revelador também da condição dual em que se respalda o pensamento dos agentes responsáveis pela elaboração das propostas de requalificação urbana amparadas no modelo da gestão urbana empresarial. Verificamos que o diagnóstico apresentado por esses agentes, que serviu como base para a elaboração

das premissas norteadoras do concurso “Paris-Les Halles 2004” identifica problemas relacionados – para além de questões técnicas, como a ineficácia do sistema de transportes –, questões relacionadas à forma de utilização do espaço e à segurança da área. Nesse sentido, os resultados desse diagnóstico apontaram para a necessidade de soluções que primem por uma utilização eficaz do espaço pelo “enobrecimento” da área, na busca pelo reforço da imagem do lugar como o “coração de Paris”.

Essa solução passa portanto pelo ocultamento de práticas desenvolvidas fora do padrão estabelecido, por determinados usuários, em suas formas deslegitimadas de utilização do referido espaço. Assim, buscam ocultar a prática social estabelecidas pelos grupos provindos da periferia, em sua maioria negros, adeptos do hip-hop, vestidos à maneira *baket* norte-americano; Os “sem-domicílio-fixo” (SDFs); as prostitutas provindas das imediações. Esses grupos e suas formas de manifestação são considerados incompatíveis com a representação que pretende se criar. O prognóstico, por nós apresentado, entende, no entanto, que as respostas à essa forma dualista de encarar a realidade também deverão se fazer presentes de maneira marcante em todo o processo de implementação do futuro “Forum des Halles”. Entendemos que estes elementos dizem respeito à “*realidade mal padronizável e não homogeneizável*”, identificada por Palomar e, conforme passa a pensar este personagem, esta realidade deve ser explicitada, por ter o poder de forçar rupturas e mudanças ao modelo imposto.

Com relação ao modelo catalão, iniciamos as discussões, em nossa tese, a partir da década de 1980, em um momento marcado pela ascensão ao poder político na cidade de Barcelona – tida como a capital da Catalunya – de um grupo de orientação esquerdista, depois de um período marcado pela ditadura franquista. A ênfase dada a gestão pública, nesse período de redemocratização política, teve como premissa a necessidade de afirmação da Catalunya, não só perante o restante do país, mas também para o mundo, a partir da condição de afirmação cultural catalã. O ideário partiu, portanto, da necessidade de aparecer, se lançar para o mundo como uma referência vinculada a uma imagem forte, saindo de uma condição negativa e estabelecendo um modelo a ser difundido e seguido.

Constatamos que a estratégia do “Fazer Cidade”, estabelecida pelos Planos Estratégicos, aliou as intenções de se propor uma cidade norteada, ao mesmo tempo por princípios de justiça e equidade social, às questões de âmbito da transformação da cidade em um espaço atrativo e competitivo. Os Planos Estratégicos aparecem, portanto, como instrumentos que possibilitam a transformação da cidade num espaço estrategicamente pensado, como um modelo forte, inspirado nos princípios do mundo globalizado, que deve ser seguido, não importando a realidade de cada lugar.

Nessa perspectiva, a cidade de Barcelona aparece como vitrine maior desse “modelo que deu certo”, a ponto de ser identificada como matriz do padrão de gestão urbana empresarial – padrão oriundo da matriz norte-americana. As intervenções urbanas realizadas em Barcelona tornam-se a materialização desse processo de reversão que possibilita a mudança de uma representação negativa da cidade, criada por anos de ditadura, para tornar-se exemplo de gestão a ser seguido pelo mundo.

Dentre o quadro de ações implementadas que consideraram a política de reforço e valorização da identidade cultural catalã, foram eleitas áreas tidas como representativas dessa identidade, e a elas destinados projetos de cunho ora reparador, ora transformador, na perspectiva adequá-las aos parâmetros da cidade estratégica. Nesse âmbito, as ações implementadas no bairro do Raval – que passa a ser identificado como bairro representativo da catalanidade, apesar de consistir numa área onde predominam os imigrantes –, enfatizaram a necessidade de valorizar o espaço enquanto representativo da identidade catalã, a partir de ações diversificadas, como: restauros e adaptações de edifícios tradicionais para uso predominantemente sócio-cultural, demolição de determinados trechos do bairro para construção de equipamentos de cunho sócio-cultural de grande porte, e criação de novos espaços públicos.

A abertura desses grandes “buracos” no tecido urbano pré-existente, revela-nos uma ação de cunho impactante, que possibilitou um sentido de transformação de espaços caóticos em áreas “livres”, “limpas”. Essas transformações passam a ser definidas a partir do

equipamento ali instalado e do uso a ele reservado. Como exemplo, podemos citar a implantação do MACBA e a construção da Rambla del Raval. O uso que a comunidade faz desses espaços criados, entretanto, nos revela que esses lugares extrapolam uma condição modelar a eles atribuída, a partir da lógica de quem os concebe, uma vez que outros usos, não programados, são atribuídos a esses espaços.

Esses outros usos nos são revelados em “pequenos” gestos, tais como (para citar alguns): a “ocupação” feita pelos “grafiteiros” aos vários buracos criados no bairro; o uso do espaço da praça do MACBA por parte dos praticantes dos esportes radicais (a rampa de acesso ao edifício vira “pista de skate”); o hábito estabelecido pela comunidade, de abrirem discussões coletivas acerca da implementação dessas ações de caráter transformador. No Raval, podemos perceber a voz do espaço vivido, no dizer de Lefebvre, ressaltando assim a ruptura de padrões pré-estabelecidos pelo modelo, através *dos sins, nãos e seus mas*, - sob a ótica de Calvino –, evidenciados pela constituição do espaço diferencial, a forçar mudanças no que estava estabelecido, ao mesmo tempo que permite perceber a voz dos que foram silenciados. Dessa forma, amparados nos conceito de Lefebvre, constatamos que o espaço diferencial se apresenta para fazer parte do espírito do Ravalejar.

É inegável afirmar, entretanto, que o marketing utilizado pelo modelo catalão, foi extremamente eficaz, haja vista a propagação de suas premissas em um número considerável de países, incluso o Brasil. E é esse discurso estabelecido pelo modelo “planejamento estratégico” que identificamos nas premissas dos planos diretores de desenvolvimento urbano elaborados para os municípios cearenses, como parte do programa de modernização do Estado do Ceará, já apresentado no início dessa conclusão.

No terceiro capítulo, retomamos ao Ceará, para discutirmos sobre a política de desenvolvimento urbano estabelecida no estado a partir dos anos 1980, onde estabelecemos uma articulação com a política de preservação do patrimônio cultural exercida principalmente a partir da década de 1990, no intuito da valorização dos sítios históricos cearenses como espaços de significação cultural.

Retomamos essas discussões para problematizarmos a influência dessas matrizes analisadas no capítulo anterior, na implementação da política de desenvolvimento urbano no estado do Ceará. Dessa forma, procuramos discutir, num primeiro momento, o grau de influência gerado pelas referidas matrizes, identificando as premissas que são absorvidas e em que nível – no discurso e na prática – se apresenta esse processo de absorção.

Retomamos o contexto estabelecido acerca da política desenvolvida no Ceará, a partir do objetivo maior de proporcionar a mudança do quadro negativo apresentado, que aponta como principais causas uma fragilidade estrutural ocasionada principalmente pela dependência econômica do Estado com relação ao setor agrícola, em detrimento de uma deficiência constatada nos setores industrial e de serviços.

O quadro diagnosticado apontou também para uma situação de macrocefalia da capital e região metropolitana em relação ao restante dos municípios do estado, com as ações predominantemente direcionadas à busca de uma solução aos problemas apresentados nessa região.

No âmbito estadual, portanto, a síntese que se chega, a partir do diagnóstico apresentado, é a de uma representação do estado do Ceará em condições de subdesenvolvimento, numa realidade entendida, a partir de um grau acentuado de pobreza e de miséria. Em resposta à essa imagem, foi proposta uma solução tendo como base a proposição de um modelo de planejamento estratégico, que tem como instrumento de ação os chamados Planos diretores de Desenvolvimento Urbano, a seguirem as premissas do “Fazer Cidade”, com nítida inspiração no discurso estabelecido pelo modelo catalão.

Esse “Fazer Cidade” segue orientações que primam pela busca da descentralização das ações, tendo como referência um projeto de valorização dos municípios do interior do estado, no intuito de transforma-los em municípios estrategicamente fortes, atrativos e competitivos. Nesse sentido, atestamos que o discurso utilizado na construção dos planos

de ação embute a necessidade de o modelo adaptar os municípios à lógica da gestão empresarial, tendo como uma das características a ênfase dada à implementação de projetos de impacto, na busca de obtenção de um resultado mais imediato. Nesse contexto, os lugares transformados consistiram basicamente nas sedes dos municípios, locais mais propícios à implementação dos projetos estruturantes estabelecidos.

A atuação pontual das propostas – cada um dos municípios foi contemplado com o seu Plano Diretor –, em detrimento de uma prática vinculada a uma visão de conjunto, territorial e/ou regional –, bem como a fragilidade da organização administrativa dos municípios – ocasionada pelo não alcance do objetivo traçado de modernização e fortalecimento do aparato administrativo das instituições governamentais municipais –, contribuem para a constatação dos problemas do modelo proposto. Assim, os municípios continuam fragilizados e continua a situação de desequilíbrio sócio-econômico entre a capital, e a região metropolitana, e o restante do estado. Como vimos na construção desse trabalho, a propalada descentralização não se consolida.

Nos situamos diante de um processo que se aproxima das características apresentadas pelo modelo francês, no que concerne ao discurso primar pela descentralização. A prática, porém, evidencia o reforço à centralidade da capital.

Em relação a construção do discurso que irá legitimar as ações no estado do Ceará, verificamos que, a aproximação do modelo catalão, a partir do discurso estabelecido nos planos estratégicos dos municípios cearenses se transforma em mera retórica, uma vez que a concepção de rede, defendida pelos catalães, não se consolida no caso cearense. Assim, poucos são os municípios que se adaptam às condições impostas de inserção na lógica dos espaços competitivos. Na verdade, a influência do modelo torna-se algo “utópico”, não havendo a sua aplicação na realidade cearense. Essa situação estabelece-se um verdadeiro contra-senso no ideário apontado pelos representantes da gestão urbana empresarial, defensores do planejamento estratégico e do projeto urbano.

Alguns projetos estruturantes, contudo, foram executados e representam, na materialidade, o “sucesso” da política implementada. Os discursos proferidos, acerca desses projetos, apontam para os bons resultados obtidos, tendo em vista a imagem positiva apresentada, de requalificação dos espaços degradados.

Buscamos enfatizar, no decorrer do terceiro capítulo, as ações oriundas da política de desenvolvimento urbano estabelecida nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios cearenses. Essas ações estão articuladas às ações de preservação dos sítios históricos cearenses tombados como patrimônio nacional, tendo como foco as cidades sertanejas de Icó e Sobral. Levamos em consideração que as referidas ações tiveram como objetivo principal a valorização dos lugares, enquanto espaços de significação cultural e aptos à competitividade.

Nesse capítulo, estabelecemos uma discussão sobre as *representações* criadas pelos responsáveis pela elaboração e execução das ações no âmbito do *espaço concebido*. Verificamos também como esses espaços transformados a partir das ações implementadas, foram absorvidas pelas práticas sociais, gerando o *espaço diferencial*. Nesse âmbito, dentro de um amplo leque de formas de apropriação do espaço, optamos por analisar de que maneira as práticas sociais, a partir de suas diversas formas de uso do espaço, oferecem respostas ao uso do espaço estabelecido pela lógica do *concebido*.

Nesse contexto, as análises realizadas na tese primaram pela suplantação de uma leitura dual acerca da relação entre modelo e realidade. Assim, detemo-nos na busca de uma apreensão que percebesse essa relação a partir da constatação das aproximações e distanciamentos entre o concebido e o vivido, entre espaço abstrato e espaço diferencial. A nosso ver, essas aproximações estão bastante presentes no conto de Calvino que para a construção dessa conclusão. Podemos dizer que nos aproximamos dos momentos apresentados no referido texto, tendo como parâmetro o que foi identificado no terceiro momento, ou seja, o que nos orientou na referida análise foi perceber as formas como a

sociedade absorveu e de adaptou ao modelo e, no sentido inverso, como a sociedade, através dos seus *sins, nãoos, mas*, procura adaptar o modelo a sua realidade.

Nesse âmbito, as discussões estabelecidas nesse capítulo partiram de uma definição sobre as realidades apresentadas pelos dois núcleos urbanos. A essas realidades, diferenciadas, é que serão impostas a propostas de transformação dos espaços, definidas no âmbito do concebido pelas instituições envolvidas, que ora se aproximam ora se distanciam, no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados, definidos pelas *representações constituídas* sobre os referidos lugares.

Na nossa análise, verificamos que a cidade de Icó apresenta uma realidade definida por uma imagem de estagnação econômica, uma vez que atualmente, na escala estadual de nível de influência, a referida cidade apresenta-se apenas como Centro Regional, ou seja dentro da definição das cidades menores, que deverão exercer, em sua região, o papel de centro de suporte ao desenvolvimento regional, numa imagem bem diferente do período relativo aos séculos XVIII e XIX, quando era considerada como principal centro econômico do sertão cearense.

Nos aspectos relativos à política de preservação do patrimônio, a elevação do sítio histórico da cidade de Icó à condição de patrimônio nacional através do tombamento instituído pelo IPHAN no ano de 1997, abriu possibilidades para a alocação de recursos provindos de programas de valorização de sítios históricos no Brasil, como foi o caso da inserção do referido sítio histórico no programa MONUMENTA.

No entrecruzamento dos aspectos supracitados, observamos que a possibilidade de alocação dos recursos provindos do MONUMENTA passa a ser visto como uma espécie de “tábua de salvação” para a cidade, gerando como consequência uma espécie de dependência e, por conseguinte da necessidade imperiosa da obtenção de bons resultados com relação aos objetivos propostos pelo programa. Alia-se a essa questão, o fato da

Prefeitura Municipal de Icó não ter tido no princípio uma perspectiva mais atuante com relação à implementação das ações, haja vista que a mesma não contava nem com um quadro técnico mínimo para acompanhamento dos projetos implementados, situação amenizada – porém, não sanada – a partir da instalação do Escritório Técnico do IPHAN na cidade, em 2004.

Com relação à Sobral, o quadro se apresentou de maneira distinta ao de Icó: importante cidade pólo da região norte do Estado, definido na escala de hierarquia das cidades cearenses como centro secundário, Sobral tem no papel exercido pela Prefeitura Municipal em seus últimos anos um elemento propiciador do objetivo traçado pela política de desenvolvimento sócio-econômica do Estado: o de modernização e consolidação do município como centro de referência, fortalecido econômica e socialmente, inserido portanto na lógica do mundo globalizado.

Dentro dessa perspectiva, a política de preservação do patrimônio cultural é tomada como um dos elementos que irão evidenciar esse modelo de “Fazer Cidade”, haja vista a possibilidade de transformação do sítio histórico em um grande atrativo: é a função do referido sítio na lógica da gestão urbana empresarial.

Ao contrário do caráter de inoperância identificado no caso de Icó, relativo ao período inicial de implementação dos programas e ações de valorização do sítio histórico, a Prefeitura Municipal de Sobral tomou essa temática como uma bandeira, fazendo parte de uma maneira direta e atuante da gestão do patrimônio cultural de seu sítio histórico, tombado como patrimônio nacional em 1999 pelo IPHAN.

Em se falando do sítio histórico de Sobral, ressaltamos que, guardadas algumas semelhanças com a conformação do sítio histórico de Icó – provenientes basicamente das duas cidades se constituírem como representativas do processo de conformação territorial do Ceará nos séculos XVIII e XIX –, aquele, por pertencer a uma cidade que passou ao

longo de sua história por diversas fases de transformação resultantes de seu desenvolvimento econômico, vai revelar aspectos bastante diferenciados em sua forma e no seu uso, fato levado em consideração nas análises realizadas acerca das propostas de valorização desses espaços.

A partir deste quadro traçado, passamos a identificar as representações que orientaram a elaboração dos projetos e implementação das ações responsáveis pela busca de valorização dos lugares, no intuito de confrontá-las entre si e entre a apropriação que se fez desses espaços transformados, sob o ponto de vista da utilização desses espaços pelas práticas sociais. Essas confrontações foram realizadas tendo em vista identificar, formas aproximações e distanciamentos entre as lógicas estabelecidas, de maneira a configurar o que se entende como *espaço diferencial*.

Com relação a Icó, a partir do diagnóstico traçado para o município, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aponta como solução o investimento na atividade turística, amparada na condição de representatividade histórico-cultural revelada por seu sítio histórico.

Essa condição é atestada pela inserção do sítio histórico como Patrimônio Nacional, através do tombamento realizado pelo IPHAN em 1997, que teve como parâmetros a percepção da cidade a partir de camadas de construção histórica, sendo estas camadas definidas e balizadas a partir dos edifícios destacados e suas envoltórias, parâmetros estes que compõem um modelo de apropriação e interpretação de sítios históricos, transformado em uma espécie de padrão a ser utilizado nas elaborações de instrução de tombamento, pela regional do IPHAN/CE.

Amparado nessa atestação de representatividade, o PDDU de Icó apresentou uma programação de ações que procurou aliar a solução de implementação da atividade turística ao sítio histórico tombado, na intenção de transforma-lo em atrativo turístico, propício à inserção da cidade no âmbito da competitividade.

Nesse contexto foram elaborados projetos estruturantes que buscaram enfatizar uma representação, de reforço da imagem da cidade como espaço representativo dos núcleos sertanejos cearenses dos séculos XVIII e XIX, tendo como um dos espaços simbólicos, o Largo do Theberge.

A elaboração do Termo de Referência de requalificação espacial do Largo do Theberge, amparado em premissas estabelecidas pelo IPHAN, teve suas ações definidas a partir do diagnóstico que apresentou a necessidade de um projeto de requalificação urbana que primasse pela valorização dos seus elementos de significação cultural, no sentido de adequá-los a uma condição de atratividade. Nesse sentido, os edifícios destacados vão adquirir grande importância na proposta de intervenção apresentada pelo escritório de urbanismo vencedor do processo de licitação, haja vista que estes são tidos como elementos que mais identificam esse caráter de autenticidade e originalidade do espaço sertanejo cearense que necessariamente precisa ser evidenciado.

A escolha do conjunto urbano de Icó, dentre as 23 áreas selecionados para receber recursos provindos do programa MONUMENTA, viabilizou sobre o ponto de vista financeiro a implementação do projeto de requalificação do Largo do Theberge. Essa proposta de intervenção se encaixou de maneira clara às premissas do referido programa, na perspectiva de requalificação de espaços significativos em processo de degradação, tendo em vista transformá-los em espaços capazes de garantir sua sustentabilidade. No contexto em que se situava a cidade de Icó, a possibilidade de inversão do quadro negativo, apresentado a partir da possibilidade de captação de recursos provindo do BID, financiador do programa, o transformou numa espécie de “tábua de salvação” para a cidade, e a requalificação do Largo do Theberge passou a ser identificada como um veículo propagador dessa imagem de regeneração.

Dentro desse contexto, o processo de implementação da proposta de requalificação do largo se desenvolveu a partir da confrontação entre as representações estabelecidas pelos agentes responsáveis pela ação, a criar, na perspectiva da lógica do concebido, pontos de vista diferenciados.

Nesse âmbito, a proposta apresentada pelo escritório de urbanismo vencedor da licitação, buscou dar ênfase aos edifícios significativos, através de uma proposta de paginação de piso cujo desenho, de aspecto extremamente chamativo, sendo desaprovada pelo quadro técnico do IPHAN, por se apresentar como incompatível às características de singeleza e despojamento, que definem as particularidades do lugar. Outro aspecto ponderado pelo quadro técnico do IPHAN consistiu na reavaliação acerca do tratamento paisagístico a ser utilizado no largo, em que a proposta apresentada foi vista como destoante, no contexto em que ia ser implementado.

Há de se ressaltar a ênfase dada à ação pontual, em projetos de restauro das edificações destacadas, entendidos como “as jóias de valor” do espaço transformado. Nesse âmbito, os espaços urbanos constituintes da envoltória desses edifícios necessitam se adequar aos parâmetros que garantam a condição de visibilidade e ambiência dos referidos edifícios destacados.

Dentro desse contexto, verificamos, que o projeto executado reforçou a hierarquização do espaço, enquanto área de significação cultural. No setor em que estão situados os edifícios destacados, foi realizada uma intervenção de caráter extremamente simples, aos moldes das recomendações feitas pelo IPHAN, que primou pela garantia da preservação do caráter de simplicidade e despojamento da área, elementos através dos quais se busca garantir o caráter autêntico do lugar, tornando-se o aspecto que vai lhe inferir a sua condição de espaço atrativo. No setor identificado como “de menos significação cultural”, foram implementados elementos de desenho mais contemporâneo, atestando que no referido setor há uma maior flexibilidade nas intervenções propostas no que diz respeito às características de simplicidade e despojamento.

Dentro do contexto da execução dessas ações, pudemos verificar, tanto através das análises dos documentos expedidos pelos responsáveis pela elaboração e execução dos referidos projetos, como também através de algumas apreensões captadas a partir das práticas sociais estabelecidas no espaço transformado, algumas respostas dadas ao uso do espaço estabelecido pela lógica do concebido, evidenciando que o referido espaço, enquanto *espaço diferencial*, extrapola a lógica reguladora do *espaço abstrato*.

Assim sendo, o simples ato realizado por um morador do Largo, de levar a cadeira de sua casa para sentar na praça, não obstante a existência de novos bancos, desenhados de acordo com as premissas do projeto de requalificação do referido espaço, se configura como um indicador desse processo de apropriação, a partir das práticas sociais. No mesmo sentido podemos verificar a força estabelecida pela apropriação do espaço a partir das práticas sociais, quando constatamos, por exemplo, a apropriação feita do espaço público situado na parte posterior do Teatro da Ribeira dos Icós, espaço este popularmente conhecido como o “Beco do Frango”. Nesse lugar, o espaço da rua é transformado em área de mesas, coberto por uma lona, que vai de um lado a outro da rua. Dessa forma, nosso olhar apreende e verifica a simultaneidade de lógicas estabelecidas nesse espaço, que permeia entre a edificação destacada – o Teatro – e a prática social que define apropriação de seu entorno imediato – o Beco.

Nos estudos realizados nesse trabalho, verificamos que as análises realizadas do caso da intervenção do Mercado Público de Icó, foram bastante reveladoras sobre as questões acerca da confrontação entre as lógicas estabelecida pelo concebido e a apropriação dessa lógica, pelo vivido. Na concepção do projeto elaborado pelo IPHAN, o objetivo da proposta primou pela valorização das características formais do edifício, dando ênfase ao retorno a uma conformação espacial original. Dessa forma, os acréscimos a essa conformação original, tais como a edificação localizada no interior do pátio central, e os toldos afixados acima das portas, sem padronização, tidos como interferências negativas foram removidos. Em complemento às modificações de cunho formal, foi solicitada a

remoção de atividades tidas como incompatíveis à nova organização espacial proposta para o edifício, bem como a disciplinarização dos espaços e da prática comercial. Nesse sentido, ficaram no mercado prioritariamente as atividades de artesanato.

Como resposta aos parâmetros estabelecidos pela lógica de concepção do projeto de requalificação do mercado, salientamos o questionamento feito por um dos comerciantes do referido espaço, ao manifestar sua opinião sobre o que seria “preservação do patrimônio”, levando em consideração o caso em questão. No seu entender, se a prática da atividade comercial, tida por ele como tradicional, é desestimulada, o que passa a acontecer é, na verdade, a desvalorização do patrimônio. Como complemento, verificamos que, há algum tempo depois de finalizada a obra, os comerciantes tanto voltaram a utilizar o espaço de maneira “espontânea”, como também não respeitaram a padronização dos elementos apostos ao edifício, como, por exemplo, os toldos.

Verificamos, portanto, na análise das transformações dos espaços de significação cultural realizadas no sítio histórico de Icó, que, longe de haver uma exclusão ou sobreposição de lógicas espaciais, essas referidas lógicas se entrecruzam, interpenetram, se apresentam de forma simultânea. Nesse sentido, afirmamos que a relevância do referido espaço, enquanto lugar, consiste na compreensão de que este espaço é atravessado por esse fluxos múltiplos, que o definem enquanto espaço diferencial, a partir das práticas sociais nele estabelecidas, em que os *sins, não, mas* advindos dessas práticas sociais são respeitados.

Com relação a Sobral, identificamos na análise realizada sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que as propostas definidas como prioritárias para a cidade apontaram a necessidade do fortalecimento do setor industrial e na ênfase a ser dada à cidade como centro de negócios, propiciando o estabelecimento de uma infraestrutura de suporte às áreas de comércio e serviços. Tudo isso proposto dentro de um contexto em que observamos através do discurso elaborado, uma forte campanha em prol da transformação da cidade em lugar da competitividade, aos moldes do discurso elaborado e difundido pelo planejamento estratégico catalão.

Nesse âmbito, a função atribuída ao patrimônio cultural consiste na sua utilização enquanto elemento que irá contribuir para tornar a cidade mais atrativa: uma cidade que se preocupa com a sua história, tendo em vista a manutenção dos espaços mais significativos, e a transmissão dos conhecimentos por eles possibilitados.

Dentre os projetos estruturantes definidos como prioritários, o projeto de urbanização da margem esquerda do Rio Acaraú foi viabilizado, a partir de uma articulação entre algumas instâncias institucionais: a proposta elaborada pelo PDDU serviu como base para o lançamento do edital de um concurso de anteprojeto em nível nacional, realizado pelo IAB/CE, IPHAN/CE, e Prefeitura Municipal de Sobral, esta última responsável pelo financiamento da obra.

O diagnóstico da área de intervenção apresentado pelo edital, a define com uma área de relevada importância histórica, haja vista a presença do rio Acaraú, importante elemento de definição da conformação urbana da cidade. Tendo em vista esse aspecto, revela-se a necessidade de valorização do referido rio e de suas margens, que apresenta, entretanto, em condições desfavoráveis, passando por um intenso processo de degradação.

A proposta apresentada pelo edital aponta para a necessidade de revalorização dessa área de relevância histórica, de forma que a referida área – guardados os seus traços característicos – seja adaptada para receber usos concernentes à vida contemporânea. Nesse aspecto, a relação de adequação entre o tradicional e o contemporâneo aparece como principal ponto de definição das propostas a serem apresentadas.

Identificada essa questão, questionamos: como se definiu o que pode ser considerado como espaço tradicional na cidade de Sobral? Passamos a inserir, portanto, as discussões acerca do processo de elaboração da instrução de tombamento do sítio histórico de Sobral, concluído em 2000, ano em que o referido sítio histórico passou a ser considerado patrimônio nacional pelo IPHAN.

O referido processo foi alvo de uma acirrada polêmica dentro do quadro técnico do IPHAN/CE, haja vista a confrontação estabelecida entre duas representações constituídas acerca dos métodos a serem utilizados para a definição do que seria o espaço representativo da cidade sob o ponto de vista da significação cultural: de um lado, uma vertente de postura mais tradicionalista, que pauta a definição e delimitação do sítio histórico a partir da valorização de critérios históricos e artísticos concernentes ao conjunto urbano e aos edifícios destacados existentes na área – parâmetros utilizados para definir o sítio histórico de Icó, por exemplo; de outro, uma vertente que adotou como procedimento metodológico, uma abordagem definida como análise seqüencial, que privilegiou, para além dos dados objetivos sobre a área analisada, os denominados valores topoceptivos, a partir dos níveis de percepção e de formação de imagens mentais, procedimento este que foi entendido pela ala tradicionalista como algo mais vinculado a uma postura mais academicista, do que aos procedimentos relativos à instituição IPHAN.

Definido a partir do método da análise seqüencial, o sítio histórico de Sobral corresponde a um vasto perímetro, onde se buscou garantir a valorização do traçado urbano, bem como o número máximo das visadas para a Serra da Meruoca, e a presença do rio Acaraú, ambos consistindo nos principais elementos configuradores da paisagem a ser preservada.

Como consequência da determinação estabelecida por esses parâmetros, essa vasta área contém em si determinados espaços que, de um lado, sob a ótica mais tradicionalista, não apresentam elementos identificados como representativos dentro dos parâmetros de historicidade e artisticidade, e de outro, não são identificados pela população como patrimônio passível de preservação, aspectos que vão gerar alguns problemas no que diz respeito à questões relativas ao como lidar com essas áreas em termos de manutenção / garantia de preservação da imagem característica do sítio histórico.

Essa constatação apresenta um forte indicador, quando analisamos os problemas enfrentados pelo Escritório Técnico do IPHAN em Sobral, que deve apresentar respostas a um quadro de confrontação estabelecido entre os critérios de natureza formal definidos

pelo IPHAN relativo às características dos espaços e dos edifícios situados em sítios históricos, que devem ser preservados – definidos a partir de um padrão que se aplica, salvo exceções, a todos os sítios históricos – e a forma de apreensão que a população – o usuário do espaço – faz acerca da aplicação desses critérios.

A análise empreendida revelou que, apesar de contar com um aparato institucional bem mais estruturado e atuante do que o apresentado na cidade de Icó – fato que atesta uma condição de positividade nos resultados apresentados acerca da valorização da paisagem cultural da cidade –, a ação empreendida pelo Escritório Técnico do IPHAN em Sobral é marcada por uma condição de confrontação e tensão entre a lógica do que concebe e aplica e a lógica do que recebe e se apropria, sob a forma de apreensão e uso do espaço.

Devemos ressaltar que essa condição de confrontação entre lógicas se dá, num contexto em que há por parte das ações implementadas pela Prefeitura Municipal de Sobral, toda uma perspectiva de valorização de seu sítio histórico, através da implementação de projetos que visam a requalificação de determinadas áreas de significância, situadas dentro do perímetro definido pelas poligonais de proteção.

Dentre essas obras, a requalificação da margem esquerda do rio Acaraú é a que apresenta o maior impacto e a maior complexidade. Esse projeto de requalificação se apresentou como o exemplo mais representativo para os questionamentos trazidos pela nossa tese, devido a abrangência da obra e os questionamentos provenientes dessa abrangência.

No contexto das premissas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a área em questão, verificamos que há nas diretrizes traçadas pelo referido plano, uma perspectiva de transformação da área em espaço atrativo, a partir de dois aspectos. No primeiro, busca-se evidenciar a área, a partir de sua relevância histórica, fato gerador das premissas estabelecidas pelo Termo de Referência de requalificação urbana da referida área, e que foram utilizadas como base para o Edital do Concurso de Anteprojetos promovido pela

Prefeitura Municipal de Sobral e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará, sob os auspícios do IPHAN.

No segundo aspecto, evidencia-se a necessidade de transformação da área, em espaço atrativo para o setor de negócios e para o ramo imobiliário, haja vista a proposição feita pelo Plano Diretor, de incentivar a criação de uma zona hoteleira e de habitação de alta densidade, em um dos limites da área a ser urbanizada, e de um “trade center” no limite oposto, proposições estas que evidenciariam a transformação do uso e ocupação do solo, bem como nos gabaritos das edificações, de maneira a desfigurar de maneira impactante a configuração da paisagem urbana existente, estando, portanto, em desacordo com os parâmetros estabelecidos pelo IPHAN para a área. Nesse sentido, a referida proposição foi entendida pelo IPHAN como um dos aspectos que justificou a crítica feita pela referida instituição, no que concerne à atitude desrespeitosa que os agentes responsáveis pela elaboração do PDDU tiveram perante uma área de extrema significância cultural para a cidade.

No desenvolvimento das análises acerca das transformações ocorridas a partir da implementação do projeto de urbanização da margem esquerda do rio Acaraú, verificamos que a imagem positiva vinculada ao sucesso da ação, atrelada a requalificação urbana e disciplinarização de um espaço outrora degradado, passou a ser identificada como parâmetro para a proposição de outras intervenções que tiveram por objetivo adequar determinados setores situados nas proximidades da área transformada, ao padrão formal e construtivo estabelecido.

Tomamos como exemplo de referência para analisar essa questão, as intervenções propostas para a área referente a rua 25 de setembro, situada nas proximidades do larfo das Dores, cujas casas, de padrão construtivo tido como “de qualidade inferior”, têm seus fundos voltados para a área urbanizada, e conseqüentemente, valorizada. Lembramos também que a referida área, apesar da constatada “baixa qualidade arquitetônica”, está localizada no interior da poligonal de tombamento rigorosa estabelecida pelo IPHAN.

Nesse âmbito, verificamos que a proposta de requalificação das fachadas de fundo da rua 25 de setembro, elaborada pela Prefeitura Municipal de Sobral, a partir da constatação de que a imagem atual da área não era condizente com o padrão estético estabelecido pelas intervenções executadas na margem do rio, teve como objetivo a transformação dessa paisagem incompatível, a partir da criação de um padrão estético para a fachada de fundo das casas.

A referida proposta, quando posta a análise pelo IPHAN, foi desaprovada, haja vista a proposição foi definida como pastiche, um falso histórico, que vai de encontro aos princípios de busca de autenticidade, seguido pelo órgão. Ao IPHAN interessou, portanto, a garantia da manutenção da simplicidade das formas, em complemento, uma busca pela disciplinarização do referido espaço, no que diz respeito aos usos a serem incentivados e desestimulados para a área.

E é exatamente na questão relacionada ao uso do espaço, que verificamos as respostas mais perceptíveis, dada pelas práticas sociais relacionadas ao referido lugar. Assim, se anteriormente nesse lugar, o grande brejo existente, inutilizava a área para o lazer, hoje, o grande tapete verde possibilita a sua utilização como “solarium”, principalmente pelos moradores das casas contíguas, que passam a transformar seus fundos de quintal em “decks”. Por outro lado, a área destinada ao play-ground, para além de sua função atribuída, também pode ser utilizada como “varal”, para secar roupa, haja vista que determinadas casas não possuem espaços suficientes para tal função.

E, para além dessas apropriações inesperadas, verificamos também as permanências de determinados hábitos na área, como a atividade do lavar roupa, de um lado e de outro do rio, bem como a travessia dos barcos, interligando a área urbanizada à outra margem, no bairro Dom Expedito, e vice-versa.

A imagem registrada em nossa memória, fixada a partir do “outro lado do rio”, em Sobral, em nosso ponto de vista, sintetiza a concepção de espaço diferencial utilizada em nossa

tese. Do “outro lado do rio”, onde avistamos as lavadeiras e os barqueiros, percebemos, na paisagem emoldurada pela serra da Meruoca, os registros do espaço de significação cultural em simultaneidade com e espaço preparado para ser competitivo. Entre torres, casebres, edificações contemporâneas, presenciamos as manifestações advindas das práticas sociais, a salientar ou a inverter a lógica estabelecida pelo concebido. Nesse *espaço diferencial*, “*os sins, os nãos, os mas*” estão manifestos, ora em pequenas, ora em grandes proporções.

Ao finalizarmos este trabalho, consideramos que, a partir da reflexão que nos trouxe Calvino, acerca da necessidade de rompermos com a ótica dualista a qual geralmente nos amparamos para definirmos as formas de ver, pensar e agir sobre o espaço, pudemos construir um referencial, baseado na ótica lefebvriana, que nos deu a possibilidade de explicitar, neste trabalho, a importância apresentada pelas resignificações feitas às lógicas impositivas dos modelos estabelecidos pelo *espaço abstrato*, a partir das práticas sociais estabelecidas pelo *vivido*, aqui identificadas nos pequenos gestos, nas “*virações*”, nos “*contra-usos*”.

A teoria de Lefebvre nos aponta para a importância desta explicitação. Buscamos, a partir desta explicitação, contribuir no sentido de identificarmos que, para além desta explicitação, devemos compreender estas resignificações como elementos propiciadores de um processo de transformação na produção dos espaços urbanos contemporâneos.

E, no Sertão do Ceará – seja no Largo do Theberge, nas margens do rio Acaraú, no Mercado de Icó, no “Becco do Cotovelo” ou no “Beco do Frango” –, enquanto muitas cervejas são consumidas, no intuito de amenizar o calor que tanto identifica essa rica e apaixonante porção do território brasileiro, relembro dos percursos realizados no “Raval” e no “Quartier Les Halles”. A partir deste relembrar, volto a estabelecer um interessante diálogo entre estes lugares, *espaços diferenciais* por excelência.

BIBLIOGRAFIA**PUBLICAÇÕES E TEXTOS INTEGRANTES DE PUBLICAÇÕES**

ALBUQUERQUE JR., Durval MUNIZ. *A invenção do Nordeste e outras artes.* 2ª Edição. Recife: Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia. *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste.* 2ª. Edição. Recife: SUDENE, Coordenadoria de Planejamento Regional, 1979.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único; desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000

ARANTES, Otília. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos.* São Paulo: EDUSP, 1995.

ARTHUS-BERTRAND, Yann (photographies). *Paris Vu du Ciel.* Paris : Editions du Chêne, 2004.

ASCHER, François. *Les Nouveaux Principes de L'urbanisme: la fin des villes n'est pas à l'ordre du jour.* Paris: Éditions de l'Aube, 2001.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004 (Coleção Clássicos Cearenses).

BORJA, Jordi. *As Cidades e o Planejamento Estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana,* in **FISCHER, T.** *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información.* Sem referencias.

CALVINO, Italo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 (1983)

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005. Coleção Outras Histórias, 32.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. (1996) *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, José Liberal de. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará. Arquitetura e pintura de forro*. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001.

CERTEAU, Michel de. (1980) *A Invenção do Cotidiano*. São Paulo: Vozes, 2ª Edição, 1996.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade / UNESP, 2001.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento. O processo de criação da SUDENE*. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COSTA, Lucio. *Arquitetura*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo / Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUHEM, Gilles; GRÉSILLON, Boris; KOHLER, Dorothee (coordenadores). *Paris – Berlin: Regards Croisés sur Deux Capitales Européennes*. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 4ª Edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1967.

_____. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ; IPHAN, 2ª Edição, 2005.

FORTUNA, Carlos. *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de sociologia*. Portugal: Celta Editora, 1997.

FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSK, Jaime (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 1975. Coleção Reconquista do Brasil. Vol.13.

GONDIM, Linda. *Os “Governos das Mudanças” (1987 – 1994)*, in SOUZA, Simone de (org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995 (1988)

JEUDY, Henri-Pierre. *Critique de l’Esthétique Urbaine*. Paris : Sens&Tonka, 2003.

_____. *L’Histoire Saisie par L’Architecture*. Texto sem referências.

_____. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

_____. *Courir la Ville*. Paris: Les Editions de La Villette, 1997.

KHATIB, Abdelhafid. *Esboço da descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris.* In **JACQUES, Paola Berenstein (org).** *Apologia da Deriva.* RJ: Casa da Palavra, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace.* Paris : Anthropos, 1974.

_____. *Critique de la Vie Quotidienne I. Introduction.* Paris: l'Arche Éditeur, 1958.

_____. *Le Manifeste Différentialiste.* Paris: Gallimard, 1970. Collection Idées.

_____. *O Direito à Cidade.* São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. *A Revolução Urbana.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 [1970]

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.* Campinas/SP: Editora Unicamp; Aracaju/SE: Editora UFS, 2004.

LOHR, Eveline (Action Artistique de la Ville de Paris). *Le 1^{er}. Arrondissement : itinéraires d'histoire et d'architecture.* Mairie de Paris : Direction Générale de l'Information et de la Communication, 2000.

MARTINS, Alexandre Alvarez de Sousa; DAMASCENO, Sueli (orgs.). *Referências. Ouro Preto em Luiz Fontana.* Ouro Preto, MG: IFAC/UFOP, 1996.

MENEZES, Antônio Bezerra de. *Notas de Viagem.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. 3^a. Edição. Fortaleza: UFC. Casa José de Alencar / Programa Editorial, 1995.]

MOTTA, Lia. *Cidades Mineiras e o IPHAN*, in Cidade: História e Desafios. Org. Lúcia Lippi Oliveira. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. *A Seca na História do Ceará*, in SOUZA, Simone de (org.) *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

OLIVEIRA, André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 1994.

PARENTE, Francisco Josênio C. *O Ceará dos “coronéis”(1945 a 1986)*, in SOUZA, Simone de (org.) *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PARIS: LES HALLES. Concours 2004. Paris: Le Moniteur, 2004.

PENNA, Maura. *O que faz ser Nordestino?* São Paulo: Cortez, 1992.

PESSOA, José (org.) *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999

PINON, Pierre; LE BOUDEC, Bertrand. *Les Plans de Paris: histoire d'une capitale*. Paris: Le Passage / Bibliothèque Nationale de France / Atelier Parisien d'Urbanisme / Paris Bibliothèques, 2004.

PIRES, Mário Jorge. *Lazer e Turismo Cultural*. Barueri / SP: Manole, 2002.

PORTAS, Nuno. *Urbanismo e Sociedade: construindo o futuro*, in **MACHADO, D.B.P;**
VASCONCELOS, E.M. *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro: PROURB – UFRJ,
1996.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Comissão das Borboletas: a ciência do império entre
o Ceará e a Corte (1856 – 1867)*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura
do Estado do Ceará, 2003.

PROJETS URBAINS EN FRANCE. *French Urbain Strategies*. Paris : Editions de
Maniteur, 2002.

ROCHA, HERBERT. *A Margem Esquerda do Rio*. São Paulo: HUCITEC; Sobral (Ce):
Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, Escola de Formação em
Saúde da Família Visconde de Sabóia, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo:
HUCITEC, 2000.

_____. *Turismo, Modernidade, Globalização*. São
Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e
enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Internacional*.
Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo:
EDUSP, 2003 [1996].

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência
universal*. Rio; SP: Record, 2000

SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial. 1904-1988.* Rio de Janeiro: Ed.UFRJ,2001

SIMÃO, Marum. *Quixeramobim: recompondo a história.* Fortaleza: MULTIGRAF Editora, 1996.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *A Questão Regional: gênese e evolução.* Ciência Histórica. João Pessoa: nº1, 1984.

SOARES, José Teodoro. *A Idéia de Modernidade em Sobral.* Fortaleza / Sobral: Edições UFC / Edições UVA, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TEXIER, Simon. *Paris Contemporain: de Haussmann à nous jours, une capitale à l'ère des metropoles.* Paris: Parigramme, 2005.

TSIOMIS, Yannis. *Projeto Urbano, Embelezamento e Reconquista da Cidade,* in **MACHADO, D.B.P; VASCONCELOS, E.M.** *Cidade e Imaginação.* Rio de Janeiro: PROURB – UFRJ, 1996.

VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano,* in *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

ZANCHETI, S.(org.), MARINHO, G.(org.), MILET, V.(org.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas.* Recife: MDU/UFPE, 1995.

ZOLA, Émile. *Le Ventre de Paris.* Paris: Brodard & Taupin, 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Renata Hermanny de. *Conservação e reconstrução. Dois termos de uma realização: a cidade histórica monumental como espetáculo. Atualizando o valor do monumento.* Tese (Doutorado). Salvador, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2005.

DUARTE Jr., Romeu. *Novas Abordagens do Tombamento Federal de Sítios Históricos – Política, Gestão e Transformação: a experiência cearense.* Dissertação de mestrado. São Paulo: Mestrado Interinstitucional FAAUSP / CAUUFCA, 2005.

FERRARE, Josemary. *A Preservação do Patrimônio Histórico: um RE-pensar, a partir da experiência d Marechal Deodoro.* Dissertação (Mestrado), FAUFBA: 1996.

LINS, Eugênio de Ávila. *Preservação no Brasil: a busca de uma identidade.* Dissertação de Mestrado. Salvador: MAU – FAUUFBA, 1989.

NASCIMENTO, José Clewton do. *Desenvolvimento Urbano, Política Cultural e Preservação do Patrimônio Histórico/Arquitetônico: uma proposta para a cidade de Icó.* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1993 (monografia de conclusão de graduação).

_____. *Uma Princesa ‘Tombada’ às Margens do Rio Salgado: dinâmica urbana e ações preservacionistas na cidade de Icó, Ce.* Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGAU-UFBA, 2002.

OLIVEIRA, Liana Silvia de Viveiros e. *Cidades Estrategicamente Planejadas no Brasil: Rio de Janeiro, Fortaleza, Juiz de Fora e Nova Iguaçu.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005

SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade Monumento à Cidade Documento: trajetória de normas de preservação nas cidades do Brasil (1937-1990)*. Dissertação (Mestrado), FAUFBA: 1995.

_____. *A Cidade-Atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado. Salvador: PPGAU/FAUFBA, 2004.

REVISTAS E PERIÓDICOS

BARCELONE 2004 (Dossier), in Revista Diagonal. Paris: Fevereiro de 2005 (números 167 e 168).

CARTA do Ouvidor Do Ceará, Manuel De M. Pinto Avelar, sobre a Situação dos Índios das suas Vilas, Em 03 De Março De 1786. In DOCUMENTOS: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ – CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Número 1. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CASTRO, José Liberal de. *Urbanização Pombalina no Ceará: A vila de Monte-mor-o-novo d'América.* In *Revista do Instituto do Ceará*, T. 113, 1999.

CONJUNTO de Documentos do Governador Montaury sobre Produtos da Capitania. In DOCUMENTOS: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ – CIÊNCIA E TECNOLOGIA. NÚMERO 1. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

DESCRIÇÃO Geografica Abreviada da Capitania do Ceará pelo Coronel de Engenheiros Antonio Jozé da Silva Paulet. Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 12, T. 12, 1898, p. 5-33.

DOCUMENTAÇÃO Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará. Edição Fac-similar. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 1997.

MEMÓRIA Escrita pelo Governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos, em 1799 Sobre a Capitania. In **DOCUMENTOS: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.** Número 1. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

MEMORIA sobre a Capitania Independente do Ceará Grande Escripta em 18 De Abril de 1814, pelo Governador aa Mesma, Luiz Barba Alardo De Menezes (cópia de um documento existente no archivo publico). Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 11, T. 11, 1897, p. 36-60.)

MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios.* Revista do SPHAN, nº 22. Brasília, 1987.

PARIS PROJET: politique nouvelle de la rénovation urbaine. Numéro 21.22

PINHEIRO, Francisco José. *Solo Fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII.* In **DOCUMENTOS: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ – CIÊNCIA E TECNOLOGIA.** Número 1. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cidadania. Brasília: no. 24, 1996. Foram pesquisados os seguintes artigos:

MONNET, Jérôme. *O Álíbi do Patrimônio: Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado.*

ARANTES, Otilia. *Cultura da Cidade: Animação sem frase.*

ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas Pós-modernas: Mapeando cultura e poder.*

REVISTA RUA. No. 8. Salvador: PPG – FAUUFBA, julho / dezembro de 2003. Artigos: JACQUES, Paola Berenstein. *Patrimônio Cultural Urbano: espetáculo contemporâneo?*

REPRESENTAÇÃO do Ouvidor do Ceará Manoel Pinto de Avelar Barbelo, em 03 de Fevereiro De 1787, à Rainha, sobre a Situação do Ceará e Apresentando um Projeto para o Desenvolvimento da Capitania. In DOCUMENTOS: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ – CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Número 1. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade Hoje: leitura da experiência urbana. In CADERNO CRH, Salvador. Vol. 18, nº 45, UFBA: set/dez, 2005.

_____. *Oriente Negado: cultura, mercado e lugar. In CADERNOS PPGAU-UFBA, Ano 2, número especial. Salvador: 2004.*

SCOTT, Alen et alli. Cidades-regiões globais, in Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos, no.41. São Paulo: NERU, 1981.

DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AOS ARQUIVOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

RESOLUÇÕES Provinciais do Ceará. Referente ao período compreendido entre os anos de 1835 e 1895.

DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO IPHAN / Programa MONUMENTA

BID / MINC / MONUMENTA. *Programa Monumenta: Cartilha.* Brasília, 2000.

BRASIL / MINC / MONUMENTA. SÍTIOS HISTÓRICOS E CONJUNTOS URBANOS DE MONUMENTOS NACIONAIS: NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE (CADERNOS TÉCNICOS 3 / Volume I). Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

TADDEI, Pedro. *Um Olhar Sobre A Cultura Brasileira. Patrimônio. Os Grandes Projetos (BID).* Texto sem referências

_____. *Conferência de Imprensa de Lançamento Oficial do Programa MONUMENTA* (Ministério da Cultura, Brasília, 08/12/1999). Apresentação (Versão de 25/05/2000).

DOCUMENTOS referentes ao Programa Monumenta (BID / IPHAN). Gentilmente cedidos pela arquiteta Márcia Sant' Anna. (Gravação em CD – room). Foram pesquisados os seguintes documentos:

Documentos: PROJETO CACHOEIRA / BA - SUMÁRIO EXECUTIVO DO PROJETO - Junho de 2002.

MANUAL DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM PROJETOS DE RESTAURAÇÃO (2002).

RESUMO EXECUTIVO – SALVADOR (contido no relatório de atividades do IPHAN, 2002).

IPHAN / 4ª Superintendência Regional / CE. *Icó – Estudo para Tombamento Federal,* volumes I e II: 1996.

IPHAN / 4ª Superintendência Regional / CE. *Estudo para Tombamento do Conjunto Urbanístico da Cidade de Sobral – Ceará.* Volumes I, II e III: 1998.

IPHAN / 4ª Superintendência Regional / CE. Conjunto de Pareceres e Informações Técnicas. Anos: 2000 a 2007.

IPHAN / 4ª Superintendência Regional / CE. *Relatório manuscrito atribuído a João José Rescala.* Ano de 1941. Xerox

IPHAN / MINC. *Plano de Preservação / Sítio Histórico Urbano / Termo Geral de Referência.* Brasília: 2003.

MINC/SPHAN/PROMEMÓRIA. *SPHAN – MEMÓRIA ORAL: Depoimento Nº 3 – João José Rescala.* Rio de Janeiro, 1988.

PAIVA, Olga Gomes de.(coord.) *Icó: Patrimônio de Todos. Roteiro para preservação do patrimônio cultural.* Fortaleza: IPHAN, 1998.

_____. *Sobral: Patrimônio de Todos. Roteiro para preservação do patrimônio cultural.* Fortaleza: IPHAN, 1999.

SILVA TELLES, Augusto Carlos. *A Preservação e a Valorização no Sentido Cultural e Turístico do Núcleo Urbano de Icó – Ce,* in *I Seminário de Estudos sobre o Nordeste.* Salvador, 26 a 29 de novembro de 1974.

PLANOS DIRETORES DE DESENVOLVIMENTO URBANO / PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ESTADO DO CEARÁ / PUBLICAÇÕES DE PREFEITURAS

CONSÓRCIO Fausto Nilo – Espaço Plano / SEINFRA / PMSobral. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral, 1999.* [CD – Rom]. Este documento contém os Plano de Estruturação Urbana (PEU) e o Plano Estratégico (PES).

PLANOS Técnicos do Brasil / SEINFRA / PMicó. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó, 2001.* [CD – Rom]. Este documento contém os Plano de Estruturação Urbana (PEU), o Plano Estratégico (PES), e o Termo de Referência do Largo do Theberge (TDR/Largo do Theberge).

PREFEITURA Municipal de Sobral / Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Ceará. *Concurso Público de Anteprojetos para Conjunto Paisagístico em Sobral / Ce. Bases do Concurso.* Ano 2000

PREFEITURA Municipal de Sobral. *Sobral: Patrimônio Nacional.* Junho de 2000. Justificativa da proposta de tombamento do conjunto urbanístico de Sobral (Por Márcia Santana).

PREFEITURA Municipal de Sobral. *Síntese Informativa dos Projetos de Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico de Sobral.* Xerox sem referências.

RELATÓRIO denominado “*Restauração Urbana do Largo do Theberge*”. Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados. Junho de 2002.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (SEPLAN -CE); FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO DO CEARÁ (IPLANCE). *A Reestruturação Espacial como Componente da Estratégia de Combate à Pobreza Rural.* Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROURB).* Org.: Felipe Sobreira Rodrigues. Fortaleza: 2004.

SECRETARIA DO TURISMO. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *O Turismo: uma política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará (1995 – 2020)*. Setembro, 1998.

ANAIS DE EVENTOS

LIMONAD, Ester (org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: Contribuições a partir dos pensamentos de Henri Lefebvre*. Trabalhos apresentados na Sessão livre: Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante do X Encontro Nacional da ANPUR – Belo Horizonte.

ARTIGOS DE JORNAIS

O POVO. *Inspiração Barroco-Sertaneja*. 14 de abril de 2000.

O POVO. *Preservação e Desenvolvimento*. 09 de fevereiro de 2000.

O POVO. *Icó define projetos para receber verbas do Ministério da Cultura*. 13 de novembro de 2000.

SITES VISITADOS

<http://www.bcn.es:8885/cideu/plan.html>. Acessado em 10 de março de 2004.

<http://vitruvius.com.br>. Acessado em 11 de março de 2004. Artigos:

DEL RIO, Vicente. *Em busca do tempo perdido: renascimento dos centros urbanos*. Textos especiais 028.

BRANDÃO, Zeca. *O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo.* Textos Especiais 134.

CAMPOS, Márcio. *Dois concursos, dois buracos, duas cidades.* Minha Cidade 039.

BRITO, Marcelo. *Urbis, uma estratégia de atuação.*

http://www.sami.is.free.fr/Oeuvres/debord_societe_spetacle_2.html Acessado em 28 de junho de 2005.

www.sobral.ce.gov.br Notícias veiculadas no *Jornal Municipal, informativo da Prefeitura Municipal de Sobral.* Acessado entre os dias 25 e 28 de novembro de 2006.

www.projetdeshalles.com. Acessado entre os dias 15 e 19 de julho de 2005

www.ibge.gov.br

www.google.com.br

programa Google Earth.

ANEXO VI
VÍDEO (DVD) “PERCORRENDO SOBRAL”
Roteiro e Direção: Clewton Nascimento
Edição: Jéferson Tadanori

Observação: usar os seguintes programas de leitura DVD Player:
Média Player Classic
Nero Showtime